



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CATARINA CORTESÃO CASIMIRO NASCIMENTO TRINDADE

“TEM VIDA ESTA COISA!”: CONSTRUÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO
CAMPO EM TORNO DOS DIREITOS DAS MULHERES E DA
IGUALDADE DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE

Campinas

2020

CATARINA CORTESÃO CASIMIRO NASCIMENTO TRINDADE

“TEM VIDA ESTA COISA!”: CONSTRUÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO
CAMPO EM TORNO DOS DIREITOS DAS MULHERES E DA
IGUALDADE DE GÊNERO EM MOÇAMBIQUE

Tese apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas
como parte dos requisitos exigidos
para obtenção do título de Doutora
em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Guita Grin Debert

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA CATARINA CORTESÃO
CASIMIRO NASCIMENTO TRINDADE
E ORIENTADA PELA PROFA. DRA.
GUITA GRIN DEBERT

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

T736t Trindade, Catarina Casimiro, 1983-
"Tem vida esta coisa!" : construção e actualização do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique / Catarina Cortesão Casimiro Nascimento Trindade. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Guita Grin Debert.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Feminismo - África. 2. Movimentos sociais. 3. Estudos de género. 4. Mulheres - Atividades políticas - Moçambique - História. I. Debert, Guita Grin, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "This thing has life!" : construction and updating of the field around women's rights and gender equality in Mozambique

Palavras-chave em inglês:

Feminism - Africa
Social movements
Gender studies
Women - Political activity - Mozambique - History

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutora em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Guita Grin Debert [Orientador]
Peter Henry Fry
Adriana Gracia Piscitelli
Regina Facchini
Maria Solange Guerra Rocha

Data de defesa: 22-04-2020

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-1405-8153>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7309290658149627>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 22 de abril de 2020, considerou a candidata Catarina Cortesão Casimiro Nascimento Trindade aprovada.

Prof^a Dr^a Guita Grin Debert
Prof Dr Peter Henry Fry
Prof^a Dr^a Adriana Gracia Piscitelli
Prof^a Dr^a Regina Facchini
Prof^a Dr^a Maria Solange Guerra Rocha

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Às minhas duas avós, Maria da Piedade
(Pitty) e Ilda (Lili)
Por terem sido mulheres extraordinárias, à
frente do seu tempo, e por terem ajudado a
construir a mulher que sou hoje

Agradecimentos

Com a conclusão desta tese, encerra-se também um ciclo de oito anos no Brasil, que teve início em 2012, com o mestrado. Um ciclo de muitas amizades, amores e desamores, momentos marcantes, sentimentos diversos, transformações, crescimento e aprendizado. Como dizer “até sempre” a tudo isto? Como lidar com o facto de que não vai mais ser como é ou foi? Como agradecer a todas as pessoas que passaram por mim e deixaram um pouco de si neste longo percurso? Que me ajudaram a crescer, a amadurecer e a construir este trabalho?

Considerando que vida pessoal e académica estão costuradas de tal modo que se tornam uma só, listar todas as pessoas envolvidas neste processo não é tarefa fácil. O caminho é longo, cheio de partidas e chegadas, de pessoas com quem partilhamos todos os dias as nossas angústias, frustrações e pequenas vitórias e também daquelas que, mesmo estando longe, exercem grande impacto no nosso trabalho, o que torna a empreitada ainda mais difícil.

De modo a não cair no erro de me esquecer de alguém - o que provavelmente acontecerá -, gostaria de agradecer a todas as pessoas que, longe ou perto, rápida ou demoradamente, directa ou indirectamente, estiveram ao meu lado e, de alguma forma, contribuíram para a elaboração desta tese.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, que me possibilitou trabalhar tranquilamente, sobretudo durante o período de seis meses de trabalho de campo em Maputo. No contexto actual em que o Brasil se encontra, temos o dever de valorizar instituições que, com todas as dificuldades, continuam a apoiar a pesquisa académica.

Aradeço, especialmente, às interlocutoras desta pesquisa que prontamente e, algumas sem me conhecerem, aceitaram fazer parte desta empreitada, costurando comigo, através das suas trajectórias e experiências, esta tese. Foram manhãs, tardes e noites de muita conversa, de muita partilha, de muitos desabafos, de muitas reflexões, de muito aprendizado. Com elas, palavras como afecto, companheirismo e luta tomaram forma e sentidos muito maiores e mais fortes do que alguma vez imaginei. Conceição Osório, Terezinha da Silva, Isabel Casimiro, Fuva Muiambo, Marilú Mapengo, Unaiti Costa, Shaísta de Araújo, Ana Loforte, Maria José Arthur, Graça Samo, Maira Domingos, Withney Sabino, Dalila Macuacua, Nzira de Deus, Kátia Taela, Karina Tamele, Eliana Nzualo, Rosalina Nhachote, Denise Milice e Ida Alvarinho, obrigada por lutarem todos os dias, cada uma à sua maneira, por um Moçambique mais igual e mais justo para todas as mulheres. Aos homens que aceitaram fazer parte desta pesquisa e que estão juntos

na luta das mulheres, Diogo Milagre, Bayano Valy e Amade Sucá, obrigada por serem um exemplo e mostrarem que os homens não só podem, como devem fazer parte deste processo.

À minha orientadora, professora Guita Grin Debert, agradeço a longa parceria que começou lá no mestrado, a confiança depositada em mim, o aprendizado e a paciência com os constantes atrasos e os respectivos puxões de orelha, a sensibilidade de saber o que dizer nos momentos de angústia e os comentários, críticas e sugestões que com certeza fizeram deste um trabalho do qual me orgulho. Cresci muito do seu lado, não só como pesquisadora e académica, mas como pessoa.

Agradeço à banca por, num contexto tão inesperado e difícil como foi o início da pandemia do COVID-19 – e depois de tantas idas e vindas - terem-se disponibilizado a participar numa banca totalmente virtual. Solange Rocha, Peter Fry, Adriana Piscitelli e Regina Facchini, obrigada pela leitura generosa e olhar crítico. Obrigada também aos suplentes Fernanda Gallo, Vera Gasparetto e Omar Ribeiro Thomaz, pelas discussões produtivas e palavras de incentivo.

Aos meus pais e irmã, Isabel, João Carlos e Joana, agradeço o apoio incondicional e a presença constante, mesmo que distantes, durante todo este processo. Não tenho palavras para expressar o quão grata sou por ter nascido de uma mãe como a Isabel Casimiro, minha primeira inspiração feminista. Esta tese é, sem dúvida, uma forma de honrar a sua trajectória intelectual e de luta e de continuar um trabalho importante de registar e de mostrar que sim, as mulheres estão na luta, elas se movem, elas avançam, elas estão em marcha.

À minha querida tia Cristiana, por todo o apoio e cuidado com a revisão da tese e pelos comentários de incentivo a cada capítulo lido.

Às minhas amigas-irmãs unidas na distância e espalhadas pelos quatro cantos do mundo Marina Zambujo, Clarice Nheleti, Celeste Gracia e Sara Ferreira, obrigada por existirem na minha vida, por me incentivarem e apoiarem desde o dia em que tomei a decisão de vir para o Brasil e por estarem sempre presentes, independentemente de onde estejamos.

Às minhas poderosas Raquel Carrilho e Tassiana Tomé, que a cada mensagem de incentivo e debates profundos sobre o que é esse tal feminismo moçambicano, me enviavam brisas índicas que me inspiravam a dar o meu melhor.

Ao Bonde das Desesperadas Mariana Marques, Jonatan Sacramento, Luíza Hortelan e Máisa Fidalgo, por tornarem todo este processo mais leve, partilhando dores e alegrias, conquistas e derrotas, lendo, comentando e, sobretudo, amando poderosamente.

Ao Bonde do Igarapé Ana Elisa Bersani, Berenice Morales, Gláucia Destro, Julian Simões, Lis Blanco, Paula Almeida, Plávia Faniz, Rodrigo Segal e Rodolfo Moraes, por continuarmos

unidos mesmo com tanta distância a separar-nos e por sermos os maiores incentivadores e fãs uns dos outros.

Às minhas meninas Dominique Macedo, Sofia Mortara e Celeste Pacotinha, companheiras da Casa 142, agradeço a confiança e a pronta acolhida (mesmo sem nos conhecermos pessoalmente), o sentimento de família que nos uniu, o amor às plantas e às comidinhas gostosas, os desabafos e longas conversas pela noite dentro e a oportunidade de sentir-me completamente em casa.

Ao Vinícius Bonfim e aos seus pais, Mila e Zauri, que me receberam no seio da sua família da maneira mais acolhedora possível e que me apoiaram durante uma parte importante deste processo. Nunca me vou esquecer da comida gostosa, dos serões passados no sofá jogando conversa fora e assistindo filmes e novelas, dos passeios e dos mimos enviados com frequência.

À Professora e pesquisadora Signe Arnfred, pela leitura cuidadosa e crítica e pela discussão durante o exame de qualificação, assim como pela sua enorme contribuição para os estudos de género em Moçambique, cuja leitura ajudou a moldar esta tese.

Ao meu querido irmão Mauro Brigeiro, *cachito mio*, pela carinhosa acolhida num momento crucial da escrita, assim como pelas longas discussões, importantes contribuições para o argumento da tese e cuidados com o meu bem estar físico e emocional. *You is kind, you is smart, you is important.*

À Ana Elisa, minha *babe*, pela sempre calorosa e disponível acolhida em momentos de crise, pelos melhores *insights*, leituras cuidadosas, discussões proveitosas e carinho sem fim.

À Brunha Bumachar e ao pessoalzinho, pelo companheirismo, acolhida, incentivo, apoio no projecto de doutorado – que depois passou por tantas transformações – e torcida no finalzinho da escrita.

À Sara Santos Morais e ao Francisco Vieira, queridos amigos africanistas e colegas de campo, pelas discussões tão importantes, pela compreensão de um campo tão diferente e cheio de especificidades e, sobretudo, pelos *insights* que muito me ajudaram.

Ao Felipe Bastos, pela companhia durante o trabalho de campo, pesquisando numa biblioteca barulhenta e desorganizada, e pela sempre presente boa disposição e gargalhadas.

Ao Luciano Cardenes e ao Danilo Arnaut, amigos queridos, por me fazerem companhia, cuidarem de mim e me envolverem em muito amor num momento de grande stress e solidão.

Aos meus amigos-vizinhos e gateiros, Najlah Zeitoum e Pedro Dedin, pela companhia nos serões de estudo na BC, no bandeirão e no ônibus, pelas comidas gostosas, maratonas de Harry Potter e sessões de jogos.

À minha querida professora de pilates Gabi Bagattini, assim como aos colegas de prancha e *hundred*, um enorme agradecimento por manter o meu corpo são numa mente não tão sã e pelas gargalhadas e ambiente descontraído.

À Teresa Cunha, minha menina pequenina cuja parceria e companheirismo vem de longe, agradeço os inúmeros incentivos e leituras do projecto em fase inicial, assim como as longas conversas, sugestões de leitura e confiança nesta pesquisa.

À Teresa Cruz e Silva, minha mãe de coração, agradeço os inúmeros incentivos e cuidados, mesmo que à distância.

Aos meus colegas de doutorado, queridos do CRUJ (ou bunda do rizoma?), Bianca Briguglio, Camila Freitas, Jullyane Ribeiro, Michele Escoura, Patrícia Lemos, Pedro Queiroz, Thaís Lapa, Thales Vilela Lelo, Vinícius Zanolli, Alexandre Oviedo, Juliana Souza, Lucia Anderson da Silva e Paula Olaya, agradeço de coração todo o carinho daquele primeiro ano, repleto de lanches gostosos, conversas demoradas, leituras cuidadosas, discussões proveitosas e uma enorme camaradagem.

Às colegas do grupo de orientação, Mariana Marques, Vanessa Sander, Vanessa Pontes, Sofia Mortara, Dominique Macedo, Laís Marachini, Tatiana Perrone, Clara Cazarini, Gustavo Belisário, Letícia Vicentin, Mauro Brigeiro, Ana Cláudia Muniz, agradeço as leituras cuidadosas, as chamadas de atenção e as discussões que me ajudaram imenso a desembaraçar os nós que iam aparecendo nas diferentes fases da pesquisa.

Do período lectivo, agradeço imenso às professoras Ângela Araújo, Adriana Piscitelli, Regina Facchini, Karla Bessa, Isadora Lins França, Guita Grin Debert, Carol Branco e aos professores Omar Ribeiro Thomaz e José Luís Cabaço pelos ensinamentos, discussões e contribuições das suas disciplinas.

Ao Professor Omar Ribeiro Thomaz, pelas longas e agradáveis conversas, regadas a muitas gargalhadas e curiosidades sobre Moçambique, assim como ao enorme incentivo e confiança neste trabalho.

A todos os funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH, especialmente a Beatriz Tiemi Suyama e a Sônia Cardoso, que me receberam sempre com bastante abertura e cuidado nas alturas de desespero, agradeço a disponibilidade e paciência com que me ajudaram a tirar dúvidas e a resolver questões burocráticas. Aos funcionários da biblioteca do IFCH, pela simpatia e palavras de incentivo nos primeiros anos do doutorado. Às funcionárias da Biblioteca Central, especialmente a Rose, Vera, Mariza e Maria Helena, agradeço as conversas em momentos de descanso, as risadas de descontração, a preocupação com o meu evidente cansaço, as torcidas para terminar logo e o ambiente perfeito para escrever a tese naquele lugar que se

tornou a minha segunda casa. Ao Benê, do xerox do IFCH, agradeço a eterna simpatia e o cuidado com o meu material. À Teresa (cadê Teresa?), musa eterna do cafézin IFCHiano, agradeço pelo melhor café do mundo, sempre disputado a tapa por todos. A todas as funcionárias do Restaurante Universitário (RU, mais conhecido como bandeirão ou bandex), agradeço a comida que me sustentou todos estes anos, assim como o sempre presente sorriso. À Dona Janete, musa eterna da saída do Bandeirão, agradeço os docinhos gostosos e os geladinhos, que me deram energia para retomar o trabalho no pós-almoço preguiçoso.

Ao famoso “moço do trombone”, que enchia o Ciclo Básico da Unicamp de notas musicais, repetidas *ad eternum*, ensinando-me que disciplina e perseverança são essenciais na construção de um bom trabalho.

(...) Therefore analyses and interpretations of Africa must start with Africa. They should reflect specific cultural and local contexts, not imported, often colonial, ideas and concepts.

Oyèrónké Oyéwùmí

(...) we must become scholars and intellectuals in our right. That is the cutting edge. We must bring African traditions of thinking and problem solving to the Global Women's Movement and participate in the formulation of new theories and methodologies. We are bright and intelligent; we must write about ourselves and speak for ourselves. I am sick and tired of being written for and about; let us say it the way we want to say it. Let us know the new theories and contest the production and processing of knowledge. We can no longer be decorations in the Global Women's Movement, the exotica in our beautiful clothes. We must be our own spokespersons and not allow anyone to appropriate our experiences or our voices.

Patricia McFadden

The experience of African women across the region indicates that we cannot just passively import terms and concepts that have been developed elsewhere, under different social and political conditions. The task we face as african intellectuals is that of developing our own applications of given theories, and more radically, of taking our own realities as the starting point for articulating perspectives, or even entirely new theories that emanate organically from our particular conditions and concerns.

Amina Mama

Resumo

A presente pesquisa tem como objectivo compreender a construção e a actualização do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique. Isso foi feito a partir e através das trajectórias pessoais e profissionais de mulheres e homens de quatro gerações que fazem parte deste campo – como activistas, como académicas, como pertencentes a organizações e associações de mulheres ou como artistas - assim como de uma etnografia dos espaços e eventos por onde estes circulam, da análise da constituição de um campo de reflexão teórica e da demanda por reformulações na legislação em prol dos direitos das mulheres. O foco são as reflexões teóricas e analíticas que as diferentes gerações foram tecendo ao longo das suas trajectórias, em particular os temas, as problemáticas, os dilemas, os avanços e os desafios que foram surgindo a partir de 1975, com a independência de Moçambique. Para tal, o universo empírico da pesquisa integrou as mulheres e homens enraizadas/os nos seus contextos históricos e sociais e a rede de organizações e instituições por onde circulam. A pesquisa de campo, realizada na cidade de Maputo entre Março e Setembro de 2017, baseou-se na realização de entrevistas semi-estruturadas a estes actores, assim como no acompanhamento de uma série de actividades e eventos organizados e realizados pela rede de organizações e instituições às quais estes estão associados e pelas quais transitam. Também foi feito o mapeamento e análise de uma parte da produção intelectual de alguns actores e dos processos de construção de algumas reformas legais. As entrevistas e os outros materiais permitiram mapear as histórias e os caminhos pessoais e profissionais de cada uma das mulheres e homens, das organizações de mulheres, assim como a constituição e a manifestação das suas identidades profissionais e activistas, além de compreender as problemáticas em torno das questões de género e dos direitos das mulheres em Moçambique.

Palavras-Chave: campo discursivo de acção; feminismo; movimento de mulheres; geração; género.

Abstract

This research aims to understand the construction and updating of the field around women's rights and gender equality in Mozambique. This was done from and through the personal and professional trajectories of women and men of four generations that are part of this field - as activists, as academics, as belonging to women's organizations and associations or as artists - as well as through an ethnography of spaces and events where they circulate, from the analysis of the constitution of a theoretical reflection field and the demand for reformulations in the legislation in favor of women's rights. The focus is on the theoretical and analytical reflections that different generations have been weaving throughout their trajectories, in particular the themes, problems, dilemmas, advances and challenges that have emerged since 1975, with the independence of Mozambique. To this end, the empirical universe of research has integrated women and men rooted in their historical and social contexts and the network of organizations and institutions where they circulate. The field research, carried out in the city of Maputo between March and September 2017, was based on conducting semi-structured interviews to these actors, as well as the monitoring of a series of activities and events organized and carried out by the network of organizations and institutions with which they are associated and through which they transit. The mapping and analysis of part of the intellectual production of some actors and the construction processes of some legal reforms were also carried out. The interviews and other materials made it possible to map the personal and professional histories and paths of each of the women and men, of the women's organizations, as well as the constitution and manifestation of their professional and activist identities, in addition to understanding the issues surrounding gender issues and women's rights in Mozambique.

Keywords: discursive field of action; feminism; women's movement; generation; gender

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTIVA - Associação de Mulheres Empresárias e Executivas

ADOCA - Associação das Donas de Casa

AMMCJ - Associação Moçambicana de Mulheres de Carreira Jurídica

AMME - Associação Moçambicana Mulher e Educação

AMODEFA - Associação Moçambicana de Defesa da Família

AMRU - Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural

ARPAC - Arquivos do Património Cultural

ASCHA - Associação Sócio-Cutural Horizonte Azul

AWIID - Association for Women's Rights in Development

BM - Banco Mundial

CCAJU - Comissão Coordenadora das Actividades de Julho

CEA - Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane

CECAGE - Centro de Coordenação dos Assuntos do Género

CECAP - Coligação Nacional para a Eliminação dos Casamentos Prematuros

CEDAW - Committee on the Elimination of Discrimination against Women ou Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CESC - Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil

CFJJ - Centro de Formação Jurídico e Judiciário

CIES - Centro Informazione Educazione allo Sviluppo

CSW - Commission on the Status of Women ou Comissão sobre o Estatuto da Mulher

DAA - Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Eduardo Mondlane

DANIDA - Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional

DEMEG - Departamento de Estudos da Mulher e Género do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane

DF - Destacamento Feminino

DNDR - Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural

DSR - Rede de Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos

DUAT - Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

EASSI - Eastern African Sub-Regional Support Initiative

FACOTRAV - Faculdade para Antigos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda da Universidade Eduardo Mondlane

FDC - Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade

FDIM - Federação Democrática Internacional de Mulheres

FEMNET - African Women's Development and Communication Network

FIR - Força de Intervenção Rápida

FMI - Fundo Monetário Internacional

FORCOM - Fórum Nacional de Rádios Comunitárias

FL - Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane

FLCS - Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane

FM - Fórum Mulher

FNUAP - Fundo das Nações Unidas para Actividades Populacionais

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

Frelimo - Partido Frelimo

GAD - Gender and Development

GD - Grupos Dinamizadores

HCM - Hospital Central de Maputo

HIV/SIDA - Síndrome da imunodeficiência Adquirida

HOPEM - Rede Homens Pela Mudança

IDS - Institute of Development Studies da Universidade de Sussex

ISARC - Instituto Superior de Artes e Cultura

ISCTEM - Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique

LALN - Luta Armada de Libertação Nacional

LEMUSICA - Organização Levanta-te Mulher e Siga o Seu Caminho

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

LIFEMO - Liga Feminina de Moçambique

MBEU - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Económico e Sócio-Cultural da Mulher

MMM - Marcha Mundial de Mulheres

MANU - Mozambique African National Union

MASC - Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil

MULEIDE - Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento

MOVFEMME - Movimento das Jovens Feministas de Moçambique

NAFEZA - Núcleo das Associações Femininas da Zambézia

NEM - Núcleo de Estudos da Mulher do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane

NESAM - Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique

NORAD - Agência Norueguesa para o Desenvolvimento

NUMMA - Núcleo Mulher e Meio Ambiente

OCB - Organização Comunitária de Base

OG - Organizações do Governo

OJM - Organização da Juventude Moçambicana

OMM - Organização da Mulher Moçambicana

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONP - Organização Nacional de Professores

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OTM - Organização dos Trabalhadores de Moçambique

PALOPs - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PARPA - Planos de Redução da Pobreza Absoluta

PFL - Projecto de Lei da Família

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PRM - Polícia da República de Moçambique

ROSC - Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança

RSFP - Rede Salesiana de Formação Profissional

RENAMO - Resistência Nacional de Moçambique

SADC - Southern Africa Development Community

SAREC - Swedish Agency for Research Cooperation with Developing Countries

SDG - Sustainable Development Goals

SIDA - Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional

TCV - Programa Todos Contra a Violência

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFICS - Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UGC - União Geral das Cooperativas

UNAMI - União Nacional de Moçambique Independente

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - United Nations Children's Fund

UTREL - Unidade Técnica de Reforma Legal

WAD - Women and Development

WID - Women in Development

WiLDAF - Women in Law and Development in Africa

WLSA - Women and Law in Southern Africa Research Project

WLSA Moçambique - Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust

SUMÁRIO

Prólogo	20
Introdução: Entrando em campo e (re)entrando no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero	23
Capítulo 1 - “Mãe, Mulher, a Revolução és tu!”: A participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN)	42
1.1 - “Como fazer triunfar a revolução sem libertar a mulher?”: a entrada das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional e a criação das primeiras organizações de mulheres ..	50
1.2 “Foi para isto que lutámos?”: memórias e experiências de ex-guerrilheiras e o <i>script de libertação</i> da Frelimo	62
1.3 “Uma igualdade com limites”: as políticas e o papel das mulheres no pós-independência e durante o socialismo da Frelimo	70
1.4 “Um divisor de águas”: A Conferência Extraordinária da OMM (1984)	76
Capítulo 2 - “Nós aceitámos entrar num mundo que nós nem sabíamos que mundo era esse”: a emergência dos estudos de gênero no CEA/UEM e a articulação com as primeiras organizações de mulheres pós-independência	81
2.1 “Enquanto estávamos embaladas com a revolução”: as identidades assumidas pela Geração de Beijing	90
2.2 “Hoje todo mundo fala nisso, não é?”: formação e consolidação de um espaço dedicado aos estudos sobre mulher e gênero	109
Capítulo 3 - “É o colectivo que faz a diferença”: A aprovação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher e outras conquistas legais	124
3.1 Entre armas laser e machados: a situação legal das mulheres e a demanda por reformas legais	131
3.2 “Nós não somos rivais, estamos aí pela mesma causa”: reflexões sobre a forma de actuação das organizações de mulheres	150
Capítulo 4 - “Comecei a ter vocabulário para nomear a minha experiência”: a intervenção contra o uso de maxi-saias, jovens feminismos e novos espaços de actuação	164
4.1 “As boas meninas e as feministas”: a recusa do feminismo como prática local	173
4.2 “Aqueles para mim foram, assim, os segundos e os minutos do despertar”: feminismo como experiência e identidade pessoal	181
4.3 “Eu às vezes preferia, sei lá, defender os elefantes”: feminismo como identidade institucional	194
4.4 “Alguém tem que ficar com as lutas”: as relações intergeracionais e a transmissão de um legado	201
Considerações finais	206

Referências bibliográficas	210
Anexo I	220

Prólogo

A minha trajectória como fonte de inspiração

Sentadas na calçada de um bar barulhento perto de casa, Rosalina com uma cerveja na mão e eu preocupada com a gravação da entrevista, conversávamos sobre a sua entrada no mundo das organizações de mulheres e do feminismo. Membro fundador do Movimento das Jovens Feministas de Moçambique (MOVFEMME) e docente do Instituto Superior de Artes e Cultura (ISARC), Rosalina contava entusiasmada da primeira vez em que participou num evento onde estavam presentes algumas das principais e mais conhecidas activistas feministas de Moçambique. Era a primeira vez que a via pessoalmente, mas já a conhecia através do Facebook, onde se apresenta como *Mamana Wa Vatsongwana*¹ e onde costuma escrever textos sobre várias questões ligadas à cultura e ao quotidiano de Moçambique. A certa altura, ela referiu-se às feministas mais velhas como “(...) *aquelas que eu chamo de Geração de Beijing...* (...) *que é a Isabel [Casimiro], a Ana [Loforte], a Conceição [Osório], a Ximena [Andrade]*.”

A referência a Beijing trouxe-me à mente uma série de imagens de um dia sobre o qual não havia pensado mais. Lembro-me muito bem do entusiasmo que senti quando o meu pai estacionou o carro e vi o mar de mulheres que se formava à volta do enorme autocarro naquela manhã de inícios de Setembro de 1995. Deviam ser bem mais de 30, de todas as cores e vestuário, sobretudo capulanas. Não era a primeira vez que a minha mãe, Isabel Casimiro, viajava a trabalho, estava mais que habituada a isso. Não era a primeira vez, também, que me encontrava rodeada daquele mulheroio todo. Já tinha participado, acompanhando a minha mãe, de vários eventos dentro e fora da universidade. Havia participado, inclusive, de eventos fora do país, ainda na sua barriga.

Desta vez, no entanto, toda aquela azáfama me parecia diferente. Não era só por ser um grupo de mulheres tão grande e diversificado. Havia uma excitação no ar, algo que não havia presenciado antes. Estávamos na Avenida *Mao Tse Tung*, na cidade de Maputo, de onde o autocarro *Pantera Azul* partia para Joanesburgo, na África do Sul. Assim que saltei do carro reconheci várias amigas e colegas da minha mãe a quem chamava de “tias”. Lembro-me de ver a Ximena, a Terezinha, a Carla Braga, a Margarita Mejia, a Ana Loforte, entre muitas outras cujas caras me eram familiares. À volta do autocarro, uma verdadeira confusão de mulheres, malas, familiares envolvidos em beijos e abraços, conversas, recomendações e gargalhadas. E malas, muitas malas, uma alegria contagiante no ar. Lembro-me de desejar ardentemente entrar

¹ Mãe das crianças, em Changana, língua falada no sul do país.

no autocarro e ir com elas. Sempre tive essa vontade de ir com a minha mãe nas viagens que fazia - que não eram poucas -, mas isso nunca se concretizou.

O destino? A China. Aquele país do qual não sabia absolutamente nada a não ser que era muito longe. Mais concretamente, Beijing, a sua capital. As mais de cinquenta mulheres que ali se encontravam – entre pesquisadoras, académicas, membros do governo e da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), activistas e funcionárias de organizações de mulheres – estavam a caminho da *IV Conferência Mundial sobre a Mulher* das Nações Unidas, intitulada *Acção para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz*. Era a primeira vez que Moçambique participava massivamente numa conferência mundial sobre a mulher, conferência essa que ficou conhecida como a maior e mais importante delas.

Nasci e cresci convivendo com várias das mulheres que vi naquele dia, esperando o autocarro. Filha de uma académica e activista feminista, desde cedo tive contacto com este mundo e conceitos como género, patriarcado, feminismo, movimento de mulheres, igualdade e equidade de género – mesmo que não os compreendesse ao início – fizeram sempre parte da minha trajectória e vocabulário. Para além de conviver com as amigas e colegas da minha mãe, passei parte da minha infância e adolescência percorrendo os corredores do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM), onde a minha mãe trabalha até hoje e onde, em 1989, sob a sua coordenação, foi criado o primeiro Núcleo de Estudos da Mulher (NEM). Ali, assim como nos outros espaços por onde circulei acompanhando-a – principalmente em organizações de mulheres – fui ganhando consciência do que significava o seu trabalho, assim como me familiarizando cada vez mais com os discursos, as agendas, as actividades, os temas e as pessoas que fazem parte daquele universo.

Esta aproximação ao trabalho da minha mãe acabou influenciando as escolhas que fiz não só em relação ao meu percurso académico, mas também ao profissional. Fiz a graduação em Sociologia, o mestrado em Antropologia Social e o doutorado em Ciências Sociais e os meus trabalhos, monografia, dissertação e agora a tese, tiveram sempre uma perspectiva de género ou foram desenvolvidos na área de Estudos de Género. O mesmo aconteceu com o meu percurso profissional. Após a conclusão da graduação, que fiz em Portugal, regressei a Maputo e trabalhei como Oficial de Programas na Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), a primeira associação de direitos humanos das mulheres, criada ainda em 1991, da qual a minha mãe é uma das fundadoras. Lá, tive a oportunidade de aprofundar os meus conhecimentos acerca da linguagem e funcionamento do mundo das Organizações Não Governamentais (ONG), conhecer várias organizações, associações e redes ligadas aos direitos das mulheres, entrar de facto no activismo e alargar a minha rede de contactos na área. Foi

através desse trabalho, assim como do papel da minha mãe neste campo, que tive acesso à maior parte das pessoas com quem convivi e acompanhei durante o trabalho de campo.

Trabalhei também como Técnica de Género na Rede Salesiana de Formação Profissional (RSFP), realizando uma série de actividades de género nas escolas e centros profissionais, como debates, cursos de formação, palestras e distribuição de material. Nessa época, integrei a rede de formadores do Fórum Mulher (FM) e participei numa formação de formadores organizada pela WLSA Moçambique. Através destas organizações, consegui uma série de materiais didácticos sobre género - folhetos, livros, panfletos, filmes, boletins - com os quais trabalhei nas minhas formações e nas palestras junto aos alunos e professores do ensino técnico.

O trabalho nestas organizações permitiu-me uma aproximação ao campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, ocupando agora um outro lugar que não o de observadora/acompanhante, mas de participante activa. Me permitiu, também, conhecer uma série de outras e novas organizações de mulheres, me aproximar e me relacionar das/com as pessoas que nelas trabalham, me envolver numa série de actividades e, acima de tudo, desenvolver a minha militância feminista.

Assim, esta tese é um reflexo do cruzamento de todas estas minhas vivências ao longo dos anos - pessoais, profissionais e académicas.

Introdução

Entrando em campo e (re)entrando no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género

Foi a partir da fala de Rosalina, ao referir-se ao grupo de mulheres mais velhas que ela em termos geracionais, que comecei a prestar atenção à maneira como as interlocutoras de diferentes idades se referiam umas às outras, ou melhor, como se definiam a si próprias e ao mesmo tempo identificavam as outras mulheres. Estas definições foram aparecendo ao longo das entrevistas que realizei com mulheres de diferentes idades. Além de *Geração de Beijing*, as mulheres pertencentes a este grupo foram definidas também como *mentoras*, *históricas* ou *seniors*, pelas gerações que lhes seguem. As mulheres que participaram na luta pela independência do país, ex-guerrilheiras, assim como as pertencentes à OMM, foram identificadas como *Geração das Mamas*² ou de *pré-históricas*, principalmente pelas mais jovens. Estas, por sua vez, identificaram-se e foram identificadas como *Geração das Jovens Feministas*. O grupo de mulheres entre a *Geração de Beijing* e a das *Jovens Feministas*, as que estão *in between*, foi identificado como *Geração das Intermediárias*, geração esta da qual a Rosalina faz parte.

A *Geração das Mamas* - cujos membros não fizeram parte do meu grupo de entrevistadas - é composta pelas mulheres que, entre as décadas de 1960 e 1970, participaram na luta pela independência do país, compondo grupos como a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO), o Destacamento Feminino (DF) e a OMM. Hoje, é composta maioritariamente por mulheres pertencentes à OMM, liga feminina do Partido Frelimo.

A *Geração de Beijing* é composta por um grupo de mulheres académicas que, sobretudo dentro da universidade, iniciou as primeiras pesquisas sobre mulher e género, em meados dos anos 1980, e que esteve envolvido na criação das primeiras organizações, associações, redes e fóruns de direitos das mulheres, em princípios dos anos 1990. São ainda bastante activas no campo em análise, como membros de uma série de redes, à frente de organizações, participando em várias pesquisas na área de género e leccionando na universidade.

Fazem parte da *Geração das Intermediárias* as mulheres que trabalham, sobretudo, em ONGs de direitos das mulheres, nacionais e internacionais, ou como consultoras independentes para a área de género, com grande circulação pelos espaços internacionais e com um grande *know how* do reportório das ONG's. Foi no seio desta geração que se criou o Movimento das

² Em Ronga (língua nacional do sul de Moçambique) significa mulher casada ou mãe de filhos. É usualmente usado como termo de respeito e distinção.

Jovens Feministas de Moçambique (MOVFEMME), grupo no qual as jovens feministas estão hoje na liderança.

Por fim, a *Geração das Jovens Feministas* é composta por jovens que surgem de outras frentes que não somente a universidade e as ONGs. São jovens que trazem novas preocupações, reivindicações e que têm nas redes sociais - principalmente o *Facebook*, o *Whatsapp* e os *blogs* - e na arte - estética, moda, música, teatro, entre outros - o seu principal meio de activismo.

Em campo, observei a mobilização da categoria émica geração como algo que não tem necessariamente a ver com a idade cronológica, mas sim com a maneira como as mulheres se identificam e diferenciam, localizando umas às outras e a si próprias (GOMES, 2018). Geração tem a ver com a experiência, o contexto social, político e cultural em que surgem as diferentes trajetórias dessas mulheres.

O uso que as interlocutoras fazem dessa categoria me parece central para a compreensão da complexidade da constituição do campo e teve, portanto, grande relevância para a análise que proponho neste trabalho que não pretende fixar de forma rígida as fronteiras entre os grupos, mas leva em conta os limites constantemente borrados dessas demarcações que vão se movendo de forma flexível e relacional. Cada geração não constitui, assim, um grupo homogêneo, havendo sempre uma série de disputas, de sobreposições e de transformações internas. Isto significa que, em determinados momentos e dependendo do contexto em que estão inseridas, algumas mulheres podem ser definidas pelas outras como pertencendo a mais de uma geração ou transitando entre uma e outra, de tempos a tempos. Isto fica evidente na fala de Unaiti Costa, de 40 anos, identificada como pertencendo à *Geração das Intermediárias*, quando diz que se sente mais ligada à geração anterior à dela, a *de Beijing*:

Não, eu por acaso sou uma tipa que está *in between* mesmo, literalmente *in between*. Consigo perceber umas e outras. (...) mas eu estou mais com Graça [Samo] e tua mãe que são pessoas com quem eu convivo mais (...) Mas, por exemplo, eu converso super bué com a tua mãe, com a Graça, com a Solange [Rocha], que são mais velhas do que eu mas que em muitas coisas estamos alinhadas. E não só, eu acho que também tem a ver com faixas etárias. Tipo, eu acho que até aos 30 tu estás mais para baixo do que para cima. A partir dos 40, já te percebes mais como as pessoas que estão acima de ti. Nesse sentido. Não sei se faz sentido, mas por aí. E também ao nível da convivência, quanto mais convives menos diferenças existem, porque vais percebendo outras coisas (Entrevista a Unaiti Costa).

Esta transitoriedade de algumas interlocutoras, difíceis de serem localizadas, como pertencentes a uma só geração pelas outras, fica também evidente na fala de Withney Sabino, que se identifica e é identificada como *jovem feminista*, quando ela diz que

(...) há uma geração ali no meio...a Graça [Samo], eu sinto que ela se identifica muito mais com as mais velhas e tem um comportamento muito que se enquadra melhor ali. A intermédia é a Nzira [de Deus], Shaísta [de Araújo] ...Una[iti Costa] é muito neutra e ela nem quer se enquadrar (Entrevista a Withney Sabino).

Geração, nos sentidos atribuídos por Unaiti e Withney, tem assim menos a ver com idade e mais com a partilha de coisas comuns, como as pautas, a sua localização e formas de actuação (CARMO, 2018). O que existe no campo é, assim, uma articulação entre as diferentes gerações, que se dá tanto através da cooperação quanto do conflito entre elas.

O movimento feminista é geralmente descrito através de uma periodização em forma de ondas que delimitam períodos de tempo que seriam caracterizados por um tipo de concepção e prática política dominante. Assim, usualmente são apresentadas três grandes ondas: a primeira, compreendida entre finais do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, na qual mulheres se organizaram em torno da conquista de direitos fundamentais como o voto, a educação, o ingresso em carreiras consideradas masculinas e condições dignas de trabalho. A segunda onda, deflagrada no bojo da contracultura dos anos 1960 e 1970, marca a consolidação do feminismo como movimento político e a produção teórica sobre a opressão feminina em diálogo com a militância política. Como mostram Heilborn e Sorj (1999), esse período é caracterizado por palavras de ordem como "nosso corpo nos pertence" e "o pessoal é político", período esse frequentemente rememorado como uma espécie de "época de ouro" do feminismo. A terceira onda, mais imprecisamente localizada no final da década de 1980, marca um momento de renovação teórica e de proliferação de diversas categorias identitárias de mulheres. A unidade do feminismo, construída pelo discurso da opressão comum das mulheres nas sociedades predominantemente patriarcais, é contestada. Inaugura-se uma noção de múltiplas opressões, notadamente aquela que emerge das desigualdades raciais. Ao discurso binário simples que opunha mulheres e homens, sobrepõem-se outras oposições binárias, sobretudo entre mulheres brancas e negras, do Sul e do Norte.

Quando pensamos no contexto em análise, uma periodização nesses moldes falharia em evidenciar questões que me parecem essenciais à formação do campo em análise. Apesar das interlocutoras da pesquisa mencionarem as diferentes ondas como marcos importantes da história do feminismo a nível mundial, está claro que elas não correspondem à formação do campo em Moçambique.

Neste sentido, é interessante a análise que Bila Sorj e Carla Gomes (2014) fazem dos feminismos contemporâneos, considerando diferentes grupos de feministas activos simultaneamente, que mantêm relações de cooperação e disputa. As autoras mostram como a

periodização do movimento feminista em ondas, “(...) *períodos mais ou menos delimitados no tempo e caracterizados por um tipo de concepção e prática política dominante*” (SORJ e GOMES, 2014:435), tem sido bastante contestada, apontando três principais críticas a ela. A primeira diz respeito ao facto de a metáfora de onda remeter a um processo de constante substituição dos feminismos, ignorando as linhas de continuidade entre eles. Na segunda, é argumentado que o uso da noção de onda implica em omissões e exclusões de muitas expressões do feminismo que não se enquadram naquilo que é dominante em cada onda, o que dá a ideia de que existe uniformidade num movimento que sempre teve visões discordantes. Por fim, o uso deste termo cria uma aparência de neutralidade e objectividade sobre o processo de nomeação, algo que na realidade nunca acontece, pois todo o processo de periodização envolve disputas de poder e lutas por reconhecimento. Como afirmam as autoras

(...) o feminismo sempre foi um movimento descentralizado, constituído de diferentes grupos de mulheres, com variadas experiências de vida e modos diversos de conceber o tema das relações de gênero, de formular ideologias e estratégias políticas (SORJ e GOMES, 2014:437).

Considerando que os movimentos feministas têm incorporado a geração como marcador socialmente relevante, de forma a problematizar o seu envelhecimento e rejuvenescimento, e que as interlocutoras da pesquisa se definem umas às outras nestes termos, sugiro que o campo em análise seja periodizado em marcos ou momentos históricos, nos quais as diferentes gerações de mulheres estão directamente implicadas, interagindo umas com as outras. Estes marcos identificam mudanças ou viradas importantes na constituição do campo, que levaram a transformações importantes no seu interior. Esses marcos são a participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional, a Conferência de Beijing, a aprovação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher e a acção de rua contra as maxi-saias, organizada por jovens feministas.

Quando iniciei o trabalho de campo na cidade de Maputo, em Março de 2017, era meu principal objectivo compreender a construção e actualização do movimento de mulheres em Moçambique. A ideia era partir das experiências e trajectórias intelectuais de mulheres e homens que fizeram parte deste processo desde o seu início – como activistas, como académicas, como pertencentes a organizações e associações de mulheres ou como políticas - e também dos que surgem no campo mais recentemente, vindos de outras frentes e que enfrentam diferentes desafios. O foco da pesquisa eram as reflexões teóricas e analíticas que estas mulheres e homens foram tecendo ao longo das suas trajectórias de activismo e/ou

academia, em particular os temas, as problemáticas, os dilemas, os avanços e os desafios que foram surgindo a partir de 1975 com a independência de Moçambique.

No entanto, logo nas primeiras entrevistas deparei-me com algo inesperado. Apesar de movimento de mulheres ser um conceito comum no contexto da minha pesquisa - na prática (discursos) e na teoria (produção académica e das organizações) - ao questionar uma das interlocutoras identificadas como pertencendo à *Geração de Beijing* sobre como ela descreveria o movimento no contexto moçambicano, surpreendi-me com a sua resposta:

(...) movimento, que tenha uma agenda, não [existe]. Podemos reunir-nos...houve coisas aí muito ricas, quando foi do Código Penal, que as pessoas se uniram...esse é um elemento importante que mostra que as organizações já têm alianças. (...) Mas movimento como tal, com uma agenda, não vejo. (...) Nós podemos dizer, se calhar, que existe um movimento de mulheres a nível de certos princípios, certos pilares de reivindicação, de posição, de pensamento que são comuns e que podem rapidamente conseguir levar as pessoas a fazer uma marcha, levar as pessoas a tomar uma posição, pode ser. (...) Nós podemos dizer que há um movimento de mulheres que consegue construir rapidamente agendas comuns de direitos, que se articula, etc. Mas que isso seja movimento feminista, no sentido de haver uma agenda própria, não sei... (Entrevista a Conceição Osório).

Apesar de ter ficado surpresa com a sua resposta - por acreditar que a existência de um movimento de mulheres em Moçambique era um dado adquirido - não dei muita importância a esta opinião isolada. No entanto, com o decorrer das entrevistas, mais mulheres de diferentes gerações deram respostas semelhantes. Withney Sabino, identificada como pertencente à *Geração das Jovens Feministas*, por exemplo, afirmou que

Não existe [movimento de mulheres]. Não, ainda está muito longe. Nós aqui temos grupos dispersos de mulheres que se identificam com determinadas causas e, atenção, nem é feminismo, nem é nada disso. É "eu sou contra a violência doméstica, tu também és, ok vamos lá criar uma associação que tenha o perfil A, B ou C e fazemos aquilo que achamos que temos que fazer. Isso não é movimento. (...) Para mim, é muito isolado. Há todo um trabalho de sinergia que tem que ser feito e que, infelizmente, não existe. Eu não sei adjectivar, não sei qualificar, mas para mim não é movimento (Entrevista a Withney Sabino).

Também Maria José Arthur, identificada como pertencendo à *Geração de Beijing*, justificou a inexistência de um movimento de mulheres em Moçambique pela falta de alguns elementos que considera essenciais:

Eu acho que é muito cedo dizer que a gente ainda tem um movimento, né? Portanto, se a gente for pegar em alguns autores, eles consideram que estamos a falar em movimento social quando? Quando as pessoas concordam com uma determinada posição, concordam qual é o caminho para sair desse problema e, portanto, têm uma actuação comum. É muito difícil, porque acho eu que não estamos ainda nesse ponto.

Também não estou a falar num consenso extremo, isso nunca é bom. Mas naquilo que é básico a gente ter as mesmas posições (Entrevista a Maria José Arthur).

Estas sucessivas respostas, diferentes do que imaginava e difíceis de ignorar, obrigaram-me a mudar os rumos da pesquisa. Se, conforme algumas delas, não existe movimento de mulheres em Moçambique, o que afinal estava eu ali a fazer? Como definir o campo em que me encontrava e que me havia disposto a pesquisar? Seguindo então esta nova pista etnográfica, baseada nas reflexões e nos discursos que as interlocutoras fizeram ao longo das entrevistas e na minha observação dos espaços por onde circulei, fui mudando aos poucos o meu olhar. Se, no início, o meu interesse era compreender a construção e actualização do movimento de mulheres em Moçambique, agora a minha questão passa pela compreensão do que afinal existe naquele contexto, que expressa a demanda por direitos das mulheres e igualdade de género. Se não é movimento de mulheres, o que é? Como se define? O que constitui este campo onde elas actuam?

Não sendo objectivo desta pesquisa responder à ardilosa questão sobre a existência ou não de um movimento ou movimentos de mulheres em Moçambique, mas sim compreender o que afinal existe no contexto moçambicano, decidi dar um passo atrás e suspender qualquer ideia de movimento de mulheres que tivesse trazido comigo, de maneira a não engessar a pesquisa e a poder olhar para o que existe além destas definições muitas vezes limitadoras. Assim, dei especial importância às dinâmicas sociais que se configuram em torno das questões de género e dos direitos das mulheres em Moçambique. Existem várias opções metodológicas para olhar para estas dinâmicas. Optei por fazê-lo através das trajectórias das mulheres e homens que constituem esse campo, dos seus discursos e reflexões e da minha observação dos diferentes espaços por onde estas pessoas circulam.

Esta mudança de foco no campo trouxe-me um desafio relativamente à nomeação do meu objecto de pesquisa. Se não estou a falar de movimento de mulheres, qual seria o meu objecto? Tendo em conta que o meu campo de pesquisa inclui mulheres e homens posicionados em distintos lugares sociais, assim como organizações não-governamentais, academia, espaços de rua, internet e instituições do governo, todos interagindo ao mesmo tempo, optei por trabalhar com a ideia de campos discursivos de acção, de Sonia Alvarez (2014).

Para a autora, o debate sobre o surgimento, o desenvolvimento, o sucesso e o declínio dos movimentos sociais, assim como as suas estratégias e relações com o Estado, os partidos, os espaços participativos e as arenas internacionais, são foco comum de discussão entre as feministas, militantes e académicas. Essas discussões aparecem tanto em manifestos políticos e ensaios eruditos, como também em brigas acesas em mesas de bar e críticas nas redes sociais

e pressupõem uma definição do que se entende ou constituiria um movimento social (principais expressões organizativas, actores, espaços de actuação, entre outros), no caso o movimento feminista. Esses debates e discussões sobre o estado do movimento são atitudes frequentes entre quem se identifica com o que a autora propõe que se entenda como *campos discursivos de acção*, no lugar de movimento feminista. E é exactamente esse debate em si - essas discussões interpretativas e preocupações sobre o estado do movimento, sobre autenticidade e pertencimento, sobre inclusão e exclusão - que articula o campo feminista.

O que compõe os campos discursivos de acção, para Alvarez (2014), é muito mais do que um conjunto de organizações voltadas para uma determinada questão. Estes envolvem também um número considerado de actores individuais e colectivos e de lugares sociais, culturais e políticos que, em diferentes momentos, ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, maior ou menor destaque no campo político e discursivo e maior ou menor acesso aos recursos materiais e culturais. Grupos menos formalizados, situados em diversos espaços, o Estado, as instituições intergovernamentais, movimentos e redes de advocacia, a academia, a indústria cultural, os média, a internet, todos eles compõem este campo e se articulam, formal e informalmente, através de redes costuradas por cruzamentos entre pessoas, práticas, ideias e discursos.

As diferentes reflexões teóricas e analíticas que as interlocutoras da pesquisa foram tendo ao longo das suas trajectórias, os debates sobre se existe ou não movimento e quem faz ou não parte dele, os conflitos, as lutas interpretativas, as disputas político-culturais, as desigualdades, as relações desiguais de poder, as mudanças nas alianças, as disputas internas e as transformações nas coligações, tudo isso é parte dos componentes discursivos que articulam o campo em análise. São exactamente esses discursos e reflexões o que eu me proponho compreender. Porque os direitos das mulheres e a igualdade de género são demandas centrais deste campo, nomeio o meu objecto como campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género. Desta forma, acompanhei as interlocutoras da pesquisa (umas mais que outras), identifiquei algumas redes por onde elas circulam e mapeei conexões entre locais e espaços (academia, redes sociais, ruas, organizações, instituições do governo).

Porquê estas mulheres e homens, exactamente? Pela sua relevância - fazem, cada uma à sua maneira e de acordo com períodos históricos distintos, parte do debate público e político - e pela sua actuação polivalente - elas estão na academia, nas organizações e associações, fazem parte de redes, são autónomas, estão nas redes sociais, no activismo, entre outros, várias delas simultaneamente. A escolha de incluir homens na lista de entrevistados só surgiu depois de iniciar o trabalho de campo, por sugestão de Conceição Osório, identificada como pertencendo

à *Geração de Beijing*, para quem a participação dos homens no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género deve ser mais e melhor explorada. Somou-se também a esta decisão o surgimento e a importância de duas organizações cujo grupo alvo são especificamente os homens, nomeadamente a Rede Homens Pela Mudança (HOPEM) e a *Fanelo Ya Mina*. Muito se tem discutido, dentro do debate actual em Moçambique, sobre a participação dos homens na luta das mulheres, discussões essas por vezes bastante polarizadas. Por esta razão, e pelo facto de várias autoras (Tripp et al, 2009; Disney, 2009; Veitez, 2002) apontarem a participação activa dos homens neste campo como uma das principais características dos movimentos de mulheres africanos, achei que entrevistar alguns homens activos neste campo poderia ajudar a entender as dinâmicas internas a ele.

O tipo de abordagem que guia esta tese é relativamente novo no campo dos estudos de género em Moçambique. Apesar de existir uma bibliografia, nacional e estrangeira, sobre o movimento de mulheres em Moçambique e sobre a participação das mulheres na luta armada de libertação nacional, poucos são os estudos que se debruçam sobre estes temas a partir e através de trajectórias de mulheres e homens. Neste sentido, dialoguei primeiramente com uma bibliografia nacional, produzida no país e por moçambicanas, em especial aquelas que, sendo parte constitutiva do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, participam nesta pesquisa como interlocutoras. Refiro-me, especificamente, a algumas académicas cujas produções estão inseridas na área dos estudos de género, nomeadamente Isabel Casimiro, Ana Loforte, Terezinha da Silva, Maria José Arthur, Conceição Osório e Kátia Taela.

Para além dessa produção nacional, e porque existem ainda muitas lacunas no que diz respeito aos estudos de género em Moçambique, diálogo também com uma série de pesquisadores que fizeram ou têm feito pesquisa na área de género em Moçambique, assim como com uma bibliografia brasileira, principalmente no que diz respeito à questão da periodização do campo e aos feminismos jovens.

Através destes diálogos e da análise das trajectórias e experiências dessas mulheres e homens, busquei compreender como elas, no seu trabalho e activismo, foram incorporando as questões de género, a sua relação com organizações nacionais, regionais e internacionais, com uma agenda internacional do movimento feminista, a relação com os doadores internacionais e as suas imposições, se e em que termos se pode hoje falar de um movimento de mulheres ou movimento feminista e, ainda, como ele foi sendo construído ao longo do tempo e de todos os eventos históricos que o país enfrentou.

Metodologia de pesquisa, lugares e espaços

De maneira a melhor compreender os discursos e práticas que se configuram no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, adoptei uma metodologia qualitativa, envolvendo 1) a etnografia dos espaços e eventos por onde circulam as actoras e actores individuais desta pesquisa 2) entrevistas semi-estruturadas em profundidade de modo a traçar trajectórias intelectuais e 3) a observação participante, de modo a circular entre os lugares onde as interacções acontecem e compreender as dinâmicas entre os diferentes actores. Estes procedimentos foram combinados de maneira a seguir e explorar trajectórias, interacções, discursos e práticas que ocorrem em vários lugares e contextos. Escolhi uma abordagem etnográfica porque queria transitar pelos espaços onde as interações acontecem e, ao mesmo tempo, compreender os pontos de vista e as perspectivas que os diferentes actores têm sobre eles.

De modo a compreender e situar os diferentes papéis que os actores da pesquisa desempenham, conduzi entrevistas semi-estruturadas em profundidade, adoptando uma abordagem de trajectória de vida, de modo a mapear a sua história e os caminhos pessoais e profissionais, assim como a constituição e a manifestação das suas identidades profissionais e do activismo. Busquei compreender as suas reflexões analíticas em torno das questões de género e dos direitos das mulheres e seguir os caminhos que estas percorreram até começarem a interessar-se/militar/pesquisar/trabalhar com questões de género. Para além de recuperarem toda a sua vida pessoal, umas mais detalhadamente que outras, as interlocutoras me falaram dos seus percursos académicos e profissionais, de que maneira estão ligadas ao campo em torno das mulheres e da igualdade de género (como se definem no meio), os temas de pesquisa com os quais têm trabalhado, a articulação e relação das organizações de mulheres nacionais com as regionais e internacionais e entre si, a relação e a articulação entre a academia e as organizações, as posturas e políticas do governo em relação à posição da mulher e questões de género pré e pós-independência, como as organizações de mulheres lidam com a imposição de agendas vindas dos financiadores estrangeiros, como tematizam e constroem as suas actividades dentro de uma agenda internacional mais ampla, como o feminismo tem sido recebido e trabalhado no contexto moçambicano e o que significa para elas, como se dá a relação entre as várias gerações de activistas feministas e quais as suas principais inspirações/referências. Apesar de ter um roteiro com algumas questões centrais, deixei que as interlocutoras escolhessem livremente que temas aprofundar e se estender.

Usei a observação participante de modo a mergulhar nos locais onde as interacções acontecem e compreender os significados atribuídos pelas interlocutoras. Assim, a pesquisa

envolveu a observação participante em espaços formais e informais, onde se desenvolvem uma série de acções, como seminários, conferências, eventos de rua, mesas redondas, debates, fogueiras feministas, palestras nas universidades, entre outros. Estendeu-se para além do domínio profissional e de activismo e incluiu também espaços e situações não relacionadas com o trabalho, como bares e restaurantes, caronas e idas à ginástica, almoços e jantares, confraternizações, entre outros. Aqui, pude experimentar o lugar do afecto de que tanto falam as interlocutoras. Senti-o e experimentei-o em diversos momentos, tendo ficado muito próxima de algumas interlocutoras (sem contar com aquela primeira geração de que falo no prólogo), não só durante o trabalho de campo, como depois à distância, através das redes sociais.

Para além dos escritórios e eventos da WLSA Moçambique e do Fórum Mulher, circulei pelos escritórios e participei em eventos organizados pela Associação Sócio Cultural Horizonte Azul (ASCHA), pela associação LGBT Lambda³ (cuja sede recebeu algumas fogueiras feministas e rodas de conversa) e pelo MOVFEMME. Através da participação em mesas redondas, debates, conferências, fogueiras feministas, bate-papos e outro tipo de actividades, pude perceber quais os temas actuais em debate - violência doméstica/de género, casamentos precoces⁴, direitos sexuais e reprodutivos e segurança no espaço público -, alargar a minha lista de entrevistadas, conhecer e conviver com uma geração de activistas mais jovens, ligadas a associações comunitárias de base e a movimentos recentes e perceber um novo – pelo menos para a realidade de Moçambique – tipo de activismo feminista, o das redes sociais.

Apesar de ter uma experiência anterior com o meio e conhecer grande parte das pessoas e organizações, o que facilitou a minha entrada em campo, cedo fui confrontada com algumas dificuldades na realização das entrevistas. Grande parte das interlocutoras da pesquisa viaja muito a trabalho e tem uma agenda cheia, o que dificultou a marcação das entrevistas e a sua continuação. A título de exemplo, duas das entrevistadas viajaram cada uma mais de cinco vezes nos seis meses em que durou o trabalho de campo, sendo que algumas das sessões tiveram intervalos de mais de três meses entre elas. O facto de ter uma relação próxima com grande parte das interlocutoras com certeza amenizou esta dificuldade, pois me possibilitou ser, digamos, mais invasiva e insistente de maneira a concluir as entrevistas e usando os mais

³ Nascida, em 2006, de uma reflexão profunda sobre a situação dos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) na sociedade moçambicana, a Lambda, Associação Moçambicana para Defesa das Minorias Sexuais, é uma organização que advoga pelos direitos humanos das minorias sexuais. Apesar de não ter interagido directamente com esta organização, a maior parte das fogueiras feministas nas quais participei, organizadas pelo MOVFEMME, aconteceram nos escritórios da Lambda, que vem se aproximando cada vez mais do campo em análise e das discussões que acontecem no seu interior.

⁴ Conceito não aceite pela maioria das organizações, já que se está perante uma união forçada e não um casamento que pressupõe uma união desejada e livre.

diferentes meios (ligações telefónicas, mensagens de celular, de *Whatsapp*, de *Facebook* e presença nos seus lugares de trabalho).

As actividades em que participei durante o trabalho de campo foram a *Semana da Mulher* (em comemoração ao 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e ao 7 de Abril, Dia da Mulher Moçambicana), com a colaboração (na sua organização e execução) de várias organizações e associações da sociedade civil (MOVFEMME, Marcha Mundial de Mulheres, Fórum Mulher, ASCHA) e composta por mesas redondas, mostra de filmes e documentários e debates; um piquenique feminista organizado pelo MOVFEMME, com o tema Vamos falar sobre nós; o debate #NossoTrabalhoConta, Mulheres na economia do cuidado, organizado pela Fundação Friedrich Ebert, pelo Centro Cultural Moçambicano-Alemão, pelo Fórum Mulher e a Rede HOPEM; uma semana de formação com o tema Fortalecimento de Iniciativas Locais para uma maior Igualdade de Género, da associação italiana Centro Informazione Educazione allo Sviluppo (CIES); a palestra “A violência baseada no género”, organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique, que contou com a apresentação de uma das interlocutoras da pesquisa, pesquisadora da WLSA Moçambique; a roda de conversas sobre violência doméstica organizada pelo Graal Moçambique, movimento internacional de mulheres cristãs; uma fogueira feminista, organizada pelo MOVFEMME e com o título Ser Rapariga em África: Costurando Laços de Activismo e Solidariedade; o debate sobre os resultados da pesquisa sobre a análise da aplicação da Lei Contra a Violência Doméstica (2009-2015), realizada pela WLSA Moçambique e o 2º Fórum Distrital de Género, Cultura, Segurança Urbana e Políticas Públicas para Raparigas e Mulheres Jovens, organizado pela ASCHA. Para além disso, fui convidada pelo MOVFEMME e pela Lambda a moderar uma roda de conversa e a ministrar uma formação sobre empoderamento económico da mulher e práticas de poupança e crédito rotativo, organizado pelo CIES e que teve lugar em Maputo e em Chimoio, capital da província de Manica.

Para além das actividades realizadas durante o trabalho de campo, acompanhei as páginas de *Facebook* das interlocutoras da pesquisa e das organizações⁵ por onde circulei, participei (e ainda participo) num grupo de *Facebook* intitulado *Feminismo MZ*, que discute uma série de temas relacionados ao feminismo e do qual fazem parte as interlocutoras identificadas como fazendo parte da *Geração das Jovens Feministas*, fui incluída no grupo de *Whatsapp* sobre a preparação do *Mundo de Mulheres* em 2020 - que congrega mulheres de todas as gerações

⁵ [WLSA Moçambique](#), [Fórum Mulher](#), [Associação Sócio-Cultural Horizonte Azul](#), [Movimento das Jovens Feministas de Moçambique](#) e, com menor intensidade a [Lambda](#), [Associação Moçambicana para Defesa das Minorias Sexuais](#), [Marcha Mundial de Mulheres Moçambique](#) e a [Rede Homens Pela Mudança](#).

pesquisadas (e do qual agora sou parte da Comissão Científica) - e segui também os *blogs A Jovem Feminista* e *Escreve, Eliana, Escreve*, cujas autoras são interlocutoras desta pesquisa identificadas como fazendo parte da geração mais jovem.

A razão pela qual decidi seguir e, até certo ponto, usar este material como fonte, é que eles expressam diversos pontos de vista e discursos que as interlocutoras e as organizações possuem em relação a temas que constituem o debate actual dentro do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, para além de me permitirem estar actualizada em relação aos eventos e às discussões. Além disso, a escrita reflecte aspectos da experiência e da análise das interlocutoras que não surgiram ou escaparam às entrevistas, mais aprofundadas. Ao analisar este material, tenho em conta o contexto social e cultural no qual foram produzidos e à luz das suas trajectórias pessoais e profissionais, assim como as suas reflexões durante as entrevistas.

Participantes da pesquisa⁶

As primeiras interlocutoras com quem fiz contacto, antes da ida a campo, foram sobretudo as mulheres pertencentes à *Geração de Beijing*, que conheço com mais intimidade há muitos anos, além de algumas da *Geração das Intermediárias*, que conheci ao longo do meu percurso profissional. Com todas elas tinha um elo de ligação, a minha mãe, que facilitou alguns dos contactos por ser figura central do campo que analiso. Para além destas primeiras 7 mulheres que contactei e de quem recebi uma afirmativa em relação a fazerem parte da pesquisa, fui conhecendo e me aproximando das outras entrevistadas através de indicações destas mais velhas, assim como da minha participação nos diferentes eventos nos quais transitei, onde observava atenta quem me parecia mais dinâmica e na liderança das actividades. Recebi muito mais indicações de mulheres e homens do que esperava mas, infelizmente, não consegui entrevistá-las a todas, em parte por falta de tempo meu e também por uma indisponibilidade de algumas pessoas.

Realizei um total de 23 entrevistas⁷, sendo 20 a mulheres e 3 a homens. Todas foram realizadas presencialmente e no decurso de dois a três encontros, com uma média de uma hora de duração cada, exceptuando uma que foi realizada através de trocas de e-mails e outra que foi finalizada via Skype. Dessas 23 entrevistas, 19 foram em profundidade e 4 não puderam, por

⁶ Em anexo, apresento uma tabela com todas as pessoas entrevistadas e os seus principais dados pessoais e profissionais.

⁷ Contactei ainda um homem, figura importante no campo em análise, que me foi recomendado por várias das interlocutoras, mas que se mostrou reticente em participar da pesquisa, após um primeiro encontro que ele não permitiu que fosse gravado.

diversos motivos, ser terminadas⁸. Foram realizadas em diversos locais, como cafés, restaurantes, bares, a minha casa, a casa das interlocutoras e nos seus locais de trabalho (a minoria).

Para a realização das entrevistas, tive o cuidado de procurar uma diversidade de interlocutoras em relação às diferentes gerações, às posições que ocupam (profissionalmente e no campo), assim como aos lugares por onde circulam, pois estes lugares e posições estão diferentemente situados no campo. Deste modo, e de maneira geral, entrevistei académicas e ex-académicas, pesquisadoras, activistas, funcionárias de organizações não governamentais nacionais e estrangeiras (em diversos cargos, desde directoras executivas a oficiais de programas), funcionárias e ex-funcionárias do Estado, consultoras independentes para a área de género e duas *bloggers* (uma médica e outra gestora de projectos numa empresa de publicidade). As suas idades variam entre os 22 e os 70 anos, todas têm ensino superior completo (excepto duas que estão ainda no processo), vivem actualmente na cidade de Maputo e são, na sua maioria, negras e mistas⁹ (exceptuando-se duas brancas). Apesar de não as classificar especificamente durante o texto, todas as vezes em que a questão da cor e da raça apareceu nas entrevistas e no campo como ponto importante, elas foram.

Como coloquei anteriormente, estas mulheres e homens foram escolhidas pelo papel central que desempenham, além de também pela forma como foram identificadas e definidas umas pelas outras como sendo pessoas importantes no campo, pela sua trajectória e experiência. Em diferentes momentos históricos, com maior ou menor visibilidade, são elas que debatem, discutem e definem as pautas do campo; é através da sua trajectória que se vai registando o processo de construção e actualização deste campo; são elas que articulam o campo (formal ou informalmente) a nível nacional, regional e internacional e são elas que transitam por diferentes espaços - academia, organizações de mulheres, órgãos do governo, redes sociais, ruas, mídia, indústrias culturais, entre outros.

O meu lugar na pesquisa

A minha história pessoal e profissional é relevante para esta pesquisa não só em termos da escolha do tema e dos métodos usados, mas também do relacionamento com as interlocutoras. Eu também faço parte deste campo, como alguém com uma trajectória profissional dentro das

⁸ A entrevista por e-mail e outras duas não foram concluídas porque as interlocutoras (duas mulheres e um homem) se mostraram indisponíveis por motivos profissionais; outra entrou em licença maternidade.

⁹ No contexto moçambicano, a classificação “mista” é usada para classificar aquelas pessoas que não são vistas como negras ou brancas, e também por aquelas que têm misturas nas suas ascendências.

organizações de mulheres, como uma activista feminista moçambicana, localizada dentro da rede de actores que promovem e trabalham pela igualdade de género e direitos das mulheres, como uma pesquisadora trabalhando sobre o campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género e como colega e amiga de algumas das participantes, com quem partilho relações de afecto e com quem convivo no âmbito doméstico e familiar. O meu trabalho como eventual consultora e formadora na área de género foi e tem sido desenvolvido através de redes e alianças profissionais formais e informais, das quais elas fazem parte.

Posso dizer que sou, neste sentido, uma pesquisadora nativa ocupando um lugar privilegiado, lugar esse que me deu acesso a uma série de pessoas e espaços, assim como a informações que não teria se não fossem todas estas relações. Esta é uma questão importante, porque situa o ambiente académico e intelectual no qual esta pesquisa foi produzida e reconhecem o meu lugar como uma moçambicana académica e activista, que estuda numa universidade brasileira e que pesquisa o seu próprio contexto.

Assim, são integrais a esta pesquisa as minhas próprias experiências e posições pessoais. Estou ciente dos desafios epistemológicos, morais e éticos que a minha posição assume. Poderia esconder o facto de estar pessoalmente envolvida nos processos e dinâmicas que pesquiso, sob pretexto de uma objectividade, mas ao invés, assumo o desafio de reflectir acerca de como esta proximidade epistémica afecta as minhas interacções e análises. Raramente senti que o facto da minha mãe ser figura central neste campo – constantemente apontada como inspiração para muitas das interlocutoras – fosse uma desvantagem, afastando ou inibindo as pessoas de serem sinceras e falarem abertamente sobre aspectos mais problemáticos ou conflituosos que perpassam o contexto desta pesquisa.

Durante vários momentos ao longo da pesquisa, experimentei identidades e papéis aparentemente conflitantes nas minhas tentativas de balancear, por um lado, a imersão e a participação, e por outro, a distância e a observação. O meu papel principal sempre foi o de observadora, mas teria sido antiético e incoerente com o meu activismo feminista não participar das actividades para as quais fui chamada. Fui sendo “intimada” a ser mais activa no campo, a participar nas actividades, a dar a minha opinião em relação a vários temas que iam sendo debatidos nos espaços por onde circulei. No início hesitei, mas logo me envolvi pois, de uma maneira ou de outra, eu sou também uma activista e desta forma estaria a contribuir de alguma maneira com a minha experiência e conhecimentos (teóricos e práticos) adquiridos.

Fui chamada para dar formações¹⁰, moderar rodas de conversa e participar na preparação da viagem de um grupo de moçambicanas a uma conferência internacional fora do país¹¹. A minha principal motivação em participar nos eventos foi, obviamente, a pesquisa em curso. No entanto, mesmo que não estivesse em trabalho de campo, gostaria de ter feito parte deles, por se tratarem de espaços familiares onde, no passado, havia circulado bastante não só como oficial de programas de uma organização ou como técnica de género de uma rede de formação profissional, mas também por se tratarem de actividades (e espaços) feministas.

Nunca foi minha intenção ocupar o lugar de mera observadora durante o trabalho de campo e com certeza a participação em várias actividades me possibilitou o acesso a informação que não teria de outro modo. Penso que, assim como para Íris do Carmo, estar “*intimamente envolvida com o universo da pesquisa*” me colocou na “*liminaridade entre as posições de pesquisadora e activista*”, condição essencial para o desenvolvimento deste trabalho (CARMO, 2018:26).

No meu caso, e ao mesmo tempo em que me sentia completamente à vontade naqueles espaços, estar fora de Moçambique há mais de cinco anos me fazia sentir, por vezes (e sentia também que me viam assim), como uma *outsider*. Havia muita gente nova que eu não conhecia e, muitas vezes, fui percebida como uma académica brasileira que estava ali a fazer pesquisa¹². Esta questão de como eu fui vista e como eu me vi naquele contexto é relevante não só em termos metodológicos, mas também porque as distinções entre activistas e académicas ou profissionais de agências ou organizações de mulheres estão embutidas nos discursos de algumas das minhas interlocutoras, como analiso mais à frente no capítulo 2.

Limites da pesquisa

¹⁰ Fui convidada pela ONG italiana CIES, parceira da União Europeia, a desenvolver um módulo sob o tema *Empoderamento Económico da Mulher: caixa de poupança e crédito rotativo* (tema da minha dissertação de mestrado). Esse módulo fez parte de uma sessão de formações, que englobaram outros temas (direitos da mulher no âmbito da lei do trabalho, direitos e práticas culturais e os planos de género no âmbito das instituições públicas) e que está ligado a um projecto que tem como objectivo geral promover a igualdade de género em três províncias de Moçambique (Maputo, Manica e Sofala), contribuindo para o fortalecimento das experiências locais de promoção dos direitos da mulher e da rapariga. Esta ONG é também parceira da WLSA Moçambique, que participou na semana de formações dando um módulo sobre práticas culturais.

¹¹ A conferência em questão foi o 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Género 11, que se realizou na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre finais de Julho e inícios de Agosto de 2017. Moçambique irá sediar o próximo Mundo de Mulheres, em 2020 e, por essa razão, foi constituída uma comitiva de mulheres de várias organizações não governamentais, organizações comunitárias de base, universidades e órgãos do governo, mulheres essas que fazem parte da comissão organizadora do evento. Cinco interlocutoras da pesquisa, das *Geração Beijing*, das *Intermediárias* e das *Jovens Feministas* fizeram parte da comitiva que foi ao evento.

¹² Algo bastante comum em Moçambique. Durante os seis meses de trabalho de campo, cruzei-me com cerca de cinco pesquisadores brasileiros, fazendo os seus trabalhos de campo de mestrado ou doutorado.

Várias são as limitações que esta pesquisa apresenta. A primeira é o facto de não ter conseguido falar com todas as pessoas que tinha em mente à partida. Não entrevistei alguns elementos da chamada *Geração de Beijing*, por desencontros e agendas preenchidas. Também não entrevistei ninguém que trabalhe actualmente em órgãos do governo que se dediquem a questões de género, como por exemplo, o Ministério de Género, Acção Social e Criança, apesar de ter participado num curso de formação que contou com a presença de pontos focais de género de diferentes Direcções Distritais (da Saúde, Juventude e Desportos, Educação, entre outros). Por fim, não entrevistei nenhuma mulher pertencente à *Geração das Mamas*, por considerar que existe mais análise sobre esta geração do que sobre as outras, principalmente a *das Intermediárias* e a *das Jovens Feministas*. A minha contribuição vai assim no sentido de trazer material sobre estas gerações, material esse que é praticamente inexistente, como forma de complementar o que já existe.

Outro aspecto que pode ser lido como uma limitação foi o facto de ter restringido a minha pesquisa à cidade de Maputo. Como posso falar no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género sem ter saído da cidade de Maputo? Na realidade, é na capital do país que se concentram os escritórios e sedes da maior parte e das principais organizações de mulheres, para além de ser também onde residem os mais importantes actores e actoras do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género. Para além disso, é preciso ter em conta que até início dos anos 90 - altura em que surgiram as primeiras organizações de direitos das mulheres - o país vivia uma guerra de desestabilização entre a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e as forças governamentais, guerra essa que restringiu sobremaneira as acções de grande parte dessas organizações à província de Maputo (o conflito armado não chegou a entrar na capital), assim como as pesquisas que se iniciavam sobre a situação das mulheres. No entanto, e apesar de todas as limitações e constrangimentos, acredito que o conjunto de pessoas entrevistadas, aliado a uma etnografia dos eventos, dos espaços por onde circulam e do diálogo com a sua produção, é representativo de um contexto mais amplo que constitui o campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género.

Organização da tese e algumas considerações sobre o texto

A tese está dividida em quatro capítulos, construídos à volta daqueles que considero serem os principais marcos históricos do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género. Para além disso, compõem ainda esta tese um prólogo, uma introdução e as considerações finais.

Inspirada na tese de doutorado de Carla Gomes (2018), todos os capítulos iniciam com o que chamo de fragmentos, que são baseados na minha observação e participação dos/nos diversos espaços e eventos nos quais transitei, nas entrevistas que realizei e também no material bibliográfico que analisei. Funcionam como um recurso etnográfico, de forma a introduzir e/ou destacar questões que considero serem centrais no capítulo em questão. Os fragmentos poderão, apesar de terem como fonte factos reais do campo, conter pinceladas de ficção, no sentido em que eu me coloco como autora e vou costurando e intervindo a/na narrativa sempre que achar necessário tendo em conta os propósitos analíticos.

No primeiro capítulo, descrevo e problematizo a participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), considerando esta como a génese do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique, que se foi consolidando a partir daí. Deste modo, reflicto sobre a criação da FRELIMO (1962) e das três primeiras organizações de mulheres anteriores à independência do país, nomeadamente a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO, 1962), o Destacamento Feminino (DF, 1965) e a Organização da Mulher Moçambicana (OMM, 1973). Mais especificamente, discuto as posturas e políticas que a FRELIMO e, posteriormente, o Partido Frelimo tiveram/implementaram em relação às mulheres e o que mudou depois da independência do país.

No segundo capítulo, descrevo o processo de criação do primeiro núcleo de estudos da mulher e género no país, dentro do CEA/UEM, assim como as primeiras pesquisas sobre a situação legal da mulher. Analiso, ainda, o papel que este núcleo desempenhou no surgimento das primeiras organizações moçambicanas focadas nos direitos das mulheres e nas questões de género, e o papel das interlocutoras da *Geração de Beijing* neste processo. Aqui, evidencio também como o campo foi sendo ampliado a partir e através da articulação entre vários actores, nomeadamente académicas, juristas, organizações de mulheres, órgãos do governo, organizações comunitárias de base, entre outras. Em articulação com o capítulo 3, abordo brevemente o surgimento da campanha nacional Todos Contra a Violência (TCV), fruto da participação em Beijing e que impulsionou a elaboração, o *lobby* e a aprovação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher.

No capítulo 3, descrevo e busco compreender as relações e articulações entre academia, organizações de mulheres (nacionais e internacionais) e governo no que diz respeito aos processos de discussão, elaboração e aprovação não só da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, como também de outras que a antecederam e que estão directamente ligadas aos direitos e estatuto das mulheres, nomeadamente a Lei de Terras (1997), a Lei da Família (2004) e a revisão do Código Penal (2014). Paralelamente, mostro como organizações

e redes não governamentais, mais formalizadas, se foram tornando os actores centrais e mais visíveis no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género. Por fim, mostro como se vem desenvolvendo, por parte de algumas interlocutoras da pesquisa, uma reflexão crítica ao modo de funcionamento das organizações de mulheres e como estas estabelecem as suas agendas e desenvolvem o seu trabalho.

No capítulo 4, descrevo e analiso o surgimento de grupos e organizações formados essencialmente por mulheres jovens que se definem como feministas e que vêm reivindicando visibilidade e legitimidade como sujeito político colectivo. Com novas formas de actuação, surgindo de diferentes frentes e usando uma série de novos recursos, como por exemplo as redes sociais e o ativismo (arte+ativismo), estes contribuíram para uma diversificação do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género. São disso exemplo a Associação Sócio-Cultural Horizonte Azul (ASCHA) e o Movimento das Jovens Feministas de Moçambique (MOVFEMME), cujo surgimento analiso de forma a evidenciar uma série de questões que elas trazem, nomeadamente as suas lutas por espaço, protagonismo e legitimidade, as suas reivindicações, formas de actuar e principais problemáticas/pautas e a relação com as gerações mais velhas. Aqui, as experiências do feminismo como identidade pessoal e institucional são centrais. Para além disso, busco analisar a participação dos homens neste campo, através do surgimento recente de organizações e redes voltadas especificamente a temas como as masculinidades e como as mulheres de diferentes gerações analisam esta participação.

Antes de concluir esta introdução, penso ser importante orientar os leitores sobre os usos que faço, ao longo do texto, em relação às convenções de escrita e modos de citação de algumas falas. Consciente de que esta tese é resultado da costura entre a minha observação e análise, das reflexões e experiências das interlocutoras, do diálogo com a minha orientadora e colegas de orientação, assim como das longas conversas que tive com alguns colegas que em muito me ajudaram a desamarar os nós das minhas visões e reflexões; de que, em nenhum momento, me coloco no papel de “falar em nome de” ou como representante do activismo moçambicano, muito menos como herdeira dos estudos sobre género e feminismo em Moçambique iniciados, em parte, pela minha mãe, assumo a escrita na primeira pessoa do singular.

O uso do *itálico* se dá sempre em relação a palavras estrangeiras, neologismos, termos émicos ou, junto com as aspas, em citações curtas. As aspas, quando faço uso de expressões que não são minhas ou citações curtas. Para citações longas, sejam de falas de interlocutoras ou de trechos de bibliografia com a qual dialogo, uso o recurso de recuo à esquerda. O **negrito** é usado para destacar alguma frase ou palavra importante para o argumento em questão. Por se tratar de um contexto específico e, talvez, desconhecido dos leitores em geral, faço uso das

notas de rodapé - em momentos talvez exageradamente - para esclarecer, explicar e desenvolver algumas questões relacionadas com o contexto em análise.

Os (por vezes) longos trechos das entrevistas não são usados de forma aleatória. Consciente do risco que corro em maçar o leitor, opto por usar estas citações porque elas reflectem um campo em intenso processo de construção e actualização e porque estas reflexões - carregadas de disputas, concordâncias, discordâncias, informação contraditória, afectos e conflitos - são parte constitutiva desse mesmo campo.

Por último, faço uso - com a devida autorização - dos nomes verdadeiros de todas as interlocutoras da pesquisa e das organizações e espaços por onde circulei. As informações e dados recolhidos durante as entrevistas, a não ser quando assinalados como *off the record*, foram usados livremente. No entanto, em relação a alguns temas que apareceram durante as entrevistas e que considero polémicos ou sensíveis, decidi não fazer uso da autoria das reflexões, me referindo, como alternativa, à geração a que pertencem as autoras.

Capítulo 1

“Mãe, Mulher, a Revolução és tu!”¹³: A participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN)

Fragmento: Avós combatentes

“Durante a luta armada, é para libertar a mulher, ficar também livre. Por isso no dia de hoje a mulher moçambicana, todas, estão libertas. Antes da luta de libertação, a mulher era escrava de duas partes: a parte do inimigo e a parte dos nossos maridos. Ninguém sabia que a mulher tem valor em Moçambique. Ninguém sabia que a mulher também se pode apresentar no meio dos homens, que pode ficar igualmente com o homem, ninguém sabia. E ninguém sabia que realmente a vida em conjunto, viver junto, é uma vida melhor, que se organiza melhor, ninguém sabia. Mas a própria revolução mostrou-nos o que é a vida, o que é viver no mundo.”

Foi com estas palavras que, em 1984, Mónica Chitupila resumiu o que significou a sua participação como guerrilheira na luta pela independência nacional, no documentário *Guerrilla Grannies - How to live in this world?* (2012). Ike Bertels, realizadora do documentário, ficou muito curiosa sobre três mulheres guerrilheiras que viu num documentário lançado 13 anos antes intitulado *Behind the Lines* (1971)¹⁴, sobre a Luta Armada de Libertação Nacional (LALN) em Moçambique, e decidiu procurá-las. Depois de uma longa busca, finalmente encontra-as em 1984, num Moçambique recém-independente. Pela primeira vez, Amélia Omar, Mónica Chitupila e Maria Sulila vêem o documentário e comentam, num misto de alegria e tristeza, sobre as pessoas que vão aparecendo na tela, muitas delas mortas durante a luta armada. Bertels volta a encontrá-las e entrevistá-las duas outras vezes, em 1994 (às vésperas das primeiras eleições presidenciais) e em 2011. *Guerrilla Grannies* é, assim, o resultado dessas viagens e de uma amizade que foi sendo costurada ao longo dos anos entre as três mulheres e a realizadora.

Como viver neste mundo? Será possível, num país que passou por tantas mudanças em tão poucos anos, manter vivo o velho espírito revolucionário? Na tentativa de

¹³ Esta frase foi retirada de um poema citado no livro *Pounders of Grain. A History of Women, Work and Politics in Mozambique* (2002), de Kathleen Sheldon, encontrado num número da Revista Tempo de 1979, sem autor. O poema foi citado em inglês e a tradução da frase é minha.

¹⁴ Filmado em 1970, na província nortenha do Niassa, o documentário de Margareth Dickinson apresenta entrevistas com combatentes e quadros da FRELIMO e procura ilustrar a organização da vida civil nas zonas libertadas. Está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lgLWtcq4Ynk&t=1183s>.

responder a estas questões, o documentário acompanha a vida das três guerrilheiras ao longo de quase 30 anos, com imagens que intercalam presente e passado, as suas memórias e os depoimentos de filhos e netos. Hoje consideradas avós da guerrilha, aquele mundo que as marcou profundamente parece distante. Nas suas memórias fragmentadas, percebemos o entusiasmo de 1984 e a esperança de 1994 serem substituídos lentamente por uma resignação e nostalgia em 2011. No entanto, e apesar de a maioria das ex-combatentes - principalmente as que não integraram quadros do governo no pós-independência - ter ficado perdida em meio à história de Moçambique, a sua participação na LALN é até hoje recordada através de comemorações oficiais, celebrada todos os anos a 7 de Abril (Dia da Mulher Moçambicana, em homenagem a Josina Machel, guerrilheira), a 3 de Fevereiro (Dia dos Heróis Moçambicanos, em homenagem a Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)) e a 25 de Junho (Dia da Independência do país, em 1975). Assim como aconteceu com a maioria das guerrilheiras, as três, oriundas das províncias nortenhas de Niassa e Cabo Delgado, entraram na luta armada ainda na adolescência, muitas por influência de familiares e sem muita consciência do real significado das suas actividades. Fizeram parte do primeiro grupo de mulheres do Destacamento Feminino (DF) que recebeu treinamento militar na base de Nachingwea (Tanzania) em 1967, tendo Mónica se tornado Comandante Provincial do DF e Amélia Comandante Sectorial.

Após a independência e antes de serem desmobilizadas, continuaram ligadas ao partido Frelimo, então no poder. Em 1984, como mostra o documentário, Mónica, de origem camponesa e que aprendera a ler e escrever durante a luta armada, fazia parte do Comité Central da Frelimo e participava activamente nas campanhas da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) contra práticas tradicionais consideradas nocivas, como a poligamia e os casamentos prematuros. Maria, a mais escolarizada, tinha acabado de chegar a Maputo com o marido para continuarem os estudos, por ordem do partido Frelimo, e mostrava-se orgulhosa. Sonhava em fazer medicina, se assim o partido o permitisse. Havia nelas a promessa de um futuro brilhante, trazida com a independência do país, pela qual tanto tinham lutado.

Quem diria que, após 10 anos de luta armada, passariam em seguida por uma guerra de 16 anos, entre o exército governamental e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO)? Em 1994, 2 anos após os Acordos de Paz, Maria volta de Addis Ababa, onde trabalha na Organização para a Unidade Africana (actual União Africana), a fim

de votar nas primeiras eleições presidenciais. Está entusiasmada com a pluralidade de partidos e de meios de comunicação independentes, algo que diz não existir antes de 1992. Mónica, com o seu característico optimismo, fala em esquecer as atrocidades da guerra de modo a criar a unidade que o país precisa. Amélia, com uma tristeza nos olhos, revela algumas dúvidas em relação ao seu partido, mas resigna-se em continuar a apoiá-lo pois é aquele que permite que os seus netos estudem.

Em 2011, entre memórias do que resta das suas experiências da luta armada e o que os filhos e netos pensam dos seus ideais, encontramos Amélia de volta ao seu mundo rural, mostrando orgulhosa a casa que construiu e a sua *machamba*¹⁵. Encontramos uma Mónica envelhecida pela diabetes, tentando colocar o neto na linha sem sucesso e lembrando nostalgicamente o quanto a experiência da luta armada “*não doía*” porque “*sofríamos muita gente, homens e mulheres*”. Sobre Maria, sabemos que sofreu um AVC e não quer ser filmada, mostrando apenas as mãos a serem lavadas por uma familiar.

*“Aquela história, aquele esforço que eu fiz, acabou lá no mato. Naquele momento éramos considerados como pessoas. Eu fiquei como coronel quando acabou a luta, de reserva agora. Como a nossa vida agora está muito mudada, parece que nem o cargo de coronel há mais. Já acabou, **estamos a viver só.**”*

Depois de ver e rever vezes sem conta o documentário, à procura de respostas que não estão lá, duas falas de Mónica se fazem presentes. De certa maneira - e mesmo que involuntariamente - elas respondem à questão que perpassa todo o documentário: **como viver neste mundo?** Em 1984, Mónica afirma convicta que o facto de homens e mulheres terem participado conjuntamente na luta armada ensinou-os **como viver no mundo**. Já em 1994, lembrando e avaliando a sua experiência de guerrilheira, afirma com um certo tom de resignação que tudo o que viveu ficou no passado, “*lá no mato*”, e que hoje “**estamos a viver só**”.

Em que se transformou a experiência da guerra que estas mulheres carregam até hoje consigo, na pele, no corpo? Para o filho de Maria, aquela vontade de mudar o mundo e tomar conta do seu destino perdeu-se entre os jovens da sua geração, que vivem acomodados. O mesmo pode ser percebido no neto de Mónica, que não quer saber de estudar ou de trabalhar, ou ainda no filho de Amélia, que vive às custas da mãe e para quem nada nunca é suficiente.

¹⁵ Terreno agrícola para produção familiar, de cultivo.

E como é que as interlocutoras desta pesquisa, de gerações posteriores, avaliam a participação das mulheres na luta armada? Apesar de serem conscientes do inquestionável papel histórico destas mulheres, a *Geração das Jovens Feministas* com a qual convivi durante o trabalho de campo, parece ter pouca ligação ou identificação com estas mulheres e apresenta duras críticas ao seu papel político hoje (ou falta dele) e aos conceitos de *emancipação* e *libertação* da mulher, tão exaltados na altura e, para elas, tão diferentes da prática. Como disse uma das jovens feministas: *“Foi um papel relevante? Claro que foi! Foi um papel relevante na luta contra o colonialismo, na luta dos 16 anos de guerra civil, para termos paz e vivermos em harmonia como estamos a viver hoje. Agora, se isso necessariamente mudou a percepção que se tem das mulheres, se isso necessariamente mudou o lugar dessa mulher, se isso necessariamente mudou a própria concepção dessas mulheres que foram à guerra, sobre o seu papel, para além...não sei, não sinto. Tanto que, em alguns momentos, vemos mulheres da OMM a dizer coisas com as quais nós outras não nos identificamos. E no entanto é esta que diz que foi pegar armas. E daí até hoje? O teu papel ficou ali? Estás contente por teres ido? Se está contente com isso, ok. Mas agora não vire uma parede para nós outras avançarmos. (Entrevista a Unaiti Costa)”*

No período posterior à independência, entre 1975-1980, Moçambique suscitou o interesse de muitas pessoas, homens e mulheres, que chegavam de várias partes do mundo para viverem de perto a experiência moçambicana da luta armada e a socialista do pós-independência, assim como contribuir com e ser parte do projecto de construção de uma nova sociedade. Muitas dessas pessoas tinham ligações com movimentos políticos internacionais ou de solidariedade e desejavam partilhar com os moçambicanos as suas experiências profissionais nas diversas tarefas de reconstrução nacional, num momento em que o país carecia abundantemente de quadros especializados em várias áreas¹⁶.

Entre as muitas pessoas que chegaram ao país nessa época, estava um grupo de mulheres¹⁷, oriundas de vários países europeus, atraídas pelo histórico discurso de Samora Machel, à época presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO¹⁸) e futuro presidente do país:

¹⁶ Devido à saída de um grande número de portugueses, os quais ocupavam quadros técnicos e da administração colonial.

¹⁷ Em 2014, foi lançado um livro de memórias sobre as suas experiências em Moçambique, intitulado *Moçambique Marcou-nos para a Vida. Grupo de Mulheres Internacionalistas (1980-1984). Retratos e Depoimentos*, da autoria de Elisa Fuchs, uma das integrantes do grupo.

¹⁸ Há uma diferença entre FRELIMO e Partido Frelimo. FRELIMO refere-se à Frente de Libertação de Moçambique, movimento fundado em 1962 que lutou pela independência de Moçambique e contra o domínio

A emancipação da mulher não é um acto de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. **A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo.** A revolução tem por objectivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher (MACHEL, 1973:18, grifo meu).

O extenso discurso, do qual reproduzo acima uma pequena parte, destacando a frase mais conhecida e repetida ao longo dos anos, foi proferido durante a I Conferência da Mulher Moçambicana, mais conhecida como a conferência de fundação da OMM, em 1973, na Tanzânia. As ideias contidas no discurso, bastante avançadas para a época e em relação a outros movimentos revolucionários em curso, chamaram bastante a atenção de algumas mulheres que vieram a fazer parte desse grupo e que queriam conhecer a prática daquelas palavras.

O grupo, que em 1980 se formalizou como Grupo de Mulheres Internacionalistas, em Maputo, era constituído por uma série de mulheres jovens, professoras, médicas, juristas, agrónomas, especialistas em planificação urbana ou em estudos de género, trabalhando como cooperantes - num modelo de cooperação internacional muito específico, motivado pela ideia de solidariedade internacional - em diferentes ministérios e instituições. Os projectos sociais que o grupo desenvolveu estavam directamente ligados às áreas de promoção da mulher e de igualdade de género, principalmente nas cooperativas de costura da OMM, para as quais doou material. Houve também uma tentativa¹⁹ - frustrada - de explicar o seu ponto de vista e a sua experiência diversa no movimento internacional feminista²⁰. Participaram, ainda, ao lado da OMM, das marchas do 7 de Abril e em outras actividades em datas comemorativas (FUCHS, 2014).

A dinamarquesa Signe Arnfred²¹, participante do grupo que chegou a Moçambique em 1979 para trabalhar com a OMM como consultora socióloga, relata que as palavras proferidas

colonial português. A partir de 1977, transforma-se em Partido Frelimo, principal força política no país e único partido no governo desde a independência.

¹⁹ Elisa Fuchs relembra que o grupo de mulheres, todas declaradamente feministas, se surpreendeu com as ideias que existiam em Moçambique em relação ao feminismo, considerado pelo discurso oficial moçambicano como *“um movimento “pequeno-burguês” europeu, que fomentaria os conflitos entre homem e mulher”* (FUCHS, 2014:16). Na tentativa de corrigir esta ideia negativa e de iniciar um debate com mulheres e homens moçambicanos, o grupo escreveu e publicou, na revista Tempo, a 8 de Março de 1981, um artigo com o título *“O que é e como actua o movimento feminista”*. No entanto, não tardou para que um renomado jornalista moçambicano escrevesse uma resposta ao artigo, *“reafirmando os velhos argumentos de “chauvinismo” feminino, que não teria nada a ver com a realidade moçambicana”* (FUCHS, 2014:16).

²⁰ A dificuldade em falar sobre feminismo nesta altura está, em parte, ligada à visão negativa que a Frelimo tinha sobre este movimento. Voltarei a esta questão com maior destaque no capítulo 4.

²¹ Depois de regressar à Dinamarca, em meados dos anos 80, Signe voltou a Moçambique várias vezes para trabalhar como consultora ou para fazer pesquisa na área de sexualidade e género. Tem várias publicações sobre o tema, que foram compiladas em livro em 2011, com o título *Sexuality and Gender Politics in Mozambique*.

por Samora, que tocaram o seu coração feminista, foram cruciais para a sua decisão de trabalhar como cooperante no país. Queria viver e trabalhar num país onde o presidente falava daquela forma sobre as mulheres. No entanto, ela lembra que rapidamente percebeu que a prática era mais complexa do que havia pensado. Onde Signe inicialmente entendeu o discurso de Samora como uma expressão da sua excepcional compreensão das questões de género na política socialista, percebeu mais tarde ser o resultado de uma pressão de baixo, das mulheres e jovens do DF. Aqui residia, para ela, a sua genialidade: até certo ponto e principalmente nos primeiros anos da FRELIMO, ele escutava as pessoas, deixando que isso contribuísse para o seu próprio pensamento político, como pode ser percebido nos seus discursos (FUCHS, 2014; ARNFRED, 2016).

O posicionamento de Samora Machel em relação à *libertação da mulher* como factor fundamental para a libertação da sociedade foi de extrema importância tendo em conta o contexto da época e para as políticas que se seguiram. Para o futuro presidente da República Popular de Moçambique²², a *libertação* e *emancipação* da mulher só podiam ser pensadas dentro de um contexto revolucionário capaz de destruir o sistema de exploração, construir uma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e o reconciliar com o trabalho e a natureza. Considerando que a mulher era, no seio da sociedade, o ser mais humilhado e explorado, e que a revolução para ser feita necessitava da mobilização de todos os explorados e oprimidos, esta só triunfaria quando a mulher fosse libertada (MACHEL, 1974:18).

Baseada na sua experiência de trabalho com a OMM, Signe Arnfred afirma que a prática do discurso e das políticas em relação à mulher implementadas pelo partido Frelimo, quando analisadas com certo distanciamento temporal, estão repletas de contradições. Neste sentido, e assim como propõem Corrêa (2001) e Sarti (2004) quando analisam a história do movimento de mulheres no Brasil, é necessário contextualizar adequadamente o período em que se começaram a criar as condições de formação de um campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique, não perdendo de vista a importância da situação política e cultural à época do seu surgimento. A abordagem histórica deste período é fundamental para a compreensão da constituição deste campo, pois foi com a participação das mulheres no processo revolucionário que este se começou a formar.

Rethinking Gender in Africa. As suas pesquisas e a experiência com a OMM são parte das principais referências com as quais dialogo nesta tese. Agradeço imenso a sua participação na minha banca de qualificação e os comentários preciosos que me ajudaram a trilhar as linhas desta tese.

²² Assim se designou de 1975 até 1990, altura em que muda para República de Moçambique.

Vários foram os períodos conturbados e marcados por transformações sociais violentas e significativas na história de Moçambique. De destacar a Luta Armada de Libertação Nacional (1964 a 1974), a independência de Moçambique (em 1975), a guerra de desestabilização entre a RENAMO e as forças governamentais (de 1977 a 1992), o assassinato do presidente Samora Machel (em 1986), a imposição de um programa de ajustamento estrutural (em 1987), a nova Constituição que adoptou o multipartidarismo (1990) e o Acordo de Roma - acordo de paz entre as forças governamentais e a RENAMO (1992) -, seguido das primeiras eleições presidenciais e legislativas (1994).

Com várias mudanças de regimes políticos e quase 30 anos de guerra, duas mudanças notáveis devem ser destacadas: a transição, em 1975, do colonialismo português para a independência política e o socialismo da FRELIMO e, no final dos anos 80, a mudança do socialismo para uma economia de mercado capitalista aberto. O Partido Frelimo manteve-se sempre no poder, mas a sua agenda política e económica foi-se transformando ao longo do tempo. Essas mudanças foram, de acordo com a análise de Signe Arnfred (2004), acompanhadas por continuidades persistentes, nomeadamente no que diz respeito às políticas de género, uma vez que as linhas de pensamento de cada novo período foram sendo construídas fortemente sobre as do anterior.

A pesquisadora analisou essas mudanças a partir das concepções de género que foram sendo desenvolvidas em três fases distintas, nomeadamente o domínio colonial e a exploração económica, a política socialista e a tentativa de uma economia planeada num Estado de partido único e uma democracia multi-partidária com estruturas económicas neoliberais. Do ponto de vista particular da vida das mulheres, analisa a pesquisadora, as políticas de desenvolvimento de cada período não fizeram muita diferença, sendo constante a perda de status por parte das mulheres. Este resultado não era, de maneira nenhuma, o esperado, uma vez que havia a ideia de que as políticas socialistas para as mulheres abririam caminho para a igualdade de género e para a *emancipação das mulheres* (ARNFRED, 2011; 2016). Voltarei a esta questão mais à frente.

O campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género deve ser analisado não só tendo em conta todas estas transformações, mas especificamente no quadro da participação das mulheres no processo revolucionário da luta armada, período em que se começaram a criar em Moçambique as condições para a sua formação. Foi assim um pouco por toda a África, aliás. As condições de formação deste campo foram sendo criadas - tendo em conta as particularidades e especificidades de cada país - tendo como base múltiplas tradições históricas de resistência, nomeadamente a resistência anti-colonial, os movimentos de

libertação nacional, várias experiências de resistência colectiva²³, da qual uma parte precede o colonialismo, e como produto directo da participação das mulheres na luta armada (CASIMIRO, 1999; TRIPP ET AL, 2009). Sobre este aspecto, Jennifer Leigh Disney (2008) argumenta que a participação das mulheres nos processos revolucionários e na luta armada foi sendo transformada em agência feminista²⁴ nos períodos contemporâneos, caracterizadas pela organização das mulheres em associações autónomas da sociedade civil.

Patricia McFadden (1997), socióloga e reconhecida feminista radical da Swazilândia, atribui à participação das mulheres nas lutas anticoloniais a introdução do género na política africana, embora isto se tenha dado através de formas sancionadas pelos homens e a sua entrada tenha acontecido por meio do patrocínio destes. Esta participação teria sido crítica para a construção de novas identidades e relações com o Estado e a sociedade civil. O seu envolvimento na resistência anticolonial, analisa a pesquisadora, permitiu o atravessamento das fronteiras que haviam construído a política como um espaço masculino. McFadden observa, ainda, como a presença de mulheres nestes espaços, assim como a rejeição ao seu status tradicional, foi recebida com ressentimento e resistência. O mesmo aconteceu no caso de Moçambique, como analisarei mais à frente.

Amparado numa extensa bibliografia nacional e internacional especializada, assim como em algumas reflexões e experiências das interlocutoras da pesquisa de gerações posteriores à das mulheres que lutaram na guerra, este capítulo procura descrever e problematizar a participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), considerando esta como a génese do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique, que se foi consolidando a partir daí.

Deste modo, procuro reflectir sobre a criação da FRELIMO (1962), a produção da sua história (*script*) oficial, entrelaçando-a com a visão dos seus principais dirigentes em relação à *libertação da mulher* e com o processo de criação das três primeiras organizações de mulheres anteriores à independência do país, nomeadamente a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO, 1962), o Destacamento Feminino (DF, 1965) e a Organização da Mulher Moçambicana (OMM, 1973). Mais especificamente, pretendo discutir as posturas e políticas que a FRELIMO e,

²³ Ancoradas em acções e estratégias voltadas a fortalecer redes de apoio (MAGALHÃES, 2016). Voltarei a este tópico mais à frente.

²⁴ Apesar de compreender o argumento de Disney (2008), considero, no mínimo, complicada a atribuição de “agência feminista” às acções das mulheres envolvidas na luta armada, assim como as que lhe seguiram e que estiveram envolvidas na criação de organizações de mulheres, uma vez que a maior parte delas não se define como tal, inclusive rechaça esta identificação. No entanto, uma parte das interlocutoras mais jovens desta pesquisa, ao reflectir sobre as acções das mulheres envolvidas na luta anti-colonial e na luta armada, definem-nas como feministas. Esta questão será retomada com maiores detalhes no capítulo 4.

posteriormente, o Partido Frelimo tiveram/implementaram em relação às mulheres e o que mudou depois da independência do país. Para além disso, e localizando Moçambique no contexto africano, pretendo trazer as especificidades que caracterizam o surgimento destas primeiras organizações de mulheres, que estão intimamente ligadas aos processos históricos, políticos e sociais que se desenrolaram ao longo dos anos, mais especificamente a partir da participação das mulheres nas guerras anti-coloniais.

1.1 “Como fazer triunfar a revolução sem libertar a mulher?”: a entrada das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional e a criação das primeiras organizações de mulheres

A FRELIMO foi dos poucos movimentos nacionalistas, no contexto africano, que defendeu que a *libertação da mulher* deveria ocorrer em simultâneo com a luta pela libertação nacional e pela construção de uma sociedade nova, livre de todas as formas de opressão, como indicam as pesquisas de Casimiro (1986; 2014) e da historiadora Jacimara Santana (2009). A participação da mulher tinha de incluir-se no quadro da FRELIMO, a “...*organização política revolucionária, que assume a totalidade dos interesses do povo explorado, capaz de dar à mulher uma orientação correcta e definir-lhe as tarefas*” (A VOZ DA REVOLUÇÃO, 1973, grifo meu). É perceptível, aqui, uma ideia de *libertação da mulher* concebida por homens, sendo elas entendidas como receptoras e não produtoras de uma nova ideologia.

Constituída em 1962, na Tanzânia, a partir da junção de associações de refugiados moçambicanos²⁵, a FRELIMO contou com importantes contribuições das mulheres logo na sua fase inicial. Datam desta época as primeiras referências a grupos de mulheres criados por iniciativa própria, que se organizaram para apoiar a Frente, canalizando energias de mulheres e homens que se haviam juntado à luta (CASIMIRO, 1986).

Apesar de, no início da luta armada, a FRELIMO não ter uma ideia definida de que tipo de papel atribuir à mulher, já expressava um compromisso de as integrar no processo revolucionário (KATTO, 2017). Consta nos Estatutos da FRELIMO, aprovados durante o seu I Congresso, em 1962, a proposta de “*promover o desenvolvimento sócio-cultural da mulher e a encorajar e a apoiar a formação de organizações sindicais de mulheres*” (CASIMIRO, 2014:227). O seu Programa estabelecia, também, o princípio de salário igual,

²⁵ Estas três associações são a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), constituída por imigrantes das províncias de Manica e Sofala, a Mozambique African National Union (MANU), constituída por trabalhadores das plantações de sisal e a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI), constituída por imigrantes da província de Tete (CASIMIRO, 2014).

independentemente do sexo, cor ou região. Este posicionamento, se bem que por motivos instrumentais numa fase inicial, veio romper com uma longa história de exploração e sujeição a que as mulheres foram submetidas durante o colonialismo português, rompimento esse que, como analisa Signe Arnfred, se deu juntamente com uma série de continuidades, principalmente em relação às concepções de género (ISRAEL, 2013; ARNFRED, 2011).

Durante o colonialismo português, uma série de políticas e práticas intensificaram a sujeição das mulheres, nomeadamente o trabalho forçado (*xibalo*), que consistia no cultivo obrigatório de algodão e arroz, na construção de estradas e pontes, entre outras actividades desempenhadas sobretudo pelas mulheres, de forma a pagarem os impostos, uma vez que os seus maridos se encontravam a trabalhar nas minas. As experiências das mulheres com este tipo de trabalho variavam bastante consoante a região do país (SHELDON, 2002). Este tipo de actividade reduziu a capacidade de as mulheres trabalharem no cultivo de subsistência o que, por sua vez, ameaçou a subsistência das famílias e aumentou o movimento migratório dos homens, sobretudo no sul do país, para trabalharem nas minas da África do Sul²⁶. Segundo diferentes pesquisadores (ISRAEL, 2013; CASIMIRO, 1986; ARNFRED, 2011), o *xibalo* alterou profundamente as estruturas sociais familiares ao separar os maridos das mulheres por longos períodos de tempo, incentivando a proletarianização, especialmente nas áreas urbanas, e acelerando o recrutamento sistemático de mulheres para trabalharem nas indústrias do ramo têxtil, alimentar, de castanha de caju, borracha, etc., resultando na violência sexual, objectificação e prostituição das mulheres, além do uso do seu corpo para o pagamento de impostos e da exclusão das mulheres do sistema de educação²⁷, somado à imposição do catolicismo.

Estas políticas coloniais, que refiro de maneira sucinta, tiveram como um dos seus maiores impactos a reorganização da vida doméstica. Relações intra e inter-familiares, de vizinhança, redes sociais de apoio, afecto e produção foram profundamente afectadas, assim como os modos

²⁶ Vale destacar que uma das primeiras pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM) foi *O Mineiro Moçambicano: Um Estudo Sobre a Exportação de Mão de Obra*, em 1977, sob a coordenação de Ruth First.

²⁷ Segundo Isabel Casimiro (2014), se algumas mulheres conseguiram estudar ou aprender um ofício que lhes garantisse a sobrevivência futura, isto deveu-se, por um lado, à sua origem e posição de classe privilegiada e, por outro, à acção de igrejas protestantes e católicas - que tinham centros ou concediam bolsas - ou do Movimento pela Promoção Social da Mulher Nativa. Surgido na década de 60, este movimento era dirigido por esposas dos dirigentes coloniais e tinha o apoio da Igreja Católica. Tinha como objectivos ajudar a mulher nativa a tomar consciência dos seus próprios problemas e a sentir a sua responsabilidade pessoal, levá-la a compreender a importância da sua elevação para a promoção da sociedade em que estava enquadrada e a aprendizagem do português, costura, cozinha e higiene. Apesar de boas intenções, este movimento reforçava uma ideologia racista e machista de acordo com os padrões exigidos pela reprodução de uma sociedade que, por um lado, reservava à mulher uma posição subalterna, com a sua vida doméstica, e por outro, não permitia o acesso da mulher nativa a níveis de vida para além dos estipulados. Para mais detalhes, ver Casimiro (1986).

de relacionamento entre mulheres e homens, a sua forma de pensar sobre si mesmas e a visão sobre o seu papel nas comunidades e sociedades. Teresa Cunha (2014) descreve que, às jovens mulheres foram passadas e inculcadas noções de domesticidade, moralidade e de divisão sexual do trabalho em casa e fora dela, exteriores às suas culturas e sem prestar qualquer importância às necessidades, realidades e prioridades delas. O mesmo foi analisado por Signe Arnfred (2011), que descreve como, na ideologia oficial colonial, as mulheres eram (ou deveriam ser) *rainhas do lar*. Isso ao nível ideológico e do discurso, pois o que acontecia de facto é que o regime colonial dependia da sua força de trabalho, elas eram as principais produtoras nas actividades agrícolas, de construção de estradas e nas fábricas, situação que agravou o peso das suas responsabilidades. Práticas culturais, como os ritos de iniciação²⁸, eram veementemente rechaçados, pois focavam no desenvolvimento da sexualidade feminina, o que para eles se aproximava da prostituição (ARNFRED, 2004; PINHO, 2015). Por outro lado, o colonialismo português manteve a grande maioria das mulheres moçambicanas atadas “(...) aos tabus e preconceitos ancestrais (...)” (CASIMIRO, 1986:49) - poligamia, casamentos prematuros, forçados e herdados²⁹, ritos de viuvez e de iniciação sexual - para melhor a subjugar e explorar.

As mulheres, na sua maioria camponesas e analfabetas, não foram, no entanto, agentes passivas em todo este processo. Muito pelo contrário, elas criaram formas inventivas de resistência e subversão, que Teresa Cunha chama de “fissuras”, “(...) por onde se podem distinguir e nomear resiliências sociais, contra-poderes, a persistência e o escrutínio que proliferou em resistências e alternativas” (CUNHA, 2014:23). No campo e nas fábricas, as mulheres se utilizaram de várias formas de luta que, bem ou mal sucedidas, acabaram por limitar a produção de lucros, obrigando a modificações na actuação do Estado. Estas formas de luta caracterizavam-se por resistência passiva - trabalhar mais devagar, como era o caso das mulheres na construção de estradas; cozer sementes de algodão³⁰, provando que o local não era

²⁸ Ritos de iniciação são cerimónias que se realizam em momentos diferentes da vida dos homens e das mulheres (ao atingir a puberdade, no casamento, na viuvez, etc.) e que são comuns principalmente no centro e norte do país. Para mais detalhes, ver Osório e Macuácu (2013).

²⁹ Durante a entrevista realizada, Isabel Casimiro lembrou que a designação “casamentos prematuros, forçados e herdados” foi tema de pesquisa e debate durante a Conferência Extraordinária da OMM (1984), da qual falo mais à frente no capítulo. Ela explica que “casamento forçado é quando a menina não é ouvida nem achada acerca do casamento. Herdado é quando o marido morre e ela depois de uma cleansing ceremony - que antes consistia numa relação sexual com um familiar do defunto - ficava com esse familiar dentro da lógica patrilinial patriarcal para não dispersar os bens. Prematuro quando se trata de uma criança abaixo da idade prevista na Lei da Família”. Sobre rituais ou cerimónias de purificação, ver Monteiro (2016).

³⁰ Estas mulheres camponesas que cozeram as sementes foram várias vezes referidas pelas interlocutoras da pesquisa, mais jovens, como grande fonte de inspiração para a sua caminhada como feministas. Dalila Macuacua, coordenadora da ASCHA, comentou várias vezes que “(...) admiro as mulheres que estiveram lá, desde aquelas que estiveram na luta armada. E mesmo antes dessas que estiveram na luta armada, aquelas que cozeram as sementes na época da resistência, também admiro muito elas. (...) Quando a gente fala da luta das mulheres, temos que começar lá atrás (...)”.

bom para o seu cultivo e, assim, escapar ao trabalho forçado; colocar pedras nos sacos dos produtos que iam ser pesados; recusar realizar determinadas tarefas; falta ao serviço e, de maneira mais rara, greves gerais e fugas maciças (CASIMIRO, 1986). Uma dessas greves foi a greve do Buzi, em 1947. Segundo Jacimara Santana (2009), tratou-se de um movimento grevista que incluiu a participação de 7000 mulheres que se recusaram ao cultivo do algodão, queimaram as sementes e participaram em outras ações contra as concessionárias algodozeiras, obtendo a isenção deste trabalho para as grávidas e mães com crianças de até 4 anos de idade.

É necessário referir que a decisão de incluir as mulheres no processo da luta armada não foi consensual, provocando rejeições e divergências políticas no interior da FRELIMO. Essa resistência estava relacionada com as contradições políticas que existiam dentro da organização. Neste sentido, as mulheres exerceram pressão para participarem das decisões e, até mesmo, para assumirem outras tarefas diferentes daquelas que eram vistas como próprias do feminino, como o cuidado dos órfãos e da alimentação dos guerrilheiros. A iniciativa de ocuparem lugar no exército e de pensarem o processo revolucionário desencadeou uma onda de discussões dentro da FRELIMO sobre a mulher e o seu papel na revolução. (KATTO, 2017; CASIMIRO, 2014).

Mesmo não havendo, nesta fase inicial da luta, uma preocupação especial em relação às mulheres, o facto é que elas encontraram na FRELIMO condições para a sua integração, havendo grande adesão ao movimento. Muitas eram crianças ou adolescentes e não sabiam articular as suas motivações pessoais, ou seja, poucas tinham uma real consciência nacionalista. Umas juntaram-se por influência de familiares, porque os acompanhavam ou ainda porque queriam juntar-se a eles. Outras foram abduzidas pela FRELIMO ou fugiram de casa, como indicou a historiadora Liazzat Bonate (2013). Já Barbara e Allen Isaacman (1984) - pesquisadores (ele historiador e ela jurista) que viveram, lecionaram e desenvolveram pesquisa em Moçambique - pontuam que muitas juntaram-se ao movimento pela experiência pessoal ou de familiares com a brutalidade do colonialismo (trabalho forçado, assédio sexual, violações e tortura) e ainda pelas consequências do avançar da guerra ou por falta de alternativas.

As mulheres que se encontravam no norte de Moçambique, camponesas na sua maioria, tiveram um papel activo na mobilização e organização da população no período que antecedeu o início da luta armada. Operando nos locais onde eram conhecidas, elas explicavam os objectivos da Frente, a necessidade de unidade e organização para melhor se combater o colonialismo e vendiam cartões de membros da FRELIMO, alcançando homens e mulheres. Foram estas mulheres camponesas que, conforme Isabel Casimiro (1986) analisa na sua tese de

licenciatura³¹, primeiro receberam tarefas quando, em 1964, teve início a luta armada. Já no centro e sul do país, ocupados pelo colonialismo, a mobilização não se deu da mesma forma. Devido à repressão constante do Estado colonial e do facto de haver espiões infiltrados, foram criadas redes clandestinas com o objectivo de preparar as condições para o início da luta. Estas redes procuravam, também, obter informações sobre os movimentos e acções do governo e do exército colonial, através de prostitutas.

No sul, a composição dos membros envolvidos nas actividades clandestinas anti-coloniais era diferente da base maioritariamente rural do norte. As células da FRELIMO estavam localizadas principalmente nas cidades e vilas costeiras (actuais Maputo, Xai-Xai e Inhambane³²), sendo pequenas em número e isoladas tanto das bases da FRELIMO no norte do país e na Tanzânia, quanto da maioria camponesa da população. A maior parte dos membros das células do sul era composta por estudantes secundários activamente envolvidos no Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM). No entanto, o medo criava suspeitas internas e uma relutância em recrutar novos membros, isolando as redes da FRELIMO do sul. Por volta de 1968, o regime colonial havia já destruído os últimos vestígios do apoio à FRELIMO nesta região (ISAACMAN, 1984).

O NESAM foi responsável, segundo Jacimara Santana (2009), por suscitar num grupo de mulheres a vontade de se aliar ao processo revolucionário. Estas mulheres tiveram um papel muito importante na disseminação da propaganda anti-colonial, na criação de redes subterrâneas através das quais novos membros escapavam e se juntavam à FRELIMO na Tanzânia, na distribuição de panfletos anti-coloniais e nas sessões de estudos clandestinos. No entanto, algumas destas mulheres não se contentaram somente com a distribuição de panfletos e fugiram para a Tanzânia, tendo-se juntado à luta.

Uma destas mulheres foi Josina Machel, símbolo da participação da mulher na luta armada, heroína nacional e em cuja data de falecimento se comemora o Dia da Mulher Moçambicana (7 de Abril). Fez parte do primeiro grupo de mulheres que recebeu treinamento militar em Nachingwea, em 1965, sendo membro fundador do DF. Ocupou cargos importantes, tendo sido chefe da Secção dos Assuntos Sociais e da Secção da Mulher no Departamento de Relações Exteriores da FRELIMO. Casou-se, ainda durante a luta armada, com Samora Machel, falecendo na Tanzânia em 1971, aos 25 anos, vítima de complicações no fígado.

³¹ Intitulada Transformações nas relações homem-mulher em Moçambique (1960-1974) (1986), a tese de licenciatura de Isabel Casimiro analisa a participação das mulheres na LALN. Foi a primeira pesquisa - feita por uma historiadora moçambicana - sobre o papel das mulheres na luta pela independência.

³² Capitais, respectivamente, das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, que compõem a região sul.

Nesta fase inicial, a FRELIMO precisava que todas as forças possíveis participassem na luta contra o colonialismo português. Deste modo, Isabel Casimiro (2005; 2014) argumenta que a mobilização das mulheres começou sendo motivada por razões instrumentais, para intensificar o esforço de libertação contra o colonialismo. A participação da mulher era vista como necessária, pois era fundamental a inclusão de todos no movimento. Esta é, aliás, a percepção que várias interlocutoras mais jovens da pesquisa têm em relação à entrada das mulheres na luta armada, conforme indicou a entrevista realizada com Unaiti Costa, pertencente à *Geração das Intermediárias*:

Há aquilo que é para o benefício do povo, estás a ver? Que é para o benefício de todo mundo. Então todo o mundo é chamado para trabalhar para o benefício de todo o mundo. O que não significa que, resolvida a situação, cada qual não volte para o seu lugar original. Ou seja, se você estava a pilotar fogão e ele estava na obra e todo mundo deixou tudo para pegar armas e defender (Entrevista a Unaiti Costa).

Mesmo sem terem ainda treinamento militar ou assumido posições de autoridade, as mulheres tiveram um papel fundamental na mobilização e recrutamento de novos militantes. Eram, aliás, as melhores nesta actividade. Era mais fácil abordarem outras mulheres e os homens eram mais facilmente convencidos por elas, uma vez que a presença de mulheres de arma na mão envergonhava-os a tomar acções mais positivas. Assumiram, também, importantes papéis na espionagem, no carregamento de material de guerra, na alimentação dos guerrilheiros, na organização da rede de serviços sociais rudimentar nas Zonas Libertadas³³, no convencimento de comunidades inteiras a mudarem-se para o interior, onde estariam sob protecção da FRELIMO, e também na explicação, a mulheres camponesas, de como a luta era importante para a sua libertação da sociedade tradicional e do colonialismo e de como as mulheres eram tratadas da mesma maneira que os homens dentro da FRELIMO (ISAACMAN, 1984).

Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO)

Numa fase em que, como referido anteriormente, a FRELIMO não tinha ainda uma ideia clara em relação ao papel da mulher na luta armada, um grupo de mulheres constituído, na maioria, por esposas de líderes da FRELIMO há muito baseadas na Tanzânia encarregou-se,

³³ As zonas libertadas consistiam em áreas fora do controle da administração portuguesa, com um sistema próprio de administração. Com o avanço da guerra, estas áreas foram nascendo sucessivamente nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete. Ali, o processo político na base era entendido como didático, havendo participação das populações, muita discussão e debate. O apoio das populações era, aliás, um dos aspectos mais importantes do bom funcionamento destas zonas, uma vez que o poder e o sucesso da FRELIMO dependiam do trabalho e da aprendizagem permanente com os camponeses de cada região, da sua activa colaboração (CASIMIRO, 2014).

por iniciativa própria, de organizar as mulheres moçambicanas. Considerada a primeira organização de mulheres criada depois da existência da FRELIMO – não tendo esta tomado um papel decisivo na sua criação –, a LIFEMO tinha como principal objectivo envolver todas as mulheres moçambicanas na luta de libertação nacional (CASIMIRO, 2014). Para além disso, pretendia promover o bem-estar de mulheres e crianças e combater o analfabetismo, assim como apoiar as famílias dos que se juntavam à FRELIMO e explicar-lhes a sua agenda política (KATTO, 2017).

No entanto, Isabel Casimiro (1986) analisa na sua tese de licenciatura - a partir de documentação oficial da Frelimo e de entrevistas a ex-guerrilheiras - que o apoio da LIFEMO deu-se fundamentalmente aos moçambicanos e moçambicanas que se encontravam no exterior de Moçambique, organizando as mulheres e o trabalho social com os órfãos. Manteve-se, assim, afastada das mulheres que realizavam tarefas no interior do país, limitando o seu trabalho a tarefas de apoio aos refugiados e órfãos e enviando algumas mulheres para formação no exterior. Não apoiou, deste modo, a tarefa principal, que era a luta armada, sendo uma organização sem qualquer implantação no interior do país.

Compreendendo, deste modo, que a LIFEMO deveria ter ligações com as Zonas Libertadas, alguns membros da sua direcção propuseram a realização de um congresso, para analisar e melhorar o trabalho que estava a ser feito. O Congresso e Conferência Constitutiva da LIFEMO, realizado em 1966 na Tanzania, retomou os objectivos principais de se ligar organicamente à FRELIMO, de modo a participar na sua tarefa principal, a luta armada. Além disso, comprometeu-se na união com outras organizações internacionais de mulheres, em alargar a sua rede no interior de Moçambique e formalizar a sua constituição. No entanto, tal não aconteceu, continuando a LIFEMO a ser uma organização sem qualquer implantação no interior do país.

Por ter sido uma organização criada por iniciativa própria e sem o envolvimento directo da FRELIMO, a LIFEMO tem sido fortemente desacreditada e desvalorizada na historiografia da Frente (KATTO, 2017). A sua independência em relação à FRELIMO e o facto de não actuar dentro do país foram duramente criticados por Samora Machel, que descreveu a Liga como *“um fruto podre”* (MACHEL, 1973:20). Durante a Conferência de criação da OMM, em 1973, cujo discurso foi mencionado anteriormente, Machel refere-se à direcção da LIFEMO como *“ignorante da luta e do país”*, com tarefas *“fora das perspectivas reais da luta”* (MACHEL, 1973:20). Para o então presidente da FRELIMO, no momento em que a LIFEMO se constituiu, a FRELIMO não tinha ainda *“estruturas sólidas, a sua linha não estava suficientemente compreendida e assumida, porque ainda não fora posta à prova pela luta”*, ou seja, *“o processo*

revolucionário ainda se encontrava na sua fase inicial” (MACHEL, 1973:20). Porque a batalha pela emancipação da mulher era inseparável do desenvolvimento do processo revolucionário, Machel afirma então que *“para a LIFEMO, falar de emancipação da mulher era apenas um exercício verbal, vazio, uma imitação do que se fazia no mundo, uma moda superficial”* (MACHEL, 1973:20). Estas críticas reflectem, segundo Kathleen Sheldon (2002) e Jonna Katto (2017), a necessidade de controle sobre a actuação das mulheres no processo revolucionário, assim como as lutas de poder dentro da elite da FRELIMO.

Apesar de haver ainda pouca produção crítica em relação à LIFEMO - ligada ao facto da FRELIMO dominar a história oficial da Luta Armada de Libertação Nacional e de dificilmente conceder acesso aos seus arquivos -, pesquisadoras como Isabel Casimiro (1986) e Jonna Katto (2017) consideram que esta organização foi sem dúvida um importante primeiro passo de forma a juntar as mulheres e debater o seu papel na luta. De toda a forma, é possível afirmar que, com a sua criação, a FRELIMO começou a sentir a necessidade de dar uma tarefa concreta à mulher. Assim, e de modo a alcançar uma mais completa e eficiente participação da mulher moçambicana na luta armada, a FRELIMO decidiu fundir a LIFEMO com o DF.

Destacamento Feminino

Alguns dos pesquisadores que se debruçaram sobre a participação das mulheres na luta armada atribuem diferentes datas à sua criação (WEST, 2002; BONATE, 2013, CASIMIRO, 1986). Na sua monografia sobre transformações nas relações entre homens e mulheres em Moçambique (1960-1974), Isabel Casimiro (1986) relata que, apesar da documentação oficial reportar a sua criação durante a Sessão do Comité Central da FRELIMO em 1966 (sendo este considerado o ano oficial da sua criação), o DF nasceu em 1965, quando um grupo de mulheres solicitou treino militar à direcção do movimento para poder garantir a defesa das populações nas Zonas Libertadas, à sua responsabilidade. Quando, então, ele foi oficializado em 1966, havia já uma experiência positiva de participação da mulher na luta, tendo esta provado ser capaz de pegar em armas. Deste modo, Isabel Casimiro considera o ano de 1965 como o de criação do DF. Outros autores, como o antropólogo Harry West (2000) e Liazzat Bonate (2013), definem o ano de 1967 como o de formação do DF, ano em que o primeiro grupo oficial do DF, constituído por 25 mulheres, recebeu treinamento político-militar³⁴ na base de Nachingwea, na Tanzânia. Fizeram parte deste grupo as três mulheres guerrilheiras retratadas no documentário

³⁴ O treinamento político-militar compreendia a instrução militar, por um período de três a quatro semanas, e a instrução político-educacional, de modo a compreenderem a política da FRELIMO e a ler e escrever (CASIMIRO, 1986).

que abre este capítulo, assim como Josina Machel. A maioria destas mulheres eram oriundas das províncias nortenhas do Niassa e Cabo Delgado.

A verdade é que, já antes da criação oficial do DF, as mulheres desempenhavam tarefas militares, sem que tivessem passado por qualquer tipo de formação. Quando, em 1965, elas reivindicaram o direito ao treino político-militar, esta atitude apanhou as lideranças da FRELIMO de surpresa. Segundo Jonna Katto (2017), que na sua tese de doutorado entrevistou ex-guerrilheiras do Niassa pertencentes ao DF, foi apenas através do engajamento activo das mulheres em actividades militares que a FRELIMO se viu forçada a tomar a decisão de permitir a participação plena das mulheres nas forças da guerrilha. Nesta altura, descreve Isabel Casimiro (1986), a FRELIMO não tinha ainda definida a forma de enquadrar as mulheres nas tarefas da revolução, e somente após esta primeira experiência de treino as suas acções ficaram mais bem definidas. Além disso, e como refere West (2000), excluir mulheres e jovens da guerra seria deixar mais de metade da população inutilizada, um luxo ao qual a FRELIMO não se podia dar. Neste sentido, a criação do DF abriu caminho para a participação das mulheres na luta, formalizando o seu papel.

A entrada de mulheres na guerrilha foi acompanhada, todavia, de bastante oposição e cepticismo, não só de chefes tradicionais e de membros familiares mais velhos, como também de algumas lideranças da FRELIMO. Para Barbara e Allen Isaacman (1984), os primeiros e segundos ressentiam-se da perda de autoridade e poder sobre as mulheres, uma vez que a entrada destas num espaço até então maioritariamente masculino ameaçava os seus papéis tradicionais. Sentiam que a participação das mulheres em actividades militares comprometia os seus papéis como mães e esposas e que ameaçava a sua atitude tutelar sobre elas. Receavam, também, que ao enviar as suas filhas para os campos de treino, estas voltassem grávidas, o que de facto aconteceu pontualmente ao longo da guerra³⁵. Havia também a ideia de que as mulheres eram seres fracos, que não aguentariam o treino militar e que, ao juntar homens e mulheres no mesmo espaço, se estaria a “*aproximar o fogo do capim*”, ou seja, criando condições para que estes se envolvessem sexualmente (CASIMIRO, 2005). A resistência que a criação do DF enfrentou estava ligada, no fim, ao desafiar das relações de poder de género e às consequências

³⁵ Oficialmente, homens e mulheres estavam proibidos de ter relações íntimas dentro do exército, o que mudou quando, em 1972, Samora Machel se casou com Josina Machel e cancelou a proibição. Isso não impedia, no entanto, que relações acontecessem ilicitamente. No caso de uma DF ficar grávida, ambos eram punidos, recebendo os homens punições mais graves. As mulheres, muitas vezes, de forma a proteger os homens, recusavam-se a dar os nomes, sendo assim rebaixadas depois de ficarem grávidas (KATTO, 2017; SHELDON, 2002). Segundo as políticas da FRELIMO, eram as DFs que tinham de controlar as suas mulheres e não permitir comportamentos promíscuos, algo que soa perigosamente similar ao discurso do governo actual em relação ao assédio sexual. Voltarei a este assunto no capítulo 4.

do envolvimento militar das mulheres na luta que, segundo Tripp et al (2009), correspondeu a um importante ponto de virada na luta armada.

No início, houve a tentativa de integrar a LIFEMO e o DF numa só organização, de forma a coordenar as suas actividades. No entanto, esta última foi adoptando abordagens distintas da primeira. As suas principais tarefas eram a mobilização e educação de todas as pessoas; defender as Zonas Libertadas de modo a permitir aos homens avançar no *front*; participar em combate, emboscadas e operações militares; trabalhar com o departamento de segurança de forma a observar infiltrações dos inimigos; transportar material de guerra; alimentar as guerrilhas e organizar orfanatos (SHELDON, 2002). Esta última actividade, que tinha sido ideia da LIFEMO, acabou sendo executada pelo DF, que foi instrumental na organização de uma rede de bem-estar social nas Zonas Libertadas, construindo e gerindo orfanatos e promovendo campanhas de alfabetização (ISAACMAN, 1984).

Apesar de, segundo Jonna Katto (2017), o discurso socialista da FRELIMO definir o exército como um espaço neutro de género, ser soldado privilegiava certos estilos masculinos que enfatizavam a força física e habilidades de combate. Esta actividade acabou sendo, assim, menos comum para as mulheres. No entanto, outras esferas de actividades privilegiavam códigos femininos, como a mobilização política, que acabou se tornando a sua principal e mais importante actividade, permitindo que as mulheres se concebessem como iguais contribuidoras para a luta. Para as que, no entanto, chegavam a participar em combate, raramente participavam no tiroteio, carregando e guardando as munições.

Isabel Casimiro (2014) argumenta que, até à criação do DF, a *libertação da mulher* havia sido concebida por homens, progressistas ou não, que a consideravam um factor decisivo para o avanço da FRELIMO, mas em que as mulheres funcionavam ainda como receptoras e não produtoras de uma nova ideologia. Para a pesquisadora, a criação do DF e as necessidades de redefinição de tarefas, competências e espaços a ocupar, levaram algumas mulheres a tomarem posição e a questionarem a subalternização a que ainda continuavam sujeitas, em termos de acesso e controlo de recursos, entre os quais, o poder político. Participando em todos os sectores essenciais para o avanço da luta, as mulheres revelaram que eram capazes, desmistificando gradualmente os tabus e preconceitos enraizados por séculos de educação que as inferiorizava. Também Jonna Katto (2017) argumenta que a experiência como guerrilheiras moldou significativamente as suas trajectórias e performances de género. A partir de entrevistas que fez com ex-guerrilheiras do Niassa, a pesquisadora sugere que a educação política que as mulheres receberam durante a guerra, juntamente com a prática de trabalhar em conjunto (homens e mulheres) desafiaram noções culturais prevaescentes de masculinidades e feminilidades e as

suas performances aceitáveis dentro e através de corpos femininos e masculinos. As DFs por ela entrevistadas expressaram que, durante a guerra, lhes foi permitido fazer coisas que antes lhes eram proibidas, assim como, através do treinamento militar, terem aprendido que podiam conquistar as mesmas tarefas que os homens. Neste sentido, continua a pesquisadora, para as mulheres como um todo, certas fronteiras de género foram reconfiguradas no contexto da sua participação na luta armada.

Signe Arnfred (2011) e Harry West (2000) também são da opinião que a participação das mulheres na luta armada mudou o seu mundo e ampliou os seus horizontes. Participando no combate armado lado a lado com os homens, orquestrando movimentos e actividades de populações vulneráveis que viviam nas Zonas Libertadas, a maioria das DFs viveu vidas profundamente diferentes das suas mães e avós, ganhando auto-confiança e assertividade sem precedentes.

No entanto, e apesar de algumas mudanças em relação ao papel da mulher, Casimiro (2005) argumenta que a divisão sexual do trabalho não sofreu grandes alterações nas Zonas Libertadas, tendo o trabalho das mulheres sido acrescido das tarefas ligadas à participação na luta. Não se verificou, na visão da FRELIMO, um repensar das tarefas reprodutivas das mulheres, ou seja, das tarefas invisíveis que já a ocupavam e que contribuíam para aumentar o seu tempo de trabalho, tendo-se assim reconfirmado os seus papéis sociais como esposas, mães e trabalhadoras invisíveis, não pagas.

Organização da Mulher Moçambicana (OMM)

Apesar do DF ter integrado as tarefas da LIFEMO e ultrapassado aquelas que foram consideradas pela FRELIMO como as suas deficiências - mencionadas anteriormente no discurso de Samora Machel -, os dirigentes da Frente sentiram a necessidade de criar uma organização mais abrangente, que englobasse todas as mulheres ligadas ao movimento através de diversas actividades, no interior ou no exterior do país, nas zonas libertadas ou semi-libertadas. Constituída por membros oriundos do DF e tendo esta organização como seu núcleo central, a OMM foi criada em 1973, aquando da I Conferência da Mulher Moçambicana³⁶, na Tanzânia.

A OMM, parte da estrutura global e braço da FRELIMO, tinha como objectivo central mobilizar e organizar todas as mulheres que não estivessem em condições de se integrar no

³⁶ Presidida por Samora Machel, a conferência reuniu cerca de 80 delegadas provenientes das províncias em luta e dos campos da FRELIMO no exterior, com destaque para a predominância de elementos do DF (A VOZ DA REVOLUÇÃO, 1973).

exército, mas cuja participação activa no processo revolucionário era indispensável e valiosa, conforme evidencia o boletim *A Voz da Revolução* (1973), documento produzido e publicado pela própria Frente. Kathleen Sheldon (2002) acrescenta que, segundo os seus estatutos, as tarefas da organização consistiam em garantir a implementação da emancipação da mulher definida pela FRELIMO e mobilizar as mulheres em concordância com as suas directivas e palavras de ordem. O factor decisivo para a emancipação da mulher, de acordo com Arnfred (2016), era o seu engajamento na tarefa principal, a tarefa que transforma a sociedade, ou seja, a luta pela libertação.

Uma das principais e mais relevantes diferenças entre esta organização e as que lhe antecederam é o facto de não ter surgido por vontade das mulheres, mas sim por decisão das lideranças da FRELIMO. A este propósito, Isabel Casimiro (2005) relata que a sua criação provocou, entre algumas mulheres do DF, questionamentos sobre a sua oportunidade, uma vez que, na opinião delas, este vinha cumprindo os objectivos para os quais havia sido criado, tentando mobilizar e trabalhar não apenas com as guerrilheiras mas com as mulheres que viviam nas Zonas Libertadas, semi-libertadas e no exterior do país. Neste sentido, a pesquisadora se pergunta se a criação da OMM não terá sido uma forma da FRELIMO exercer controle sobre o espírito de liderança que as mulheres vinham mostrando possuir. Esta questão foi levantada também por Kathleen Sheldon (2002), que afirmou que o surgimento da OMM foi uma forma de apagar os erros cometidos com a LIFEMO, que não era controlada pela FRELIMO.

De todo o modo, as DFs desempenharam um papel central nos primeiros anos da OMM e até à independência, educando as suas *camaradas* na ideologia revolucionária da FRELIMO, além de fornecer liderança e direcção. No discurso de criação da OMM, Samora esclarece, em relação às funções do DF e da OMM, que

o DF não é a OMM e esta não é o DF. O DF é uma parte integrante do nosso exército, das Forças Populares de Libertação de Moçambique, é um corpo político armado. A OMM, em contrapartida, engaja todas as mulheres, das que até hoje se encontram à margem da luta até aquelas que são combatentes na frente da Saúde, da Educação, da Produção, do Exército, etc. Entre os dois sectores, as relações são de complementaridade e ajuda mútua, o DF aparecendo como uma força motriz, uma fonte de quadros, a OMM como uma força mobilizadora que faz crescer a nossa base, que fornecerá novas forças ao DF (MACHEL, 1973:33).

1.2 “Foi para isto que lutámos?”: memórias e experiências de ex-guerrilheiras e o script de libertação da Frelimo

Com a independência de Moçambique, em 1975, a FRELIMO encontrou-se numa nova situação para a qual estava pouco preparada. A independência tinha chegado mais cedo do que o esperado, desencadeada pelas negociações pós 25 de abril em Portugal³⁷. Ora, uma luta de libertação é muito diferente de construir um Estado-Nação e a passagem do centro político do “mato”, no norte do país (onde, até então, estava baseada a FRELIMO), para a capital, no sul, criou uma situação desafiadora. O foco passou a ser a criação de instituições nacionais e estruturas de poder económico e político, sendo necessário confiar em diferentes pessoas e novas ideias (ARNFRED, 2011). Neste processo, muitos homens e mulheres que tiveram um papel activo durante a luta armada - na sua maioria camponeses do norte do país, sem formação -, foram sendo postos de lado. Quem mais ocupou cargos no partido e no governo foi uma nova geração de formados, na sua maioria homens (WEST, 2000; KATTO, 2017; SHELDON, 2002; BONATE, 2013).

Para Kruks (1983) e Katto (2017), o mesmo aconteceu com as mulheres que participaram activamente na luta armada, principalmente as do DF e da OMM. Com a transferência da sede da OMM para a capital, muitas das suas líderes - na maioria mulheres camponesas do norte - ou não foram para Maputo ou não conseguiram lidar com a vida urbana. Como resultado, uma nova liderança urbana e de classe média proveniente sobretudo das províncias do sul se desenvolveu, sendo a organização controlada por um grupo de mulheres que não havia tido um papel activo na luta armada nem havia passado pela mesma experiência que as guerrilheiras.

Para Barbara e Allen Isaacman (1984), esta mudança do “mato” para a capital foi recebida no início com grande entusiasmo, com muitas mulheres da cidade a aderirem à OMM e às suas actividades. No entanto, argumentam que o resultado foi desastroso, pelas mesmas razões apontadas por Sonia Kruks (1983), Isabel Casimiro (2014) e Jonna Katto (2017). As militantes que formaram o núcleo central da organização, além de não terem familiaridade com o meio urbano, tinham trabalho a tempo inteiro no departamento de defesa ou dentro da FRELIMO, que não deixava tempo para a OMM. Por várias razões, segundo os pesquisadores referenciados acima, houve uma tendência entre várias veteranas da OMM, a desistir, deixando a organização para novas mulheres com uma perspectiva política muito diferente.

Estas mudanças causaram frustração para a maioria das mulheres que haviam sido bastante activas durante o processo revolucionário, principalmente as envolvidas no DF e na OMM. Se

³⁷ O 25 de Abril de 1974, também conhecido como a Revolução dos Cravos, ocorrido em Portugal, resultou de um movimento político e social que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933, dando início ao processo de implantação de um regime democrático e determinando o fim das guerras coloniais no continente africano.

é verdade que algumas DFs chegaram a ocupar posições influentes na hierarquia do partido a nível nacional, distrital e local, assim como continuam a ocupar hoje cargos no partido e no governo, a maioria não teve o mesmo caminho. West (2000) refere como os papéis de liderança reservados às mulheres depois da guerra foram sendo cada vez mais limitados a posições da OMM, que servia como veículo de disseminação de directivas do partido, mais do que um meio de participação das mulheres no exercício do poder. A maior parte dos membros do DF foram desmobilizadas, algumas tornaram-se activistas da OMM a tempo inteiro e outras simplesmente voltaram para casa, para a família e para a esfera privada. Não se tornaram quadros do partido nem lhes foram oferecidos trabalhos devido à sua falta de escolaridade³⁸ e proficiência em língua portuguesa, sentindo assim que a Frelimo as tinha abandonado, não cumprindo as promessas feitas durante a guerra (BONATE, 2013).

Jonna Katto (2017) conta, em relação às ex-guerrilheiras que entrevistou no Niassa, como a maior parte das DFs falam da experiência de terem sido esquecidas pelo governo depois da guerra. Algumas foram demitidas logo depois da independência, tendo-lhes sido dito que encontrassem as suas famílias e que voltassem à vida da população. Outras contam sobre terem trabalhado no exército ainda durante uns anos, antes de serem demitidas sem cerimónia. Algumas contam que receberam um montante em dinheiro para começarem a sua reintegração, outras nem isso. Nenhum programa de educação, como alfabetização, foi oferecido, sendo que a maior parte delas não tinha nenhuma outra opção a não ser tornarem-se agricultoras. Katto segue narrando como esta não foi uma transformação fácil, como muitas o expressaram. Especialmente as mais novas, contaram das dificuldades que tiveram em aprender estas novas habilidades, uma vez que entraram na luta muito novas, algumas com 12 anos. Nem todas conseguiram com sucesso ajustar-se a esta nova forma de vida. Muitas DFs escolheram executar os papéis femininos esperados, de maneira a serem percebidas e identificadas como mulheres, em vez de irem contra a maré e causarem uma perturbação social. Esta frustração que muitas ex-guerrilheiras sentiram está bastante evidente na fala de Mónica Chitupila, uma das *guerrilla grannies*:

(...) Porque os antigos combatentes, a maioria não estudou, são analfabetos. Por isso, neste momento, temos doutores, com classe. Isto significa que, no fim, as pessoas que lutaram pela libertação são analfabetos, não vão ser considerados por muito tempo. Aquela história, aquele esforço que eu fiz, acabou lá no mato. Naquele momento éramos considerados como pessoas (Mónica Chitupila, *Guerrilla Grannies*).

³⁸ Muitas das ex-combatentes do Niassa entrevistadas por Jonna Katto (2017) falam do facto de não terem ido à escola por causa do seu compromisso com a guerra, se desculpando pela falta de educação. Dizem pertencer ao segmento da população menos civilizado, sem sintonia com o ritmo socio-económico actual.

Enquanto trabalhava com a OMM, no início dos anos 80, Signe Arnfred teve a oportunidade de entrevistar algumas ex-guerrilheiras do norte do país e constatou que, nessa região, as relações entre homens e mulheres haviam voltado à situação de antes da guerra. De acordo com as mulheres por ela entrevistadas, haviam voltado aos seus papéis de mães e esposas, trabalhando nas *machambas* e sentiam que, tendo em conta a experiência transformadora da sua participação na luta armada, tinham perdido mais do que antes, nas suas relações com os homens. Principalmente, elas afirmavam ter sido esquecidas pelo seu principal apoiador³⁹, a FRELIMO (entendido como o pai), e até pela sua própria organização, a OMM (entendida como a mãe). Sentiam que ela tinha deixado de existir, como pode ser percebido pela fala de uma ex-guerrilheira entrevistada por Arnfred, a qual reproduzo na sua totalidade:

Durante a guerra, a FRELIMO disse: "As mulheres sempre sofreram: temos de lutar pela emancipação das mulheres: as mulheres também devem ser libertadas". Mas parece que toda essa mobilização foi apenas para lutar contra os portugueses, pois agora tudo acabou. Durante a guerra, os problemas das mulheres foram discutidos, mas agora ninguém fala sobre esse tipo de coisa. Naquela época, lutamos para mudar a divisão do trabalho entre mulheres e homens. Homens e mulheres trabalhavam juntos. Mas agora os homens se comportam como antes da guerra. Hoje em dia ninguém respeita as mulheres. Há representantes da OMM em todos os níveis do estado, mas eles não fazem nada. Anteriormente a OMM era importante, tinha influência, mas isso não é mais o caso. Ninguém defende as nossas vidas e as nossas necessidades. A **nossa mãe** não protege mais os nossos interesses. (...) acho que a **mãe** está morta. Mas onde ela morreu? Foi no distrito ou na província, ou morreu muito longe na capital? Eu pergunto porque não sei. A **filha** está a sofrer porque a **mãe** morreu (Fala de Habiba, **tradução e grifos meus**, ARNFRED, 2011).

Signe Arnfred (2011) e Isabel Casimiro (2014) definem assim a luta de libertação como um momento de suspensão e de excepção. Se antes da guerra, homens e mulheres viviam a sua vida separados e com uma clara divisão de trabalho⁴⁰ e diferentes regras de conduta, durante a guerra reuniram-se em igualdade de condições como moçambicanos na luta contra o colonialismo. Neste processo, as relações entre homens e mulheres mudaram, tendo as mulheres desenvolvido um novo conceito de si próprias como mulheres, com novas aspirações e objectivos. Depois da independência, no entanto, voltou a reproduzir-se a divisão sexual do

³⁹ Durante a luta armada, a FRELIMO actuou como uma nova autoridade. Quando necessário, apoiava as mulheres contra os homens, tendo a família deixado de ser a última fonte de autoridade. Sempre que houvesse conflitos entre as mulheres e os homens ou se os seus maridos não lhes deixassem cumprir com as tarefas da guerra de mobilização ou transporte, as mulheres chamavam a FRELIMO, o que mudou completamente com o fim da luta armada (ARNFRED, 2011).

⁴⁰ Para Signe Arnfred, a ideia de igualdade entre homens e mulheres que surgiu no contexto da luta armada era nova, não em oposição à opressão, mas porque a construção tradicional da identidade de género não assentava em qualquer noção de igualdade, mas sim em ideias de complementaridade entre homens e mulheres e na separação das esferas de homens e mulheres, sejam estas na divisão sexual do trabalho ou no conceito de diferentes capacidades (ARNFRED, 2011).

trabalho na esfera pública e privada. Signe Arnfred (2011) e outros autores (WEST, 2000; BONATE, 2013; KATTO, 2017) se questionam se esta não foi, aliás, uma das causas para o afastamento de muitas mulheres guerrilheiras do DF e da OMM.

Estas narrativas de ex-guerrilheiras, colectadas por Arnfred nos anos 1980, por Casimiro durante a sua pesquisa para a monografia (1986) e por Katto durante a sua pesquisa de mestrado e doutorado (desde 2008) contrastam, no entanto, com a narrativa que foi sendo construída pela Frelimo sobre a formação da nação, que o historiador moçambicano João Paulo Borges Coelho (2013) chama de *script de libertação*. O historiador descreve o *script de libertação* como sendo

(...) um corpus narrativo coerente e fixo, feito de uma sequência de eventos numa linha do tempo e ordenado em várias fases amplas separadas pelos Congressos da Frelimo que funcionam como marcas de periodização. Cada congresso ocorre para resolver uma crise que se agravava em cada período e para neutralizar a ameaça que aquela crise representava para o esforço nacionalista. A abertura de uma nova fase, só tornada possível pela resolução da crise do anterior, é, consequentemente, uma prova concreta da justiça das análises da Frelimo e da eficiência das respostas que surgiram (COELHO, 2013:21, **tradução minha**).

Pelo facto de a Frelimo não ter ainda disponibilizado os seus arquivos ao público (apesar de ter já passado o prazo legal para tal), a história da luta de libertação - sendo esta considerada o mito fundacional do estado-nação independente de Moçambique - não foi ainda escrita, mas mantida como o que o historiador chama de uma “fábula” mais baseada na fala do que na escrita. Como coube à Frelimo liderar a luta pela independência, a ela foi creditada a fundação da nação e, portanto, “dada” a “propriedade” dessa memória. A sua história oficial é, assim, estruturada e codificada através de uma série de momentos, eventos definidores (que se tornam depois datas comemorativas), figuras históricas, entre outros. Parte dos elementos que compõem essa narrativa são passados e ensinados como fazendo parte da história de Moçambique (e não apenas da Frelimo), uma história fechada, de vitórias, de heróis e heroínas que sacrificaram a vida pela nação e que não abre espaço para a existência de outras histórias contraditórias, que sejam críticas ou que apresentem pontos de vista diferentes⁴¹. Alguns dos

⁴¹ Katto (2017), Coelho (2015) e Bonate (2013) referem, no entanto, que as mudanças no meio político e social de finais dos anos 80 começaram a abrir espaço para novas vozes e novos tipos de interpretações da história. Nos anos 90, antigos líderes militares começaram a publicar livros de memórias baseadas na sua participação na luta armada. No entanto, houve uma preocupação em não quebrar o *script* de libertação, não havendo nenhuma reinterpretação radical da história. Estas publicações contribuíram, ainda assim, para a desestabilização da narrativa da Frelimo, pois ao transformarem o que até então existia só na oralidade em narrativa escrita, perdeu-se a flexibilidade e adaptabilidade da narrativa oficial às circunstâncias políticas em mudança. Isto trouxe discrepâncias e contradições entre as narrativas pessoais dos ex-combatentes, mostrando que diferentes memórias da luta armada continuam a coexistir, mesmo que tenham tido espaço limitado para se expressar na esfera pública.

marcos que compõem essa história oficial são o início da luta, que se dá em 1960 com o Massacre de Mueda; a criação da FRELIMO, em 1962, sendo Eduardo Mondlane seu líder; o início da guerra de libertação, em 1964, com o contestado 'primeiro tiro' de Alberto Chipande em Cabo Delgado; o 2º Congresso da FRELIMO, realizado em 1968 no Niassa, onde são enfrentados os conflitos internos e iniciada a eliminação de 'traidores'; o assassinato, em 1969, de Eduardo Mondlane, ao qual sucede Samora Machel, com quem o movimento assume uma forma revolucionária mais populista e marxista; o fim da ditadura em Portugal, em 25 de Abril de 1974; a assinatura do Acordo de Lusaka, em 7 de Setembro de 1974, e o estabelecimento do governo de transição; e, finalmente, a proclamação da independência em 25 de julho de 1975 (COELHO, 2015; BONATE, 2013).

A eficácia deste *script*, analisa Katto (2017), se dá pela sua simplicidade, garantida em particular pelo seu desdobramento linear na base de oposições binárias: se alguém não apoiasse a Frelimo, era etiquetado de reacionário e um inimigo da nação. Tinha como objectivo, assim, construir uma narrativa unificada do “nós” que silenciase qualquer experiência individual contraditória da luta armada, sendo os ex-combatentes que tomaram posições no novo governo em Maputo e outras áreas urbanas os seus narradores privilegiados. Arnfred (2016) acrescenta, baseada na sua leitura de Coelho (2013), que os bem conhecidos e longos discursos de Samora Machel foram fundamentais para a construção deste *script*, apresentando uma libertação vitoriosa e enraizada no poder do povo, fazendo assim com que este fosse ganhando vida própria, não como interpretação da realidade histórica, mas sim como ferramenta política. Como Israel (2013) bem resumiu, o *script de libertação* seria, assim, um *aparatus* localizado no cruzamento entre o poder e o conhecimento, legitimando o exercício do poder do partido Frelimo no período pós-independência.

As experiências das mulheres que participaram na luta armada foram, assim, sendo enquadradas numa narrativa heróica da Frelimo, sendo elas definidas como voluntárias cometendo actos de heroísmo em nome da revolução, precursoras de uma nova era e lutando para criar um mundo melhor para si, seus vizinhos e parentes, não sendo fácil perceber até que ponto a retórica da FRELIMO inicialmente ressoou com as experiências destas mulheres, uma vez que o respeito e o medo da FRELIMO eram inseparáveis e a medida de cada um difícil de discernir (WEST, 2002). Contudo, percebe-se que, em graus variados, estas mulheres eventualmente contribuíram para a produção do discurso da Frelimo em relação à sua participação na luta armada, estudando e incorporando o seu ideal da nova mulher socialista. West (2000) conclui, assim, que as jovens guerrilheiras não foram meramente endoutrinadas pela FRELIMO, elas próprias contribuíram substancialmente para a narrativa que iria enquadrar

a sua experiência como combatentes. Para além disso, ao aceitarem e contribuírem para a perspectiva ideológica da FRELIMO, as DFs permitiram que esta as usasse na sua campanha pela independência, ao mesmo tempo que a usaram nas suas lutas mais pessoais para esculpir novos papéis de género e geracionais.

É interessante notar que, entre várias jovens feministas que entrevistei, existe uma tendência a desafiar a narrativa oficial referente à participação das mulheres na luta armada, questionando porque são sempre as mesmas mulheres que aparecem como heroínas, as próprias razões de serem entendidas como tal, assim como o facto da história ser, sobretudo, contada por homens, não dando espaço para que as memórias e narrativas das mulheres sejam conhecidas na primeira pessoa. Para além disso, questiona-se também o facto de muitas mulheres não terem alcançado cargos de chefia dentro do partido e do governo. Isso fica claro na fala de Eliana Nzualo, *jovem feminista* contadora de histórias e autora do *blog* Escreve Eliana, Escreve:

Eu, sinceramente falando, eu olho para uma Graça Machel⁴² que foi esposa dele [de Samora Machel] e aquela senhora podia ter sido presidente. Eu não vou dizer que a culpa é dos dirigentes da altura, eu não sei o que é que aconteceu. Porque eu acho que ela tem muita competência, aquela senhora é uma senhora espectacular, super inteligente, entendida, moderada. Uma senhora que está aberta ao diálogo, que ouve as pessoas. Do pouco que eu já li de história, não só de história de Moçambique mas da Frelimo, que agora está tudo misturado mas são coisas diferentes, Samora teve que matar muita gente. Ele teve que acabar com muita gente, silenciar muitas pessoas no próprio partido. Eu acredito que ela estivesse mais aberta ao diálogo. (...) E ela é uma senhora que eu consigo ver que poderia ter ido mais longe, se tivessem dado espaço para tal. Quem diz uma Graça, diz mil e uma outras que nem sequer aparecem nos livros, que nós nem sequer vemos. E, por exemplo, nós agora falamos muito na Josina [Machel]. Mas quem foi ela? O que é que ela fez, de facto? Nós não sabemos. Emília Dausse⁴³. Quem é que ela foi, o que é que ela fez? Não sabemos. Só houve essas duas, três? Onde é que estão as outras? Por isso é que eu acho que foi pouco o que elas fizeram, porque elas acabaram deixando-se levar pela onda dos homens, deixaram os homens fazerem tudo, contar a versão deles e elas acabaram ficando na sombra das coisas (Entrevista a Eliana Nzualo).

Rosalina Nhachote, da *Geração das Intermediárias*, também questiona a falta de registo sobre a maior parte das mulheres que participaram, de alguma maneira, na luta anti-colonial e na luta armada, assim como as reais razões que as levaram a engajar-se:

⁴² Activista humanitária, Graça Machel foi Ministra da Educação e Cultura no primeiro governo moçambicano pós-independência. Além disso, foi casada com Samora Machel e Nelson Mandela, sendo a única mulher no mundo a ser primeira-dama de mais de uma nação. É fundadora da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), cuja missão é fortalecer as capacidades das comunidades com o objectivo de vencer a pobreza e promover a justiça social em Moçambique (informação retirada da página oficial na internet).

⁴³ Jovem guerrilheira nascida em Tete e morta em combate, em 1973. É um dos poucos nomes de mulheres que constam como heroínas na narrativa da Frelimo, sendo lembrada em todas as datas comemorativas. No entanto, pouco se sabe sobre a sua vida ou participação na luta armada.

Elas foram grandes mulheres sim, mas nós temos tão pouco registo sobre a vida dessas mulheres, sobre como é que elas chegaram aos processos de luta. Se foi, por exemplo, de forma obrigatória como pelo serviço militar. Então aí, mesmo que elas se tenham alistado. Sim, tinham consciência de que precisavam nos libertar. Mas e as estruturas de poder a que elas estavam sujeitas? Será que elas questionavam? E uma das coisas que me faz muitas vezes pensar sobre isso é o cântico da mulher moçambicana. O cântico da mulher moçambicana é um cântico machista. O hino, que vem desde aquela altura e continua a ser cantado até hoje. Então tu dizes ok, são mulheres que representam um determinado momento, mas ainda não estavam afuniladas em termos ideológicos, sobre o papel que elas tinham independentemente da presença masculina ou não. Por interesse, eu até acabei vendo uma vez um documentário chamado Vovós da Guerrilha [*Guerilla Grannies*]. É super interessante. É sobre Moçambique e é sobre mulheres que participaram na luta e que hoje os filhos, netos dependem delas. Tem depoimentos de algumas que participaram e por via disso, influenciaram filhos a se formarem. Para mim, essas vovós da guerrilha são muito mais representativas, conectam-se mais com uma linha de luta mais livre, do que as lutas partidárias. Os partidos políticos têm suas agendas e têm regras também de participação. (...) Eu acho que a agenda maior está associada a tudo aquilo que aconteceu fora dos partidos políticos, que é uma história alternativa e que te traz um quadro de luta muito mais forte, para mim. Porque é invisível, por um lado, mas é tão importante quanto estas que são historicamente consagradas como heroínas. Existem muitas mulheres que fizeram coisas e que não estão nos anais e na história oficial (Entrevista a Rosalina Nhachote).

É interessante que Rosalina descreve as mulheres retratadas no documentário que abre este capítulo como sendo apartidárias. No entanto, as quatro ex-guerrilheiras eram da FRELIMO, tendo depois da independência ocupado alguns cargos dentro da OMM e do Comité Central da Frelimo, por um período curto. Penso que ela enfatiza esta questão por serem mulheres anónimas para o público em geral, não fazendo parte do restrito número de heroínas que o partido consagrou.

Isabel Casimiro e Withney Sabino, ambas interlocutoras da pesquisa e, respectivamente, orientadora e orientanda, estão envolvidas numa pesquisa comparativa em curso, iniciada em 2017, intitulada “‘Diálogos em confronto’. Trajectórias, construções e percursos emancipatórios das mulheres nos PALOP’s [Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa]: Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique”. Na pesquisa realizada em Moçambique (na província do Niassa e na cidade de Maputo, capital), as pesquisadoras entrevistaram ex-guerrilheiras e jovens nascidas depois da independência, maioritariamente nos anos 90, confrontando as suas percepções e representações sobre a participação da mulher na luta armada de libertação nacional e o processo posterior à independência em 1975. Será interessante acompanhar os resultados, uma vez que se trata de um tema - as relações geracionais - muito pouco desenvolvido no âmbito dos estudos de género em Moçambique, algo que me propus fazer na presente pesquisa.

A criação do DF é um claro exemplo de como a FRELIMO tentou controlar a história da participação das mulheres na luta armada, aparecendo este oficialmente como uma decisão da Frente e não como uma exigência das mulheres⁴⁴. Josina Machel, num discurso intitulado *O papel das Mulheres na Revolução*⁴⁵, corrobora esta versão, dando todos os créditos da criação do DF à FRELIMO. A omissão do papel e importância da LIFEMO no *script* oficial mostra também uma tentativa de controlo, uma vez que esta não foi iniciativa da Frente e funcionava com bastante autonomia.

No entanto, por ser flexível, 30 anos depois e no que diz respeito a questões de género, o *script de libertação* foi sendo adaptado para incluir a versão do DF como tendo sido estabelecido por pressão das mulheres, de forma a mostrar que estas não eram meros fantoches, mas sim fortemente engajadas. Isto pode ser percebido na publicação oficial, em 2012, do livro *A Mulher Moçambicana na Luta de Libertação Nacional: Memórias do Destacamento Feminino, Volume 1*, pelo Centro de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional. Nesta publicação, é dado espaço às líderes do DF para contarem a sua experiência, mas a maior parte das DF de baixo escalão são apenas listadas por nome. Mais importante, o livro tenta escrever as mulheres no interior de uma história da Frelimo dominada por homens, e reivindica o espaço das mulheres como actrizes indispensáveis ao lado dos homens. No entanto, Katto (2017) refere que nenhuma das ex-combatentes por ela entrevistadas no Niassa sabiam da existência de tal livro, o que ilustra claramente que, mesmo com tal abertura, ainda há um controlo sobre quem pode ou não contar a história.

Referindo-se à pesquisa de Katto (2017), Arnfred (2016) destaca a abertura de certas ex-guerrilheiras em falar sobre a sua experiência como um sinal de mudanças no *script* oficial, algo que não aconteceu quando Isabel Casimiro, nos anos 80, quis entrevistar algumas proeminentes ex-guerrilheiras em Maputo. Jonna Katto (2017) chama a atenção para o facto de, apesar do legado da cultura totalitarista da Frelimo ainda perdurar na memória colectiva, as ex-combatentes do Niassa por ela entrevistadas estarem menos preocupadas em seguir a narrativa oficial da Frelimo do que as entrevistadas em Maputo, onde a libertação das mulheres é uma narrativa fortemente produzida nas histórias de vida das ex-combatentes. Isto mostra que, apesar da Frelimo reivindicar o controle sobre a grande narrativa da libertação, este nem sempre se mantém.

⁴⁴ Esta questão foi mais bem desenvolvida no item sobre a criação do DF.

⁴⁵ Tradução minha, sendo o título original *The Role of Women in the Revolution*. Nenhuma data consta do documento por mim consultado. No entanto, Josina faleceu em 1971 e o DF iniciou as suas actividades oficialmente em 1966.

1.3 “Uma igualdade com limites”: as políticas e o papel das mulheres no pós-independência e durante o socialismo da Frelimo

No pós-independência, e de forma a ajustar-se a um contexto completamente diferente do da luta armada, a OMM passou por várias reformulações. Durante a sua II Conferência, realizada em 1976, a OMM insistiu que a libertação das mulheres dependia do seu envolvimento na tarefa principal da sociedade, que passou da guerra de libertação à sua inserção na produção, uma vez que o envolvimento das mulheres nesta nova tarefa era o pré-requisito para construir a base material e ideológica para a construção de uma sociedade socialista. No entanto, e como tentei mostrar anteriormente, esta mudança não fazia qualquer sentido, uma vez que a mulher já estava na sua maioria engajada na produção social, nas fábricas e nas plantações. Esta era, assim, uma luta defensiva, no sentido de não tornar a mulher marginal ao processo de modernização (ARNFRED, 2011).

No entanto, as resoluções passadas na Conferência não diziam nada sobre a forma de envolver as mulheres na produção, centrando-se na vida familiar e na sua sexualidade⁴⁶. Tudo o que era relacionado com os ritos de iniciação femininos foi identificado como sendo mau e problemático, uma vez que as mulheres eram oprimidas e exploradas através de costumes e rituais. Travou-se, assim, uma guerra com uma longa lista de problemas que a OMM argumentava que as mulheres tinham que abordar e abolir, como os ritos de iniciação, o *lobolo*, a superstição, o divórcio, o tribalismo e o regionalismo (KATTO, 2017), elementos que não faziam parte da construção da modernidade e do *homem novo*.

O Programa de Acção da OMM saído desta Conferência centrou-se, assim, nas seguintes resoluções: garantir que todas as mulheres se engajem na produção (fábricas ou cooperativas agrícolas), no planeamento e organização do trabalho e vida social, na criação do *homem novo* e da nova sociedade; organizar a luta contra as velhas ideias que constituem obstáculos para a total participação das mulheres na vida pública e social como cidadãs, na vida económica como produtoras livres e na vida familiar como companheiras e educadoras revolucionárias. Foi, também, enfatizado que o papel das mulheres como mães educadoras na família era

⁴⁶ Signe Arnfred analisa com bastante profundidade (e tendo em atenção as diferenças regionais do país) as políticas implementadas em relação à sexualidade e ao papel reprodutivo da mulher, assim como a configuração da família como célula base da sociedade. Para um maior aprofundamento destes temas, que não cabem explorar neste capítulo, confira Arnfred (2011). Sobre configuração familiar e parentesco na região norte do país, ver Greffray (2000).

fundamental. Esta visão do papel da mulher pode ser mais bem percebida no Hino da OMM, elaborado depois da independência:

“Cantemos com alegria o sete de Abril:
O dia consagrado à Mulher Moçambicana;
Companheira inseparável do homem engajado
Na luta contra a velha sociedade exploradora
Quem é?
Aquela que mobiliza e organiza o nosso Povo
Quem é?
Aquela que produz e alimenta os combatentes
É a Mulher Moçambicana emancipada
Que destrói as forças da opressão.
Lutando com firmeza contra as ideias velhas,
Ignorância, obscurantismo, poligamia ou *lobolo*;
Levando no olhar a certeza da vitória,
Sabendo que a vitória se constrói com o sacrifício
Quem é?
Aquela que ergue alto o farol da Liberdade
Quem é?
Que grita ao mundo inteiro
Que a nossa luta é a mesma
É a Mulher Moçambicana emancipada
Que traz o Povo no seu coração.
Do Rovuma ao Maputo, unamos nossas forças
Cimentemos a unidade ideológica do Povo;
A FRELIMO já traçou a Política do Povo
Que deve ser vivida e difundida, noite e dia
Avante, Moçambicanos,
Avante, Homens e Mulheres,
Na Unidade, no Trabalho e Vigilância:
Venceremos a Exploração”.

A III Conferência da OMM, realizada em 1980, versou sobre os mesmos temas, introduzindo modificações nos seus estatutos, de forma a adequá-los melhor aos objectivos do partido Frelimo. A OMM considerou que o desenvolvimento da economia nacional era um factor fundamental na luta pela emancipação da mulher, na medida em que criava condições para a sua participação, plena e activa, no desenvolvimento político, económico, social e cultural do país. O seu objectivo principal continuava a ser a mobilização e enquadramento da mulher para a sua participação na tarefa principal, a produção. Para tal, assumiu o compromisso de promover a melhoria das condições sociais dos trabalhadores, a participação das mulheres nos programas de alfabetização e educação de adultos, nos programas de formação política, científica e nos de qualificação técnico-profissional e envolver as mulheres no combate às práticas tradicionais mencionadas anteriormente, consideradas obstáculos a uma plena e activa participação da mulher no processo de luta pela sua emancipação (CASIMIRO, 2014).

De facto, houve uma real e efectiva preocupação em melhorar as condições de trabalho das mulheres, que beneficiaram de apoio legal, incluindo a garantia constitucional de direitos

iguais e legislação que permitia licença maternidade paga de 60 dias, creches de dia, aulas de alfabetização no local de trabalho, trabalho igual para salário igual, entre outras. Estas melhorias beneficiavam, no entanto, principalmente mulheres urbanas, deixando de lado as camponesas e as vendedoras dos mercados informais.

Para além disso, houve uma preocupação em criar oportunidades para que as mulheres pudessem participar politicamente. Em 1977, muitas mulheres foram eleitas, através de voto directo, para as Assembleias do Povo, a nível das localidades, distritos e províncias, culminando na Assembleia Popular, para onde foram eleitas cerca de 16% de mulheres, a nível nacional, e 28% ao nível das localidades. A partir de 1978, realizaram-se as primeiras eleições para Juízes, no âmbito da edificação do novo sistema de Justiça Popular, tendo sido eleitas, para os Tribunais de Localidade e de Bairro, cerca de 1/3 de mulheres, num conjunto de 5 Juízes eleitos, mantendo-se esta proporção a nível dos diversos escalões do sistema judicial (CASIMIRO, 2014; VIEITEZ, 2000).

No entanto, as políticas relativas às mulheres deste período, ao contrário do que propunham, não desafiavam os papéis tradicionais de homens e mulheres, muito pelo contrário, reforçavam o papel reprodutivo da mulher, tendo pouco potencial para alterar as relações de género e não constituindo nenhum desafio à autoridade familiar masculina. Esta questão era agravada pelo facto da OMM estar completamente dependente do partido, não tendo qualquer autonomia sobre o processo de elaboração de políticas em relação às mulheres. Estas eram determinadas a nível do partido, cujas lideranças decidiam quais eram e quais não eram as questões das mulheres e quais as mais importantes, sem considerarem a opinião das mulheres que a OMM teoricamente dizia representar (KRUKS, 1983; DISNEY, 2008; TRIPP ET AL, 2009). Neste sentido, a sua função era transmitir as políticas do partido às mulheres e não o contrário, ou seja, num movimento *top-down*.

Esta visão da Frelimo em relação ao papel da mulher alinhava-se a uma perspectiva socialista clássica, que entendia que as mulheres seriam emancipadas quando entrassem igualmente em papéis produtivos na economia e na sociedade. A questão é que, como referido anteriormente, as mulheres já eram grandemente responsáveis pela produção, através do seu papel primário na agricultura. Esse trabalho, no entanto, estava directamente ligado à produção familiar e não preenchia novas ideias sobre a necessidade de integrar a mulher numa sociedade maior. A ideia da família (monogâmica, estável e indissolúvel) como célula base da sociedade, bastante defendida pelo partido e pela OMM, enfatizava o papel das mulheres como mães e tendo como principal responsabilidade a manutenção de um lar estável, o que a afastava da vida pública.

Esta visão incluía também a necessidade de acabar com práticas tradicionais consideradas nocivas e que mantinham a mulher atada a velhos costumes, sem tentar ao menos identificar os seus aspectos positivos - uma vez que eram práticas bastante comuns em várias partes do país -, muito menos fornecer alternativas. Estas políticas ficaram conhecidas como *políticas do abaixo*, uma vez que a ideia era que estes costumes fossem abolidos. Isabel Casimiro conta, na entrevista realizada para esta pesquisa, que

(...) a Frelimo tinha dado orientações no sentido de deitar abaixo toda uma série de aspectos considerados coloniais, retrógrados, tradicionais e que não dignificavam a mulher. Abaixo os casamentos prematuros! Abaixo o *lobolo*! Abaixo a poligamia! Então viu-se que tinha-se deitado tanto abaixo que a sociedade tinha ficado demasiado diluída e havia imensos problemas. Porque uma pessoa impede, critica determinadas práticas, mas não cria alternativas. E a educação que deveria ser essa alternativa, não estava a ser essa alternativa (Entrevista a Isabel Casimiro).

Jonna Katto (2017) e Signe Arnfred (2016) argumentam que a visão da Frelimo sobre a sociedade e a opressão das mulheres era baseada na própria experiência e educação das suas elites, não reflectindo assim as experiências diversas das pessoas que alegava representar. O seu conceito de igualdade de género baseava-se numa ideia de relação dicotómica entre homens e mulheres. A sua análise sobre práticas tradicionais era também baseada na experiência patrilinear do sul, origem de grande parte da sua elite. Para eles, eram práticas opressivas que estabeleciam o homem como dono da mulher. As pesquisadoras avançam nas suas análises, reflectindo que, enquanto essas ideias traziam um entendimento distorcido das dinâmicas de género e organização das comunidades do sul, isto distorcia completamente a ideia da instituição do casamento do norte, o que revelava um total desconhecimento das instituições tradicionais do centro e norte do país⁴⁷. Assim, no seu discurso, a sociedade tradicional tinha uma só forma e função e tinha que ser destruída para que a nova sociedade tomasse o seu lugar.

Esta visão apresentava, segundo Arnfred (2011), mais continuidades do que rupturas com o período colonial, havendo uma mistura de ideologia socialista/marxista com o puritanismo protestante⁴⁸, o que Isabel Casimiro referiu em entrevista como sendo um “marxismo enxertado em protestantismo”. A ideia de mobilizar a mulher para participar na produção resultou na sua instrumentalização como força de trabalho para a construção do Estado e da Nação, sendo isto lançado como sendo o que resultaria na sua emancipação. Na prática, o que aconteceu foi que

⁴⁷ Para um maior aprofundamento sobre as diferenças de organização social entre o sul, centro e norte do país, confira Arnfred (2011) e Geffray (2000).

⁴⁸ Esta questão está ligada à influência de valores protestantes em dirigentes da FRELIMO, que foram educados em missões protestantes. É o caso de Samora Machel e Eduardo Mondlane.

elas dobraram a sua carga de trabalho, tendo que conciliar a produção com o trabalho doméstico.

O modelo de família permitido, monogâmico e nuclear, com o homem como chefe de família e a mulher como sua companheira, assemelhava-se ao modelo existente durante o período colonial. Lidava-se com a sexualidade da mulher em termos negativos, havendo fortes campanhas contra a prostituição, a existência de mães solteiras (cujos filhos eram chamados de “filhos do mato”) e os ritos de iniciação (ARNFRED, 2011). A maternidade era um dado adquirido, não sendo um problema social, contanto que ela produzisse a quantidade de filhos necessária para a Nação.

Isabel Casimiro e Conceição Osório, interlocutoras pertencentes à *Geração de Beijing*, analisam criticamente as políticas implementadas nesta época, tendo as duas participado pontualmente nas campanhas de alfabetização ou ainda em debates e preparação de conferências da OMM. Na entrevista realizada para esta pesquisa, Conceição, pesquisadora da WLSA Moçambique, analisa que

(...) o que Samora dizia e seguia acerca das mulheres foi sempre terrível. (...) A luta das mulheres acabava à porta de casa. Quer dizer, era no espaço público sim, fez-se muita coisa. Eu fiz alfabetização de mulheres, alfabetização nos bairros, de jovens, formei monitores de alfabetização na Mafalala durante dois anos. Mas para mim, começa a tornar-se esquisito isso, o discurso da OMM e do Samora. Um discurso de igualdade, mas uma igualdade com limites. Os limites à ordem de um poder que continuava a ser predominantemente patriarcal e do que Samora de facto era exemplo, né? Desse poder patriarcal. (...) O discurso do Samora era esse. Um discurso em que as mulheres são iguais, mas pouco. Quer dizer, são iguais até um certo ponto, sem perder a sua identidade feminina, do ponto de vista do estereótipo. Uma identidade feminina de cuidadora, feita para o outro, com prioridades definidas nos seus papéis, como donas de casa e etc. E essa versão é ainda muito presente, mais no seio da Frelimo (Entrevista a Conceição Osório).

Também Isabel Casimiro questiona o tipo de emancipação pretendido com estas políticas, argumentando que

O Samora falava que a libertação era consentânea. Só que qual era a noção de libertação? Era pôr as mulheres a participar na produção. Mas as mulheres já produziam, elas eram e são camponesas (...) Vamos envolver as mulheres na produção, nas fábricas, mas sem pensar na reestruturação das actividades domésticas. Porque as mulheres vão para a alfabetização, as mulheres vão para as fábricas, as mulheres fazem mais actividades, mas não deixam de fazer aquilo que têm que fazer em casa (...) De facto, a gente constata que há um avanço, mas é um avanço que tem que estar permanentemente a ser conquistado. Sim, a experiência da luta armada e do período posterior foi uma experiência diferente da experiência de outros países, muito diferente. E por isso estava todo mundo interessado em ver o que é que tinha acontecido. Mas era uma experiência cheia de paradoxos, como todas as experiências têm paradoxos (Entrevista a Isabel Casimiro).

Para Maria José Arthur, pesquisadora da WLSA e igualmente pertencente à *Geração de Beijing*, é importante lembrar que, nos seus discursos, Samora Machel falava em emancipação e não igualdade, o que estava mais ligado a uma questão nacionalista do que a uma questão de direitos iguais entre homens e mulheres:

(...) repara que não falava em igualdade, falava em emancipação. Que é completamente diferente. Estamos a falar da questão da igualdade. Não se fala em igualdade, a palavra igualdade não aparece. Fala-se em emancipação, fala-se em valorizar o contributo da mulher. O contributo da mulher no sentido de deixá-la trabalhar na esfera pública, mas não toda na esfera privada. Porque, finalmente, a casa do homem é o seu castelo, né? É a questão de uma cidadania que termina à porta de casa. Isso é o que eu acho. Foi interessante, porque ao mesmo tempo...vê bem. Em relação às mulheres, mais do que revolucionário, esse foi um discurso nacionalista. O enunciado nacionalista estava bem presente e um enunciado da modernidade. Então nós temos o abaixo ao *lobolo*, não porque fossem instituições que realmente reproduzissem, mas instituições que mantinham a mulher e a sociedade presas e que não permitiam o desenvolvimento da nação e também da modernidade. Então este enunciado da libertação da mulher era essencialmente um enunciado nacionalista e da modernidade. Tinha muito pouco de contestação, de facto, de uma estrutura patriarcal. Porque aí não se tocava (Entrevista a Maria José Arthur).

1.4 “*Um divisor de águas*”: A Conferência Extraordinária da OMM (1984)

Durante a realização do IV Congresso da Frelimo, em 1983, esta reconheceu as limitações das suas *políticas do abaixo*, em relação ao que chamava de *problemas sociais da mulher*⁴⁹, nomeadamente os ritos de iniciação, o *lobolo*, a poligamia, etc. Adoptando uma política enraizada em ouvir e aprender a partir das bases (o que tinha sido a experiência das Zonas Libertadas durante a luta armada) e não em dar instruções a partir de cima, o partido recomendou a realização, com urgência, de uma Conferência Extraordinária da OMM dedicada a estudar os *problemas sociais da mulher*, a nível nacional, e a encontrar maneiras de os resolver.

Dá-se início, assim, a um longo e frutuoso processo de preparação para o evento, que durou um pouco mais de 6 meses e que mobilizou o país inteiro⁵⁰ em trabalho de campo, recolha e organização de dados, debates e auscultação da população e realização de relatórios. O objectivo era discutir como manter, desenvolver e adaptar uma série de cerimónias e rituais. Os temas discutidos foram as relações na família; relações entre pais e filhos; ritos de iniciação; casamentos prematuros e forçados; casamentos herdados e cerimónias de viuvez; amantismo e adultério; divórcio, separação e abandono do lar; *lobolo*, compensação matrimonial; poligamia;

⁴⁹ Arnfred (2017) salienta, no entanto, que os tais problemas sociais da mulher eram mais da Frelimo do que propriamente delas.

⁵⁰ Segundo Urdang (1989), mais de 2000 encontros aconteceram ao longo de todo o país.

mães solteiras; prostituição e mulher na produção (mulher camponesa, cooperativista, funcionária, vendedora no mercado, doméstica, operária) (CASIMIRO, 2014).

Fizeram parte da preparação, a diferentes níveis, Signe Arnfred (como consultora da OMM), Isabel Casimiro (como pesquisadora do CEA/UEM), Terezinha da Silva (como Directora Provincial de Saúde, em Pemba), Ana Loforte (como pesquisadora da UEM) e Maria José Arthur (como professora de História, na Beira), as quatro últimas pertencentes à *Geração de Beijing*. De maneira a melhor ilustrar o clima que se viveu aquando da preparação desta conferência, reproduzo algumas narrativas de interlocutoras que viveram este momento:

Eu e a Ana Loforte trabalhámos com a OMM na preparação da Conferência Extraordinária. (...) Debates homéricos, debates terríveis. Participámos na preparação e participámos durante a sessão. (...) A ideia era debatermos esses assuntos e ver o que acontece, porque é que há permanência de casamentos prematuros, herdados, forçados, poligamia, *lobolo*, ritos de iniciação (...) Então essa conferência extraordinária é antecedida de uma pesquisa. É aí que trabalha a Signe Arnfred (...) Uma pesquisa sobre essas questões todas, o que é que as pessoas pensavam a nível de todo o país (...) E quem pediu a pesquisa foi a Frelimo. (...) Os homens sempre participaram nesses encontros. (...) Eles - secretários dos grupos dinamizadores, secretários dos comités - iam às reuniões. Porque a ideia era também que essa gente debatesse as coisas, ouvisse os debates e se envolvesse na chamada luta pela emancipação da mulher. Era importante. Havia momentos em que só as mulheres debatiam, mas era importante que houvesse momentos em que os homens também pudessem participar. Sobretudo nas grandes sessões (Entrevista a Isabel Casimiro).

Na Beira, pediram-nos para juntar as contribuições para fazer o relatório da Beira para essa reunião. E acho que não foi muito bem-vindo, porque as pessoas apresentavam por causa de um pontinho muito claro, era a questão do divórcio, e as pessoas apresentavam o aumento do número de divórcios como sendo um símbolo desta deterioração moral e a gente apresentava o aumento do número de divórcio como possibilidade das mulheres dizerem que não a um casamento. Isso foi muito mal visto, foi logo alterado e nem viémos à reunião aqui em Maputo (Entrevista a Maria José Arthur).

Signe Arnfred lembra como, pela primeira vez desde o fim da guerra, as mulheres foram colocadas como sujeitos da sua própria emancipação⁵¹. A preparação provocou discussões intensas e muito animadas que envolveram o país inteiro durante meses, mesmo no meio da guerra⁵², seca e fome. Ficou demonstrado, ela observa, que quando se abre espaço para as mulheres falarem sobre as suas próprias necessidades e preocupações, não isoladamente, mas como parte de um movimento nacional e com uma perspectiva de mudar as suas próprias vidas,

⁵¹ Como parte da preparação da Conferência, a Frelimo publicou no jornal uma *Exortação à Mulher Moçambicana* onde, entre outras coisas, declarou que “A libertação da mulher, sendo uma exigência do avanço da revolução, é uma tarefa do Partido e de toda a sociedade. (...) mas, sendo uma tarefa da toda a sociedade, a libertação da mulher é, em primeiro lugar, tarefa da própria mulher. Ela mesma tem de assumir totalmente o combate pela sua emancipação” (ARNFRED, 2016; CASIMIRO, 2005).

⁵² Conhecida como “guerra dos 16 anos”, entre as forças governamentais e a RENAMO, que começou em 1977 e terminou em 1992.

reservas surpreendentes de energia social são soltas. Durante este processo, conclui, as mulheres ganharam força e confiança e a OMM aprendeu muito sobre as diversas realidades que compunham a vida das mulheres que representava.

Um dos temas que produziu discussões bastante positivas, segundo a pesquisadora, foi o *lobolo*. Enquanto que a Frelimo considerava esta uma prática atrasada e prejudicial para as mulheres, as pesquisas feitas na preparação da conferência mostraram que as mulheres, no meio rural, não a queriam abandonar, pois lhes dava segurança social. Isabel Casimiro também recorda que

(...) houve conclusões lindíssimas. Muitas vezes as pessoas diziam que não é combatendo que se consegue impedir que determinadas práticas continuem. Porque a maior parte das pessoas, mesmo as das antigas zonas libertadas, diziam que a Frelimo, durante a luta armada, nunca combateu o *lobolo* ou os ritos de iniciação. Então porque estão a combater agora? Porque vêm com a política do abaixo, quando durante a luta armada não o faziam? Mas é claro que também durante a luta armada não lhes interessava entrar em grande choque com as pessoas, porque já havia muitas outras questões, a partir do momento em que as mulheres começaram a participar como combatentes. Mas estou a dizer aquilo que as pessoas diziam. E as pessoas entrevistadas em todo o país consideravam que não se devia deitar abaixo. Ok, não eram a favor de casamentos forçados e herdados e tudo isso, mas em relação ao *lobolo* e mesmo ritos de iniciação (...) Mas o que é interessante é o que as pessoas dizem. As pessoas não são a favor de se condenar essas práticas, as pessoas consideram que se deve expandir a educação e etc. Repensar tudo isso (Entrevista a Isabel Casimiro).

Apesar de todo o entusiasmo e mobilização dos encontros antecedentes, no entanto, quando a Conferência finalmente aconteceu⁵³, foi completamente controlada. O próprio Samora presidiu todas as reuniões plenárias, sendo que as únicas mulheres na primeira fila foram a Secretária Geral da OMM, Salomé Moiane, e a única ministra do Governo, Graça Machel, então esposa do presidente. Os demais eram todos homens do partido ou do governo. Os longos discursos de Samora e das restantes lideranças dominaram todas as sessões, não deixando espaço e tempo para as discussões que poderiam ter acontecido. Stephanie Urdang (1989) observa que a intensa presença de lideranças foi entendida, por um lado, como um importante sinal, mas por outro, como um controle pesado sobre a OMM.

Poucas delegadas das províncias - mulheres camponesas, muitas analfabetas e que nunca tinham saído das suas aldeias - tiveram oportunidade para falar nas sessões plenárias. Apenas no primeiro dia de discussões em grupo (a Conferência durou cinco dias) a atmosfera do período de preparação da Conferência parece ter voltado. Muitas mulheres aproveitaram para falar e

⁵³ Sem nenhuma justificação, e depois de já ter chegado a Maputo a delegação de uma província nortenha, a Conferência foi adiada pelo partido por seis meses (ARNFRED, 2011).

criticar as condições sociais e a maneira como as lideranças tinham respondido a elas (ARNFRED, 2011; URDANG, 1989).

Para Signe Arnfred (2011), que participou de todo o processo de preparação da Conferência, lado a lado com a OMM, a agitação antecedente fez com que o partido ficasse nervoso com o que se passava, uma vez que as coisas pareciam ter ficado fora do (seu) controle. Sentindo-se ameaçadas, as lideranças mobilizaram o que podiam para trazer de volta a autoridade paternal do partido, assim como o estilo de política *top-down*.

O que poderia ter produzido as bases para um movimento poderoso de mudança social, acabou em resoluções nem radicais e nem precisas, tendo os planos de seguimento não acontecido na prática. Stephanie Urdang (1989) atribui estes resultados, em parte, ao avançar da guerra, tendo os interesses e preocupações das mulheres sido substituídos pelos da nação como um todo. No fim, conclui a pesquisadora, o que ficou de fora da agenda da Conferência foi um programa para a luta das mulheres, vista como divisiva aos olhos da Frelimo. Sheldon (2002) acrescenta que a OMM sucumbiu às expectativas sociais tradicionais acerca dos papéis das mulheres.

O resultado decepcionante desta Conferência mostra como, ao contrário do que aconteceu durante a luta armada, onde as mulheres pareciam estar no comando da OMM, sendo apoiadas pela FRELIMO, depois da independência este tomou conta da organização. Questões tão importantes como o desenvolvimento de uma política para a emancipação da mulher, analisa Casimiro (2014), não poderiam ser deixadas nas suas mãos, muito menos nas das mulheres camponesas, em grande parte sem instrução, que lutaram ao lado da FRELIMO no norte de Moçambique.

Como braço do partido e completamente dependente dele, a OMM não conseguiu definir um programa concreto e autónomo, que tivesse em conta que as mulheres não são um grupo homogêneo, que os seus interesses e necessidades não são os mesmos e que evoluem com o tempo. Perdem, assim, e apesar de serem a única organização com implantação nacional, iniciativa e capacidade de representar e defender os interesses das mulheres, assim como desafiar o partido em relação às decisões que oprimem e marginalizam as mulheres.

Apesar do seu inquestionável papel na mobilização de mulheres, a OMM limitou-se, nestes primeiros anos da independência, a tentar integrá-las nas tarefas nacionais, consideradas prioritárias pelo Partido Frelimo. A falta de quadros capacitados para estudar, analisar e implementar estratégias para melhorar a situação das mulheres, aliada aos estereótipos existentes ao nível dos órgãos de decisão - que consideravam somente o seu papel reprodutivo -, funcionaram como entraves para a actuação e crescimento desta organização. Se bem que a

Conferência Extraordinária tenha provocado debates importantes, a situação económica e política, com a guerra a destruir o país, impossibilitou novo fôlego, conforme indicaram as mulheres que participaram nesta conferência e que são interlocutoras desta pesquisa.

Além disso, a OMM teve de confrontar-se com o surgimento de uma série de associações criadas por antigos membros seus, descontentes com os rumos da organização. Muitas destas mulheres haviam saído do aparelho de Estado e possuíam outro tipo de formação e vivência junto de organismos internacionais. Possuindo características bastante distintas da OMM, estas associações surgiram através da iniciativa de grupos específicos, que sentiram a necessidade de se organizar para resolver questões concretas da sua sobrevivência. As primeiras a surgir, nos anos 1980, foram as organizações de mulheres de tipo voluntário, associações com ou sem fins lucrativos e em áreas bastante diversas, sobre as quais falarei com mais detalhes no capítulo 2. Fuva Muiambo, pertencente à *Geração das Jovens Feministas* e Oficial de Programas na área de Direitos Sexuais e Reprodutivos da Rede HOPEM, conta que

A minha própria avó que era da OMM, foi uma das pessoas que fundou. Eu notei que ela começa a ser mais actuante como pessoa do movimento, como mulher progressista, quando ela se junta a outras mulheres e funda a AMODEFA [Associação Moçambicana de Defesa da Família]. Elas começaram a ser líderes quando fundaram a AMODEFA (Entrevista a Fuva Muiambo).

O surgimento destas organizações, aliado às mudanças económicas, políticas e sociais que se desenrolaram a partir de meados dos anos 80, representou uma primeira grande virada no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género. Mais autónomas e sem depender de partidos políticos para elaborar as suas agendas e formas de actuação, estas organizações em muito se beneficiaram da abertura do país às políticas do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), impostas a partir do Programa de Reabilitação Económica (PRE), conseguindo maiores apoios para a realização das suas actividades. No entanto, é interessante notar que estas organizações surgidas depois da independência continuaram a precisar, no seu trabalho diário e em qualquer ponto do país, do apoio e da estrutura da OMM, que está presente em todo o território nacional, realizando trabalho voluntário.

Capítulo 2

“Nós aceitámos entrar num mundo que nós nem sabíamos que mundo era esse”: a emergência dos estudos de género no CEA/UEM e a articulação com as primeiras organizações de mulheres pós-independência

Fragmento: género alimentício?

“(...) a gente teve que fazer uma grande campanha para explicar o que é que nós queríamos dizer com género. Quer dizer, quando eu penso hoje, que todo mundo fala de género, muito mal falado, e o que era em 1990 quando a gente começou a falar de género, eu me rio, né? O desconhecimento... era muito complicado.”

Sentada no seu gabinete, Isabel Casimiro recorda como se deu o seu envolvimento com os estudos sobre mulher e género. Estamos no edifício onde tudo começou, do CEA/UEM, cujos corredores percorri na minha infância e adolescência. É a primeira vez que entrevisto oficialmente a minha mãe e confesso que, no início, é um pouco estranho estar no lugar de pesquisadora e ela no de pesquisada. Mas logo a conversa se desenrola e eu rapidamente esqueço esse detalhe. Depois de falar um pouco sobre a sua trajectória pessoal, ela - que foi a segunda moçambicana a fazer um curso de género fora do país, em 1987 - recorda como foi começar a falar sobre o conceito de forma a introduzi-lo nas pesquisas sobre a situação das mulheres em Moçambique. Para a maior parte das pessoas, género estava ligado a alimentos, géneros alimentícios. Era necessário, pois, *“preparar psicologicamente as pessoas para entrarmos com um novo conceito, (...) porque a gente falava de género e género é géneros alimentícios, não é? Hoje cada um dá um pontapé numa pedra e sai o género. É o género, o empoderamento e ninguém...e pelos vistos muito pouca gente entende até o carácter revolucionário de cada um desses conceitos. Mas naquela altura o que é que era género?”*

À medida que vai relatando o trabalho nesses primeiros anos, Isabel relembra as estratégias que usavam na altura para introduzir o conceito de género, não só no contexto académico, mas também das organizações de mulheres. Ela lembra que *“a gente sempre definiu muito bem. Hoje fala-se de interseccionalidade, mas de facto a nossa visão de género era essa. Que nós quando estamos a falar de género, estamos a falar de relações...ok, podíamos limitar porque falávamos de relações entre mulheres e homens, nós ainda não estávamos a falar de orientação sexual. Uma coisa de cada vez, se não abalávamos aí tudo, né? Mas nós falávamos de relações entre os*

seres humanos, nós falávamos de relações de poder. Falávamos num conceito relacional e nós falávamos num conceito que tinha em conta muitas outras dimensões. Tanto que eu me lembro que nas nossas formações, nós fazíamos um desenho, púnhamos homens e mulheres e depois falávamos de classe, raça, etnia, religião, ambiente urbano ou rural, estatuto, etc. A gente fazia um quadro onde entravam todas essas dimensões. Não falávamos em interseccionalidade porque esse é um conceito que chega agora, há pouco tempo. (...) É preciso ver, a gente não pode simplesmente trazer os conceitos de qualquer maneira. Nós trabalhamos muito o conceito de género e mesmo assim, hoje a gente continua a trabalhar. Porque é verdade, como diz a Sônea Correa, brasileira com quem estivemos a trabalhar, é um conceito em construção. E todas as feministas que têm trabalhado com o conceito de género, elas falam de um contexto em permanente construção. Isso é que é o aspecto positivo do feminismo. Que nunca está acabado, está em permanente construção.”

Terezinha da Silva, a primeira moçambicana a fazer o curso de género, também lembrou das dificuldades de começar a introduzir o conceito, principalmente no seio das instituições do governo. A visão que se tinha, segundo ela, era “(...) *Muito patriarcal, muito patriarcal. Quando falávamos em relações de género falávamos em relações desiguais de género, em relações de poder e era muito pouco aceite. Sabes, era a tradição, a nossa cultura, o homem é que é o chefe da família (...) Mas realmente, essa questão até hoje... (...) então depois a Isabel veio, depois foi o Diogo [Milagre] também, então já havia um grupo de profissionais que em várias áreas estavam a falar sobre estes novos conceitos. E foi também facilitado porque o Conselho de Ministros teve uma pincelada sobre isso. E eu lembro também que era importante que não houvesse só mulheres a falar sobre isso. No Ministério de Plano e Finanças queriam também incluir a questão de género nos seus programas, na estatística. Então fui eu e o Diogo Milagre, éramos os dois a fazer a formação sobre integração de género nos programas, estás a ver? E eu acho que isso é muito importante, haver homens e mulheres, para quebrar essa coisa de só as mulheres estarem a defender. Então isso é muito importante. Essa ideia de que género é mulher, que ainda está bem presente, depois de tanto esforço e de tanta coisa.”*

“*Contexto em permanente construção*”. Esta é, com certeza, a descrição perfeita para todas as mudanças que Moçambique viveu em menos de 50 anos. Como descrito anteriormente, o período que se seguiu a 1975 foi de grande entusiasmo e esperança, com uma série de pessoas

a aderirem às políticas socialistas da Frelimo e a doarem o seu tempo e experiência na construção de uma nova sociedade. O que veio entre meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, no entanto, foi completamente diferente do que se esperava.

Para Signe Arnfred (2003), o Moçambique socialista da Frelimo, apesar de todos os erros cometidos, foi um país com uma trajectória específica, um passado colonial particular e uma experiência de luta muito importante. Esses erros, corrobora Kathleen Sheldon (2002), se deram a partir de um sentimento de esperança e da possibilidade de um projecto de desenvolvimento progressivo. Já o Moçambique posterior às grandes mudanças que aconteceram é, para essas autoras, apenas mais um país africano pobre, cujas dificuldades observadas foram em parte resultado dos programas impostos pelo BM e pelo FMI, cujo objectivo principal era acabar com qualquer vestígio do socialismo e promover o capitalismo (SHELDON, 2002; ARNFRED, 2004; DISNEY, 2009).

Esses programas, implementados no início da década de 1980 em vários países africanos, visavam supostamente impulsionar a recuperação da economia e ajudar os governos a pagar as dívidas contraídas. As receitas para atingir tal fim incluíam a privatização da terra, a liberalização do comércio, a desregulamentação das transacções cambiais, a redução do sector público, o corte do financiamento de serviços sociais e um sistema de controle que transferiu o planeamento dos governos para o BM e as ONGs (FEDERICI, 2019).

Foi em meio a um cenário desolador em termos económicos e políticos que, a partir de 1987, o governo moçambicano começou a implementar o Programa de Reajustamento Estrutural (PRE), exigência do BM e do FMI. No início dos anos 80, o governo da Frelimo foi obrigado a admitir o fracasso de grande parte das políticas implementadas pós-independência e lidar com uma população altamente descontente. A crise que se instalou foi exacerbada por grandes desastres naturais (fome e seca) e, principalmente, pela guerra contra a RENAMO (1977-1992), que se materializou na destruição de infra-estruturas económicas, na deslocação da população do campo para a cidade (cerca de cinco milhões de pessoas) e para países vizinhos (cerca de um milhão de pessoas), na desestabilização interna, na morte de mais de um milhão de pessoas e no assassinato do Presidente Samora Machel, em 1986 (KATTO, 2017; CASIMIRO, 2014). Moçambique transformou-se, rapidamente, num dos países mais pobres do mundo.

Ao contrário do que propunham, os programas de ajuste estrutural, como mostram vários autores, afundaram a maior parte dos países que aderiram a eles numa pobreza pior do que a do período colonial (FEDERICI, 2019; KATTO, 2017; CASIMIRO, 2014). Em Moçambique, as mudanças implementadas resultaram em redefinições radicais em termos de modelos de país,

de Estado, de sociedade, de acordos e normas de regime político e de políticas sociais. Tiveram, especificamente, um impacto negativo na vida das mulheres, devido à redução das políticas de bem-estar social. Como descrevi no capítulo anterior, nos anos imediatamente a seguir à independência, houve uma preocupação em melhorar as condições e oportunidades de trabalho das mulheres. Aqui a OMM teve um papel preponderante, defendendo e incentivando o envolvimento das mulheres na produção colectiva⁵⁴. Isto incluía o trabalho, sobretudo, em fábricas (processamento de castanha de caju e vestuário) ou na agricultura cooperativa⁵⁵ (urbana e rural).

A maior parte das políticas e serviços implementados durante este período, que visavam uma maior participação da mulher na produção, como mostram os analistas voltados para a discussão deste período, foram prejudicadas pelas mudanças que se seguiram. Com a implementação do PRE vieram as medidas de austeridade, a desvalorização da moeda, o aumento do preço dos bens alimentares, a revogação das senhas de racionamento de comida, as privatizações, a diminuição do acesso à saúde e à educação das crianças. As privatizações afectaram profundamente serviços que até então apoiavam as mulheres, como o cuidado com as crianças e os serviços de saúde. Foi o que aconteceu um pouco por todos os países que tiveram estes programas impostos, onde as economias locais colapsaram, o investimento estrangeiro não se concretizou e as únicas actividades produtivas em rigor na maioria deles são, assim como no período colonial, a extracção mineral e a agricultura para exportação. De acordo com os estudiosos, estes resultados levaram a um empobrecimento brutal da população (FEDERICI, 2019; SHELDON, 2002; ARNFRED, 2011; CASIMIRO, 2014).

Consequentemente, as mulheres tiveram de procurar novas formas de se sustentar⁵⁶, voltando-se para o mercado informal e para a agricultura urbana. Isto teve impacto no espaço

⁵⁴ Com o objectivo de obter uma maior equidade entre mulheres e homens, a organização promovia programas de bem-estar social, nomeadamente de alfabetização, de cuidados de saúde, de vacinação, de educação materno-infantil, planeamento familiar, educação de adultos, educação cívica, educação e formação da mulher, entre outros. No entanto, estes programas enfatizavam o papel da mulher como cuidadora e fornecedora de serviços sociais, não desafiando os estereótipos, as relações de género e de poder, o acesso e controle dos recursos e a ideologia. Os resultados eram políticas que reproduziam e não punham em causa as tarefas da mulher - dona de casa e trabalhadora - no âmbito da divisão sexual do trabalho, sendo ela vista como beneficiária passiva do desenvolvimento. Essa postura contraditória da OMM, entre teoria e prática, é problematizada no trabalho de Isabel Casimiro (2014), por exemplo.

⁵⁵ De acordo com Kathleen Sheldon (2002), as cooperativas agrícolas urbanas, principalmente no sul do país, tornaram-se centros de poder político para as mulheres, uma vez que eram compostas maioritariamente (cerca de 90%) por elas. A União Geral das Cooperativas (UGC) é um bom exemplo. Criada em 1981, fazendo parte do que Casimiro (2014) chamou de organizações de mulheres no período revolucionário, de tipo cooperativo e com fins lucrativos, esta associação representou uma ruptura com a política assistencialista que caracterizou a OMM em finais da década de 70. Para mais informação sobre a UGC, ver Sheldon (2002), Casimiro (2014) e Arnfred (1987).

⁵⁶ Apesar de difíceis, Kathleen Sheldon (2002) admite que as mulheres beneficiaram de algumas destas mudanças, uma vez que houve um aumento da sua mobilidade social, limitações no poder do parentesco e uma tendência a

físico das cidades, que foi mudando à medida que mais mulheres começavam a vender produtos nos mercados e nas ruas. Alterou, também, a vida familiar e a organização social do país. Houve um incremento da emigração masculina para a África do Sul em busca de emprego, assim como do comércio informal transfronteiriço, realizado principalmente por mulheres, com maior incidência na região sul do país⁵⁷.

Uma das mudanças que mais contribuiu para a reconfiguração - ampliação e diversificação - do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género foi a aprovação da Constituição, em 1990, que adoptou o direito à livre associação. Isto permitiu a criação de uma série de ONGs e associações moçambicanas de direitos das mulheres, de natureza distinta da OMM, conforme mencionei no final do capítulo anterior. No período imediatamente posterior à independência, ela era a única organização que canalizava todas as actividades ligadas às mulheres a nível nacional. No entanto, tinha pouca capacidade de defender os interesses das mulheres ou desafiar o partido em relação a uma série de decisões prejudiciais a elas, como argumentam os diferentes autores dos capítulos do livro *African Women's Movements: Changing Political Landscapes*, de TRIPP ET AL (2009). As organizações que surgem no início dos anos 1990 contrastam com a anterior principalmente na sua autonomia em relação ao partido no poder e no facto de possuírem financiamento independente do Estado.

A autonomia associativa permitiu-lhes uma mudança de foco, passando de uma abordagem desenvolvimentista de bem-estar, geração de rendimentos e artesanato para uma de promoção dos direitos das mulheres através do engajamento político, de *lobby* e advocacia, como mostram os autores do referido livro (TRIPP ET AL, 2009). Denominada *Women in Development* (WiD), esta abordagem desenvolvimentista foi adoptada a partir dos anos 1980 em muitos países africanos, principalmente a partir da entrada das políticas do BM e do FMI. A partir dela, a integração das mulheres na economia de mercado seria facilitada por projectos que implementassem actividades geradoras de rendimentos, esquemas de crédito e esforços destinados a melhorar o acesso das mulheres ao trabalho assalariado. O problema, apontado pelas análises críticas de várias autoras africanas, é que ela se baseava na ideia de integração das mulheres nas políticas de desenvolvimento já existentes, sem fazer uma análise crítica do

famílias menores. O facto de terem trabalho remunerado para se sustentar e às suas famílias, influenciou a criação de novos espaços para as suas intervenções.

⁵⁷ Um número significativo de mulheres realiza comércio informal transfronteiriço (principalmente entre Moçambique e a África do Sul), chamado *mukhero* e sendo elas conhecidas como *mukheristas*. Segundo Chivangue (2012), “o *mukhero* pode ser definido como actividade de micro-importação informal caracterizada pela travessia da fronteira de Ressano Garcia para África do Sul, local onde os *mukheristas* compram diversos bens para posterior revenda, geralmente a grosso, nos mercados de Maputo. (...) Na realidade, o *mukhero* pode também situar-se na categoria do comércio transfronteiriço informal”.

que de facto é desenvolvimento e das relações desiguais de poder entre homens e mulheres nesse cenário. Essa é uma crítica que a OMM nunca se dispôs a fazer, por exemplo. A mudança para a abordagem Gender and Development (GAD), que aconteceu após as primeiras críticas ao modelo de WID, acabou não fazendo muita diferença na prática, já que formalmente “género” simplesmente substituiu “mulheres”. Para além disso, como apontam as feministas africanas, a abordagem GAD, assim como a sua predecessora, restringiu-se a lidar com as necessidades práticas das mulheres, não dando importância às relações desiguais de género que subordinam as mulheres em muitos contextos. Segundo elas, estas mudanças acabaram por despolitizar e cooptar aquele que foi um conceito tido enquanto radical e revolucionário (GAIDZWANWA, 1992; MEENA, 1992; MAMA, 1996, LEWIS, 2009; ARNFRED, 2004).

Na sua dissertação de mestrado sobre feminismo e organizações de mulheres em Moçambique, Isabel Casimiro (2014) atribui a criação e o crescimento de ONGs no contexto da África Sub-Sahariana à ascensão de políticas neo-liberais iniciadas e difundidas a partir do ocidente. Para a pesquisadora, estas políticas ganharam bases nos países da periferia, como foi o caso de Moçambique, onde encontraram expressão através dos programas de ajustamento estrutural do BM e do FMI - os quais mencionem anteriormente - e a sua tentativa de promover a reforma do mercado e reduzir a intervenção social.

Apesar da emergência dos estudos de género e do surgimento das primeiras organizações de mulheres pós-independência terem antecedido a participação da comitiva moçambicana na Conferência de Beijing (1995), esta - e, em menor intensidade, as que lhe antecederam - deu um impulso adicional à mobilização das mulheres no continente africano, através da visibilização das suas acções. Terezinha da Silva lembra que a participação de Moçambique em Beijing permitiu que elas tivessem uma maior ligação com o mundo, possibilitando contactos com países da África Austral, América Latina e Europa. Essa ligação possibilitou trocas de informação sobre os programas implementados, os aspectos positivos, os desafios, os problemas a enfrentar e os cuidados a ter, de forma a melhorar o trabalho que começava a ser feito no país e a ampliar as redes de comunicação. Para além disso, foi um divisor de águas em termos de iniciativas governamentais em relação às mulheres, tendo o conceito de género sido incorporado nos projectos de desenvolvimento, que passaram a ter muito financiamento de doadores estrangeiros. A abordagem de género, por sua vez, influenciou as agendas e a assinatura, por parte do governo, de uma série de tratados e políticas, principalmente no que diz respeito à participação política das mulheres, e da aprovação de leis que protegem os seus direitos. Segundo Terezinha da Silva, a participação em Beijing impulsionou a consolidação

dos programas que já existiam, dando uma maior atenção às áreas estratégicas que deveriam ser implementadas e desenvolvidas.

Maria José Arthur, pertencente à *Geração de Beijing* e actual Coordenadora da área de comunicação, *lobby* e advocacia da WLSA, explica que a participação em Beijing (conferência na qual ela não esteve presente)

(...) foi uma grande mudança, inclusivamente, o governo tomou vários compromissos nessa altura, que de facto conseguiu-se depois cristalizar na criação dos gabinetes⁵⁸ - que já havia iniciativas -, mas na questão da instituição de uma comissão para a reforma legal, para a Lei da Família, Código Penal e Lei das Sucessões, embora a Lei da Família tenha sido a primeira coisa. Isto está desde pós-Beijing. Com certeza, eu acho que foi um marco muito importante. (...) É que Beijing é uma conferência que é diferente no mundo inteiro (Entrevista a Maria José Arthur).

Diogo Milagre, actual Director do Programa de HIV da Pathfinder International, então vice-presidente do recém-criado FM e um dos únicos homens a fazer parte da comitiva moçambicana, destaca que a Conferência

(...) consolida e traz já uma agenda, uma plataforma em concreto (...) aliás, a partir daí a participação moçambicana nestas conferências começaram a ter uma representatividade, o que ajudou de certa maneira (...) então tudo isso ajudou (...) de facto, a ter acções visíveis e uma plataforma que traz a mulher. Eu não diria que há um impacto muito grande, mas houve uma transformação assinalável, que depois culmina com a assinatura, pelo governo de Moçambique, no seio da SADC [South Africa Development Community], daquele sistema de cotas, não é? De pelo menos 30% da participação da mulher nos órgãos de direcção, seja no poder legislativo, no executivo e também ao nível do parlamento. E pronto, isso tudo ajudou a transformar aquilo que é a visão normal, do cidadão comum, sobre o papel da mulher. Não diria que hoje em dia há uma visão de igualdade, ainda há desafios enormes, mas comparativamente há duas, três décadas, há avanços assinaláveis. Sobretudo a nível urbano (Entrevista a Diogo Milagre).

As interlocutoras que se envolveram de alguma maneira na participação na Conferência de Beijing concordam com a consideração de que, a partir dela, foram sendo criadas as condições para a construção de plataformas globais, com a participação de mulheres africanas nestes espaços. A possibilidade de as mulheres africanas falarem em primeira pessoa

(...) conduziu a um desafiar e a uma reconceptualização de perspectivas e de conceitos, métodos e epistemologias seguidas pelo mundo desenvolvido na interpretação do Terceiro Mundo e a questionar os paradigmas do desenvolvimento (CASIMIRO, 1999:7).

⁵⁸ Maria José refere-se aos Gabinetes de Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, criados em 1999 pelo governo moçambicano, na sequência das decisões adoptadas na Conferência de Beijing.

A Conferência foi também essencial no moldar das normas que impulsionaram o campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em África, gerando uma maior visibilidade e reconhecimento das experiências realizadas por várias organizações, redes e movimentos existentes (TRIPP, 2005:3)⁵⁹.

Isabel Casimiro, assim como Terezinha da Silva, relataram, em diversos momentos dos encontros que tivemos, as suas experiências de participação no evento e como este marcou a forma de trabalho e organização em torno das questões de género e direitos humanos das mulheres. Para Terezinha,

Foi a primeira vez que nós fomos a uma conferência mundial, internacional, com milhares de organizações de todo o mundo e em que se iam discutir muitas questões variadas, desde direitos sexuais e reprodutivos, até à violência doméstica. Foi a partir daí que começamos a trabalhar muito nos programas da violência doméstica e com o Ministério do Interior. E uma coisa importante dessa conferência é que também foi uma delegação do governo e nós estávamos juntos e foi muito bom. Estávamos todos engajados, entusiastas...e isso foi um primeiro aspecto que eu me lembro que foi muito importante, foi irmos com delegação do governo. Eram 20 e nós éramos também outros 20, eram quase 50 pessoas e bem organizados. Lembro que fiquei muito admirada com tanto trabalho que há neste mundo, em vários países do mundo, em relação aos temas, às preocupações que também eram as nossas preocupações de Moçambique. Eu lembro que eu apresentei um tema sobre os direitos sexuais e reprodutivos, até foi apoiado pela Embaixada da Finlândia e eu lembro-me que estava num painel com as finlandesas. E lembro-me que os painéis não eram só um país, eram vários países e fazíamos a concertação antes de cada painel. Então foram quase 15 dias, se não estou em erro, em que nós convivemos bastante com todas as companheiras – também havia homens – de um lado e de outro. Era quase uma cidade só para nós. (...) E nesse aspecto o que deu força foi ver que olha, os nossos problemas não são os únicos, há outros países que têm os mesmos problemas, que adoptaram medidas e políticas para ultrapassar e nós aprendemos bastante com isso. Principalmente as colegas da América Latina, que estavam muito mais avançadas que nós, até agora estão muito mais avançadas que nós. E recordo-me também que éramos tão disciplinadas que todos os dias fazíamos encontros de balanço à tardinha, no meio das escadas, víamos o que é que cada uma de cada painel viu, partilhávamos e depois víamos o programa e decidíamos agora este grupo vai aqui, este vai acolá. Eu fui pelo Fórum Mulher, a Isabel [Casimiro] também. Então partilhávamos estas experiências. Também passeávamos, mas tínhamos sempre em mente que o objectivo para o qual nós fomos tinha que ser cumprido. Já essa coordenação, esse sentido de activismo já não existe, sabes? De ir como um país, de ir para aprender, de ir para contribuir com aquilo que nós devemos e podemos contribuir. Claro que tivemos algumas dificuldades por causa da língua (...). Era isso que eu queria repisar. Havia muito activismo, havia muita troca de experiências, aprendemos bastante e uma das coisas que ficou foi então nós fazermos um programa⁶⁰ contra a violência doméstica. (Entrevista a Terezinha da Silva)

⁵⁹ No entanto, muita da actual mobilização e difusão de ideias e estratégias aconteceu a nível regional, especialmente depois dos anos 90, em especial durante os processos (conferências regionais e sub-regionais) que antecederam a Conferência. Foi antes e durante a sua preparação que surgiram importantes redes regionais, como foi o caso da Eastern African Sub-Regional Support Initiative (EASSI), a African Women's Development and Communication Network (FEMNET), a Women in Law and Development in Africa (WiLDAF) e a Women and Law in Southern Africa Research Project (WLSA), para mencionar apenas algumas (TRIPP, 2005:3).

⁶⁰ Terezinha refere-se ao Programa TCV.

Um dos maiores feitos da participação de Moçambique em Beijing foi, na opinião de Isabel Casimiro, terem conseguido levar mulheres de todas as províncias⁶¹:

Nós tínhamos dito “não, vamos todas, vamos arranjar fundos para todas”. Até uma das coisas que fizemos, porque eu era Presidente do Conselho de Direcção do Fórum Mulher, foi levar mulheres da OMM, de todas as províncias. Nós tínhamos 11 mulheres da OMM na nossa delegação de 40. Fomos e organizávamos todos os dias - com aquela organização militante e militar da Terezinha - todos os dias à noite nós nos reuníamos lá nas escadarias do hotel chinês, que acho que os chineses ficavam a olhar para nós as 40, né, a ver onde é que nós participámos hoje, o que é que aconteceu hoje, onde é que vamos participar amanhã (Entrevista a Isabel Casimiro).

Tendo como pano de fundo esta primeira grande mudança no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, o presente capítulo busca descrever o processo de criação do primeiro núcleo de estudos da mulher e género no país, dentro do CEA/UEM, assim como as primeiras pesquisas sobre a situação legal da mulher. Será analisado, ainda, o papel que este núcleo desempenhou no surgimento das primeiras organizações moçambicanas focadas nos direitos das mulheres e nas questões de género, e o papel das interlocutoras da *Geração de Beijing* neste processo. É um momento, também, de entrada no país de muitas ONG's internacionais, principalmente a partir de finais dos anos 1980.

Será descrito todo este processo, a partir das experiências e trajetórias das interlocutoras da *Geração de Beijing* e da produção académica de algumas delas, evidenciando como o campo foi sendo ampliado a partir e através da articulação entre vários actores, nomeadamente académicas, juristas, organizações de mulheres, órgãos do governo, organizações comunitárias de base, entre outras. A circulação e a relação das interlocutoras e das organizações de mulheres de destaque neste período com outras organizações e movimentos nacionais, regionais e internacionais será também analisada, de forma a compreender as redes que foram sendo criadas a vários níveis e entre os vários actores que se destacaram neste período.

Articulando com o capítulo 3, abordarei brevemente o surgimento da campanha nacional Todos Contra a Violência (TCV), fruto da participação em Beijing e que impulsionou a elaboração, o *lobby* e a aprovação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, uma vitória possível somente através da articulação entre as várias organizações e redes de direitos das mulheres, que descrevo e analiso no capítulo seguinte.

⁶¹ Moçambique está dividido em 11 províncias, nomeadamente (do sul para o norte) Cidade de Maputo (tem estatuto de província), Maputo (capital Matola), Gaza (capital Xai-Xai), Inhambane (capital Inhambane), Manica (capital Chimoio), Sofala (capital Beira), Tete (capital Tete), Zambézia (capital Quelimane), Nampula (capital Nampula), Cabo Delgado (capital Pemba) e Niassa (capital Lichinga).

2.1 “Enquanto estávamos embaladas com a revolução”: as identidades assumidas pela Geração de Beijing

Em 1987, Isabel Casimiro - já na altura pesquisadora do CEA e docente da UEM - foi convidada pela Fundação Ford para participar de um curso intitulado *Women, Men and Development*, no Institute of Development Studies (IDS) da Universidade de Sussex. A Fundação Ford queria apoiar os estudos de género e a criação de um núcleo de pesquisa e, por ter recentemente defendido a sua tese de licenciatura em História, no CEA/UEM sobre, entre outras coisas, a participação das mulheres na LALN, recebeu o convite para participar. Não havia ainda - nem dentro e nem fora da universidade - outros pesquisadores que trabalhassem com questões de género e as poucas leituras que ela tinha sobre o assunto haviam-lhe sido passadas pelo seu orientador na altura. Ela recorda que

Eu comecei a ler (...) nós estávamos em 85 ou 86, o meu orientador era o Jacques Depelchin⁶² e ele sempre foi uma pessoa muito bem informada em relação a esses assuntos, por ele e pela mulher, a Pauline Depelchin. (...) E Jacques tinha estado na Tanzânia, tinha tido uma ligação com o Institute of Development Studies da Universidade de Dar Es Salaam e naqueles anos, uma das pessoas muito conhecidas que ele depois me trouxe os livros dela, era a Marjorie Mbilinyi. Marjorie Mbilinyi é uma tanzaniana de origem americana. E eu lembro-me muito bem do Jacques me oferecer alguns desses livros. Então já havia alguma leitura sobre isso. Por outro lado, também, quando eu escrevo a minha monografia, já havia também textos e livros sobre Moçambique. (...) A Barbara e o Allan Isaacman já tinham escrito, sobretudo ela. Ela tinha escrito sobre as mulheres. (...) sobre os direitos e as mulheres em Moçambique (Entrevista a Isabel Casimiro).

Sobre o curso de género, Isabel lembra que

Em 87 eu fui fazer um curso no Institute of Development Studies da Universidade de Sussex. Um curso chamado *Gender and Development*⁶³. Como é que foi? Eu fui convidada pela Fundação Ford para ir fazer esse curso e eu fui a segunda moçambicana a fazer esse curso. A primeira foi a Terezinha da Silva. Ela estava a trabalhar na Secretaria de Estado da Acção Social nesses anos e assim continuou até 90 e tal, porque só depois é que ela saiu de lá para trabalhar aqui no CEA. Então eu fui fazer esse curso e... porque a Fundação Ford sempre apoiou os direitos humanos das mulheres e lembro-me do nosso reitor, o Dr. Ganhão, falar nisso. E a ideia logo era ver se se criava um sector, dentro do CEA, que se ocupasse das investigações sobre mulher, género, desenvolvimento, etc. Então eu fui fazer esse curso de 3 meses...na altura o curso era dirigido pela Kate Young, uma das feministas daquela geração. Ela já deve ter 80 e tal anos, né? (...) Era um curso que envolvia académicos e pessoas que estavam envolvidas nas ONGs e no trabalho prático. Havia de tudo ali. De todo o

⁶² Historiador congolês que trabalhou vários anos na UEM. Actualmente, é professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos do Centro de Estudos Afro-orientais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

⁶³ O nome correcto do curso é *Women, Men and Development*, como mais tarde verifiquei através do seu currículo. Também Terezinha da Silva se referiu ao curso com outro nome, chamando-o de *Men and Women in Development*.

mundo. Vinte e quatro países diferentes. (...) Nós tínhamos uma parte teórica, onde nós estudávamos sobre género, feminismo e etc e depois tínhamos um trabalho de campo (Entrevista a Isabel Casimiro).

Neste período, como referido anteriormente, Moçambique carecia de quadros especializados em praticamente todas as áreas. A maior parte dos portugueses, que os ocupavam durante o período colonial, haviam saído do país antes ou logo a seguir à independência, quando as taxas de analfabetismo rondavam os 97%. Cerca de 10 anos após a independência, com apenas uma universidade⁶⁴ em todo o país, localizada na capital, o panorama havia mudado pouco, e a maior parte do pessoal capacitado continuava concentrada no sul.

Nascida em 1955, na província nortenha de Nampula, e filha de pais portugueses, Isabel havia iniciado o curso de História na então Universidade de Lourenço Marques um ano antes da independência, tendo-o interrompido para, como ela mesma descreve na sua dissertação de mestrado, “abraçar as tarefas da revolução” (CASIMIRO, 2014:28). Ela relata que

Vagas de moçambicanos resolveram dedicar-se à grandiosa e exaltante tarefa de participar na *Revolução Moçambicana, do Rovuma ao Maputo*⁶⁵. Muitos estudavam fora do país e regressaram; outros que se encontravam em Moçambique desviaram temporariamente o curso das suas vidas e foram-se ocupando das diversas tarefas que a revolução engendrava. A 3 de Agosto de 1974, fui de férias à província de Nampula que me viu nascer, onde ainda se encontravam os meus pais e irmãos mais novos, e envolvi-me nas actividades da FRELIMO ao nível da província. Em princípios de 1975 o Governador da província de Nampula, Armando Panguene, solicitou a minha colaboração como professora no ex-Liceu de Nampula - onde eu havia feito a escola secundária - devido à saída de muitos dos antigos professores. De repente, vejo-me professora de língua portuguesa de três turmas da 8ª classe, tendo sido colega duma antiga professora minha! No ano seguinte, em 1976 (...) eu vi-me de repente nomeada Reitora, para além de professora de Língua Portuguesa! Em 1977 voltei aos bancos da Universidade já baptizada pelo Presidente Samora Machel de Universidade Eduardo Mondlane. Aqui fiz o Bacharelato em História até 1979; em 1978 fui tarefeira no Arquivo Histórico de Moçambique, da UEM e em 1979 fui monitora de Didáctica de História na Faculdade de Educação. Em 1980 entro para o CEA⁶⁶, enquanto frequentava o seu Curso de Desenvolvimento⁶⁷. Dei aulas de História de

⁶⁴ Em 1976, a Universidade de Lourenço Marques, criada em 1968, passa a ter o nome de Universidade Eduardo Mondlane.

⁶⁵ Rovuma e Maputo são os nomes de dois rios moçambicanos, o primeiro localizado no norte (fronteira natural com a Tanzânia) e o segundo no sul do país (fronteira natural com a África do Sul). A expressão “*do Rovuma ao Maputo*” refere-se à viagem de regresso triunfal de Samora Machel, após a assinatura dos Acordos Lusaka, em 7 de Setembro de 1974, entre o Estado português e a FRELIMO, que pôs fim à luta armada. Partindo de Dar Es Salam, na Tanzânia, Samora efectuou uma viagem por todo o país, parando ao longo do caminho, que culminou com a chegada a Maputo e a festa de proclamação da independência, a 25 de Junho de 1975. A expressão é usada, também, para se referir à extensão do país.

⁶⁶ O CEA foi criado em Janeiro de 1976, tendo como diretor Aquino de Bragança, jornalista, académico, professor e conselheiro pessoal do presidente Samora Machel (FERNANDES, 2013), com quem sofreu um acidente de avião que lhes tirou as vidas, em 1986.

⁶⁷ Segundo Colin Darch (2017), o Curso de Desenvolvimento foi a jóia da coroa do CEA em inícios dos anos 80. Com a duração de dois anos, o curso era destinado a jovens quadros do Estado e do Partido (Frelimo) e “*A ideia fundamental não era a transmissão de um conjunto de conhecimentos como tal, mas sim ensinar esses jovens a analisar os problemas de forma que pudessem mais tarde contribuir para o desenvolvimento de políticas para a transformação social. Os estudantes não eram selecionados de acordo com critérios académicos tradicionais,*

Moçambique, História de África e História Geral aos alunos dos Cursos de Formação de Professores de História e Geografia da 5^a e 6^a; 7^a, 8^a e 9^a; e 10^a e 11^a Classes. (...) Integrei um grupo de colegas que leccionou Metodologia de História na então Faculdade para Antigos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda (FACOTRAV)⁶⁸. (...) em Outubro de 1982, Aquino de Bragança convidou-me para ser Directora Adjunta do CEA, tarefa que realizei durante um ano, enquanto estava grávida da minha filha mais velha. (...) Entre 1984-86 realizei o trabalho de Licenciatura em História sobre a participação da mulher na Luta Armada de Libertação Nacional - tema que me foi sugerido por Aquino de Bragança - onde começou o meu interesse pelos direitos das mulheres e pelos movimentos feministas. (...) De Dezembro de 1992 a Dezembro de 1995 fui Directora do CEA. (CASIMIRO, 2014:28-30).

Assim como Isabel, também Terezinha da Silva, que foi a primeira moçambicana a fazer o curso de género no IDS, se envolveu nas “tarefas da revolução”. Nascida na cidade central da Beira, em 1947, Terezinha é filha de pais goeses⁶⁹. Aos 17 anos, foi para Maputo e cursou Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social. Ela lembra que

Não foi fácil, os meus pais também não tinham capacidade, mas tive um padrinho que disse que me pagava os estudos. (...) O curso fazia parte da Universidade Nova de Lisboa, no tempo colonial. (...) Depois de formar-me, fiz o meu estágio final na Aldeia dos Pescadores, na Costa do Sol, na área de desenvolvimento comunitário. (...) Depois do curso, mais ou menos em 1968, comecei logo a trabalhar. Não havia cá muita gente, nesta altura em Moçambique. Então logo comecei a trabalhar no chamado Instituto de Investigação Pesqueira, também dependente do Instituto de Investigação de Pescas de Lisboa, a trabalhar com os pescadores, na aceitação das novas artes de pesca, para o seu empoderamento, na Aldeia dos Pescadores. (...) Depois, ainda antes da independência, fui para o Ministério da Saúde. A Acção Social estava dentro do Ministério da Saúde e depois da independência também continuei lá. Era chefe do departamento de formação na área social. Fiquei até 1976 e daí fui transferida, depois da independência, com o novo governo (...) que me transferiu para Cabo Delgado para remodelar a Acção Social. (...) Fiquei lá de 1976 até 1980, depois fui transferida para o Niassa, até 1982, era chefe da Acção Social também. Depois o João, meu marido, foi transferido de novo para Pemba⁷⁰ como Director Provincial e eu voltei para lá, era Directora Provincial de Saúde nessa altura (Entrevista a Terezinha da Silva).

Com a independência, havia tudo a fazer, e ela conta que logo se inseriu numa série de actividades:

mas por suas responsabilidades nas estruturas estatais e partidárias. Alguns não tinham, portanto, formalmente as habilitações para participar de um curso de pós-graduação” (DARCH, 2017:6).

⁶⁸ Segundo Conceição Osório, a FACOTRAV “(...) era um programa, por acaso era interessante na altura, que tinha como objectivo formar antigos combatentes, só antigos combatentes. (...) portanto, gente que tinha tido lugares de responsabilidade...até na luta armada, e trabalhadores de vanguarda, alguns que se estavam a destacar nas empresas públicas, mas poucos, a grande maioria eram os antigos combatentes...que tinham que ter a 9^a classe, e nós dávamos um curso intensivo de dois anos ou um ano e tal, porque a 9^a classe era uma 9^a classe muitas vezes de 6^a classe etc, para poderem candidatar-se a cursos na universidade. (...) Então tinha como objectivo formar rapidamente pessoas que pudessem aceder à universidade com o mínimo de bases que eles não traziam, não é? Porque muitos dizia-se que era a 9^a mas muitos tinham a 6^a classe.” (Entrevista a Conceição Osório)

⁶⁹ Goa é um estado no oeste da Índia que, durante cerca de 450 anos (até 1961), e juntamente com Damão e Diu, foi uma colónia portuguesa.

⁷⁰ Capital da província de Cabo Delgado.

A independência para nós foi muito importante e levou até que, depois da independência, nós fazíamos tudo o que era necessário fazer. Sei lá, trabalho nos bairros, activismo, fins-de-semana, trabalhávamos também com grupos de pessoas idosas, então foi assim um grande entusiasmo. Mesmo em Cabo Delgado, quando eu lá estive. (...) Dos assistentes sociais que estavam formados, talvez 60, ficámos 6 ou 8. Foi na altura em que se decidiu haver os técnicos de acção social de nível médio, porque era impossível fazer a formação em 4 anos de assistentes sociais. Então, logo depois da independência, dois anos mais tarde, nós começámos a formar os técnicos médios de acção social, a nível de todo o país, que eram profissionais que trabalhavam nos Grupos Dinamizadores [GD]⁷¹, que trabalhavam na área social (Entrevista a Terezinha da Silva).

Terezinha relata que permaneceu no cargo de Directora Provincial de Saúde, em Cabo Delgado, até início dos anos 90, altura em que regressou a Maputo e voltou a trabalhar brevemente como chefe da Acção Social, responsável pela área de formação. Em 1995, pediu transferência para o CEA/UEM (cuja directora era Isabel Casimiro), onde começou a trabalhar como pesquisadora. Durante o período em que trabalhou em Pemba, tornou-se membro do Partido Frelimo e da OMM, com quem colaborou principalmente na área social, visitando os bairros, prestando apoio psicológico às populações atingidas pela guerra, dando especial apoio às crianças e participando em pesquisas sobre a situação da mulher na província, para a OMM. Foi durante esse período que surgiu a oportunidade de fazer um curso sobre género fora do país. Terezinha lembra, entre risos, como foi a sua participação no curso:

Olha, eu nunca tinha ouvido a palavra género até 1980...1980? Porque depois de mim foi a Isabel. 1984? 1982? (...) Nessa altura eu tinha me divorciado. Nessa altura, também, o ministro compreendeu a minha situação e houve esse curso de género em Sussex, no Reino Unido. Acho que foi uma das minhas amigas estrangeiras que, sabendo da minha situação, achou que deveria concorrer. (...) Portanto, fui a primeira moçambicana. E *my god*, eu nem sabia o que era a palavra género, em inglês era *gender* e eu discutia com as minhas amigas latino-americanas, sobre isso. E estávamos muitas de África. Era eu e mais duas, a Sarah Longwe. Já ouviste falar na Sarah Longwe? Uma feminista da Zâmbia. Ela é uma grande especialista na área de género, feminista. Era eu, era ela e mais duas de África, se não estou em erro, e eram algumas da América Latina. E todas nós tínhamos a mesma preocupação, porque para nós o género era o género feminino e o masculino, mesmo para a língua espanhola. Então foi assim uma aprendizagem, de ver que género, as relações de género, que não era masculino e feminino como aqui hoje ainda se fala nisso. Então quando voltei, não era possível estar eu sozinha - eu estava no Ministério, a trabalhar no governo - a tentar pôr em prática isso. Foi quando, uns meses depois, na Universidade de Londres, que havia uma cooperação com o governo de cá, que fui fazer mais um curso lá. No outro, fiquei lá 3 ou 4 meses. Este era pouquinho, duas ou três semanas. E ainda bem que eu levantei essa questão. Então vieram as minhas formadoras de lá e dentro dessa ligação com o governo de Moçambique fizeram um seminário com o Conselho de

⁷¹ Os Grupos Dinamizadores eram órgãos políticos de base, criados pela FRELIMO no período de transição para a independência, com o objectivo de mobilizar a população para as tarefas da reconstrução nacional. Funcionando ao nível das unidades produtivas, dos serviços públicos e das áreas residenciais, viriam, durante o regime de partido único que vigorou até ao início dos anos 90, a exercer progressivamente atribuições de âmbito administrativo, incluindo a de mediar e resolver conflitos (TRINDADE, 2018).

Ministros. Isso ajudou muito. (...) Foi muito bom este seminário sobre género feito por elas e logo deu o arranque a este conceito. Porque não é nada fácil, por causa do conceito que em português tem outro significado. (...) Não foi fácil, não foi nada fácil. Então depois fizemos outros encontros sobre isso. Eu estava no Ministério nessa altura (Entrevista a Terezinha da Silva).

As trajectórias de vida das interlocutoras da *Geração de Beijing* foram moldadas por este contexto em que foi necessário assumir uma série de responsabilidades para as quais, todas elas afirmam, não estavam preparadas. Fazendo parte do restrito número de profissionais qualificados, elas foram assumindo posições que, muitas vezes, não correspondiam à sua formação, mas que com certeza contribuíram para as suas experiências profissionais futuras. Os seus relatos mostram, também, como a sua entrada no mundo dos direitos das mulheres e dos estudos de género está intimamente ligada às suas colaborações com a OMM, até então a única organização de mulheres existente. Todas as mulheres desta geração que entrevistei, sem excepção, tiveram algum tipo de envolvimento com a organização, pontual ou contínuo, como mostrei no primeiro capítulo e torno a relatar aqui. A propósito das diversas tarefas que foram tendo de desempenhar, Isabel descreve a sua geração como

Uma geração que formou cidadãos, mas que protelou os seus estudos. (...) Uma geração que teve de assumir responsabilidades mal completava um pouco da sua formação ou enquanto estudava. Uma geração militante e comprometida, hoje tantas vezes esquecida e amarfanhada na sua dignidade. A minha geração acumulou, como é óbvio, muita experiência de vida, aprendeu fazendo, criando e inventando (CASIMIRO, 2014:31).

Havia, de facto, tudo para fazer e, só com o envolvimento de uma série de pessoas de diferentes áreas, as pautas dos direitos das mulheres e da igualdade de género puderam avançar. Ana Loforte, primeira antropóloga moçambicana e actual coordenadora para a área de formação da WLSA, explica que foi, entre outras coisas, o envolvimento em actividades da UEM e da OMM que despertou nela o interesse pelos estudos de género:

A militância na defesa dos direitos das mulheres, a colaboração com a Organização da Mulher Moçambicana em debates organizados nos anos 1980 sobre aspectos relacionados com as culturas dos povos, ritos de iniciação, questões ligadas à poligamia, foram influências marcantes para aprofundar o debate sobre as relações de género. Na verdade, muitas destas práticas eram vistas como obscurantistas que deveriam ser abolidas como pré-condição para uma completa integração no processo de construção da nação e do homem novo. Determinante foi também a colaboração com a Dra. Isabel Casimiro do CEA, com a qual foi organizado um encontro⁷² na UEM sobre a participação da mulher nas “Cooperativas de Produção”, tema muito importante porque na altura o movimento cooperativo constituía o paradigma de transformação social. Nesta articulação frutuosa entre a antropologia e o activismo feminista, sublinho que a contribuição mais importante da antropologia é o seu lado

⁷² Ana Loforte refere-se a um seminário sobre o qual falarei mais abaixo.

aplicado, ligado aos projectos de desenvolvimento, onde se julga que o papel dos actores sociais pode trazer realmente um contributo relevante. É assim que uma antropologia virada para o estudo e análise da relações de género e poder teve lugar entre 1991 e 1993, na periferia da cidade de Maputo, com vista à recolha de informação para elaboração da dissertação de doutoramento⁷³ em antropologia social. O trabalho realizado surge do esforço para demonstrar que os efeitos organizacionais e culturais, a diversidade de papéis e a densidade das redes que caracterizam o meio urbano são cruciais para a construção das relações de género e poder⁷⁴ (Entrevista a Ana Loforte).

Nascida em 1953 na cidade de Inhambane, capital da província de Inhambane, Ana Loforte é filha de um funcionário dos Caminhos de Ferro e de uma doméstica. Sua família é, como ela mesma descreve, “produto da mistura de várias raças ou origens (negros, indianos, brancos)”. Formou-se em História (bacharelato) em 1975, na então Universidade de Lourenço Marques, tendo logo começado a dar aulas na UEM. Durante os 35 anos de docência, desempenhou uma série de cargos, nomeadamente Chefe do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), durante 10 anos, e o de Directora Adjunta da Faculdade de Letras, durante 3 anos. Para além disso, coordenou vários projectos de pesquisa no âmbito do financiamento que o DAA tinha da Swedish Agency for Research Cooperation with Developing Countries (SAREC)⁷⁵, agência sueca para apoio à pesquisa, e foi Directora Adjunta para a área de investigação e extensão da Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Paralelamente às suas actividades académicas, foi consultora da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a saúde materno-infantil, durante 5 anos, assessora técnica de género do Fundo das Nações Unidas para Actividades Populacionais (FNUAP) junto do Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social, afecta à Direcção Nacional da Mulher, durante 11 anos, cuja função principal era de formação de quadros deste sector sobre assuntos de género e desenvolvimento, integração de género nos projectos, combate à violência contra a mulher e gestão do Projecto de Reforço da Capacidade Institucional do Ministério.

Ana, que também se envolveu nas “tarefas da revolução”, lembra que

Na altura da Independência tinha 22 anos, sem muita consciência política devido a um sistema político completamente alienado em que vivíamos. Todavia, foi com muita euforia que acolhi a independência, estive no Estádio da Machava⁷⁶ a 25 de Junho apesar da chuva torrencial que caía na altura. Fui membro do Grupo Dinamizador do Círculo da UEM a partir de 1976, ou seja, o primeiro GD da Universidade, como responsável pelo sector de Assuntos Sociais. As tarefas sempre atribuídas às mulheres.

⁷³ A sua tese de doutorado, intitulada *Género e Poder entre os Tsongas de Moçambique* (2000), é referência no país, para quem pesquisa na área de género.

⁷⁴ A entrevista foi realizada via e-mail, devido à indisponibilidade de tempo de Ana Loforte.

⁷⁵ Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (SIDA), em português. É comum, em Moçambique, usar os nomes nas agências e instituições estrangeiras em inglês.

⁷⁶ Local onde Samora Machel proclamou solenemente, a 25 de Junho de 1975, a independência total e completa da então República Popular de Moçambique.

Nesta função participei como uma das responsáveis pela CCAJU (Comissão Coordenadora das Actividades de Julho)⁷⁷, juntamente com o Patrocínio da Silva, José Viegas, Ratiba Omar e outros (Entrevista a Ana Loforte).

Para além da participação, com Isabel Casimiro, na organização da Conferência Extraordinária da OMM em 1984, Ana relata que

No trabalho com a OMM e a pedido da UNICEF, participei também numa consultoria para análise e elaboração de um Relatório sobre a Situação da Mulher em Moçambique do ponto de vista económico, social e político. Pouca informação existia sobre estes assuntos para além do que os documentos da Frelimo mencionavam sobre a participação das mulheres na luta de libertação nacional e a necessidade da sua emancipação. Deste modo, foi necessária uma profunda reflexão e debate sobre estes temas com colegas de outras organizações e revisão bibliográfica sobre estas matérias à luz da experiência de países vizinhos como Zâmbia, Tanzânia e Zimbábue. (...) A ligação com a OMM permitiu-me também participar numa delegação da mesma para uma Conferência Internacional da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM), realizada em Moscovo. Neste encontro estiveram pelo nosso país a senhora Verónica Macamo⁷⁸ e Isabel Nkavandeka⁷⁹. Com outros membros da delegação elaborei os documentos a serem apresentados e discutidos neste evento. Os mesmos documentos versavam sobre o papel da OMM no enquadramento das mulheres num período de grandes desafios ligados à reconstrução nacional (Entrevista a Ana Loforte).

Um aspecto que caracteriza as interlocutoras desta geração⁸⁰ - e cujas reflexões estiveram bastante presentes durante as entrevistas - é a relação entre as suas actividades como pesquisadoras e académicas, por um lado, e como activistas e defensoras dos direitos das mulheres, por outro. Relações essas que, na maior parte das vezes, se sobrepõem e se confundem. Elas ainda se somam às actividades de consultorias encomendadas por agências doadoras, cargos políticos, docência, cargos de representação e de direcção dentro de ONGs - muitas das quais elas próprias ajudaram a fundar -, entre outras.

⁷⁷ Na altura posterior à independência, a Frelimo deu especial importância à necessidade de enraizar a universidade no país e ligar a teoria à prática, o que teve como consequência mais directa a realização das Actividades de Julho. Todos os anos a partir de 1975, durante o mês de Julho, professores, alunos e funcionários iam trabalhar em centros produtivos ou serviços nas diferentes regiões de Moçambique. Até 1979, os estudantes dedicavam-se, independentemente da sua faculdade ou do ano de estudos, a tarefas não especializadas. A título de exemplo, em 1980 efectuaram, juntamente com os estudantes das escolas secundárias, o primeiro recenseamento geral da população de Moçambique (do qual Isabel Casimiro fez parte), deslocando-se até às zonas mais remotas do país (GASPERINI, 1989:75).

⁷⁸ Actual (e primeira mulher) Presidente da Assembleia da República, é membro do partido Frelimo e da OMM. Foi deputada da assembleia pela província de Gaza em 1999, sendo no mesmo ano eleita Vice-Presidente da Assembleia Nacional. Foi, também, membro do Parlamento Pan-Africano. É graduada em Direito pela UEM.

⁷⁹ Graduada em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Relações Internacionais em Maputo, começou a trabalhar com a FRELIMO em 1976, tendo sido eleita membro do Comité Central em 1977, durante o Terceiro Congresso do partido. Para além de ter trabalhado no Ministério da Indústria e Comércio, foi deputada da Assembleia Nacional de 1994 a 1999. Durante o governo de Armando Guebuza (2005-2015), foi Ministra na Presidência para os Assuntos Parlamentares.

⁸⁰ Todas as mulheres que entrevistei pertencentes a esta geração se identificam como, acima de tudo, activistas pelos direitos das mulheres, não se concebendo apenas como académicas.

As tensões e sinergias entre estes diferentes papéis, assim como o modo como se constroem e se reforçam simultaneamente, têm sido alvo de interessantes reflexões por parte de algumas académicas africanas (LEWIS, 2009, 2016; MAMA, 2001, 2011a, 2011b; AMPOFO, 2009; PEREIRA, 2009). Elas teorizam a partir das suas próprias experiências como mulheres africanas e destacam os dilemas e conflitos colocados pelas múltiplas identidades que assumem. São, por um lado, académicas e pesquisadoras e, por outro, assumem compromissos ideológicos com o activismo e o trabalho de advocacia. A maioria escreve na primeira pessoa e, ao fazê-lo, revela a relação entre as suas reflexões pessoais e as políticas e epistemologias feministas.

Apesar de, no caso de Moçambique, o campo dos estudos de género ser ainda bastante restricto - no que se refere à existência de centros ou núcleos de pesquisa e de uma produção sistemática e consolidada ao longo dos anos - algumas reflexões têm vindo a ser feitas neste sentido, mesmo que isoladas. Isabel Casimiro é uma entre poucas pesquisadoras que têm reflectido e articulado, no seu trabalho, os diferentes papéis que desempenha no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, como académica e activista feminista simultaneamente. Informada pelo seu trabalho - assim como pelas reflexões saídas das entrevistas que realizei com a chamada *Geração de Beijing* - pude analisar a relação entre as diversas identidades que estas mulheres foram assumindo ao longo das suas trajetórias. A sua dissertação de mestrado, intitulada “Paz na Terra, Guerra em Casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique”, é em parte resultado dessa relação e ela deixa isso claro logo no prefácio, quando afirma que

Este trabalho é fruto de um compromisso meu na caminhada contra todas as discriminações vividas por nós mulheres. Baseia-se num conhecimento situado, cuja perspectiva reflecte a minha vivência, modo de estar e de analisar individual e colectivo, educação familiar, experiência política, cultural e social, como mulher moçambicana envolvida no processo político (CASIMIRO, 2014:16).

Ela já vinha fazendo esta reflexão desde o início dos anos 1990, em colaboração com outras colegas. Do seu envolvimento na criação e desenvolvimento do NEM e posterior DEMEG, assim como na criação das primeiras organizações de mulheres pós-independência, resultaram alguns artigos⁸¹ - escritos em parceria com Ximena Andrade⁸² - onde analisam a emergência dos estudos de género no CEA. Num deles, intitulado “A Identidade do Feminismo

⁸¹ Casimiro e Andrade (1992; 2005; 2007).

⁸² Moçambicana de origem chilena, Ximena Andrade é geógrafa económica e docente da UEM. É pesquisadora da WLSA, formadora na área de género, direitos humanos, sexuais e reprodutivos, activista pelos direitos humanos das mulheres e uma referência nos estudos de género em Moçambique. Infelizmente, e por questões de saúde, não consegui entrevistá-la para a pesquisa, mas conversei informalmente com ela várias vezes, além de nos termos encontrado em vários eventos que acompanhei.

Crítico em Moçambique: Situando a Nossa Experiência Como Mulheres, Académicas e Activistas”, as autoras reflectem sobre como os diferentes papéis que desempenham foram informando as suas pesquisas:

Quando investigamos e descrevemos os resultados da pesquisa, estamos também a escrever a nossa história nacional e política, incluindo a nossa história como mulheres feministas (...) num processo de “engajamento” e “distanciamento”, pessoal e temporal, em que se relaciona a nossa vivência académica tentando conservar uma distância solidária, com a nossa vivência política e de activista. Um dia-a-dia que traduz, por vezes, um mal-estar, pela necessidade sentida de estar por dentro dos acontecimentos, vivê-los, desafiá-los e influenciá-los, mas ao mesmo tempo, pela convicção de operar em contextos que escapam às análises convencionais (CASIMIRO e ANDRADE, 2007:13).

As “múltiplas identidades”⁸³ (ARNFRED, 2004) que estas mulheres experimentam - que não são totalmente fixas e que, por vezes, são contraditórias entre o dizer e a prática (CASIMIRO, 2014:113) - fazem parte de uma das características da pesquisa feminista no contexto africano, nomeadamente a articulação entre pesquisa e activismo. Parte das pesquisas realizadas por feministas africanas são inspiradas pelo envolvimento destas no activismo e/ou no trabalho em rede. A pesquisa académica é, assim, profundamente informada por aquelas que são as lutas diárias das mulheres, com quem trabalham em conjunto através das organizações (ARNFRED E AMPOFO, 2009).

Categorias acusatórias: académicas e feministas de agência

Quando se pensa na relação entre o papel de pesquisadora e o de activista, essa relação se torna mais problemática quando se adiciona o envolvimento no trabalho de consultoria. Começamos pela relação entre a academia e a consultoria, normalmente problemática e cheia de tensões. Para tal, é necessário entender que, no que diz respeito à área de pesquisa - principalmente pesquisa na área de género -, as universidades africanas, de uma maneira geral, não possuem financiamento próprio e muitas pesquisadoras procuram financiamento fora das instituições de ensino, geralmente em agências ou ONGs internacionais de financiamento que, na maior parte das vezes, se traduzem em consultorias. No entanto, as prioridades dos doadores são informadas por agendas internacionais que podem não ser necessariamente relevantes no contexto nacional, além das suas abordagens poderem ser de carácter desenvolvimentistas, não contemplando o aprofundamento teórico e reflexivo. Cabe às pesquisadoras, assim, encontrar

⁸³ Reflectindo sobre as suas identidades como pesquisadora, consultora e activista, Charmaine Pereira, académica e activista nigeriana, fala em *negotiating identities* ou identidades em negociação/negociadas. Para aprofundar esta questão, ver Pereira (2009).

o equilíbrio entre pesquisa autónoma e atender às expectativas e prioridades dos doadores servindo uma agenda feminista, como consideram Arnfred (2004), Ampofo, (2009) e Pereira (2009).

Apesar de ser menos problemática, na visão das minhas interlocutoras, a relação entre academia e activismo também apresenta alguns dilemas, posto que o trabalho académico e o activismo são frequentemente posicionados em oposição um ao outro. Do lado do activismo, há uma ideia de que as académicas estão distantes da realidade e das bases, não dando importância às experiências das mulheres. Já as académicas muitas vezes acham que não há no activismo uma disposição em envolver-se com a centralidade da teoria como transformação. Sobre os limites de cada um desses papéis, Isabel Casimiro e Ximena Andrade referem que

O trabalho desenvolvido no campo académico não ficou isolado do movimento das mulheres feministas do campo de acção, produzindo-se colaborações várias e tensões múltiplas. Estas tensões ainda não estão resolvidas, sobretudo no que diz respeito a fixar os limites da divisão do trabalho nos diferentes campos de acção. Noutras palavras, a ideologia do activismo no movimento não deveria transcender o debate crítico do mundo académico. Por isso a proposta de manter uma “distância crítica solidária” por parte do feminismo académico com o movimento activista, não só apoia o próprio activismo como permite um melhor avanço teórico para a apreensão da realidade em que ambos campos do feminismo estão interessados. A ideia seria a actualização inteligente e solidária da colaboração em prol dum fim comum (CASIMIRO e ANDRADE, 2007:5).

Esta preocupação em encontrar um equilíbrio entre aproximação e distanciamento entre o campo académico e o activismo esteve desde o início presente no trabalho destas mulheres. Ao analisar a sua experiência de trabalho com o grupo de pesquisa de género do CEA/UEM, Signe Arnfred (2004) reconhece que este soube desenvolver estratégias para encontrar este equilíbrio. Ao receberem financiamento de agências internacionais, estas determinavam internamente os tópicos prioritários a partir de uma matriz disponível, fazendo consultorias em grupos pequenos que depois discutiam entre si questões metodológicas e conceituais decorrentes do trabalho de campo. Além disso, conseguiam garantir financiamento para actividades relacionadas à pesquisa, como a realização de seminários e workshops com ONGs e representantes da sociedade civil e do governo. Estas actividades permitiam manter um diálogo e laços estreitos entre as pesquisadoras e os outros actores, que resultavam em interpretações alternativas às experiências de consultoria.

Esta relação entre academia e activismo, entre aquelas que são identificadas como académicas e as que se identificam como activistas pelos direitos das mulheres - e que estão espalhadas entre os vários outros lugares que compõem o campo - foi uma questão ampla e exaustivamente discutida pelas minhas interlocutoras, além de ser também um tema recorrente

nas análises de algumas feministas africanas. Charmaine Pereira, pesquisadora feminista nigeriana, defende a criação de “ligações orgânicas” entre a pesquisa feminista e o activismo. Por orgânica, refere a pesquisadora,

quero dizer reforçar as ligações entre os estudos feministas e o activismo das mulheres, de tal forma que sejam desenvolvidos numa relação mutuamente constitutiva, na qual a teoria se fundamenta nas preocupações do activismo feminista e o activismo é informado pela teoria feminista (PEREIRA, 2016:4).

Durante a realização das entrevistas, ouvi de algumas mulheres pertencentes às gerações posteriores à de *Beijing*, que existia um certo distanciamento entre as *feministas académicas* e as outras. Mais do que distanciamento talvez, era nítido que no discurso de algumas entrevistadas, havia uma diferenciação entre *feministas académicas*, *feministas de agência* e *feministas profissionais*. Apesar de não ser a regra, em alguns momentos estas diferenciações transformavam-se em categorias de acusação, ao enquadrarem as consideradas *feministas académicas* num lugar distante da base, como mulheres privilegiadas que não vivem a realidade da maior parte das mulheres moçambicanas. Seguindo esta lógica, pensava eu, quem seriam então as feministas “de verdade”, que estabeleciam esta relação legítima? E o que significava ser *da base* ou estar próxima *da base*?

Este tipo de argumento causava-me um certo estranhamento e desconforto, porque não parecia encaixar com o que vinha observando em campo, nos diversos espaços por onde estas mulheres circulam⁸⁴. A primeira pessoa com quem partilhei este estranhamento e que me forneceu pistas para aprofundar esta separação foi Kátia Taela. Para ela, consultora independente pertencente à *Geração das Intermediárias* e que se define como uma antropóloga feminista pesquisadora, esta separação que aparece no discurso não dá conta da realidade moçambicana, mais complexa. Durante a sua pesquisa de doutorado⁸⁵, cujos espaços transitados e interlocutoras cruzam com os desta pesquisa, Kátia participou em algumas actividades que reuniram diferentes gerações, tendo ficado claro para ela que

(...) havia - pelo menos era assim entendido - um distanciamento entre - eu não percebia o distanciamento, eu percebia um discurso de que as feministas académicas são diferentes - como se fossem uma espécie diferente de feministas e como se as académicas fossem culpadas ou não estivessem interessadas em envolver-se com o que chamavam de mulheres da base. E eu sou bastante crítica a essas diferenciações. E então eu sentia-me particularmente afectada, não sei se porque as feministas académicas que estavam a ser mencionadas eram as minhas mentoras. Eu conheci o

⁸⁴ Eliana Gonçalves, ao analisar o feminismo brasileiro, considera a dicotomia que opõe academia e militância - o seu pensar e agir - como sendo artificial (GONÇALVES, 2016).

⁸⁵ Identity and Agency in South-South Relations: Brazilian Development Workers and Mozambique (2017).

feminismo através desse encontro com elas e foi a partir daí que eu fui trabalhando com agências e operacionalizando, vivendo, a minha prática feminista foi a partir disso. E eu achava que eram acusações muito injustas, sobretudo quando a gente olha para a pesquisa que foi feita por essas feministas. É uma pesquisa muito centrada nos problemas das mulheres moçambicanas, de várias mulheres moçambicanas. Elas podiam ter privilegiado outro tipo de temas, temas mais académicos, poderiam ter usado mais requinte conceptual que as colocaria, na verdade, em melhor pé de igualdade e melhores possibilidades de dialogar com outras feministas académicas de outras partes do mundo. Mas elas não fizeram isso, elas sempre adoptaram uma linguagem - não só os temas, mas os métodos e a linguagem - era muito terra a terra. Elas nunca foram só académicas, então essas divisões, que na verdade estão obsoletas e não se aplicam à nossa realidade...elas estiveram sempre nesses espaços. Então eu sentia-me ofendida por ouvir isso. Mas mais ofendida ainda quando afinal eu começo a perceber que também sou uma delas. Eu sou percebida como uma delas (Entrevista a Kátia Taela).

Apesar deste suposto distanciamento não parecer fazer sentido quando se analisam as práticas e dinâmicas do quotidiano do campo, os discursos por trás dele não devem ser ignorados. A partir deles, é possível perceber elementos que explicam, em parte, esta ideia de fosso entre os dois lados. Eles informam uma disputa - pouco confrontada⁸⁶ - ligada a lutas de poder, desigualdades entre as feministas, demarcação de espaços, questões de linguagem, de raça e de classe. Enquanto fazia campo, Kátia foi por diversas vezes chamada de *feminista de agência* ou *académica*, algo que a incomodou e levou a reflectir sobre a sua identidade como feminista e o seu lugar neste campo:

O que é que me torna académica? É o facto de ter trabalhado algum tempo na universidade? É o facto de ter feito mestrado e doutoramento? É isso que me torna académica? Não sei. E então há essa tensão. Até que eu cheguei à conclusão que sim, que eu gosto da academia e que a academia é um espaço importante para mim, para reflectir, para problematizar coisas que eu acho até que não são possíveis ser problematizadas dentro do que a gente considera ser o movimento. Porque parece que tem academia e o movimento. Quando eu vejo a própria academia, a produção intelectual académica, como uma componente do movimento. (...) O que eu sei é que (...) a minha pesquisa é sobre o nosso dia a dia, é sobre as nossas formas de fazer feminismo, as nossas maneiras de ser feminista, as nossas lutas. Então eu não consigo perceber esse tipo de situação. Agora, sem querer ser ingénua, eu estou consciente de que cada um desses espaços e esses rótulos, eles estão ligados a lutas de poder, estão ligados a desigualdades entre as próprias feministas, mas também a lutas de poder e de demarcação de espaços. Quer dizer, tu aqui não entras, fica lá, esse é o teu espaço. Mas depois a gente pode ver as ambiguidades disso, né, e as contradições dessa postura. Então eu penso que tem uma coisa com as identidades que sim, elas são situacionais, que nós escolhemos estrategicamente que identidade iremos deixar saliente em determinado momento, em determinada situação. Mas também tem uma coisa que é essa negociação entre a auto-percepção e a percepção dos outros. Eu sou consultora independente, querem ver-me como académica? Se vocês acham que esse é o meu lugar no feminismo, se assim dessa forma conseguem encontrar espaço para colaborar comigo e para trabalharmos juntas, que seja. Se isso vai dar voz dentro do movimento, porque eu também quero ter voz dentro do movimento, eu não vou aceitar rotularem-me como feminista académica. Porque às vezes quase que silencia, tem o

⁸⁶ Confronto no sentido de discussão saudável, debate aberto e directo entre as várias gerações.

potencial de silenciar. Eu não vou aceitar isso. Então ok, se esse é o espaço que me dão para expressar-me, tudo bem (Entrevista a Kátia Taela).

Um outro aspecto destacado por algumas entrevistadas e que contribui para este distanciamento entre a academia e o activismo é o da linguagem. A quem serve a pesquisa? Quem se quer influenciar? A que nível se pretende operar mudanças? Unaiti Costa, consultora independente e pertencente à *Geração das Intermediárias*, insiste que é necessário tornar acessível a linguagem usada no espaço académico, como forma de aproximar os dois lados:

A academia para mim, eu acho que é fantástico, mas às vezes eu acho que peca porque a linguagem académica não comunica com a linguagem do *ground*. Então tu até podes ter artigos super interessantes, mas estão numa linguagem tão complexa. Para quem é que nós estamos a escrever? Porque se nós estamos a falar da academia, qual é essa massa que nós queremos influenciar? Percebes? Eu acho que é relevante, é importante, é crítico. Mas também temos que estar conscientes de que, em algum momento, temos que encontrar uma ponte. Porque eu sinto que actualmente são dois mundos. Temos as feministas académicas e depois temos as feministas que nem se designam feministas, mas que a sua prática é feminista. Tu vais para as zonas rurais e tens mulheres fantásticas, feministas, que nunca ouviram falar de feminismo, mas a sua prática, o seu discurso, a sua conversa, são mulheres feministas. Mas ao mesmo tempo não conecta. (...) Queres partilhar? Descasca. (...) Então eu acho que é importante termos a linguagem académica num contexto académico, mas acho também que devia haver um exercício de descascar para tornar essa informação mais acessível nos diferentes extractos que a gente quer influenciar, estás a ver? (Entrevista a Unaiti Costa)

Withney Sabino, pertencente à *Geração das Jovens Feministas* e activista, também considera que a linguagem académica pode ser um dos entraves a uma maior aproximação entre academia e activismo:

Eu sinto muitos constrangimentos entre o movimento e a academia, por causa da maneira como a academia estrutura os debates e como isso se transporta para o movimento e deixa algumas pessoas desconfortáveis. Algumas não, deixa a maioria desconfortável, porque nem todas têm graus académicos em ciências sociais e isso, em algum momento, começou a ficar muito evidente e começou a aparecer critério para participar ou para ser digno de se ouvir e de se perceber. Isso é uma coisa complicada (Entrevista a Withney Sabino).

No entanto, esta questão da linguagem parece estar muito mais ligada às estruturas académicas actuais, do que a uma ideia atrelada àquelas da *Geração de Beijing* ou identificadas como *feministas académicas*. Por virem de um contexto em que se confundiam os seus papéis, estas souberam, de acordo com as mais jovens, “descascar” os conteúdos e partilhar com “as bases”:

Muitas e muitos vieram da academia, de uma primeira geração que começou a dar estes conteúdos de género nestas universidades, na função pública, em pequenos pacotes, influenciou e deu lugar a uma nova geração. A primeira geração transmitiu isso de uma maneira muito simples, muito acessível. Primeiro, tem a ver com o facto de transitarem, só que não é só isso. Talvez seja o período em que elas surgem, a maneira como adquiriram esses conhecimentos e como elas sentiram de transmitir. E sentiram, neste caso, de transmitir de uma maneira simples e de focar na aplicabilidade que os estudos de género têm e que o feminismo tem na vida das pessoas, na vida das mulheres (Entrevista a Withney Sabino).

Esse fosso linguístico teria sido, então, ultrapassado pelo próprio envolvimento das académicas no activismo - numa primeira fase -, como analisa Unaiti:

É muito fácil encontrares isso quando as pessoas são simultaneamente académicas e activistas. É uma academia que tem uma veia de activismo. Percebes? Então tu encontras essa conexão, que essas pessoas quando estão no meio do activismo, a linguagem que usam é totalmente distinta. Mas tu tens pessoas que são totalmente académicas e que seja em que contexto for, não conseguem sair dessa linguagem. (...) Então cria esse fosso. (...) Eu não acho que é geracional, eu acho que é uma questão de percurso. (...) É uma questão de vivência. (...) Se o teu percurso, em algum momento, te põs em *touch*, saíste da cadeira ou do lugar do pensar e foste para o *ground*, comesças a ter um outro tipo de conexão. E eu estou a falar de *ground*, não numa perspectiva de formar o pessoal e ir embora, é de perceber como é que funciona, de perceber o teu papel nessa dinâmica, de ser muito mais inquiridora nessas relações e ser curiosa, de tentar perceber. (...) De um modo geral eu acho que a academia não conecta. (...) E eu acho que é uma área fundamental, que precisamos de gente a fazer isso, mas ao mesmo tempo eu sinto que em algum momento era necessário *unpack*, tornar mais disponível para pessoas não académicas (Entrevista a Unaiti Costa).

Classe, raça e a (re)afirmação da moçambicanidade

Para Kátia, este discurso de distanciamento camufla ainda um outro tipo de separação, raramente verbalizada ou sequer problematizada, que é a relação de classes e a atribuição de raça:

(...) eu nunca tinha pensado nisso, mas essa separação na verdade reflecte um outro tipo de separação que nós não conseguimos falar...não, reflecte dois outros tipos de identidade, na verdade, que podem ou não separar. E eu acho que é uma forma camuflada de lidar com classe e raça. É uma dificuldade extrema, extrema. Nós não conseguimos falar sobre classe e raça, nós não conseguimos. Então nós vamos encontrar categorias que melhor empacotem. Porque afinal, quem são as académicas? As académicas são uma classe que é associada a uma raça, de tal forma que (...) o discurso era que as feministas académicas, elas são um grupo e é um grupo das brancas, e até as negras são de alma branca. Ou seja, eu sou negra de alma branca. Ou seja, nem a minha raça, nem ser negra eu tenho direito, porque há uma forma de ser negra. Mas eu percebo. Quando classe e acesso a certas coisas se vai...porque o que é que é embranquecimento? Não é a cor da pele só. (...) Eu sei que há um capital cultural que me coloca numa determinada classe. E eu estou consciente disso. E por ter acesso a essas coisas, me associa a determinadas práticas de branco. Mas o meu problema é que nós não falemos sobre isso abertamente. Todas vemos, todas sentimos, mas não falamos. (...) acho que é confrontar, por um lado, feridas do passado. (...) Então, por um lado, tem essa dimensão histórica. E eu confesso, Catarina, durante a minha tese e trabalho de campo, eu tive dificuldades em perguntar às pessoas, em falar sobre raça.

Até porque eu achava que (...) estava a ser demasiado inconveniente, há limites para a inconveniência e tu tens que escolher onde é que queres ser inconveniente.

As atribuições de raça, neste sentido, não parecem definir o pertencimento ao campo em análise e às suas causas, mas apontam para diferenciações internas e para a identificação a determinadas posições (concretas e simbólicas) nesse campo. Ser definido ou se definir como *feminista académica*, *feminista de agência* ou qualquer que seja o tipo de feminista ou de geração, está assim relacionado à posição que se ocupa, posição essa que não é fixa. Neste sentido, ao partilhar uma série de códigos com a *Geração de Beijing*, também chamadas de *feministas académicas*, Kátia é colocada como pertencendo a essa geração, sendo ocultados nesse processo uma série de outros elementos com os quais se identifica.

Apesar da atribuição destas diferenciações estar praticamente ausente das agendas e planos de intervenção no interior do campo, elas aparecem - como Kátia partilhou -, nos bastidores deste campo, nas relações entre as interlocutoras. Para Kátia, é ainda muito difícil lidar com estas diferenças de forma aberta e directa, assim como em

(...) falar de tensões em relações interpessoais, abertamente. Em olhar no olho e dizer "é assim que eu me sinto". E o que isso cria são silenciamentos, são ressentimentos e fofoca. Porque as pessoas precisam de falar sobre aquilo que sentem, elas precisam. E então elas hão-de falar nos espaços em que elas se sentem mais confortáveis, não é? (...) Nós temos que reconhecer que há coisas sobre as quais nós não conseguimos falar, ainda não estamos preparadas para falar. E pronto, dar tempo ao tempo. Porque o nosso tempo nem sempre coincide com o tempo dos outros (Entrevista a Kátia Taela).

Esta diferenciação aparece de forma mais evidente, no entanto, na suposição da sociedade em geral, de que uma mulher branca não teria legitimidade para representar as mulheres moçambicanas, idealizadas como negras. Esta questão se torna mais evidente a partir da experiência de Conceição Osório, pertencente à *Geração de Beijing*, uma pesquisadora e activista branca:

(...) nós somos muito chamadas para ir à televisão e eu evito. Só vou nas últimas, quando não há a mínima hipótese, quando a WLSA insiste que tem que ser. Porque eu não vou. O facto de ser branca pode desqualificar aos olhos daqueles que são contra a tua opinião. Eles usam a raça como argumento para dizerem que tu não sabes o que é que se passa. (...) No meu trabalho de activismo não noto muito, mas no meu trabalho de divulgação, eu sei que é assim. (...) Nós temos que lutar contra a violência doméstica porque a violência doméstica é uma violação dos direitos humanos e dizem "lá está ela, que é branca, a falar de coisas que não têm nada a ver" (Entrevista a Conceição Osório).

A diferenciação de raça aparece, aqui, como um elemento deslegitimador por parte de quem está fora deste campo e o pretende enfraquecer, como analisa Bayano Valy, pertencente à *Geração das Intermediárias* e funcionário da Rede HOPEM:

Uma coisa que eu acho que nós não temos aqui, ou não se sente muito, é uma luta por questões de cor. O que nós temos são algumas acusações "aquelas brancas ali". Não são questionadas pelas companheiras, dentro do movimento não temos isso. Isso é algo externo ao movimento. Também é uma daquelas tentativas de descredibilizar certas figuras e para continuar a fragilizar ainda mais o movimento (Entrevista a Bayano Valy).

Também Conceição Osório acredita que essa deslegitimação vem de quem está fora do campo, quando afirma que

Com as organizações da sociedade civil com quem a gente trabalha, eu acho que raça já não entra. Porque **nós já conseguimos um tal capital social que leva a que as pessoas nos entendam como moçambicanas e com toda a legitimidade para falar, sobretudo.** (...) Eu acho que não há esse problema de raça, de jeito nenhum. Há ao nível, se calhar, dessas pessoas que são contra os direitos das mulheres e que usam a raça como pretexto. É a raça como pretexto, não a raça que é impeditiva. Raça, a idade, colocam-se praticamente ao mesmo nível. **Se tu demonstras que estás ali naquela realidade, que conheces a realidade, que és uma delas, a raça desaparece.** A raça só aparece como pretexto para contrariar uma ideia e não há outra ideia. A raça e a idade. São mecanismos desclassificadores que desautorizam os que dizem (Entrevista a Conceição Osório, **grifo meu**).

Conceição toca num ponto interessante aqui. A ideia de que é necessário mostrar que, apesar de serem brancas, são legítimas moçambicanas. E isso é feito a partir de uma série de práticas, experiências e vivências compartilhadas e que definem uma identidade nacional. Terezinha da Silva apoia-se no mesmo mecanismo para mostrar que ela também, apesar de não ser negra, é uma legítima moçambicana:

(...) por isso nós agora evitamos ir à televisão, para não dizerem que somos as brancas, as não pretas que defendem o feminismo. Porque associam isso ao estrangeiro. Mas eu não tenho problema com isso. Mas há essa tendência. (...) Devemos minimizar essa situação. É uma realidade que não podemos esquecer, ignorar. (...) Eu como Terezinha nunca senti isso. É a forma como abordo. **Eu como não preta, desde a independência, ia lá para as aldeias, dormia lá nas aldeias, comi rato assado nas brasas...**então o facto de não ser preta nunca foi um incómodo para mim, em relação ao meu trabalho profissional. E mesmo como assistente social. E por isso eu actuo de maneira muito profissional em relação aos outros. Então eu nunca tive problemas (Terezinha da Silva, **grifo meu**).

Um outro exemplo que quero aqui trazer e que ilustra bem esta necessidade de identificar códigos partilhados foi dado por Graça Samo, actual coordenadora do Secretariado Internacional da MMM e pertencente à *Geração das Intermediárias*. Ela conta que, logo que

assumiu o cargo como directora executiva do Fórum Mulher, foi necessário eleger uma nova presidente. Ao sugerirem o nome de Isabel Casimiro⁸⁷ (que já havia sido a primeira presidente deste Fórum),

(...) eu perguntava "ah, mas a Isabel é branca e as pessoas não vão ter problema com isso?" Eu vinha do Brasil [onde estudou], que se fala da questão do racismo, então já tinha um pouco dessa consciência. E as pessoas diziam "ah não, a Terezinha [então presidente do FM] é mais branca que a Isabel". Percebes? Então na hora foi tipo "como a Terezinha é mais branca que a Isabel? Ok, há algum problema nos meus olhos?" Mas com o tempo, fui eu que passei a afirmar isso. Porque a Isabel tem um jeito tão humano de lidar com a sensibilidade das mulheres e, sobretudo, **do ser moçambicano**, que não dá para tu perceberes que é uma branca que está a falar, que é uma branca talvez que esteve sempre a viver no privilégio. Talvez por esse compromisso dela com a causa das mulheres, sempre **procurou estar conectada e estar a vivenciar as lutas das mulheres** para também poder contar as histórias dessas mulheres. Mas ela tem um jeito particular de compromisso com a causa. Um jeito muito pessoal de assumir as lutas e um jeito muito único de integrar. Sabes? De integrar diversidade (Entrevista a Graça Samó, **grifo meu**).

O facto de terem sido as primeiras a declararem-se como feministas, sendo a maioria não negras, conferiu também à *Geração de Beijing* o status de não legítimas ou de quem vem de fora, como lembra Isabel Casimiro:

(...) infelizmente as primeiras a declararem-se feministas foram brancas e isto num contexto onde nem sequer 1% da população é branca e onde se diz que o feminismo é algo que vem de fora, que foi importado por essas cooperantes que vieram para cá. Então foi muito complicado. Não foi só o género que precisou de esperar até se falar nele, até ser nomeado, foi também a questão do feminismo (Entrevista a Isabel Casimiro).

Esta diferenciação racial é relevadora do contexto moçambicano como um todo, onde é afirmada e elaborada. Mais do que sobre cor, a diferenciação racial está relacionada a uma identidade nacional, ao compartilhamento de experiências e códigos que compõem a moçambicanidade. É uma identidade mais englobante que a cor, onde ela é incluída, mas em vários contextos é atenuada. No entanto, essa moçambicanidade precisa ser constantemente reafirmada, pois é posta em causa em vários momentos, como mostram as experiências acima relatadas.

Voltando à relação entre a academia e o activismo, ao contrário de um distanciamento entre académicas e activistas, o que existe na verdade, para Kátia, é um *continuum*, no qual um lado se alimenta do outro e vice-versa:

⁸⁷ Isabel Casimiro foi a primeira presidente do Fórum Mulher, de 1993 a 2001, tendo sido eleita novamente de 2006 a 2015.

(...) muitas dessas mulheres, onde estão a andar, elas são as mesmas mulheres que ocupam esses vários espaços, seja simultaneamente... numa fase da vida estão num espaço, noutro ou combinam isso. Aliando a sua agenda, a sua rotina. Começam o dia dando aulas e terminam participando de uma reunião para coordenar uma acção mais de cunho activista. Então acho que outro aspecto é que, as outras - e identificando-me como académica - se num momento essa identidade académica serve para rejeitar e deslegitimar e para desqualificar, noutro momento também, quando elas estão a ser ameaçadas e estão a sofrer pressão, seja de doadores ou de outros, aí elas já se lembram dessas outras e dizem que entre escolher um académico qualquer ou um consultor qualquer, querem alguém com uma perspectiva feminista, que entende o que dizem, que fala a linguagem delas. Por um lado, não falamos a linguagem delas, por outro lado depois já precisamos da linguagem delas. Então eu acho que esse fosso, esse suposto fosso entre académicas e... eu realmente não concordo com isso, porque eu também podia usar o argumento de que as que nós chamamos de activistas são na verdade feministas profissionais. (...) Eu reconheço que uma coisa é fazer academia e é lidar com teoria e tudo isso e outra coisa é pensar em mobilização, em acções. Mas lá está, eu acho que ainda assim, tanto umas como outras, o principal desafio é como mobilizar outras mulheres, como criar alianças com outras mulheres, como construir algo colectivamente com outras mulheres. E sem dúvida um lado precisa do outro, porque sobretudo a academia que nós fazemos aqui - e por academia não falo só do ensino - porque mesmo o nosso ensino sobre género é um ensino voltado para pensar as relações de género no nosso contexto, mas também pensar em intervenções para alterar relações desiguais de poder. E o outro lado da academia, que seria de investigação e a pesquisa, também está articulado com as vivências das mulheres no seu dia a dia. Isso são coisas que beneficiam tanto a umas quanto outras e aqui, claro, nós estamos a opor - e quando eu digo umas com outras, estou a falar por um lado das académicas, mas um outro lado seriam as feministas gestoras de projectos - mas entre umas e outras há um continuum, há muitas outras mulheres que se identificam ou não com o feminismo e que até têm uma prática feminista, até lutam pelo respeito pelos direitos das mulheres, defendem os direitos das mulheres e lutam por uma alteração das relações desiguais de poder entre homens e mulheres (Entrevista a Kátia Taela).

Academia e activismo seriam, deste modo, componentes de um campo mais amplo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, e não dois campos separados. Maria José Arthur critica o que chama de “falsa dicotomia” e expõe como, para ela, não é verdadeira a crença de que as *feministas académicas* não conhecem “a base”:

Eu acho que é uma falsa dicotomia essa questão da académica e da militante. Desculpa, é falso. É falso. Não era possível sequer o feminismo ter tido o avanço que teve, sem a implicação da academia. E também a academia não teria esta força que tem, esta força subversiva que pode ter ou que chegou a ter - não sei se em alguns sítios talvez já não mantenha - se não fosse com esta ligação pelo activismo. Portanto, para mim, esta palavra feminista é bem abrangente e é uma falsa dicotomia essa que querem. (...) Porque também tu não podes ser uma activista se tu ignorares a informação. Quer dizer, tu trabalhas com base em quê? Quais são os dados que tu tens? E é preciso fazer pesquisa e a pesquisa também tem outra coisa. Não é pesquisa académica, a pesquisa ou é académica ou não é. Não há duas definições para pesquisa, estás a ver? A gente pode chamar pesquisa-acção, o que não quer dizer que não tenha o nível académico. Quer dizer, é que a motivação para fazer essa pesquisa tem a ver com défices de direitos humanos que já foram identificados. Portanto, os temas são escolhidos já com uma vontade de obter diagnósticos para fazer a mudança. Mas não quer dizer que não seja académica, desculpa, porque se uma pesquisa não é académica ela não é pesquisa. Então para mim, esta questão é um falso dilema, mas é um falso dilema que pode dividir. (...) Na realidade, quando uma pessoa faz pesquisa e vai

trabalhar no campo, acaba por conhecer muito melhor a tal realidade...(...) se a gente faz pesquisa, se vai ao campo, se trabalha...(...) isso aí tem muito do Estado, do governo, do Parlamento, em relação à sociedade civil (...) e esse discurso é falso como tudo, porque não conhecem a maior parte das organizações que têm uma experiência de terreno muito grande. Às vezes há a tendência também de dizer que, como WLSA, nós somos académicas. Contém um pouco disso, mas não acho que seja geral ou pelo menos na minha cara não me dizem. (...) Estás a ver, nós somos tão poucas, a gente se quiser fazer um trabalho a sério tem que matar um leão por dia, e ainda discutimos entre nós? O que é que é isso? (...) isso esconde, a meu ver, algumas rivalidades se calhar... (Entrevista a Maria José Arthur)

A reflexão de Shaísta de Araújo, pertencente à *Geração das Intermediárias* e pesquisadora do projecto Muva Tech⁸⁸, vai na mesma direcção da de Maria José Arthur, acrescentando ainda que a tal “falsa dicotomia” é, acima de tudo, problemática e pode enfraquecer um campo já por si frágil:

(...) o que eu acho é que um fortalece o outro. Mas a tendência é de julgarmos que um é mais importante que o outro. (...) num país como o nosso, onde somos tão poucas, eu acho que enfraquece, eu acho que é enfraquecedor. Eu acho que essa dicotomia é enfraquecedora e não nos ajuda muito. Eu acho que é problemática. (...) por mais que exista um ou outro comentário sobre feministas académicas de um lado e nós militantes das ruas de outro, eu acho que se casam. Um grupo precisa do outro e é muito impermeável essa relação. Não vejo uma separação tácita do tipo estas são as académicas, essas que só pesquisam e lêem e ficam assim no alto. Não, não vejo. Eu vejo muita união em episódios críticos daquilo que é o processo do movimento feminista em Moçambique. Desde a aprovação da lei da violência, lei da família, por exemplo. Aí é um grupo a socorrer-se do outro, né? (Entrevista a Shaísta de Araújo)

A existência ou não de um distanciamento entre académicas e activistas, a suposição de que existe uma separação clara entre teoria e prática, entre quem está perto ou longe “das bases”, assim como a legitimidade, autenticidade e pertencimento, de quem é definida como *feminista académica*, *feminista de agência* ou *feminista profissional*, todas essas “questões interpretativas e preocupações político-culturais compartilhadas” (ALVAREZ, 2014:15), são parte constitutiva do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género também em Moçambique. Por outras palavras, estes debates, as diferentes reflexões, são parte dos componentes discursivos que articulam o campo em análise (ALVAREZ, 2014; PISCITELLI, 2005).

2.2 “Hoje todo mundo fala nisso, não é?”: formação e consolidação de um espaço dedicado aos estudos sobre mulher e género

⁸⁸ Projecto que se dedica a despertar em jovens moçambicanas o interesse pelas indústrias tecnológicas, mostrando-lhes o potencial que esse mercado tem e o impacto que pode ter nas suas vidas, quer como utilizadoras, quer como opção profissional (de acordo com a sua brochura de apresentação).

O trabalho de pesquisa centrado na mulher como objecto de estudo teve as suas origens na participação de algumas pesquisadoras (entre as quais se inclui, mais uma vez, Isabel Casimiro), na Oficina de História⁸⁹ do CEA/UEM. Os relatos de Isabel dão uma ideia mais detalhada dos dilemas que caracterizaram a pesquisa centrada na mulher em Moçambique. Em meados dos anos 80, começavam a desenvolver-se naquele espaço alguns estudos sobre as relações sociais entre mulheres e homens. O seu objectivo era analisar o fazer, o estar e o sentir de mulheres e homens antes da penetração colonial, o impacto do colonialismo na divisão de trabalho entre homens e mulheres e no acesso, controle e partilha de recursos e poder. Era também o de pesquisar o papel da mulher na resistência anti-colonial, nos movimentos nacionalistas, a sua contribuição para a luta armada de libertação nacional e no período posterior à independência (CASIMIRO e ANDRADE, 1992; 2005; 2007). A esse respeito, Isabel Casimiro lembra que

De facto, quem começa a fazer isso é o CEA, em 1980, estudando as zonas libertadas e tudo isso e as mulheres operárias. Porque nós também fizemos entrevistas a mulheres operárias. Portanto, moçambicanos a fazer essa pesquisa, fomos nós. Agora, havia uma pesquisa na Faculdade de Letras, em que a Ana Loforte esteve envolvida, a Ximena Andrade, etc., que era sobre trabalho da mulher rural, combustível doméstico e não sei quê, que era com a Organização Internacional do Trabalho. Mas de facto, foi o CEA que começou a fazer esse trabalho (Entrevista a Isabel Casimiro).

E faziam-no em articulação com outros sectores diversos, como por exemplo ministérios e outras repartições do governo, organizações não governamentais, organizações comunitárias de base, agências internacionais, entre outros. Um exemplo dessa articulação foi o seminário *A Mulher na Reconstrução Nacional em Moçambique*⁹⁰, realizado em 1986 pelo CEA/UEM. De acordo com o Relatório Final do seminário, a sua realização inscreveu-se no quadro das actividades da UNESCO relativas à situação das mulheres na luta de libertação e reconstrução nacional, actividades estas que diziam respeito ao programa Eliminação das Discriminações com Base no Sexo. Participaram do seminário a OMM, a União Geral das Cooperativas (UGC), os Ministérios da Justiça, da Saúde, da Informação e da Educação, a Secretaria de Estado do

⁸⁹ A Oficina de História, criada por Aquino de Bragança (então Director do CEA/UEM), tinha como temas de projectos de investigação as questões do poder nas antigas zonas libertadas e no período posterior à independência. Segundo Colin Darch, *“a Oficina de História – que tinha participantes de fora do Centro e até mesmo fora da universidade – trabalhou inicialmente sobre a trajetória da luta armada, mas rapidamente se expandiu para outras áreas de história cultural. Tudo começou com uma série de seminários semanais”* (DARCH, 2017:127).

⁹⁰ Este evento contou com o patrocínio da Divisão dos Direitos Humanos e Paz da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e apoio financeiro da Agência Norueguesa para o Desenvolvimento (NORAD).

Trabalho, o DAA da UEM, o CEA, a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM) e a Comissão Nacional para a UNESCO.

Como fez parte da comissão organizadora do seminário e, juntamente com a então Secretária da OMM Cristina Tembe, fez a abertura do seminário, Isabel Casimiro traz à memória como tudo aconteceu:

(...) foi um seminário feito depois do seminário de 83, na Guiné Bissau⁹¹. Eu estava grávida de ti, Catarina. A ideia era que depois dali se fizessem seminários em todo o lado. O seminário foi feito no CEA, nós trouxemos camponesas para o CEA, a cantar. As camponesas até diziam assim *"nós nunca estivemos na universidade, é a primeira vez que estamos na universidade"*. Então, o que é engraçado é que trouxemos as camponesas da UGC, nós trouxemos mulheres da justiça, mulheres da educação, etc etc. (...) O que é que me parece? Nós convidámos imensa gente para participar nesse encontro, nós fomos envolvendo. O que eu posso dizer é que houve um conjunto de circunstâncias que facilitaram a nossa vida, mas nós também soubemos trabalhar. Nós soubemos debater com as pessoas. A gente envolvia o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, a gente envolvia o Ministério da Justiça, Departamento de Investigação e Legislação, o tal do DIL, a Saúde, a Educação, envolvemos toda a gente. Porque havia tudo para fazer. Não nos podemos esquecer que a guerra só acabou em 92, então foi envolver essa gente toda e quando a gente deu por ela, já estávamos todas a trabalhar em qualquer coisa (Entrevista Isabel Casimiro).

Duas propostas importantes saíram da realização deste seminário: a organização de espaços, dentro e fora da universidade, de investigação e formação de e sobre mulheres, deste modo contribuindo para o seu melhor envolvimento no desenvolvimento do país, e uma coordenação dos diversos trabalhos e/ou pesquisas que se realizavam sobre a mulher em Moçambique. Esta segunda proposta estava ligada à constatação de que existiam trabalhos de investigação que contribuía para um melhor entendimento da situação da mulher, mas que não eram conhecidos pelas outras instituições afins e associações sócio-profissionais (CASIMIRO E ANDRADE, 2007). Começaram assim a surgir alguns planos e estabeleceram-se contactos com várias organizações e instituições, como a OMM, a UGC, a Associação Moçambicana de Defesa da Família (AMODEFA), a Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural (DNDR), o Ministério da Justiça, da Educação, do Trabalho e da Saúde, de modo a planear actividades conjuntas.

Foi neste contexto de tentativa e erro, de se lançarem a fazer coisas que até então nunca haviam feito, um contexto em que - como já afirmado antes - havia tudo para fazer e pouca gente interessada ou qualificada, que se começou então a desenhar a criação do NEM. Isabel destaca, a propósito do contexto do seu surgimento, que só foi possível avançar

⁹¹ Isabel refere-se ao seminário *Meeting of Experts on "The History of Women's Contribution to National Liberation Struggles and their Roles and Needs during Reconstruction in Newly Independent Countries of Africa"*, realizado na Guiné Bissau, de 3 a 7 de Setembro de 1983.

(...) através do diálogo. Acho que foi assim que conseguimos fazer passar a questão do género, a questão dos direitos humanos, etc, numa fase inicial. Porque todo mundo precisava disso. Umas estavam distraídas, não sabiam o que é que havia de ser o futuro (...) Então, nós fomos sabendo trabalhar envolvendo toda a gente. (...) E eu acho que as coisas foram andando, foram caminhando, a gente foi se enrolando e envolvendo cada vez mais, num momento em que ninguém ligava nenhuma. E o que é que nós fazíamos? Nós debatíamos, debatíamos, debatíamos...então, eu sinto que eu não tive muita dificuldade. (...) foi saber fazer as coisas e sobretudo, saber envolver, mostrar o quão importante era aquilo que a gente estava a fazer, dialogar, dialogar, dialogar. (...) Portanto, eu acho que uma das coisas que nos caracterizou durante estes anos todos e que nos permitiu fazer uma série de coisas - estou a falar nesses primeiros momentos, não estou a falar de agora -, foi o envolver, o debater. Claro que isso demora muito tempo...a gente envolvia o pessoal da ACTIVA, a gente envolvia o pessoal da AMODEFA, a gente envolvia a MULEIDE, toda essa gente. (Entrevista a Isabel Casimiro).

Esse espaço de investigação e formação, com ligações dentro e fora da universidade, foi ganhando forma e, em 1989, nasce o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM). Num primeiro momento, foi feito um levantamento de actividades, pesquisas e projectos que estavam em execução no país, na área de “mulher no desenvolvimento”. Esse levantamento denominou-se Bibliografia Anotada Mulher no Desenvolvimento em Moçambique. Para além disso,

(...) nós estávamos a criar a biblioteca, porque íamos fazendo o levantamento e aquilo que fosse possível nós comprávamos, tirávamos fotocópias, etc. E estávamos a formar duas moçambicanas. (...) Portanto, a nossa ideia era que depois nós pudéssemos formar gente nesse processo de fazer o levantamento, que se chamava Bibliografia Anotada Mulher no Desenvolvimento em Moçambique. (...) Elas estavam a ter uma formação mais na área de bibliotecnia, estavam a aprender como organizar a documentação. Porque nós queríamos ter alguém que estivesse nessa área, mas primeiro que se formasse em centros de documentação. Que pudesse aprender a registar os livros de acordo com o sistema *MicroIsis*, das Nações Unidas. Portanto, foi isso que a gente fez. Nós fizemos o levantamento de tudo o que havia na área da mulher e género em Moçambique, escrito por moçambicanos e por outras pessoas, ao mesmo tempo criávamos a biblioteca que nós tínhamos aí assim e ao mesmo tempo formávamos essas duas pessoas. Portanto, durante 2 anos nós trabalhamos com essas pessoas (Entrevista a Isabel Casimiro).

Em 1990, após a realização de algumas pesquisas e já com um maior *know how*, surgiu a necessidade de dar ao NEM uma denominação mais de acordo com as ideias em curso. Deste modo, o NEM transforma-se em Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMEG), tornando-se rapidamente num ponto de referência (CASIMIRO e ANDRADE, 1992; 2005; 2007). Sobre a mudança do nome, Isabel lembra que

(...) Esse Núcleo de Estudos funcionou durante dois anos, porque a nossa ideia era que nós começássemos a introduzir esse novo campo de estudos devagarinho, que a gente começasse a falar nisso e depois então íamos introduzir o género. Porque as pessoas não sabiam o que é que era isso de género. Então em 1990 nós propomos ao reitor da universidade a criação de um departamento - já não seria só um núcleo - e seria o

DEMEG, para nós associarmos, porque género sozinho podia dar problemas. Então aí começamos a trabalhar como departamento (...) E a gente teve que fazer uma grande campanha para explicar o que é que nós queríamos dizer com género (...) porque nós não queríamos estar logo a falar de género sem que houvesse algum debate em torno do que é que era género (...) Então nós pensámos que era importante começar a falar sobre isso, academicamente mas com uma ou outra organização (Entrevista a Isabel Casimiro).

O DEMEG continuou a investir no desenvolvimento das suas actividades, assim como na sua equipa⁹², passando estas a ser compostas por seis dimensões de pesquisa-acção, nomeadamente 1) organização institucional do DEMEG; 2) participação em projectos de investigação nacionais, regionais e internacionais e realização de consultorias relativas às temáticas das investigações realizadas⁹³; 3) formação – dentro e fora da UEM – e participação na própria formação dos membros do DEMEG; 4) actividades e seminários de reflexão teórica sobre direitos humanos, feminismo e relações de género; 5) contribuição para a criação de associações nacionais de mulheres, participação activa em associações de mulheres nacionais, regionais e internacionais e participação em conferências nacionais, regionais e internacionais e 6) participação nos órgãos de poder do Estado⁹⁴ – Executivo, Legislativo e Judicial – e em *boards* e grupos de trabalho nacionais, regionais e internacionais (CASIMIRO E ANDRADE, 1992; 2005; 2007).

A mudança do nome, de modo a incorporar a componente género, está também ligada às influências das acções de agências de financiamento internacionais, cujas orientações em termos da incorporação de noções de género estão, por sua vez, ligadas às pressões de uma agenda internacional mais ampla. O DEMEG e outros centros de pesquisa que lhe seguiram, assim como as ONGs de mulheres, passaram assim a ocupar, através dos financiamentos, um papel de mediadoras no processo de incorporação deste conceito, tanto na produção de pesquisa académica, na elaboração de projectos implementados por organizações de mulheres como também no desenho de políticas públicas (BADEN, 1997; PISCITELLI, 2005). Isabel Casimiro lembra como foi acontecendo essa incorporação:

⁹² Composta por uma equipe interdisciplinar de historiadoras, psicólogas, pedagogas, geógrafas, juristas e economistas.

⁹³ As pesquisas e consultorias desenvolvidas pelo DEMEG - em parceria com outras instituições, programas das NU e agências internacionais - tinham como objectivo conhecer a situação da mulher em Moçambique.

⁹⁴ No seu Programa Nacional, o primeiro governo de Moçambique independente (1994) introduziu o conceito de género no desenho, análise e definição de políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento. Depois da Plataforma de Acção de Beijing ter sido aprovada em 1995, o governo rascunhou uma Plataforma de Acção Pós-Beijing que mencionava especialmente políticas com um foco em género. Foi criada uma Comissão de Assuntos Sociais, Género e Meio Ambiente na Assembleia da República e um Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social (hoje Ministério do Género, Criança e Acção Social). Foram surgindo, ainda, pontos focais de género ao nível dos ministérios e das autarquias, que continuam activos actualmente (CASIMIRO E ANDRADE, 2007).

É verdade que já havia alguma actividade da OMM. A OMM participava nesses encontros promovidos pela FIDM, ligada aos partidos socialistas. É verdade tudo isso. Mas até que ponto é que a gente pensava, de facto, bem nessas coisas eu não sei. Nós entramos aí. Com a globalização dos feminismos, com a globalização dos movimentos, com a globalização surgida das conferências internacionais das Nações Unidas sobre as mulheres, a gente aqui começa a discutir algumas coisas. (...) não havia muita gente que estivesse interessada nessas coisas. De facto, as questões de género ainda não tinham entrado nas lutas de poderes. Eu hoje quando vejo as pessoas a falarem de empoderamento, de género para a esquerda e para a direita, a fazerem formações, eu fico surpreendida. Em 1990, não havia praticamente ninguém. Nós aceitámos entrar num mundo que nós nem sabíamos que mundo era esse. (...) houve essa oportunidade, portanto esse movimento, essa globalização e no nosso caso nós estávamos a sair de uma guerra, ainda estávamos na guerra, mas depois estávamos a sair de uma guerra, com todas as necessidades e apoios. E esse conjunto de circunstâncias fez com que a gente assumisse. Mas não éramos muitas a assumir. (...) E eu acho que as coisas foram andando, foram caminhando, a gente foi se enrolando e envolvendo cada vez mais, num momento em que ninguém ligava nenhuma. A partir do momento em que essas questões de género começaram a entrar nas lutas de poder, aí começa a haver os problemas de fundos para aqui, não fundos, etc etc etc. Que nós até verificámos isso em 95, quando foi da Conferência das Nações Unidas (Entrevista a Isabel Casimiro).

Os usos do género

A incorporação do conceito de género como categoria analítica nas pesquisas desenvolvidas, permitiu visualizar e compreender a situação de desigualdade e discriminação que a mulher enfrenta, sobretudo na esfera pública. Mais do que isso, permitiu um reconhecimento institucional dessas desigualdades, no âmbito da agenda do governo. Essa incorporação não foi feita, no entanto, de forma acrítica, havendo desde o início questionamentos em relação à eficiência e utilidade do conceito de género. Muitas pesquisadoras questionam o facto de se tratar de uma categoria importada e assimilada por imperativos de ajuda ao desenvolvimento, estando os seus conteúdos alheios à realidade africana⁹⁵. Afirmam ainda que, por ter sido cooptado pelas políticas de desenvolvimento, a sua utilização entrou no terreno das lutas políticas e académicas, de ocupação de espaços, capitais e poder, tendo o seu conteúdo sido completamente esvaziado do carácter revolucionário que outrora continha. Género acabou sendo, neste sentido, despolitizado e tecnocratizado e usado como uma categoria descritiva de informação estatística entre homens e mulheres. Como resultado,

(...) género é, como diz a outra, completamente descafeinado. Nós temos aqui uma reunião cheia de género, quer dizer cheia de mulheres. E isso é aproveitado pelos poderes, é usado pelos poderes, inclusive para ter uma política unicamente de cotas e satisfazendo-se com as políticas de cotas, como muitas pessoas de alguns movimentos de direitos humanos pretendem, esgotar a igualdade de direitos na percentagem de mulheres que existem ao nível da tomada de decisão. Quando elas, o facto de estarem

⁹⁵ Sobre as críticas ao conceito de género, ver, entre outras, Oyewumi (1997; 2005; 2011), Amadiume (1987) e Arnfred (2004; 2009; 2011).

em lugares de tomada de decisão não significa que tomem a decisão. Elas são mandatadas por um modelo que é um modelo perfeitamente masculino. Quando a gente fala que existe uma agenda feminina do partido, não, há uma agenda do partido que trata, impõe e orienta as mulheres neste e naquele sentido. Essa é a questão (Entrevista a Conceição Osório).

Para Conceição Osório, coordenadora de pesquisa da WLSA e pertencente à *Geração de Beijing*, o próprio conceito enferma erros de interpretação, uma vez que

Ele serve-se sempre da cultura patriarcal. Nunca com essa visão dinâmica. São relações sociais de género. Quando eu digo isso estou a referir-me a relações sociais de que tipo? De poder. Mas de que poder? Do poder do homem sobre a mulher. Sempre caímos nisto. Quando a gente fala em relações sociais de género, já sabe, é relações sociais de poder patriarcal, de dominação patriarcal, que impede que se olhem para essas relações como relações complexas, contextualizadas, etc. Não posso dizer que aqui em Moçambique as mulheres todas são dominadas, há um modelo de dominação. Há um modelo de dominação, mas é preciso estudá-lo e perceber nos interstícios desse modelo, há estratégias de poder das mulheres, não é? (...) Não pode ser simplista, não pode ser assim, temos que ligar aos contextos porque senão nós vamos criar duas coisas: não saímos da vitimização e vamos criar antagonismos ferozes em relação à própria identidade masculina e vamos suspender essa identidade de mudança, vamos impedir a mudança neles. Antes pelo contrário, vamos reforçar a tónica de dominação, a defesa pela dominação e eu acho isso...às vezes eu própria me sinto inquieta em falar destas coisas, porque as pessoas não entendem (Entrevista a Conceição Osório).

Maria José Arthur, que trabalha com Conceição na WLSA, concorda que tem havido um desgaste e uma má utilização do conceito. No seu trabalho de formação, prefere usar o conceito de direitos humanos para abordar a desigualdade e discriminação. Ela explica que

Há uma abordagem que temos usado muito e que tem a ver com o desgaste da palavra género. Que é um horror, né? A pessoa pára à porta, deixa passar e diz "o género primeiro". E é um disparate completo. É um discurso que já está gasto, então agora nós usamos a abordagem dos direitos humanos e da discriminação. Em vez de falar o que é género, a gente começa por falar no conceito de direitos humanos, explicamos o que é discriminação, o que é que significa, então que tipo de discriminação nós podemos encontrar nos grupos. Porque é impressionante como, de facto, foi na sua origem um conceito muito desafiante, subversivo até, porque pela primeira vez põe a questão das construções, começa a pôr em causa, a desnaturalizar uma série de discursos, etc, mas hoje em dia está de facto...ele desgastou. Mesmo com essa perspectiva mais subversiva, a gente podia dizer que há limites, né? Mas então nesta situação em que estamos hoje, de facto é complicado. Então acho que temos tido, a vários níveis, muito mais proveito quando a gente pega nesta abordagem de direitos humanos e discriminação, porque aí se pode pôr a nu e inclusivamente fazer o paralelo com outros grupos que têm sido privados de direitos (Entrevista a Maria José Arthur).

Apesar de existir já, no contexto moçambicano, um debate em torno do conceito de género e de como ele serve, sobretudo, como condição *sine qua non* para que uma actividade ou projecto tenha o apoio de organizações doadoras internacionais, as críticas como as de Conceição e Maria José continuam bastante isoladas, no sentido de não haver ainda alternativas

viáveis e partilhadas. De todo modo, e apesar de todas as críticas, ele continua de maneira geral - e muito por consequência da dominação das ONGs e agendas internacionais no campo - a ser entendido e instrumentalizado como uma categoria analítica para entender as relações de poder entre homens e mulheres. Para além disso, o impacto que estes estudos tiveram foram sentidos a vários níveis, mas sobretudo na influência que tiveram na alteração dos currículos da UEM⁹⁶, na integração de questões de género nas disciplinas dos cursos do ensino superior, na mobilização de mulheres para cursos maioritariamente masculinos, na modificação e elaboração de políticas públicas e na alteração e elaboração de leis não discriminatórias em relação à mulher.

Após a aprovação de um novo regulamento do CEA, o DEMEG transforma-se em Departamento de Estudos de Desenvolvimento e Género, que começa as suas funções em 2015 e cuja chefe é a mesma Isabel Casimiro. Para além disso, em 2008 é criado o Centro de Coordenação dos Assuntos do Género (CeCaGe), unidade orgânica cuja missão inclui coordenar o desenvolvimento de actividades e estudos multidisciplinares que incluam a perspectiva de género nas diferentes unidades da UEM; assegurar, dentro da UEM, a implementação de políticas de género; desenvolver acções de formação sobre as temáticas e promover e realizar estudos e investigação na área de género e empoderamento da mulher. Inclui as vertentes de investigação, formação e prestação de serviços à UEM e à comunidade, nomeadamente aconselhamento psicológico, atendimento às perturbações sociais e académicas, assistência aos estudantes com necessidades educativas especiais e com deficiência e terapia familiar (GASPARETTO, 2019:286).

WLSA Moçambique, de projecto dentro da universidade a organização não-governamental

Um dos projectos que em muito contribuiu para o desenvolvimento dos estudos de Género no CEA foi o Projecto WLSA, *Women and Law in Southern Africa Research Trust*. No mesmo ano em que é criado o NEM, Isabel Casimiro participa, juntamente com duas juízas e uma advogada, num encontro regional, no Zimbabwe, para discutir a criação de um projecto de pesquisa regional. Para tal, prepararam

(...) um documento que falasse da situação dos direitos humanos das mulheres nos nossos países. Então participaram vários países, quase todos os países da África Austral, praticamente todos. (...) então nesse primeiro encontro nós falamos sobre a situação legal das mulheres nos nossos países. (...) Era a primeira vez que eu ia entrar

⁹⁶ A este respeito, conferir Nhantumbo e Meneses (2005).

nessas questões legais. Então apresentámos e na sequência da apresentação e debate sobre a situação legal das mulheres nos nossos países, decidiu-se criar uma rede regional que se chamou *Women and Law in Southern Africa*, mais tarde *Research and Education Trust*. Portanto, era um grupo constituído por 6 países. Mais que isso considerava-se que ia ser muito complicado de gerir. Botswana, Lesotho, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe - e pensou-se que o melhor era que a coordenação fosse no Zimbabwe, um país estável e com um custo de vida mais barato que qualquer dos outros. Nós estávamos em guerra, no caso dos outros países era complicado e ali podia ser mais fácil de gerir, por estar mais central em relação a esses países. Então assim fizemos, discutimos isso em setembro de 88 e assim decidimos, preparámo-nos até o próximo ano, 89, criámos oficialmente e estamos no ano de 89 a preparar a pesquisa que havíamos de fazer. E aí, em 1990, inicia formalmente a pesquisa da WLSA (Entrevista a Isabel Casimiro).

O projecto foi inicialmente coordenado por ela, Isabel Casimiro⁹⁷, em conjunto com pesquisadoras associadas (docentes de outras faculdades e juristas), estudantes de várias áreas e grupos de activistas, articulando-se com outras actividades em desenvolvimento no DEMEG. As pesquisas realizaram-se em condições extremamente difíceis, uma vez que Moçambique encontrava-se em guerra, o que travou o alargamento das áreas de estudo numa primeira fase do projecto, até 1992. Destas pesquisas, resultaram várias publicações que foram importantes para entender a situação das mulheres em Moçambique, nomeadamente sobre direito a alimentos, sucessão e herança, sobre famílias em contextos de mudança, mulher e administração da justiça, poder e violência, entre outros⁹⁸.

Enquanto projecto inserido no CEA, a WLSA

(...) era um espaço muito interessante, porque a universidade não favorecia estudos de género, estudos de direitos das mulheres. Pelo contrário, havia até uma espécie de...ah, quando se falava “ah, essas coisas das mulheres”, quer dizer...uma espécie de estigma até com quem fazia trabalhos nessa área, como se isso fosse, portanto, um estudo menor. Então eu acho que a WLSA nesse aspecto foi uma organização que teve muito impacto e que...primeiro, a WLSA surge com essa perspectiva de abrir espaços para pesquisa, dentro da academia, mas eu acho que foi isso mesmo que conseguiram fazer, né? Porque, digamos, participar em pesquisa sistemática começa quando eu começo a colaborar com a WLSA. Nem sequer era de uma maneira sistemática, mas em termos de colaboração, etc., acho que ela cumpriu realmente o seu papel (Entrevista a Maria José Arthur).

No entanto, devido ao controle que passou a ser exercido em relação às pesquisas, decidem sair do espaço da universidade e transformar o projecto numa organização. Sobre a saída da WLSA da universidade, Maria José Arthur argumenta que

⁹⁷ Isabel coordenou o DEMEG, juntamente com o projecto WLSA, até 1995, sendo que de 1992 a 1995 a coordenação da WLSA foi dividida com Eulália Temba. Em 1996, saiu para fazer o mestrado em Portugal.

⁹⁸ Uma lista completa destas pesquisas e respectivas publicações encontram-se disponíveis no [site oficial da WLSA](#), podendo a maioria ser baixada para consulta.

A saída da WLSA foi meio complicada, mas realmente a WLSA só cresceu depois de sair. Porque havia uma...eu não estou nessa fase, eu entrei para a WLSA de forma regular para aí no ano de 2002 quando já se tinha concretizado essa separação. Mas então havia uma ligação com a universidade, a WLSA tinha muita dificuldade em entrar no activismo porque como era da UEM, passava por autorizações e não sei quê. Por outro lado, todas as propriedades da WLSA não eram da WLSA, eram da UEM. De tal maneira que, quando se saiu, a WLSA saiu sem nada. Teve que deixar os livros comprados, computadores, nada. A WLSA começou do zero, não tinha nem cadeiras, nem nada. Porque, inclusivamente, aquilo que me contam, né, o dinheiro era gerido pela universidade, então não era de facto, a WLSA não conseguia ter acesso aos fundos. Mas principalmente, o que as pessoas falavam era a coisa do activismo, a impossibilidade de actuar, de ter personalidade jurídica e poder aparecer com o seu nome próprio. Depois quando a Isabel saiu para estudar, eu acho que aquilo também morreu. (Entrevista realizada a Maria José Arthur)

Após sair do CEA, a WLSA passou a denominar-se *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust*, adquirindo personalidade jurídica e reconhecimento oficial como organização não-governamental, constituindo os seus órgãos sociais em 2003 e passando a receber financiamento de doadores e agências internacionais. Uma das suas principais actividades continua a ser a *pesquisa-acção*⁹⁹, sendo praticamente a única organização que faz pesquisa e que lança quase todos os anos os resultados das pesquisas realizadas, que se têm desenvolvido em áreas como a violência doméstica, participação política das mulheres, representações e práticas de sexualidade entre os jovens, género e governação local, género e democracia, violação sexual de menores, lei da família, ritos de iniciação, género e comunidades reassentadas, entre outros. Para além disso, têm uma componente forte de formação, comunicação, *lobby* e advocacia, estão ligadas a várias redes¹⁰⁰ e atendem a solicitações de palestras, aulas, conferências, entre outros.

É, sem dúvida, uma das organizações mais reverenciadas e activas dentro do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género actuando, muitas vezes e assim como o FM, como “nó articulador” de organizações, universidade, governo, entre outros actores que compõem o campo em análise. Actualmente, é composta por grande parte das mulheres pertencentes à *Geração de Beijing*, esta geração que iniciou os estudos de género dentro do CEA, identificadas pelas mais jovens também como *feministas académicas*, *seniors*, *mentoras* ou *históricas* e que se deslocaram (na sua maioria) do meio universitário para o das

⁹⁹ As interlocutoras da *Geração de Beijing* envolvidas com pesquisa na área de género mencionam a investigação-acção como método privilegiado de fazer pesquisa feminista comprometida. Para Isabel Casimiro, “a pesquisa/acção constituiu uma prática privilegiada de investigação destinada a provocar mudanças no interior das relações sociais desiguais de sexo, mas também a desafiar as/os investigadores/as para interpelarem os meios de pesquisa a uma abertura maior no que respeita às preocupações das activistas, e porque convida à coerência ética nos nossos comportamentos na pesquisa” (CASIMIRO, 2012:241). Para mais detalhes sobre esta metodologia, conferir Casimiro (2012; 2017).

¹⁰⁰ A WLSA faz parte da Coligação para a Eliminação de Casamentos Prematuros (CECAP), do FM e da Rede de Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSR).

organizações não governamentais. Foram as primeiras a identificar-se como feministas, componente de extrema importância na realização das pesquisas, como destaca Maria José Arthur:

Hoje em dia a gente vê estudos de género, mas realmente não parece que seja por feministas, não é? Porque algumas das pessoas que estão nessas instituições, muitas delas já tiveram ocasião de dizer em vários eventos, que “eu não sou feminista” ou então que “ah, eu concordo com o feminismo, mas...”, então isto é para dizer que mesmo hoje em dia, em que parece que os estudos de género ganharam o seu espaço, eu desconfio fortemente da academia pelo tipo de pessoas que estão, que nunca foram feministas nem nunca foram activistas e acho muito difícil que alguém possa ser feminista e ficar contente com a pesquisa. Acho que qualquer feminista tem sempre a necessidade de intervir, de mudar, etc. (Entrevista a Maria José Arthur)

Para as gerações mais novas, a pesquisa que a WLSA realiza é uma das principais ferramentas de *lobby* e advocacia que possibilita o avanço de várias pautas, pois permite compreender a realidade e as problemáticas que envolvem a situação das mulheres e os seus direitos. Para Karina Loforte, pertencente à *Geração das Intermediárias*, Coordenadora de Integração de Género na Saúde da MULEIDE e filha de Ana Loforte,

A WLSA faz pesquisa e, de forma muito específica, elas atacam os problemas, fazem advocacia através dos livros. É do tipo, lançam uma publicação, uma documentação sobre violência doméstica, está ali, está escrito. (...) Queres um livro, vais à WLSA, a WLSA tem, tem um livro publicado. Trabalham na área de comunicação, tem uma página *web* e disponibiliza muito material. Estão a fazer advocacia à sua maneira agora. (...) A WLSA é uma organização que, por exemplo, vai estar disponível - apesar de fazer muita formação - para ir a seminários, falar da sua experiência ou para dar formação (...) eu acho que a WLSA faz, para mim, um trabalho fantástico, que é através do livro poder fazer a luta. Já é um instrumento concreto. Estão aqui os dados, está aqui nesta pesquisa a prova que a questão dos casamentos prematuros, a questão da violência...quer dizer, aquilo que elas tratam nos seus livros é com dados estatísticos (Entrevista a Karina Loforte).

Shaísta de Araújo também enfatiza a relevância da pesquisa realizada pela WLSA, ao afirmar que “*a WLSA é o ícone. Nenhuma outra organização de mulheres em Moçambique, ou mesmo até sem ser de mulheres, escreve tanto ou escreveu tanto sobre mulheres e direitos em Moçambique. Não é só sobre feminismo*”. Para Kátia Taela, que trabalhou como assistente de pesquisa de Conceição Osório em vários projectos da WLSA, assim como foi sua aluna - e de Ana Loforte - na graduação em Antropologia na UEM,

O capital simbólico da WLSA, ele é único. O que a WLSA tem, nenhuma outra organização tem. E não se trata de formação, não se trata só de oportunidades de formação. Trata-se, também, de que as feministas da WLSA tinham e têm um compromisso claro com a pesquisa. Então isso diferencia-as à partida. São a única

organização feminista que faz pesquisa, que tem uma produção e que disponibiliza (Entrevista a Kátia Taela).

As primeiras organizações de mulheres pós-período revolucionário

Uma dos objectivos do DEMEG, como mencionado anteriormente, foi a participação e o apoio na criação e desenvolvimento de algumas organizações de mulheres. Para além da OMM¹⁰¹, havia nesta altura, se bem que não se identificasse como organização de mulheres - apesar de serem a maioria na sua composição - a UGC¹⁰², criada em 1981. Como mostro aqui, a partir de 1989, no entanto, começam a surgir as primeiras organizações de mulheres fora do âmbito da OMM. Algumas surgem da imposição da ajuda ao desenvolvimento, outras através da iniciativa de grupos específicos, que sentiram a necessidade de se organizar para resolver questões concretas da sua sobrevivência. As primeiras a surgir foram as organizações de mulheres de tipo voluntário, associações com ou sem fins lucrativos e em áreas bastante diversas. São exemplos deste tipo de organização a AMODEFA (1989), a Associação de Mulheres Empresárias e Executivas (ACTIVA, 1990), a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural (AMRU, 1991), a Associação das Donas de Casa (ADOCA, 1992), a Associação para a Promoção do Desenvolvimento Económico e Sócio-Cultural da Mulher (MBEU) e a associação PROGRESSO (1991).

Sobre a criação destas primeiras organizações, Isabel Casimiro (1999) analisa, na sua dissertação de mestrado sobre feminismo e organizações de mulheres em Moçambique, que nem todas surgem por uma vontade própria de união e mobilização para atacar um determinado problema ou de trabalhar uma agenda política. Surgem, por um lado, como resposta a oportunidades de financiamento, portanto, como mecanismo de executar os fundos existentes e, por outro, impulsionadas pela fraqueza que se começa a sentir nas instituições do Estado. Parte dos seus funcionários, com salários baixos, começavam a encontrar na criação dessas associações uma alternativa para aumentar a sua renda (Casimiro, 2014).

¹⁰¹ Em 1990, durante a sua IV Conferência, a OMM decidiu aceitar o desafio de independência em relação ao partido Frelimo, tornando-se uma organização aberta a todas as mulheres e definindo-se como organização *umbrella*, apartidária e autónoma. Ou seja, transformou-se numa ONG sem fins lucrativos e dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira. No entanto, Casimiro (2014) analisa que esta decisão se deu num momento financeiro difícil para a instituição, que teve que competir com outras organizações que conseguiam mais apoios. Em 1996, no decorrer do seu primeiro Congresso e de forma inesperada, a OMM decide voltar a ser uma organização de mulheres do partido, justificando que a sua independência não resultou num aumento no número de membros, tendo permanecido uma organização de membros da Frelimo. Havia também a preocupação, entre membros da organização, de estar a haver um esquecimento do relacionamento histórico entre o partido e a OMM. Para mais detalhes sobre este processo, ver Casimiro (2014).

¹⁰² De acordo com a análise que Isabel Casimiro (1999) faz na sua dissertação de mestrado, a criação da UGC representou uma ruptura com a política assistencialista que caracterizava a OMM.

Com a participação do DEMEG são criadas a associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), em 1991, primeira associação moçambicana de divulgação e defesa dos direitos humanos das mulheres¹⁰³ e que presta apoio psicológico e jurídico; o Núcleo Mulher e Meio Ambiente (NUMMA), em 1992, e o Fórum Mulher - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento, em 1993¹⁰⁴. Esta rede foi criada como iniciativa de coordenação de uma série de projectos, actividades e organizações que trabalhavam na área de género e desenvolvimento (TAELA, 2017). Isabel Casimiro, membro fundador do FM e sua primeira presidente lembra que

(...) estava tudo muito disperso e foi por isso também que começou a surgir em nós essa ideia de fazer alguma coisa que pudesse coordenar essas actividades. Nós estávamos em guerra, a guerra limitava bastante as actividades, é verdade. A maior parte dos programas e projectos aconteciam no sul do país por causa da guerra, dos ataques, das dificuldades que havia de circular no país, então havia muita coisa que estava concentrada aqui e nós verificamos também que várias organizações - porque é o momento em que há muitas organizações a entrar no país - estavam a fazer as mesmas coisas, muitas vezes sem que houvesse uma coordenação. A ideia era de facto ver o que é que está a ser feito, se as actividades são coordenadas ou não. Porque havia coisas apoiadas pelas Nações Unidas, havia coisas apoiadas pela NORAD, pela DANIDA, pela Cooperação Italiana, etc, e era importante ver-se até que ponto havia coordenação ou não. Porque existia, a nível das NU, aquilo que se chamava o WiD Working Group que incluía não apenas oficiais de projecto Mulher no Desenvolvimento das Nações Unidas, mas depois também outros sectores que estavam a trabalhar nessa área de mulher no desenvolvimento. Porque esse era o tema, mulher no desenvolvimento. Quando eu comecei a participar nessas actividades, ainda como uma espécie de...das poucas que estavam aí ainda, aquilo tinha quê? Tinha acção social, porque lidava com crianças e mulheres, tinha o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação - acho que era assim que se chamava -, tinha gente da educação e tinha gente da saúde. Normalmente eram esses sectores que participavam. E o que é engraçado é que é depois desse grupo, onde a gente participava e discutia as coisas e onde apresentamos o resultado desse levantamento - que começa a surgir a ideia de criar uma associação que pudesse servir de rede, portanto, que pudesse pôr em comunicação todos esses vários sectores, quer fossem governamentais, quer não governamentais e dos sindicatos, etc. Se tu fores a ver como é que foi o processo de criação do FM, é isso. Nós criámos uma comissão onde estava a NORAD, a UNICEF, estava mais não sei quem...porque eram essas organizações que trabalhavam sobre esses assuntos. Quem é que nos deu o impulso? A Senhora Ursula King que era a representante residente do PNUD. E deu-nos todo o apoio para criarmos essa rede. Nós demorámos um ano a discutir o que é que nós queríamos, até sair esse nome de Fórum Mulher, sair aquela sigla de Fórum Mulher. Tudo isso foi discutido, uma vez por mês, em locais diferentes. Era no CEA, era na sede da OMM, era na sede da NORAD, era na sede da ACTIVA...durante 12 meses, nós tivemos 12 encontros diferentes. A OMM envolveu-se em todos esses momentos. A OMM faz parte da fundação do FM, ela está em todos os momentos (Entrevista a Isabel Casimiro).

Uma das mais importantes redes de *lobby* e advocacia hoje, o Fórum Mulher foi fundado, em parte, por algumas mulheres da *Geração de Beijing* e inclui actualmente, no seu *staff*,

¹⁰³ A MULEIDE surgiu na sequência do envolvimento de representantes de Moçambique na fundação do Women in Law and Development in Africa (WILDAF), em 1990, no Zimbabwe, e da participação no projecto WLSA.

¹⁰⁴ A sua oficialização só ocorreu, no entanto, em 1996.

algumas mulheres também da *Geração das Intermediárias*. Definida inicialmente como uma rede que trabalha em prol da mulher moçambicana, o Fórum Mulher tinha como objectivos desenvolver uma rede de comunicação, informação e troca de experiências nas áreas de mulher, género e desenvolvimento; capacitar os seus membros em questões de género; e influenciar os órgãos de decisão sobre as questões de género e de igualdade de direitos, acesso e oportunidades entre mulheres e homens. As suas áreas de actividade incluíam a formação, a informação, a implementação da Plataforma de Beijing, Cairo e Copenhague e o *lobbying* (CASIMIRO, 2014; TAECLA, 2017).

Actualmente, o FM trabalha na área dos direitos das mulheres e da igualdade de género, através da influência política, *lobby* e advocacia. Fazem parte do Fórum mais de oitenta membros (organizações e indivíduos), consistindo em sindicatos, organizações comunitárias de base, internacionais e do governo, organizações religiosas e ligas femininas de partidos políticos. Todas as organizações das quais fazem parte as interlocutoras da pesquisa são membros do Fórum Mulher (TAECLA, 2017; CASIMIRO, 2014). As suas áreas programáticas actuais incluem a violência baseada no género, os direitos sexuais e reprodutivos, a autonomia económica das mulheres e a participação política das mulheres e construção do movimento. Assume-se, desde 2013, como uma organização feminista. Voltarei a este tópico no capítulo 4.

Como parte dos seus objectivos específicos iniciais, coube ao Fórum Mulher a responsabilidade em coordenar todos os preparativos para a participação das ONGs moçambicanas na Conferência de Beijing, que se realizou em Setembro de 1995. Parte dessa coordenação consistiu na realização de reuniões regionais preparatórias. Na sequência da Conferência, foi criado o Grupo Operativo Pós-Beijing, como forma de implementar a Plataforma de Beijing, constituído por entidades governamentais e ONGs e coordenado pelo Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social¹⁰⁵, responsável pelas questões de mulher e género (BADEN, 1997; TRIPP ET AL, 2009; CASIMIRO, 2014).

No âmbito da implementação da Plataforma de Beijing, Cairo e Copenhague, o Fórum Mulher lançou e coordenou, em 1996, a campanha Todos Contra a Violência (TCV), o primeiro movimento contra a violência doméstica no país, em aliança com várias outras organizações

¹⁰⁵ O Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social, criado em 2000, passou a designar-se Ministério do Género, Criança e Acção Social, a partir de 2015. Terezinha da Silva lembra que, desde o início, algumas organizações e individualidades foram contra a criação do ministério e da troca do nome, alegando que “(...) a mulher está em todas as áreas” e que “(...) todas as acções, todas as áreas estratégicas relacionadas ao género, estão integradas em outras áreas específicas, como justiça, educação, saúde, até indústria”. (Entrevista a Terezinha da Silva). Esta oposição está ligada, também, ao facto de o Ministério não ter recursos nem autoridade suficiente para demandar mudanças, uma vez que depende maioritariamente de recursos de doadores internacionais (o Estado aloca menos de 1% para estas actividades), o que acaba tornando-o um concorrente das organizações, pelos recursos existentes.

governamentais e não governamentais, que trabalharam em diferentes áreas da campanha, dependendo da sua área de especialização. O grupo de trabalho foi constituído pelo Kulaya¹⁰⁶, um centro para atendimento, aconselhamento, educação sexual e de reintegração familiar, social e profissional às vítimas de violência doméstica, a funcionar no Hospital Central de Maputo; pelo CEA/UEM, que desenvolvia pesquisa nesta área de violência; pela MULEIDE; pela Associação Moçambicana de Mulheres de Carreira Jurídica (AMMCJ), que trabalhou com os aspectos legais; pelo Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social; pela OMM e pela Associação Moçambicana Mulher e Educação (AMME). Parte da campanha envolveu, ainda, *lobbying* para que o governo aceitasse a ideia de violência doméstica e uma sensibilização em relação aos meios de comunicação (BADEN, 1997; TRIPP ET AL, 2009; CASIMIRO, 2014).

Um dos resultados desta iniciativa colectiva, que incluiu a revisão e alteração de toda a legislação que discrimina as mulheres, foi a organização em 2001 - por parte do Fórum Mulher - de um grupo de representantes de várias organizações para trabalhar no *draft* de uma lei contra a violência doméstica. Toda a articulação em torno do desenho, discussão e aprovação desta lei, assim como de outras que a antecederam, será foco do capítulo que se segue, num contexto em que organizações e redes não governamentais se tornam actores centrais do campos em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género.

¹⁰⁶ Refúgio, em Changana, língua falada no sul do país.

Capítulo 3

“É o colectivo que faz a diferença”: A aprovação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher e outras conquistas legais

Fragmento: com certeza uma feminista, né?

Quando cheguei à entrada do edifício principal do Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM), na parte baixa e mais movimentada da cidade, a primeira pessoa que reconheci, sentada perto dos degraus e - como sempre - a fumar, foi a Conceição Osório. Nunca tinha estado ali e ver aquele rosto familiar me reconfortou, pois estava pouco à vontade naquele ambiente. Sabia que ela e outras pesquisadoras da WLSA estariam presentes, pois uma das palestrantes seria a Maria José Arthur, aliás a que mais encontrei nos vários eventos por onde circulei. Um dos aspectos que me tinha causado espanto e curiosidade no cartaz do evento que recebi por *Whatsapp* foi o tema da sua apresentação, nomeadamente a violência de género¹⁰⁷ contra os homens. Aquilo não me parecia nada algo sobre o qual alguém da WLSA falaria e, em parte por isso, ali estava eu.

Tinha combinado encontrar-me com a Withney Sabino - orientanda da minha mãe que conheci durante o campo e com quem estabeleci uma relação mais próxima e contínua -, mas ela ainda não tinha chegado. Estávamos ali para assistir à palestra A Violência Baseada no Género, organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique, aparentemente motivada pelos então recentes casos de violência cometidos por mulheres contra os seus parceiros¹⁰⁸. Entretanto, enquanto conversava com a Conceição, chegaram ao local a Ana Loforte, a Ximena Andrade e a Maria José Arthur, as *históricas*, *mentoras* ou *seniors*, como são conhecidas entre as

¹⁰⁷ A minha estranheza com o título da apresentação advinha do facto de, por acompanhar as actividades da WLSA e ter já iniciado as entrevistas com a Maria José, saber que o tema com que ela mais trabalha actualmente é a violência baseada no género, sem a referência específico aos homens. Durante o período em que estive em Moçambique, tive a oportunidade de participar em pelo menos mais dois eventos em que ela falou sobre o tema. Um deles foi o Fórum Distrital de Género, onde ela fez duas apresentações, uma sobre violência de género e os direitos humanos das mulheres e outra sobre corpo, sexualidade e violência. Além desses dois eventos, participei ainda num debate da WLSA sobre a Lei Contra a Violência Doméstica, na qual Conceição Osório apresentou dados da pesquisa sobre a aplicação da lei, evento no qual Maria José estava também presente.

¹⁰⁸ Comecei a acompanhar estes casos antes de ir para campo, através do *Facebook* e *Whatsapp*. Consistiam em notícias de algumas mulheres que tinham queimado os maridos com óleo de cozinha quente, o que causou rebuliço nos meios de comunicação, que produziram e reproduziram *ad eternum* notícias sensacionalistas e alarmistas. No *Facebook*, principalmente, pude acompanhar debates acesos sobre como as mulheres estavam muito violentas, como os homens também sofriam muita violência e que tudo isso era fruto da aplicação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher (nº 29/2009), que vinha “destruindo lares” desde então.

interlocutoras mais jovens. Logo depois chegou a Withney, vinda de boleia¹⁰⁹ com a tia, a juíza conselheira do Tribunal Supremo e membro da AMMCJ Osvalda Joana, que chegou num carro oficial.

Entrámos todas para um auditório grande e surpreendentemente cheio, onde reconheci vários rostos, inclusive de ex-colegas de escola que não via há mais de 10 anos. Enquanto eu e a Withney nos sentámos ao fundo do auditório, as pesquisadoras da WLSA ficaram todas juntas entre as primeiras filas. O painel de palestrantes era composto pela juíza Osvalda Joana, por Maria José Arthur e por Alcídio Siteo, jovem jurista e professor de Direito da UEM. Estavam também presentes, como mediadores, o bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, Flávio Menete, e Iveth Mafundza¹¹⁰, membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados e conhecida *rapper* moçambicana.

Maria José Arthur, a primeira a falar, começou por esclarecer que, ao contrário do que constava no cartaz, a apresentação dela se centraria na Violência de Género e Direitos Humanos das Mulheres. Ah, isso sim fazia sentido! Na sua habitual linguagem didáctica e acessível, começou por descrever o conceito de violência de género, nos moldes da ONU Mulheres, como sendo composto por relações de poder, parte de um sistema patriarcal que naturaliza a violência contra a mulher e dirigido contra qualquer pessoa que não respeite as funções que uma determinada sociedade impõe. Em relação à violência contra os homens, e abordando especificamente os casos de mulheres que queimaram os maridos com óleo quente, Maria José referiu que é necessário antes de tudo contextualizar estes casos, pois muitas vezes acontecem como forma de reação a histórias de violência frequentes. Comentou também a maneira como os médias trataram esses casos¹¹¹, apontando para uma visibilidade totalmente desproporcional em relação aos casos de violência de homens contra mulheres. Questionando-se, e à

¹⁰⁹ O mesmo que carona.

¹¹⁰ Lembro-me de acompanhar nas redes sociais, durante o trabalho de campo, um acontecimento envolvendo esta *rapper* que foi mal visto pela maioria das minhas interlocutoras, sobretudo as *jovens feministas*. O seu marido havia postado, na página pessoal de *Facebook*, uma foto dela fazendo as unhas do pé dele, postura que foi assumida como de submissão e inadmissível em alguém que, como ela, é reconhecida pela sua luta pelos direitos das mulheres. Nos comentários à dita foto, ao contrário do que ouvi à boca pequena, várias mensagens congratulando o casal pelo carinho que nutrem um pelo outro.

¹¹¹ Exemplificando o tratamento desigual que este tipo de casos assume na comunicação social, Maria José partilhou uma notícia do Jornal Notícias - o mais antigo e de maior circulação no país -, datada de 2012, no qual é noticiado que uma mulher foi agredida pelo marido e sofreu lesões que levaram ao seu internamento hospitalar. O título da notícia? “E agora, quem vai cozinhar nas festas?”.

plateia, como é que, perante a actual pandemia¹¹² de violência dos homens contra as mulheres, alguns casos isolados de violência das mulheres contra os homens chocam tanto, Arthur respondeu dizendo que estes casos, por mais isolados que sejam, contrariam uma ordem estabelecida. Continuou dizendo que existe e sempre existiu uma tolerância e legitimidade da violência masculina, sendo que ela é justificada por uma tendência natural à agressividade e inerente às suas funções de mando. Neste sentido, a violência exercida pela mulher é vista como uma aberração porque contraria expressamente a ordem patriarcal que destina às mulheres o papel de apaziguadoras e de aceitação do mando masculino. Na verdade, concluiu Arthur, o que assusta é o facto das mulheres começarem a rejeitar a violência e se assumirem como sujeitas de direitos.

A apresentação da juíza Osvalda Joana teve como tema Violência Doméstica: Legislação e Abordagem Sobre a Legislação e o Processo Atinente. Assim como Maria José, a juíza começou por definir o conceito de violência de género, abordando questões como práticas tradicionais nocivas (casamentos prematuros, mortes de honra, excisão genital, tráfico de mulheres e crianças, entre outros). Recordou também algumas das conquistas internacionais alcançadas (plataformas, cartas, planos de ação, protocolos, planos estratégicos, entre outros), assim como as leis aprovadas recentemente no país (contra a violência, da terra, do trabalho, da família, etc.) e de casos recentes mediáticos de violência contra a mulher¹¹³. Terminou a sua apresentação afirmando que, apesar de não ser a única, a mulher é a maior vítima de violência.

A última apresentação, do único homem painelista, foi o momento em que o desconforto começou a tomar conta do auditório. Intitulada Violência Doméstica Contra o Homem Vista na Vertente Qualitativa. Abordagem Sobre a Gravidade de Parte dos Casos de Violência Doméstica Contra o Homem, a apresentação, feita maioritariamente em tom jocoso, foi recheada de preconceitos em relação ao termo

¹¹² Maria José reiterou que os casos de violência contra as mulheres devem ser lidos como uma pandemia e não um fenómeno.

¹¹³ Um dos casos por ela mencionados, talvez dos mais mediatizados até hoje, foi o assassinato da filha do antigo presidente da república, Valentina Guebuza, morta pelo marido a tiros numa suposta briga entre o casal. Os reais motivos, assim como a forma como tudo aconteceu, nunca foram devidamente explicados ao público. O caso, ocorrido em 2016, reacendeu na época o debate sobre a violência doméstica contra as mulheres, tendo várias interlocutoras da pesquisa dado atenção, através de *posts* no *Facebook*, ao facto de se tratar de uma mulher conhecida, poderosa e rica, o que reiterava a ideia de que qualquer mulher, independentemente da sua classe social ou educação, pode ser vítima de violência doméstica. No entanto, a maioria dos comentários em *posts* do *Facebook* atribuía o crime ao facto da vítima ser mais bem-sucedida que o marido, o que subverte a ideia de que o homem é que “manda na casa”.

violência doméstica, vários estereótipos relacionados ao ser mulher, apresentando os casos de violência contra os homens assim como eles saíram nos jornais, sem qualquer tentativa de contextualização. Depois de me recompor do enorme desconforto e surpresa que senti nos primeiros cinco minutos da apresentação, olhei à minha volta e percebi várias pessoas a mexerem-se desconfortáveis nas cadeiras e a trocarem olhares de surpresa, inclusive eu e a Withney. Começando por apresentar jargões jurídicos e definindo alguns tipos de violência doméstica, o jurista descreveu a violência psicológica como sendo “um inferno para a maior parte dos juristas”, pelo facto de não ser algo concreto e fácil de provar. Continuou a sua apresentação descrevendo alguns tipos de violência e dando exemplos de como as mulheres também são violentas com os seus parceiros, por exemplo quando exigem ver os seus celulares (violência psicológica) ou quando retiram de casa um saco de arroz comprado pelo marido para oferecerem aos seus pais (violência institucional). Para finalizar, partilhou uma imagem¹¹⁴ de origem brasileira, onde se vêem uma mulher e um homem, ela relatando dados sobre a violência contra a mulher no Brasil, ele perguntando sobre os dados em relação aos homens e ela respondendo “sei lá...quem se importa?”. Apontando para o desenho exposto em *PowerPoint*, afirmou: com certeza uma feminista, né?

Assim que ele proferiu as últimas palavras, o meu olhar se virou para a cara das *históricas* e pude ver a expressão de choque em todas elas, há anos assumidamente feministas. As restantes painelistas ficaram visivelmente constrangidas, mas souberam responder à altura. A Withney ainda teve a oportunidade de fazer um comentário duro, quando abriram para debate. No fim, enquanto as pessoas iam saindo do auditório, pude ver uma série de homens apertando a mão do jurista e felicitando-o pela sua coragem, algo que, confesso, me deixou ainda mais perturbada. Quando me aproximei das pesquisadoras da WLSA, que se encontravam com outras pessoas, estavam todas a comentar o ocorrido e a lamentar as palavras ditas.

A palestra, cuja polémica extrapolou o evento e se estendeu durante semanas, gerou desconforto e indignação entre algumas organizações de mulheres (que estiveram presentes e/ou que ouviram falar no ocorrido), o que levou a que se abrissem espaços de discussão sobre a violência doméstica e a percepção que se tem sobre a lei. Pude participar em duas dessas conversas, além das discussões no *Whatsapp* e *Facebook*,

¹¹⁴ A ilustração pode ser visto [aqui](#).

que se multiplicaram. Realizada dois dias após a fatídica palestra, a primeira roda de conversa foi bastante informal e teve a participação só de mulheres, na maioria membros do Graal Moçambique, movimento de mulheres cristãs, que organizou o encontro. A minha mãe, Isabel Casimiro, foi convidada a moderar o tema, que se centrou nas razões que levam à violência e se esta tem género. A pedido das organizadoras, e porque das presentes era a única que tinha assistido à palestra, fiz um relato sobre o que aconteceu. A segunda, organizada pela WLSA Moçambique e hospedada na sede da Caritas Moçambique, teve como objectivo debater os resultados da sua pesquisa¹¹⁵ sobre a aplicação da lei contra a violência doméstica. O debate foi organizado por Maria José Arthur, moderado por Ana Loforte e os resultados da pesquisa apresentados por Conceição Osório. Estiveram presentes no encontro representantes de algumas organizações e redes, como o Fórum Mulher, a Rede HOPEM, o MOVFEMME, o Graal Moçambique e a Rede de Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSR).

As mudanças que ocorreram entre finais dos anos 80 e inícios dos anos 90 - descritas no capítulo anterior -, possibilitaram uma rápida expansão e pluralização do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique. Algumas destas mudanças incluíram um maior acesso a fontes de financiamento alternativas, que possibilitaram a autonomia das organizações em relação ao Estado, e a abertura do espaço político às organizações, resultado da adopção da lei do livre associativismo. Sobretudo depois da criação da rede Fórum Mulher, em 1993, ocorreu uma espécie de *boom* de organizações, nacionais e internacionais, incluindo de mulheres, impulsionado também por um cada vez maior interesse e influência de doadores internacionais na mobilização de mulheres (TRIPP ET AL, 2009; CASIMIRO, 2014). Tudo foi reforçado, também, pela influência dos movimentos de mulheres internacionais, regionais e subregionais através das conferências mundiais das Nações Unidas, mais propriamente da Conferência de Beijing e a mobilização em torno da sua preparação.

As organizações de mulheres, principais actores do campo neste período, com certeza souberam aproveitar o contexto favorável em que foram surgindo, se articulando entre si, com o governo e com organizações regionais e internacionais, de forma a fazer passar uma série de pautas importantes no que diz respeito ao estatuto e aos direitos das mulheres. Um dos

¹¹⁵ O resultado desta pesquisa da WLSA Moçambique foi publicado em 2016, com o título *Entre a denúncia e o silêncio. Análise da aplicação da Lei contra a Violência Doméstica (2009-2015)*, de Conceição Osório e Teresa Cruz e Silva. Está disponível, na sua versão completa, no [site](#) da WLSA Moçambique.

principais encaminhamentos da participação em Beijing, a nível global, foi a incorporação do tema da violência doméstica nas pautas das organizações de mulheres, como reconhecimento pela existência de um tipo de violência específica que se exerce sobre as mulheres, que acontece no espaço privado e no âmbito de relações de intimidade. No caso específico de Moçambique, a forte participação conjunta de organizações da sociedade civil e do governo contribuiu para que o tema fosse prontamente adoptado como pauta central. O governo de Moçambique comprometeu-se através da assinatura e ratificação de uma série de acordos internacionais e regionais¹¹⁶, assim como da elaboração de um Programa de Acção para o combate à violência contra as mulheres, em 1996. Entre as várias estratégias desenhadas para a implementação do Programa, coube ao Ministério do Interior desenvolver um conjunto de acções de forma a integrar uma perspectiva de género em cada um dos seus sectores, a formação curricular em direitos humanos e direitos humanos das mulheres, o aumento dos efectivos policiais de sexo feminino e a criação de Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança nas esquadras¹¹⁷ de polícia (ARTHUR, 2004).

No mesmo ano, é criado o grupo Todos Contra a Violência (TCV), constituído por ONGs e instituições do governo, conforme descrito no final do capítulo anterior. Sob a coordenação do FM e contando com a *expertise* de cada uma das suas organizações membro, o Programa tinha como principais áreas de actuação o apoio directo às vítimas de violência doméstica, mulheres e homens (e que se estendia ao agressor e membros da família), a educação pública e o aconselhamento a vários grupos sociais, acções de formação e educação sobre direitos humanos e desigualdades de género e pesquisas sobre a temática referente à violência doméstica contra a mulher, encabeçadas pela WLSA Moçambique, que se iniciaram quando esta ainda estava ligada ao CEA/UEM (ARTHUR, 2003; 2004; LOFORTE, 2009).

Apesar de ter encerrado as suas actividades em 2001, por falta de fundos, as várias organizações que faziam parte do TCV continuaram a desenvolver os seus programas de combate à violência contra as mulheres, embora de forma menos coordenada. Este programa representou a primeira experiência de articulação positiva, não só entre organizações da sociedade civil como entre estas e o governo, nomeadamente com o Ministério do Interior, o Ministério da Coordenação para a Acção Social e o Ministério da Saúde. Mesmo sem fazerem

¹¹⁶ Alguns dos mais importantes acordos incluem a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, CEDAW em inglês (de 1979, mas ratificada pelo governo em 1993), a Declaração de Beijing (1995), o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, sobre os Direitos das Mulheres (ratificada em 2006) e o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento (2008).

¹¹⁷ O mesmo que delegacias de polícia.

parte do grupo, outros ministérios integraram também, nos seus planos, actividades que, directa ou indirectamente, tinham como objectivo combater a violência doméstica (ARTHUR, 2004).

No entanto, num artigo publicado no boletim *Outras Vozes*, da WLSA Moçambique, Maria José Arthur (2004) afirma que, apesar de todos estes esforços, poucos avanços se verificaram na prática. Alguns dos planos previstos não foram cumpridos, a nível do governo não foram atribuídos os recursos necessários para que as intenções saíssem do papel e, finalmente, as estratégias elaboradas não conseguiram produzir mudanças profundas, uma vez que não se atacaram as raízes do problema da violência doméstica.

Em 2001, e tendo como base a experiência do TCV, é criado um grupo multidisciplinar constituído por um conjunto de organizações filiadas ao FM, com o objectivo de iniciar a elaboração de uma proposta de lei contra a violência doméstica. No entanto, anos antes as organizações de mulheres já se tinham envolvido na aprovação da revisão da Lei de Terras (1997). Considerando como momento central a aprovação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, processo que durou mais de 10 anos, tendo por base as experiências, reflexões e trajectórias das interlocutoras da pesquisa, além do material produzido por algumas organizações, o objectivo deste capítulo é descrever e compreender as relações e articulações entre academia, organizações de mulheres (nacionais e internacionais) e governo no que diz respeito aos processos de discussão, elaboração e aprovação não só desta lei, como também de outras que a antecederam e que estão directamente ligadas aos direitos e estatuto das mulheres, nomeadamente a Lei de Terras (1997), a Lei da Família (2004) e a revisão do Código Penal (2014).

Paralelamente, mostro como organizações e redes não governamentais, mais formalizadas, se foram tornando os actores centrais e mais visíveis no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, autênticos “nós articuladores” (ALVAREZ, 1999; 2014), dominando cada vez mais toda uma linguagem e vocabulário típico de ONG’s, de elaboração de projectos e busca por financiamentos em agências internacionais, se articulando local, nacional, regional e internacionalmente e participando anualmente nos principais espaços internacionais de elaboração de políticas e normas de género¹¹⁸ e trabalhando em conjunto na garantia da implementação, por parte do governo, de uma série de políticas de género acordadas a nível regional e internacional.

¹¹⁸ As sessões da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, CSW, são um exemplo dos espaços internacionais por onde as organizações de mulheres e as interlocutoras da pesquisa, de todas as gerações, circulam. Organizações da sociedade civil e governo se articulam e participam, anualmente, deste evento, que é tido como um dos mais importantes a nível internacional.

Por fim, mostro como se vem desenvolvendo, por parte de algumas interlocutoras da pesquisa, uma reflexão crítica ao modo de funcionamento das organizações de mulheres e como estas estabelecem as suas agendas e desenvolvem o seu trabalho. As disputas por financiamento e a sobreposição e/ou duplicação de actividades são duas questões centrais desta reflexão crítica, pois influenciam o modo como as organizações se articulam actualmente. Outra questão abordada dentro destas reflexões diz respeito à forma como se olha para o trabalho de quem está inserida neste campo, principalmente quem trabalha em ONGs. São estas pessoas activistas pelos direitos humanos ou apenas funcionárias de organizações, para quem as questões de género só interessam da porta da sua casa para fora?

3.1 Entre armas laser e machados: a situação legal das mulheres e a demanda por reformas legais

Apesar de Moçambique garantir na sua Constituição, desde 1975¹¹⁹, a não discriminação entre homens e mulheres, a realidade do país é ainda bastante desigual. Como forma de ultrapassar as principais desigualdades que as mulheres moçambicanas enfrentam, uma das primeiras e principais demandas no interior do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, foi a urgência por reformas legais¹²⁰ naquelas que são as leis mais directamente ligadas à situação das mulheres. Conscientes de que só a aprovação de legislação não é suficiente para garantir a igualdade de género, os vários actores envolvidos no campo defendem que não se pode tratar a lei dissociada do contexto em que está inserida. Torna-se necessário, assim, adequar os estatutos, legislação e políticas ao contexto no qual a lei funciona e considerando os reais interesses e necessidades das mulheres (ARTHUR E OSÓRIO, 2002). Outro aspecto importante e que se tem mostrado o mais difícil de garantir é, segundo as autoras,

¹¹⁹ A Constituição de 1990 torna esta questão ainda mais explícita, através dos artigos 6 e 67, que garantem, respectivamente, que todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais ou profissão e que o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural (ARTHUR e OSÓRIO, 2002).

¹²⁰ A reforma legal é um processo permanente, que conhece momentos de maior intensidade a seguir a cada revisão constitucional. No caso de Moçambique, com a aprovação da primeira Constituição em 1975, verificou-se uma intensa actividade legislativa destinada a conformar o direito ordinário aos princípios constitucionais. O mesmo processo ocorreu após a aprovação de novos textos da Lei Fundamental, em 1990 e 2004. Apesar de algumas alterações pontuais introduzidas desde a independência, o Código Penal sofreu uma revisão mais ampla e profunda em 2014, mas desta falarei mais à frente, pois contou com a mobilização das organizações da sociedade civil, principalmente de mulheres.

a aplicação das leis e a estrutura e funcionamento do sistema legal. Por outras palavras, o funcionamento da lei é tão ou mais importante quanto o seu conteúdo¹²¹.

Os grupos, coligações, articulações e movimentos constituídos por organizações da sociedade civil, academia, individualidades, juristas, entre outros, basearam a demanda por reformas legais nos documentos até então ractificados pelo governo, como por exemplo a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a Declaração e Plano de Acção de Viena e o Protocolo dos Direitos Humanos da Mulher Africana à Carta dos Direitos Humanos e dos Povos. Para além disso, como mostram Arthur e Osório (2002), basearam-se na perspectiva de direitos humanos na qual se formou a República de Moçambique.

De forma a ter uma melhor compreensão da realidade na qual vivem as mulheres moçambicanas, e porque, como mencionado anteriormente, as leis devem enquadrar-se ao contexto no qual estão inseridas, desde cedo se começaram a realizar pesquisas em todo o país, sobre a situação legal das mulheres¹²², o acesso à terra, as dinâmicas sociais a nível das famílias¹²³ (tanto no meio rural como urbano) e as principais dimensões, lógicas de produção e de reprodução da violência contra as mulheres¹²⁴. Estas pesquisas, iniciadas em finais dos anos 80, foram realizadas em grande parte pelas pesquisadoras e académicas ligadas ao DEMEG, dentro do projecto WLSA, que mais tarde se tornou WLSA Moçambique e lhes deu prosseguimento. Parte dessas pesquisadoras são interlocutoras desta pesquisa e falaram extensivamente sobre a sua participação nestes processos, nomeadamente Isabel Casimiro, Terezinha da Silva, Conceição Osório, Ana Loforte e Maria José Arthur. Algumas das interlocutoras mais jovens trabalharam como suas assistentes de pesquisa em alguns dos projectos, como é o caso de Kátia Taela. Para além dos relatos e experiências destas interlocutoras nos processos por reformas legais, parte do presente capítulo é construído a partir

¹²¹ Para uma informação mais detalhada sobre o funcionamento dos(s) sistema(s) de justiça que coexistem na sociedade moçambicana, ver SANTOS, TRINDADE ET AL (2003).

¹²² As primeiras pesquisas realizadas pelo projecto WLSA estavam relacionadas à situação legal das mulheres, nomeadamente O Direito a Alimentos e as Mulheres em Moçambique: Estudos de Caso (ANDRADE ET AL, 1993) e Herança e Sucessão em Moçambique (ANDRADE ET AL, 1996).

¹²³ A principal pesquisa realizada sobre este tema foi Famílias em Contexto de Mudança (ANDRADE ET AL, 1997), realizada pela WLSA Moçambique. Mais tarde, a WLSA publicou também A Lei da Família e a Igualdade de Direitos. Balanço da sua Aplicação (ARTHUR ET AL, 2013).

¹²⁴ A violência contra as mulheres é um dos principais temas trabalhados pela WLSA Moçambique, havendo por isso uma série de publicações, nomeadamente Poder e Violência. Homicídio e femicídio em Moçambique (OSÓRIO ET AL, 2002), Não Sofrer Caladas. Violência Contra Mulheres e Crianças: Denúncia e Gestão de Conflitos (MEJIA ET AL, 2004), Reconstruindo Vidas. Mulheres Sobreviventes de Violência Doméstica (ARTHUR e MEJIA, 2006a), Coragem e Impunidade. Denúncia e Tratamento da Violência Doméstica Contra as Mulheres em Moçambique (ARTHUR e MEJIA, 2006b) e Entre a Denúncia e o Silêncio. Análise da Aplicação da Lei contra a Violência Doméstica (2009-2015) (OSÓRIO e CRUZ E SILVA, 2016).

de artigos de opinião, panfletos, brochuras, análises, resultados de pesquisa, comunicados de imprensa, entre outro material produzido sobretudo pela WLSA Moçambique e pelo FM ao longo de quase duas décadas - como parte da sua componente de *lobby*, advocacia e formação. Os discursos das autoras sobre a sua participação nestes processos e nas pesquisas, assim como o material por elas produzido, evidenciam uma série de elementos por elas accionados de forma a demonstrar que houve muito cuidado na produção das leis.

As pesquisas realizadas principalmente pela WLSA Moçambique foram também importantes, como referem várias interlocutoras da pesquisa, não só para analisar a realidade, mas para fazer entender a importância dos temas em questão, torná-los objectos legítimos de pesquisa e intervenção, o que legitimou o avanço de uma série de actividades que se multiplicaram. Os seus resultados, amplamente divulgados em vários formatos (brochuras, panfletos e cartazes) e meios (nas rádios, televisão e meios de comunicação) por todo o país, foram debatidos em *workshops* e seminários e serviram como base para a elaboração de propostas e revisões de leis. A Constituição da República e a sua legislação ordinária, os instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos e a legislação *ad-hoc* de África e de outros países serviram também como base para a elaboração destas propostas. Estas, por sua vez, passaram por extensas consultas e debates realizados em todo o país, onde participaram representantes da sociedade civil, da administração da justiça, do governo, autoridades tradicionais e organizações religiosas. As informações recolhidas nestas actividades foram analisadas e incorporadas às propostas e revisões de leis, dando lugar a novas versões, até serem encaminhadas como projectos para o Parlamento e serem aprovadas (ARTHUR, 2002).

Lei de Terras (Lei nº 19/97)

Apesar da Lei da Família ter sido a primeira e grande reforma legal a ser pensada depois da independência, a primeira lei que envolveu a participação das organizações de mulheres, especialmente as ligadas ao FM, na sua reformulação, assim como em actividades de *lobby* e advocacia, foi a Lei de Terras. Esta lei já havia sido aprovada em 1979 e reafirmava o princípio de que a terra é propriedade do Estado, estabelecido pela Constituição de 1975. A Constituição de 1990 manteve este princípio, mencionando explicitamente que o uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano (GASPARETTO, 2019).

Como mostram Tripp et al (2009) e também Isabel Casimiro (2014), a terra é um bem extremamente importante para as mulheres, que são as principais produtoras de bens alimentares e que, por isso, dependem dela para produção agrícola, sendo o seu principal meio de subsistência. No entanto, em grande parte dos países africanos, elas são as que possuem

menos acesso à terra. No caso de Moçambique, à época da discussão da lei, menos de 1% das mulheres possuíam títulos de terra. Neste sentido, o acesso desigual à terra é uma das principais e mais importantes formas de desigualdade entre homens e mulheres e tem consequências para as mulheres como actoras sociais e políticas.

A realidade das mulheres em relação à terra torna-se ainda mais delicada, como mostram Trip et al (2009), pelo facto de uma parte do país ser composta por sociedades patrilineares, onde estas geralmente não herdam a terra nem dos pais e nem dos maridos. Mulheres sem filhos, solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas ou que têm apenas filhos do sexo feminino são ainda mais afectadas por esta situação, pois podem não ter acesso à terra por meio de um parente masculino. Por se casarem geralmente fora do seu clã, os pais não podem deixar terras para as filhas, porque estas a levarão embora. Os maridos geralmente não deixam terras para as suas esposas pela mesma razão.

O envolvimento das organizações de mulheres se deu, assim, no sentido de desafiar os direitos costumeiros relativos à posse de terra e garantir que elas tivessem direitos iguais aos homens, nomeadamente direito de posse, de uso e aproveitamento, assim como a co-titularidade da posse, deixando esta de estar registada apenas no nome do homem (GASPARETTO, 2019). Cerca de duzentas organizações de todos os tipos, nacionais e de base, sob coordenação do FM, participaram da discussão e disseminação da proposta de revisão da lei, havendo uma mobilização mais coordenada e campanhas mais activas. Foram organizados encontros em todo o país para apresentar, discutir e colectar propostas a serem consideradas no parlamento. Das organizações envolvidas, as de mulheres e camponesas, em particular, tiveram um papel importante na discussão sobre a terra (TRIPP ET AL, 2009).

Terezinha da Silva, então Presidente do FM, lembra que

(...) quando fizemos a primeira lei, que foi a Lei de Terras, em 97, não foi nada fácil. Eu estava já como presidente do Fórum Mulher. (...) Foi uma grande luta e nós fizemos uma pesquisa para mostrar que a maior parte da terra é usada pelas mulheres. (...) Isso é para defender o direito ao título da terra, às mulheres. Então isso foi muito importante. Muita luta! Nós fizemos a pesquisa, mostrámos por A mais B que a maior parte da terra é usada pelas mulheres, que também têm o direito. Então por isso é que foi uma coisa boa, o título das mulheres à terra. Foi uma pesquisa feita pela sociedade civil, com o Fórum Mulher. Isso foi muito importante (Entrevista a Terezinha da Silva).

A nova revisão da lei protege as mulheres, especialmente viúvas, divorciadas e mães solteiras, no acesso e direito de posse da terra. Protege, também, os pequenos agricultores, que representam mais de 90% de todos os produtores agrícolas e formam a base da economia. A lei

reconhece os sistemas e a lei costumeira de posse¹²⁵, facto considerado um grande avanço, juntamente com a disposição de que leis, práticas e sistemas costumeiros não podem violar a Constituição, nem os direitos das mulheres. No entanto, o reconhecimento do direito costumeiro de posse da terra é visto com certa ambiguidade, uma vez que deixa em aberto a possibilidade de interpretações conservadoras da lei que, por sua vez, podem ser aproveitadas para negar os direitos à terra das mulheres (GASPARETO, 2019; TRIPP ET AL, 2009).

Apesar do grande avanço que se conseguiu com a aprovação desta lei, as interlocutoras da pesquisa afirmam que o problema principal continua a ser o seu amplo desconhecimento, por parte da população em geral, assim como a sua fraca implementação. O descaso sobre os conflitos de terra, a gravidade da falta de fiscalização sobre o cumprimento da lei e o papel do governo, assim como o facto da maior parte das mulheres ainda enfrentarem enormes dificuldades em conseguir o título do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), são factores que mantêm a questão do acesso à terra nas agendas das organizações de mulheres, principalmente as organizações de bases constituídas por mulheres camponesas.

Lei da Família (Lei nº 10/2004)

Um dos primeiros grandes embates entre diferentes actores inseridos no campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género aconteceu ao longo do processo de revisão e aprovação da Lei da Família. Esta era e continua a ser uma área de grande interesse e urgência entre as organizações de mulheres, mas também de grande sensibilidade, uma vez que mexe com questões culturais (normas, costumes e valores) e religiosas, assim como com os limites do público e do privado. Os principais embates e conflitos de interesse aconteceram, principalmente, entre as organizações de mulheres e as autoridades religiosas, tradicionais e estruturas locais.

O processo começou alguns anos após a Independência, quando foi criado um grupo¹²⁶ para pesquisar os diferentes sistemas de organização familiar existentes no país. O objectivo desta pesquisa era elaborar um Projecto de Lei da Família - em substituição do Código Civil Português de 1967, antigo e descontextualizado - que regulasse a vida familiar de todos os moçambicanos, independentemente da raça, cor, religião, etc, conforme consta no dito Projecto.

¹²⁵ José Negrão (2003), economista e um dos principais pesquisadores e especialistas em questões de terra em Moçambique, explica que a Lei de Terras estabeleceu que o direito de uso e aproveitamento da terra é adquirido por ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras que não contrariem a Constituição. Deste modo, sistemas de direito consuetudinário não só foram formalmente reconhecidos como também foram incorporadas à lei.

¹²⁶ Uma das participantes deste grupo de trabalho foi Francesca Dagnino, jurista italiana integrante do Grupo de Mulheres Internacionais, do qual falei no capítulo 1.

Foram elaboradas duas propostas, em 1978 e 1982¹²⁷, nenhuma delas aprovada (ARNFRED, 2011; WLSA E FÓRUM MULHER, 2003)¹²⁸.

Vinte anos depois da primeira proposta - e depois de criada uma Comissão de Reforma Legal, composta por uma subcomissão para a revisão da Lei de Família e dirigida pelo Ministério da Justiça - o processo de discussão da proposta de lei foi retomado, tendo esta actividade envolvido vários sectores da sociedade, entre eles as organizações de mulheres. Maria José Arthur (2002) relata como organizações ligadas ao FM, como a MULEIDE, a AMMCJ e a WLSA Moçambique, foram cruciais na divulgação, discussão e redacção da proposta de lei e envolveram-se a vários níveis. Para além de participarem nas reuniões dirigidas pela Subcomissão para a Reforma Legal, organizaram uma série de debates e *workshops* em todo o país, dirigidos a diferentes públicos (activistas, académicas, membros de organizações nacionais e internacionais, autoridades religiosas e tradicionais, membros do governo, agências doadoras, entre outros), com o objectivo de dar a conhecer a proposta, auscultar as opiniões e ideias de homens e mulheres e estabelecer um consenso sobre as principais reivindicações. Para além disso, organizaram uma série de encontros, dentro e fora da universidade, para discutir os resultados das pesquisas que estavam a ser feitas, produziram material de propaganda e artigos informativos, abaixo-assinados de apoio à igualdade de direitos na Lei de Família, entre outras actividades e manifestações públicas.

Todas estas actividades foram desafiadas, no entanto, pelas dificuldades que as organizações de mulheres tiveram em dialogar com outros sectores da sociedade civil, com interesses e opiniões divergentes em relação aos conteúdos da lei. Perante este facto, as organizações sentiram a necessidade de ser mais activas nas suas intervenções, de modo a melhor defenderem os direitos humanos das mulheres, evitando que se mantivessem vários

¹²⁷ Em 1982, através da Directiva nº 1/82, de 27 de Fevereiro, o Tribunal Superior de Recurso - à época, o mais alto órgão jurisdicional do país - determinou a aplicação, pelos tribunais de primeira instância, dos princípios gerais contidos no Projecto de Lei da Família (PFL), respeitantes ao divórcio litigioso e não-litigioso, à união de facto e à união poligâmica. Tratou-se de um mecanismo incomum de alterar a lei, justificado pela afirmação da legalidade revolucionária e da prevalência das normas constitucionais sobre as da legislação herdada do período colonial, em especial o capítulo do direito de Família plasmado no Código Civil de 1967. Simultaneamente, a aplicação das disposições do PFL pelos tribunais, a título experimental, permitiu acumular experiências, testar soluções e levar a debate os fundamentos em que deveria assentar a futura Lei da Família. O Ministério da Justiça criou, na altura, um grupo de trabalho, encarregado de conduzir acções de pesquisa e elaborar um inquérito, distribuído a nível nacional e envolvendo a OMM, outras organizações sociais e os cidadãos, para debater questões como o próprio conceito de família, o regime de bens, o divórcio, a união de facto e aspectos referentes à sucessão e à adopção. Na sequência da aprovação da Constituição de 1990, a Directiva seria revogada, mas muito do material de reflexão produzido seria aproveitado nos trabalhos preparatórios da nova Lei de Família, finalmente aprovada cerca de 20 anos mais tarde (Lei nº 10/2004, de 25 de Agosto).

¹²⁸ Sobre os detalhes de todo o processo de elaboração, revisão e aprovação da Lei de Família, ver Arnfred (2011), Afonso (2002), Arthur (2002; 2003), da Silva et al (2003), WLSA e FÓRUM MULHER (2003), Monteiro (2007), Siteo (2009) e Arthur et al (2011; 2012).

aspectos discriminatórios da lei em vigor e que se incluíssem outros, igualmente discriminatórios. Um desses aspectos dizia respeito, por exemplo, a uma proposta de oficialização da poligamia¹²⁹. Maria José Arthur, que participou activamente deste processo, lembra que

Há uma coisa que me marcou, que foi o facto de que até aí a gente tinha discussões na universidade, discussões sobre a questão da igualdade, encontrávamos contra-argumentos, etc, mas tudo num determinado nível. Agora, a revisão da Lei da Família foi a grande reforma legal depois da independência, que dizia respeito aos direitos das mulheres. E todos nós entramos, todas nós entramos nisto. Então a revisão da Lei da Família foi um processo já que saiu da universidade, obviamente. Que então nos envolveu em discussões com representantes de confissões religiosas, representantes de partidos políticos, quer dizer, juntou tudo. E isso foi assim um banho. Porque a gente trabalhava ora com juízes, ora com líderes comunitários, mas em pequenos contextos. Agora, a discussão da Lei da Família marcou-me muito porque, pela primeira vez...quer dizer, foi um choque. Foi um choque, porque de repente todos os argumentos que nós tínhamos desenvolvido na universidade, não servem ali. Não servem, porque o nível de argumentação é básico. Foi realmente um choque (Entrevista a Maria José Arthur).

As principais reivindicações das organizações de mulheres procuravam aproximar a lei à realidade do país e respeitar os princípios de igualdade entre homens e mulheres. Desta forma, a proposta incluía um conceito de família definido como a comunidade de membros ligados entre si pela procriação, parentesco, casamento, afinidade e adopção; artigos que regulavam os direitos e deveres da família; uma noção de casamento em observância ao princípio de igualdade entre homens e mulheres, eliminando todas as disposições que atribuísssem a supremacia ao marido; consagrava três modalidades de casamento, nomeadamente o casamento civil, o casamento religioso e o casamento tradicional; uma alteração no que se refere à idade núbil, estabelecendo a idade de 18 anos tanto para homens quanto para mulheres; o reconhecimento das uniões de facto¹³⁰ no que diz respeito, por exemplo, à paternidade e herança; o reconhecimento de uniões poligâmicas no que diz respeito, por exemplo, à protecção dos filhos e direito à herança e a exclusão dos articulados que tornavam legal a violação sexual

¹²⁹ Da Silva et al (2003) relatam que, no processo de discussão do projecto de Lei da Família, durante alguns debates na Assembleia da República, alguns deputados defenderam a inscrição da poligamia na lei, como uma forma de casamento. Os argumentos usados para justificar a necessidade da oficialização da poligamia centravam-se, nomeadamente, no facto de algumas mulheres não poderem ter filhos; no caso de homens que, por viajarem e ficarem muito tempo fora, a trabalho, precisarem de mais do que uma esposa; no facto das mulheres terem muito trabalho doméstico; na existência de muita prostituição e mães solteiras; no facto do casamento monogâmico ser estrangeiro e ocidental, entre outros.

¹³⁰ O mesmo que uniões estáveis. De acordo com a Lei da Família (10/2004), a união de facto é a ligação singular existente entre um homem e uma mulher, com carácter estável e duradouro, que sendo legalmente aptos para contrair casamento não o tenham celebrado. A união de facto pressupõe a comunhão plena de vida pelo período superior a um ano sem interrupção.

na relação conjugal (ARTHUR, 2002)¹³¹. Alguns destes temas foram muito polémicos, como pode ser percebido pelo relato de Maria José Arthur:

(...) eu lembro-me concretamente de um seminário em 98, em que estava a Ana Loforte, a Conceição [Osório] e eu. O nível foi tão baixo, tão baixo, tão baixo que nós, a dada altura, começamos a fazer terrorismo, tipicamente. Então, havia um que dizia assim, sobre a idade núbil "não, a idade núbil não pode ser igual para homens e para mulheres. Tem que ser antes para as mulheres, as mulheres têm que casar antes de começar a querer". Até é ordinário, né? Assim, obsceno. Epá, outro dizia assim "não, os homens têm que casar mais tarde porque eles gostam de experimentar, então quando casarem já assentam. Enquanto que a mulher, naturalmente, gosta de ficar em casa". Então eram coisas deste género. E depois o outro dizia "não, a mulher tem que casar assim que estiver pronta para reproduzir". Olha, então a gente começou a fazer terrorismo. Quando diziam que está pronta, pode casar, eu pedi a palavra...porque já não sabíamos o que fazer...eu disse "sim sim, mas então em vez de pôr idade, a gente podia pôr centímetros de anca¹³², quando tiver tantos centímetros pode casar". (risos) Aquilo fazia-se um silêncio...depois outro dizia "ah, a mulher naturalmente gosta de estar em casa". "Não é verdade, nós gostamos de ter muitos amantes"...realmente, a Ana Loforte chegou a uma altura que disse assim "e o casamento dos homossexuais?", isto em 98. Olharam para ela de uma maneira... (Entrevista a Maria José Arthur)

Os embates que se sucederam ao longo do processo de revisão e aprovação da lei mostram como é problemático confrontar diferentes formas de resolução de conflitos, nomeadamente os mecanismos tradicionais - que grande parte das organizações de mulheres entendem reproduzir as práticas sociais discriminatórias das mulheres - e instituições do direito formal, de origem europeia e muitas vezes desconectados da realidade moçambicana. Mas não foi só entre as organizações de mulheres e as autoridades tradicionais e religiosas que os embates se deram. Mesmo no seio das organizações de mulheres ou entre estas e os juristas e entidades do governo, as interpretações sobre as normas e costumes e sobre as formas de as legislar nunca foram consensuais. Enquanto que a demanda das organizações de mulheres era pela protecção dos seus direitos, sendo para isso necessário que se acabassem com várias práticas tradicionais entendidas como nocivas, as autoridades tradicionais e religiosas defendiam a necessidade de respeitar a “cultura moçambicana”, os costumes dos seus pais e a identidade nacional¹³³. Por outro lado, juristas e entidades do governo não viam com bons olhos o envolvimento das organizações de mulheres no processo de revisão da lei, alegando que elas não entendiam sobre o assunto. Sobre esta última questão, Maria José Arthur lembra que

¹³¹ Para os detalhes em relação a cada um destes itens, ver Arthur (2002).

¹³² O mesmo que quadril.

¹³³ Um dos pontos mais polémicos da discussão foi a defesa, por parte de entidades religiosas e tradicionais, da introdução do casamento poligâmico na lei, algo pelo qual as organizações de mulheres lutaram activamente contra, pois acreditavam violar os direitos das mulheres. Tal acabou por surtir efeito, em grande parte, pelo *lobby* feito pelas organizações de mulheres. Estes embates foram relatados, em parte, em da Silva et al (2003), WLSA e FM (2003) e Siteo (2009).

Mas foi, concretamente para mim, o primeiro confronto com as várias posições que a gente tem que encontrar na sociedade. Até de estudantes de direito, que nos disseram que não entendiam porque é que estávamos ali, que leis era com juristas. E a gente teve que lhes dizer que eles eram técnicos, que eles põem o texto da lei de acordo com os requisitos técnicos, mas que eles não são legisladores. Quer dizer, ter que chegar a dizer isto, é tão básico...sabes, parecia que nós vínhamos armadas, sei lá, com armas laser, e apanhamos machados (risos). Foi uma coisa absolutamente incrível. Mas então, depois disso a gente já tinha apanhado o escaldão. E vai daí, as coisas não melhoram, né? Todos os outros processos legais, quer dizer, a baixaria é regra (Entrevista a Maria José Arthur).

Estes embates e discordâncias não terminaram no processo de aprovação da Lei da Família, como Maria José Arthur mencionou, tendo-se agravado durante o processo de elaboração e discussão da lei relacionada à violência contra a mulher e estendido a outros processos de reforma legal que se seguiram. Por “baixaria”, Maria José refere-se aos ataques pessoais e troca de insultos que as várias activistas de direitos humanos envolvidas nestes processos sofreram, havendo uma tentativa de as desqualificar com representações negativas, nomeadamente dizendo que se tratava de mulheres urbanas, divorciadas e que odeiam os homens, não sendo representativas da maior parte das mulheres moçambicanas. Por algumas destas activistas (poucas, à época) se definirem publicamente como feministas - as primeiras mulheres que se identificaram publicamente como feministas foram as da *Geração de Beijing*, ligadas à WLSA Moçambique - as conotações negativas relacionadas com o conceito multiplicaram-se. Estas conotações, segundo Maria José Arthur, estavam ligadas a uma *“herança de períodos de luta anti-colonial e anti-imperialista, onde o feminismo era associado com radicalismo pequeno-burguês e defesa da permissividade de costumes”* (ARTHUR, 2002:4). Voltarei a esta questão, com maior profundidade, no capítulo 4.

Em meados de 2001 - e depois de ter sido devolvida pelo Conselho de Ministros, com a recomendação de se continuarem a fazer consultas públicas - a proposta foi finalmente aprovada e enviada para o Parlamento, onde se começou a discutir somente em 2003, depois de vários adiamentos e entraves. Neste espaço, as discussões foram ainda mais acirradas e polémicas, argumentando-se que tudo o que diga respeito ao âmbito familiar é de foro íntimo e privado, não competindo ao Estado intervir.

Quando finalmente, e após cerca de mil mulheres marcharem até ao Parlamento exigindo a sua aprovação, a Lei da Família foi aprovada em 2004, dezenas de mulheres que estavam na Assembleia da República começaram a cantar em celebração. Apesar de apresentar, aos olhos das organizações de mulheres e das interlocutoras da pesquisa, muitas lacunas, a aprovação

desta lei representou uma grande vitória no interior do campo em análise e mostrou o papel dinamizador das organizações de mulheres (ARTHUR ET AL, 2011).

Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher

A primeira grande articulação entre as organizações de mulheres e outros actores do campo em análise, como mencionado anteriormente, foi à volta da violência doméstica, cujas actividades iniciaram-se em 1996, com o TCV. Apesar de, em 2001, se ter dado início à elaboração de uma proposta de lei contra a violência doméstica, este processo logo foi interrompido para se dar prioridade ao *lobby* para a aprovação da Lei da Família, tendo sido retomado em 2003 (ARTHUR, 2009). O processo de aprovação da lei, que só foi concluído em 2009, passou por diversas etapas, obstáculos e adiamentos, e contou com uma série de actividades de *lobby* e advocacia. Nesta altura, as organizações de mulheres estavam já bastante articuladas umas com as outras e com organizações e movimentos regionais e internacionais, para além das sinergias com outros actores do campo em análise, nomeadamente a universidade, membros e sectores do governo, juristas, activistas pelos direitos humanos, os meios de comunicação, entre outros.

Uma das principais actividades que deu base e fundamento à demanda por uma lei, foi a pesquisa que se iniciou no início dos anos 1990, ainda no DEMEG e que envolveu grande parte das interlocutoras pertencentes à Geração de Beijing e que se encontram hoje na WLSA. Com a introdução da violência doméstica como principal tema das agendas das organizações de mulheres, tornou-se central angariar esforços para visibilizar esta questão e torná-la um objecto legítimo de pesquisa e de intervenção. Através das pesquisas que começaram a ser elaboradas no início dos anos 90, muitas das quais mencionadas anteriormente, as organizações de mulheres pretendiam transformar o significado das agressões que aconteciam no foro doméstico, encaixando-as no conceito de violência doméstica, até aí desconhecido da maior parte da população. O objectivo era introduzir e consolidar a noção de que a violência doméstica constitui um crime, independentemente da razão pela qual a agressão seja cometida, ou seja, mudar a sua dimensão moral. Um processo semelhante foi descrito por Daniel Simião (2006) no caso de Timor Leste, tendo este concluído que “(...) *antes mesmo de ser combatida, a violência doméstica tem que ser inventada*” (SIMIÃO, 2006:141).

No entanto, e assim como aconteceu em relação à Lei da Família, o processo de atribuir o estatuto de crime a este tipo específico de agressão mexeu com diferentes sensibilidades, principalmente com autoridades tradicionais e religiosas. Tudo o que acontece no seio familiar, como este tipo de violência, é entendido como um assunto privado, sendo considerada toda a

interferência - seja ela estatal ou outra - abusiva e um atentado à cultura e à tradição. Deste modo, os significados que se atribuem aos actos de agressão contra a mulher no foro privado, a nível local, chocam com ideias e valores “importados”. Isto significa que nem sempre o que a lei define como crime, é percebido localmente como tal e vice-versa (da SILVA, 2003; ARTHUR, 2003; SIMIÃO, 2006).

As ligações criadas no seio deste processo batalharam, assim, no sentido de enquadrar a violência doméstica como um problema social e público, não individual e privado. Isto passou também por identificar a mulher como vítima, aquela que é o principal alvo deste tipo de violência. Todos os esforços para que se aprovasse a lei estavam assentes nesta imagem, à qual se ligavam noções de direito e sofrimento (GOMES, 2018), como pode ser percebido num trecho de um artigo publicado no boletim *Outras Vozes*, da WLSA Moçambique:

(...) querer defender que a violência doméstica se exerce nos dois sentidos tem por objectivo desqualificar os esforços que se têm feito para a conter, negando que ela constitua um dos mais graves atentados aos direitos humanos das mulheres. É uma tentativa para tentar ocultar que essa forma de violência só é possível porque as mulheres continuam a ser cidadãs de segunda categoria em casa e na sociedade, sem poder para decidirem sobre as suas vidas e sem acesso aos recursos (ARTHUR, 2004:3)

Esta foi, aliás, uma das questões mais controversas durante a elaboração da proposta de lei, com os principais sectores contrários à aprovação da lei tentando mostrar, de várias maneiras, que os homens eram tão vítimas como as mulheres e que, por isso, a lei era discriminatória:

(...) E de repente, quem lesse só a imprensa em Moçambique, ficava com a ideia de que aqui em Moçambique é um caso completamente diferente. Porque só as mulheres é que batem nos homens. Porque qual era o principal argumento que eles usavam? Era que as mulheres batem tanto como os homens. Portanto, para quê uma lei de violência contra as mulheres? Como se isto fosse uma coisa nova. (...) o segundo é a discriminação. Nós passamos de uma discriminação para outra. E o que é que acontece com a violência contra os homens? (Entrevista a Maria José Arthur)

Outras formas de deslegitimar a necessidade de uma proposta de lei passaram pelo ataque à idoneidade dos actores a ela favoráveis, principalmente as activistas ligadas às organizações de mulheres, e à acusação de que se tratava de uma invenção do estrangeiro, assim como aconteceu no processo anterior. Aqui, a questão racial voltou com força, como um elemento deslegitimador, uma vez que se invocou a cor de algumas activistas mais visíveis na causa, de forma a justificar que se tratava de algo alheio à realidade do país. Maria José Arthur, mista, foi uma das que sofreu este tipo de ataque e lembra que

E vai daí, começa o ataque às pessoas que propõem. Aliás, nós também já vimos na Lei da Família. Quando não conseguem mais, começam a atacar os rostos das pessoas que estão à frente. E então aí era preciso até algum cuidado. Ah, porque isto é uma invenção do estrangeiro, as mulheres aqui em Moçambique viviam muito felizes até alguém lhes dizer que são violentadas. E então, por exemplo, nos debates públicos, eu por exemplo não aparecia. Como eu sou clara, dizia que tinha que ir outra pessoa. Se não, mais um argumento. Porque num caso destes, a minha moçambicanidade não serve de nada. (...) depois começaram a atacar a idoneidade das pessoas. (...) ataca-se os comportamentos. Foi um processo muito violento. Eu lembro-me de uma das marchas que a gente fez. Estávamos a passar na rua e estava um homem ao lado que disse assim, bem rancoroso "vocês vão apanhar quando chegarem a casa, não fizeram almoço" (risos) (Entrevista a Maria José Arthur).

Assim como no processo ligado à Lei da Família, outra questão que jogou contra as activistas ligadas às organizações de mulheres foi a identificação com o feminismo, algo que trouxe desentendimentos mesmo no seio das organizações de mulheres, uma vez que a maioria delas não se identificava como tal. Maria José Arthur, feminista assumida há muitos anos lembra, mais uma vez, que

(...) quando se começou a discutir a lei da violência, mesmo entre as mulheres da sociedade civil, não havia consensos. Houve um seminário na Namaacha¹³⁴, em que estava eu e a Margarita Mejia¹³⁵, e onde começamos a contestar, no trabalho em grupo. Então disseram-nos assim, claramente, "isto não é uma lei feminista. O que é que vocês pensam? Isto não é uma lei feminista". Eu vim-me embora, eu não fiquei para o segundo dia. A Margarita ficou lá, dormiu. Eu chegou o primeiro dia e disse que não fico aqui. Realmente aqui não é ambiente, é uma discussão de surdos, sabes? Tu falas e as pessoas não querem ouvir, porque à partida dizem que não são feministas. Foi preciso percorrer um longo caminho. Penso que a maior parte das organizações e das activistas no fim concordou, mas com certeza que há-de haver excepções (Entrevista a Maria José Arthur).

Apesar de tudo, o processo foi caminhando. Em 2004, iniciaram-se auscultações a nível nacional¹³⁶, como forma de recolher contribuições para o enriquecimento da proposta de lei e, em 2006, o anteprojecto de lei contra a violência doméstica foi finalmente enviado à Assembleia da República, através do Gabinete da Mulher Parlamentar. Em finais de 2007, é criado e lançado o Movimento pela Aprovação da Lei Contra a Violência Doméstica que, assinalando o início da Campanha Internacional dos 16 Dias de Activismo Contra a Violência de Género, organizou uma marcha para entregar ao parlamento um manifesto, onde se apelava à aprovação da proposta de lei, na íntegra, para salvaguardar o seu conteúdo (ARTHUR, 2008).

¹³⁴ Vila pertencente à província de Maputo, onde se realizaram vários encontros e retiros para discussão da proposta de lei.

¹³⁵ Pesquisadora colombiana que trabalhou durante vários anos com a WLSA Moçambique, participando dos principais processos de reforma legal, assim como nas pesquisas.

¹³⁶ Participaram nestes encontros representantes da sociedade civil, da administração da justiça e do Estado e do poder local, provenientes das diferentes províncias.

Pretendia-se definir a violência doméstica contra as mulheres como violência de género, em consonância com os acordos rectificativos pelo governo moçambicano. Procurava-se, além de criminalizar os agressores, vincular o Estado às suas obrigações de protecção e assistência às vítimas e de prevenção (ARTHUR, 2009)¹³⁷. Esta marcha não aconteceu, no entanto, sem constrangimentos, pelo posicionamento que as organizações de mulheres assumiram. Este era um projecto, afinal, proposto pela sociedade civil e que não havia passado pelo governo, tendo ido directamente para o parlamento, o que irritou muita gente do governo. Maria José Arthur lembra que

Estávamos a ir até ao Parlamento. (...) O próprio Parlamento esteve muito dividido. Eles não conseguiram dizer que não à sociedade civil. Eles tinham até um pouco de medo. O que é que elas vão fazer, porque estão organizadas e esse medo é muito saudável, muito bom, até devia ser mais (risos). Devíamos incutir mais medo, para nos respeitarem mais. Mas então lembro-me que, quando chegamos lá depois de uma grande marcha, acho que foi a tua mãe - em nome do Fórum Mulher - que leu o manifesto onde se dizia que a sociedade civil exige tal, reivindica. Epá, isto caiu tão mal. Não disseram nada na altura, mas noutra ambiente disseram "quem são vocês para exigir? Nós somos os representantes do povo". (...) Então, com o Parlamento foi muito complicado. Eles aceitaram este processo contra a vontade, contra a vontade (Entrevista a Maria José Arthur).

Dando continuidade a este processo, pouco tempo depois da marcha, o FM organizou um encontro para que juristas, juízas e cientistas sociais de algumas organizações, membros do Fórum Mulher, apresentassem as justificativas e os conteúdos da proposta de lei às deputadas, com o objectivo de prepará-las para o debate no Parlamento quando, finalmente, fosse agendada a discussão da proposta de lei. Aqui, a articulação com as deputadas da Assembleia da República relevou-se extremamente problemática, ficando este encontro marcado no histórico do processo de aprovação da lei. As activistas das organizações de mulheres contam que as suas propostas foram recebidas com bastante arrogância e que as discussões acabaram por se centrar à volta da salvaguarda da “cultura moçambicana”¹³⁸. Unaiti Costa, jurista, membro fundador do MOVFEMME e, na altura, participando do processo como funcionária da OXFAM, uma das organizações financiadoras do processo, lembra que a articulação com as deputadas foi

Fatal! Catarina, fatal! (...) as mulheres todas a resistirem, que vocês querem quebrar os nossos lares, etc etc. Mas eu acho que também foi bom em termos de processo de aprendizado, porque é assumir aquele discurso de que, basta ter mulheres, que a coisa flui. E esquecemos que as mulheres fazem parte desse sistema e que precisam ser

¹³⁷ Para mais detalhes sobre o conteúdo do anteprojecto de lei, ver Arthur (2009).

¹³⁸ Lembro-me que, quando comecei a trabalhar como Oficial de Programas da MULEIDE, em Janeiro de 2008 (ou seja, cerca dois meses depois do malfadado encontro), este continuava a ser o tema preferido nos bastidores das organizações, com cada activista presente no dia a dar a sua versão dos factos e a contar as “barbaridades” que as deputadas proferiram, em nome da cultura e dos costumes.

desafiadas nas suas premissas, estás a ver? Então sempre voltamos àquela linha de pôr peso sobre as mulheres, porque a mulher está lá, ela é obrigada. Mas ela é obrigada com que base? A base que ela tem é a mesma que ela tem que casar, que ela tem que ser uma boa esposa, que agora ela tem a sorte de ter tido uma autorização para trabalhar fora, mas que o espaço dela continua a ser o doméstico, a responsabilidade dela é lá (Entrevista a Unaiti Costa).

Algumas interlocutoras atribuem o comportamento das deputadas - a sua recusa em aceitar alguns dos tópicos da lei e a salvaguarda da tradição e costumes - ao facto de grande parte delas estarem dependentes das ideias do partido, uma estrutura patriarcal, não tendo liberdade e autonomia para fazerem avançar certas pautas. No entanto, vêem as deputadas como vítimas desse sistema e insistem que o seu comportamento está ligado ao facto de estas não terem ainda passado por um processo de formação e desconstrução.

Esta ideia é evidenciada na fala de Rosalina, membro fundador do MOVFEMME, ao descrever um processo semelhante que se deu, anos mais tarde, durante a revisão do código penal:

São essas mulheres que muitas vezes...e isso é o resultado de porque é que nós tivemos, dentro do Parlamento, uma situação numérica boa, mas uma situação de total constrangimento para os direitos das mulheres. Porquê? Porque essas mulheres que estavam lá no parlamento são resultado desses processos, muitas delas. Então achavam que não. Sim, um violador poderia sim casar com a vítima. Porque elas não estão transformadas. Com todos os esforços de formação. Como deves imaginar, formar senhoras não é tarefa fácil, foi preciso muita pressão e para mim aquilo foi uma das nossas grandes conquistas como movimento. De conseguir deter aquele projecto que já estava quase e isso também graças a algumas delas. Porque, afinal de contas, não são todas as pessoas que são assim. Aquilo é uma estrutura, mas há mulheres internamente que diziam que "olha, há isto, há esta situação" e essas alianças que a gente conseguiu ter, graças à participação de mulheres adultas, inclusivamente a tua mãe. Há pessoas que ainda impõem respeito e sabem que podem passar essa informação que olha, no dia tal há uma discussão e nós vamos aparecer no parlamento sem que eles esperassem. E depois nos mobilizamos e popularizamos e fizemos cartazes e fizemos as pessoas perceberem qual era de facto, o que é que isto representava. E esse artigo acabou caindo. E para nós foi tipo, uau, uma conquista (Entrevista a Rosalina Nhachote).

Graça Samo, então Directora Executiva do FM, lembra que a expectativa de trabalhar com as mulheres parlamentares, que representavam na altura cerca de 38% no parlamento, era bastante alta, mas que foi frustrada pelas suas atitudes. No entanto, ela analisa como também estas mulheres precisam passar por um processo de aprendizagem e que é necessário estreitar a relação entre as organizações e estas mulheres:

A gente não tinha como passar a Lei sem se articular com mulheres parlamentares. O que isso significou para nós? Foi o fato de quebrarmos o preconceito de que "as mulheres que estão no poder não querem saber das outras mulheres, só sabem defender os interesses do partido político". Nós sentimos que elas têm interesse, que

elas têm uma forma particular que eu percebi. (...) 40% no parlamento, mas, no nível da base, as mulheres não conseguem ascender e nem se exaltar. Realmente foi um aprendizado muito grande, porque, por um lado, eu tomei consciência de que elas não sabem. Muitas vezes a gente fica atirando pedra porque elas não fazem, mas elas não sabem. A gente porque isto e aquilo, o protocolo e não sei o que. Não, o protocolo passou, elas bateram palmas, mas não leram o que é que estava lá dentro, não têm domínio, não têm capacidade de interpretar. Ninguém lhes deu a preparação para isso e não basta você passar por um seminário, por exemplo o seminário do protocolo dos direitos das mulheres em África, que você vai ter domínio. Porque tem os bastidores que você precisa entender. Porque se fala de igualdade e direito? O que isso significa? etc. É uma escola, uma caminhada até que você chegue lá. Muitas dessas mulheres saíram de casa, de suas comunidades e foram colocadas no parlamento simplesmente porque foram as mobilizadoras no processo de campanha eleitoral. Mas, ao mesmo tempo, fica a insatisfação entre nós e dizer: “Ok, essas mulheres que estão lá para defender outras mulheres, para defender os direitos das mulheres, são aquelas que vão chegar lá e dizer isso e aquilo”. É nossa cultura, é essa mesma cultura que serve de entrada para que a agenda dos direitos possa se transpor e fazer-se valer. Mas o que elas conhecem é a cultura, o discurso que estão habituadas a ouvir. É o que ouviram em toda sua vida. A perspectiva dos direitos humanos é também muito questionável para elas. É algo que está no papel, mas a vida prática é outra realidade. Então, como realmente trabalhar estas questões todas? Esse tem sido nosso desafio (SOARES e MUTZENBERG, 2019:203).

Finalmente, em Junho de 2009, a lei é finalmente aprovada, na generalidade, pela Assembleia da República, sendo um mês depois aprovada na especificidade. O resultado, embora mantendo formalmente algumas das suas características, é, essencialmente muito diferente, o que decepcionou muitas das mulheres que participaram activamente na sua elaboração. A primeira grande alteração foi a retirada da definição da violência doméstica como violência de género, assim como as responsabilidades do Estado quanto à protecção e assistência às vítimas e à prevenção. No entanto, uma das mais importantes alterações ao texto final diz respeito à introdução de dois artigos, um referente à igualdade de género - que a lei aplica-se tanto ao homem quanto à mulher -, e outra à salvaguarda da família – que a lei deve ter sempre em conta a salvaguarda da família¹³⁹. Analisando os resultados da aprovação da lei, Maria José Arthur conclui que “(...) a Lei aprovada não combate de forma eficaz a violência de género, reprime simplesmente algumas agressões no âmbito doméstico” (ARTHUR, 2009:8).

A aprovação aconteceu depois de muita pressão feita pelas organizações de mulheres, uma vez que demorou cerca de dois anos em discussões no Parlamento. Graça Samó lembra que

Quando o processo da Lei do combate à violência estava a acontecer nós decidimos que íamos acampar no Parlamento, íamos encher o lugar que era possível a gente estar, a gente ia ocupar até que aprovassem a lei, por que estava no fim do mandato de um governo e no fim de uma sessão. Então tinha que acontecer, se não ia voltar à estaca zero, porque 2009 estava a mudar uma governação, era ano de eleições

¹³⁹ Para mais detalhes sobre o texto aprovado, ver Arthur, 2009.

e...(puff)....imagina pode mudar os deputados...(...) Mas a gente estava articulada pra caramba (GASPARETTO, 2019:386).

Nzira de Deus, actual Directora Executiva do FM e então Oficial de Advocacia da mesma instituição, lembra que só foi através de uma forte articulação entre os vários actores, que se conseguiu fazer aprovar a lei, destacando o papel do FM e das organizações a ele afiliadas:

Em Junho fomos lá assistir a sessão de discussão, porque estava pautada para discutir mas nunca chegavam a uma decisão. Éramos 400 mulheres no Parlamento, sentadas e dissemos “você não vão decidir, mas nós vamos assistir você discutirem. Você não tirar tudo, mas a gente vai perder sabendo que estivemos aqui na casa do povo. E nós mulheres que sofremos esse mal vamos ficar aqui”. E ficamos ali sentadas e tiveram que dizer “lei da violência aprovada”. Foi tão polêmico, mas a questão era de mostrar a força do envolvimento. O maior valor que o FM tem é esta possibilidade de articular com diferentes grupos. Nesta diversidade chegamos a consensos sobre avançar conjuntamente em algumas agendas, muitas vezes temos tido alguns impasses porquê de fato o machismo se reinventa e dentro das organizações em algumas mulheres também acontece (GASPARETTO, 2019:386-387)

Também Graça Samo atribui a conquista da aprovação da lei à força da articulação existente entre as organizações de mulheres, afirmando que

(...) eu acho que esse processo da lei da violência nos fortaleceu de alguma maneira como movimento, sobretudo a dificuldade que nós tivemos para fazer passar a lei. Isto fez com que nós tivéssemos de fato a estabelecer alianças. Foi aprovada em 2009 e o processo todo começou nos finais da década de 1990, em 98, 99. Foram, praticamente, 10 anos de luta, como a luta de libertação nacional ((SOARES e MUTZENBERG, 2019:201).

A violência doméstica continua a ser, actualmente, a principal agenda das organizações de mulheres. Por ser relativamente nova, evidenciam-se inúmeros constrangimentos no que diz respeito à sua implementação, nomeadamente a aplicação pelos tribunais, havendo a necessidade de a melhorar e adequar não só às condições do país, como também às capacidades das instituições. A WLSA Moçambique, por exemplo, desenvolve pesquisas no sentido de avaliar a implementação da lei¹⁴⁰, além de lecionar módulos de género no judiciário e ministrar cursos sobre violência de género a agentes de saúde e da polícia em várias províncias.

Vera Gasparetto observou, na sua tese sobre redes de mulheres e feministas em Moçambique, como a violência doméstica continua a ser um tema transversal a todas as pautas das organizações, o que parece acabar dificultando o avanço de outras demandas. Isso foi algo que também notei durante os seis meses em que circulei pelo campo e fiz as entrevistas, uma

¹⁴⁰ Durante a pesquisa de campo, participei em alguns debates e seminários de apresentação dos resultados destas pesquisas, como por exemplo o que menciono no fragmento que abre este capítulo.

vez que a maior parte das actividades em que participei giravam à volta do tema. Graça Samo nota, no entanto, que

A nossa discussão da dimensão de violência, enquanto a gente não radicalizar nessas distintas dimensões de análise da estrutura, a gente vai continuar relaxando no debate de uma lei de violência doméstica, o mesmo que fizemos 10 anos atrás. E dizer que a solução é que a gente precisa reformar a lei por que aquele artigo, aquele artigo... Não pode mais, volvidos esses anos, o central da discussão ser a Lei de Violência. É preciso entender as dimensões cada vez mais profundas dessa violência e as diferentes facetas de como ela se manifesta, mas a gente continua reducionista (GASPARETTO, 2019:394).

Revisão do Código Penal

Uma das mais recentes articulações entre as diversas organizações que lutam pelos direitos humanos das mulheres aconteceu em virtude da revisão do Código Penal, que se iniciou em 1998 com a criação da Subcomissão da Reforma Legal para o Código Penal. Em 2007, foi apresentada uma proposta pública que colheu algumas observações, mas só em 2011 - sem qualquer consulta às organizações que lutam pelos direitos humanos - foi entregue à Assembleia da República, por parte da Unidade Técnica de Reforma Legal (UTREL), uma proposta de revisão. As organizações da sociedade civil foram sendo sucessivamente excluídas deste processo, mesmo realizando vários tipos de actividades de pressão, *lobby* e advocacia.

A proposta apresentada à Assembleia da República apresentava, de acordo com uma série de organizações de direitos humanos que escreveram uma carta aberta ao Presidente da República, graves violações dos direitos humanos que atentam contra os princípios plasmados na Constituição, para além de graves inconsistências a nível jurídico. Estas organizações mobilizaram-se, assim, de modo a inserir na proposta o respeito aos direitos das mulheres e raparigas (GASPARETTO, 2019). Para além da exclusão de que foram vítimas em relação aos processos de auscultação pública da proposta de revisão, as organizações da sociedade civil sofreram uma grande hostilidade por parte do governo, num momento em que o país vivia - e ainda vive - uma situação política e económica bastante frágil. Esta fragilidade está ligada, em parte, a um aumento do custo de vida, à descoberta de dívidas ocultas por parte do governo, à retomada dos confrontos entre a RENAMO e as forças governamentais e a uma cada vez maior hostilidade àqueles que são abertamente críticos em relação às políticas do governo. Graça Samo lembra que, na altura da discussão da revisão do código, a mudança de comportamento por parte do governo começava já a sentir-se:

Nós começamos a sentir a diferença na forma de actuação do poder político em 2012. (...) Mas quando nós marchamos para o Parlamento, em 2014 acho, foi pelo código

penal...nós tivemos dois momentos de marcha para o Parlamento. Foi uma, aquela contra o casamento com o violador, e a outra foi aquela contra as regalias dos deputados. Quando nós fizemos aquela contra o código penal, não nos queriam deixar chegar ao parlamento (...). Nós forçamos e continuamos para lá. Mas já tinha blindados ali (...) atravessando, com militares com aquele escudo de choque. E o que tinha mais naquela marcha eram mulheres, meninas. Isto coincide com o período das dívidas ocultas, aquilo foi uma prova também das grandes despesas públicas, com a aquisição do armamento. Aquele armamento foi adquirido e ficou acantonado lá nos seus quartéis. Precisavam de alguma ocasião. (...) Então, em algum momento tinham que mostrar o seu poderio. Isso também foi num contexto de anúncio de preparação de marchas ou greves que aconteceram, tentativas de organizar greves ou manifestações públicas. Às 5h da manhã já estava cheio de blindados nas ruas. Quem é que ia ousar sair de casa? Eles matam sem dó nem piedade (Entrevista a Graça Samó).

Unaiti Costa mencionou também a hostilidade do governo como um dos entraves a uma maior mobilização por parte das organizações:

Existe uma hostilidade para com as organizações da sociedade civil. Por parte do governo. Existe uma hostilidade. De tal forma que nós já saímos em algumas marchas e tem tanques nas ruas, que foram comprados com o nosso dinheiro, que nós vamos estar a pagar e que estão a ser usados contra nós quando o índice de criminalidade é o que é. Eu nunca vejo a porra dos tanques na rua para combater o crime, mas vejo a merda dos tanques e dos *robocops* quando nós vamos fazer uma manifestação legítima e pacífica. É intimidante. Nas últimas manifestações, o número reduziu drasticamente. (...) as organizações são uma grande ameaça por causa do contexto. Durante vários anos, por exemplo, era muito natural pessoas ficarem muito animadas com capulanas, chapéus e t-shirts durante as campanhas. Só que nos últimos anos, o que está a acontecer é que as pessoas já não são tão estúpidas. E o nível de vida está tão caro, que já não há nada a perder. (...) Tu antes, há uns 15 anos atrás, as pessoas para fazerem uma crítica ao governo olhavam para ver quem estava perto. Para saber se podiam falar à vontade. Mas chegaram a um ponto que estão pouco se cagando com quem está à frente, porque está todo mundo no limite. E é num limite não só de frustração por causa das condições...ou seja, as promessas que foram feitas, de uma determinada forma e as condições de vida foram avançando no sentido oposto das promessas. (...) depois aparecem dívidas que as pessoas não têm nada a ver, o custo de vida subiu, as pessoas têm dificuldades em comprar pão, em ter transporte. (...) então agora as pessoas quando saem, saem com raiva, saem com mágoa. E eles querem conter, porque se começam a dar espaço para as pessoas começarem a sair, vai ficar complicado (Entrevista a Unaiti Costa).

Mesmo com todo um contexto de hostilidade, as organizações conseguiram mobilizar-se e conter alguns dos artigos mais polémicos que constavam da proposta. Outros, no entanto, não conseguiram ser detidos. Maria José Arthur, que participou activamente de todo o processo, conta que

(...) quando foi a revisão do Código Penal, que foi aprovado em finais de 2014 - mas começou em 2013 - na proposta vinha lá a despenalização da bigamia. Ora, despenalizando a bigamia, está-se a legalizar a poligamia. Então, a gente escreveu e conseguiu tirar isso. Mas foi difícil. A outra coisa foi a questão do violador ver a pena suspensa se casar com a vítima. Essa aí foi interessante porque a gente escreveu, falou e, de versão para versão, essa norma mantinha-se. Quando é que ela foi tirada? Quando nós resolvemos que, se já não chega internamente, fazer campanha

internacional. Com a Amnistia, com a *Equality Now*, a gente fez chegar montões de cartas. E aí vieram para fora e disseram "não sei para quê isso, isso já está revogado". Não estava, não estava. Isto foi revogado pela vergonha da pressão internacional. Porque isto é uma lei, quer dizer, completamente...antes do dilúvio, né? Houve uma que a gente perdeu estrondosamente, que foi...portanto, em qualquer crime é previsto os atenuantes, os agravantes, a cumplicidade ou não cumplicidade. Ora, é considerado cúmplice aquele que interfere com as investigações de um crime, que oculta provas e etc. E deve ser julgado como tal. Mas estão isentos desta coisa da cumplicidade os familiares até ao terceiro grau. O que quer dizer que qualquer crime de violência doméstica e, sobretudo, de violência contra as crianças, basta a família querer esconder a vergonha, e a criança não se vai fazer ouvir, nunca se vai fazer ouvir. (...) Outra coisa que perdemos também é a história da privacidade, da abertura de cartas. Portanto, se tu abres a carta de alguém, tu estás a entrar na privacidade dessa pessoa. Mas se são casados, não. E a gente sabe que quem controla são os homens. (...) Pronto, ganhamos algumas coisas. Por exemplo, a idade da responsabilidade criminal. Queriam pôr aos 10 anos, 10 anos!! Que era como o Código Penal estava antigamente. Mas mesmo já no período colonial, tinha havido uma lei para subir para os 16 anos. Ora, eles voltavam para trás, voltavam completamente para trás. Pronto, não conseguimos subir para os 18, mas subiu-se para os 16. (...) Conseguimos também que eles tirassem a questão do adultério, que voltava a ser crime. Depois de já ter sido revogado. Quer dizer, o código penal estava num retrocesso, mas num retrocesso absolutamente incrível! Conseguimos algumas coisas, de facto teria sido pior. Mas perdemos algumas coisas e perdemos muito. Uma delas foi uma coisa que fizeram à última da hora, para a gente não ter tempo, que foi meter a lei da violência doméstica dentro do código penal. (...) eles meteram a lei e ficou aquela ambiguidade, o que é que deve estar em uso. Porque não foi revogada a lei da violência. Mas bem, este código penal tinha problemas tão grandes e tão graves que quase tornava impossível a sua aplicação. De tal maneira que está a ser já revisto e já surgiu uma nova proposta (...). Que continua a manter a lei da violência lá, só que desta vez vai revogar alguns artigos (Entrevista a Maria José Arthur).

Outras conquistas não mencionadas por Maria José, mas igualmente importantes - e surpreendentes, se pensarmos num cenário global¹⁴¹ - foi a descriminalização do aborto¹⁴² e a remoção de dois artigos que poderiam ser usados para perseguir e criminalizar homossexuais. A Lambda, primeira organização moçambicana que advoga pelo reconhecimento dos direitos humanos das pessoas LGBT, tem sido incansável na sua luta contra a discriminação, assim como na elaboração e aprovação de políticas de defesa dos direitos dos LGBT, ainda sem muito

¹⁴¹ Tripp et al (2009) chamam a atenção para o facto de ser relativamente mais fácil passar legislação a respeito de assentos para mulheres na legislatura, leis relativas ao trabalho e emprego das mulheres e leis de cidadania, do que leis que desafiem práticas costumeiras e leis referentes às relações entre homens e mulheres. Curiosamente, algumas das leis mais controversas introduzidas noutras partes do mundo, como o direito ao voto, a introdução de cotas de género e provisões anti-discriminatórias têm tido pouca ou nenhuma resistência no continente africano. Ao mesmo tempo, leis ligadas a direitos de herança e idade de casamento têm sido mais controversas.

¹⁴² A questão do aborto sempre fez parte das agendas das organizações de mulheres, integrada na saúde sexual e reprodutiva e na saúde pública. A sua despenalização foi uma conquista da articulação entre o FM, a DSR e o Ministério da Saúde. O problema que persiste é que a descriminalização do aborto está condicionada ao facto de ser praticado por médico ou outro profissional de saúde habilitado para o efeito e em estabelecimento de saúde oficial ou oficialmente reconhecido. No entanto, milhões de mulheres em Moçambique ainda não têm acesso (quer do ponto de vista físico, quer económico) a médico ou profissional de saúde devidamente habilitado para este tipo de intervenções, nem a hospitais ou centros de saúde adequados. Por isso, a maioria dos abortos continuam a ser praticados fora dos estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos, por parteiras tradicionais, curandeiras ou outro tipo de agentes sem treino formal.

sucesso. Uma das principais questões que a organização enfrenta continua a ser, desde a sua criação em 2006, o registo na Conservatória de Registo das Entidades Legais, tendo apenas um reconhecimento tácito, mas não legal, não gozando por isso de personalidade jurídica. Deste modo, os seus fundos são geridos através de outra instituição reconhecida, no caso a WLSA Moçambique.

3.2 “*Nós não somos rivais, estamos aí pela mesma causa*”: reflexões sobre a forma de actuação das organizações de mulheres

O processo de mobilização por reformas legais, que remonta ao início dos anos 90, ilustra como as organizações de mulheres, por meio de uma série de articulações com diferentes actores - locais, regionais, nacionais e internacionais - ligados ao campo em análise, conseguiram fazer avançar as suas pautas e obter mudanças consideráveis no campo dos direitos das mulheres. Não só a nível de reformas legais, mas também de introdução de políticas públicas, visibilidade de vários problemas que atingem especificamente as mulheres, assim como da produção constante de pesquisas sobre a situação das mulheres em Moçambique.

No entanto, mudanças no campo político e económico do país - as quais mencionei anteriormente -, assim como a reorientação de fundos provenientes das agências de cooperação internacional para outras áreas, restringiram a actuação das organizações de mulheres¹⁴³. Estas foram obrigadas a reconfigurar o seu modo de funcionamento, reorganizar as suas pautas e diversificar as suas áreas temáticas (por influência dos fundos existentes).

A cada vez maior institucionalização e profissionalização do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género levou a que algumas interlocutoras mais jovens comessem a reflectir criticamente sobre a lógica de funcionamento das ONGs e a problematizar o discurso do desenvolvimento, nomeadamente a falta de autonomia na definição de agendas e o cumprimento de metas muitas vezes impostas pelos doadores, a disputa por financiamentos e as lutas de poder e de protagonismo que lhe estão subjacentes, a relação entre as organizações e a forma como algumas pessoas se identificam com o campo. Este modelo das ONGs - entendidas como uma forma de activismo mais institucionalizado, com uma estrutura formal, registo oficial e personalidade jurídica (FACCHINI, 2002) - contrasta com uma ainda

¹⁴³ Se antes, as principais organizações de mulheres em Moçambique recebiam financiamento por plano estratégico (normalmente com a duração de 5 anos), hoje em dia elas recebem por projectos ou áreas específicas de intervenção.

tímida, mas cada vez maior tendência das jovens feministas a procurarem por espaços mais horizontais, autónomos, flexíveis e radicais em termos de actuação.

Em relação à lógica de funcionamento das ONGs, é interessante verificar que as maiores críticas vêm das gerações mais jovens, principalmente daquelas que, apesar de transitarem pelas organizações de mulheres, não estão vinculadas - mas já estiveram anteriormente - a elas como funcionárias. Para Marilú Mapengo, do Secretariado Internacional da MMM, a forma como grande parte das organizações surgiu, assim como a sua dependência financeira, são o principal entrave ao funcionamento das organizações, pois vêm atreladas a uma série de imposições que impossibilitam a autonomia destas e dificultam a identificação a agendas impostas:

O grande problema é que muitas das organizações não surgiram de forma orgânica. (...) é como se as pessoas criassem um espaço em que separam o que é o trabalho e o que é a vida pessoal, então não podemos misturar porque é a nossa cultura. Cria-se todos os tipos de justificação. (...) é muito fruto da forma como as organizações surgiram. Muitas das agendas que elas pregam foram por imposição de um financiamento disponível. Então não existe uma interiorização desses valores, não existe um processo de reflexão sobre isso, então é muito cumprir agendas, cumprir planos do governo, coisas assim, objectivos do milénio e não se faz essa interligação sobre o que são esses objectivos do milénio, o que é que esse plano tem a ver contigo, com a tua prática diária, com a tua vida. Então fica muito difícil, para essas pessoas, ter uma postura que seja proibitiva em relação a certas questões. Muitas das vezes até elas próprias vêm isso dentro de casa, então como vai militar fora se não consegue militar dentro? (Entrevista a Marilú Mapengo)

A dependência financeira, assim como a uma agenda imposta criam, para Unaiti Costa, dois tipos de situações. Por um lado, uma falta de articulação entre as organizações, que estão mais preocupadas em cumprir as metas e prazos impostos:

Muitas das vezes fazemos coisas assim isoladas, às vezes não nos coordenamos como organização de mulheres, cada qual está na sua agenda e tu vais ouvindo que aconteceu isto e aquilo. Não há uma linha. Acho que um dos poucos temas que fomos articulando foi a violência. (...) ficou uma articulação muito séria das organizações que trabalhavam direitos das mulheres. Realmente, para mim, foram poucos os temas que foram articulados. E não é só articular no sentido de lei, mas é trabalhar com diferentes estratos. (...) E eu acho que pecamos um pouco por aí. Porque se calhar estamos a reagir muito ao dinheiro porque percebemos que temos que justificar e ele não vem sem *attachments*. Então temos que estar a balançar entre a nossa agenda e a agenda do doador, que tem os seus interesses e no final do dia nos dá o dinheiro, então temos que justificá-lo. Então é *tricky*. Não termos uma total autonomia para definirmos que esta é a nossa agenda. Se tu quiseses dar dinheiro, vai ser nos nossos termos. Nós não temos isso. É muito raro. Então claro que a tua agenda se vai ajustando, adaptando e às vezes não conseguimos fazer um melhor uso das nossas articulações (Entrevista a Unaiti Costa).

Por outro lado, incentiva a competição entre as organizações, o que acaba por ser prejudicial para o avanço das pautas comuns, pois traz consigo a disputa por protagonismo e por visibilidade:

Eu acho que tens essa questão da visibilidade, em que as pessoas muito embora possam ter genuinamente um interesse em contribuir para mudanças, tem igualmente - eu não diria ego, ego é um pouco forte - ...acaba que deixa de ser sobre o tema e passa a ser sobre a organização. Mas isso eu estou a falar independentemente do financiador. Antes de chegar ao financiador, estou a falar da competição. Se nós estamos todos aqui a trabalhar sobre violência, porque é que estamos a competir umas com as outras? Porquê a necessidade de visibilidade? Porque tu queres ser percebida como A organização. Porque é que nós não queremos ser percebidas como AS organizações? Porque é o colectivo que faz a diferença. Nenhuma organização sozinha provoca mudanças, nenhuma. Há diferentes factores que contribuem para essa mudança, não é simplesmente o trabalho de uma única organização que faz. Contribui fundamentalmente, sim. Mas que é o único factor, não é possível. (...) O que é que é melhor para os grupos com os quais nós queremos trabalhar? O que é que nós queremos mudar? E como é que isto vai impactar nas pessoas cujas vidas nós estamos a tentar melhorar? Então tem essa postura muito egocêntrica de visibilidade, de querer individualizar organizações em vez de olhar para o colectivo. Quais são as organizações em Moçambique que estão a fazer um trabalho excelente na componente de violência? Tu tens exemplos em que ninguém quer sobressair, mas trabalham de forma articulada até para melhor uso dos recursos. Porque se as organizações trabalharem de forma articulada e cada uma souber qual é o seu nicho, qual é o aspecto em que são melhores, quando entra dinheiro eu já sei te dizer, como doador, que esta componente aqui passa o dinheiro para aquela, porque ela é melhor que eu para fazer isso. Percebes? Então não haveria essa competição cerrada por recursos. (...) não existe isso aqui, então é cada um por si e continuamos extremamente amarrados em indicadores quantitativos, em números. Porque é isso que interessa ao doador, a visibilidade ela é numérica. Ela manifesta-se de forma numérica. Então acaba que, em alguns casos, a gente espreme a qualidade em prejuízo, ou melhor, a quantidade em prejuízo da qualidade (Entrevista a Unaiti Costa).

Fuva Muiambo também destaca a luta por protagonismo como algo que precisa ser desconstruído, argumentando que uma forma de ultrapassar este entrave é fortalecer o trabalho em rede:

(...) geralmente - principalmente quando se aproximam datas comemorativas - cada organização quando pensa numa actividade em específico, quer ser o primeiro a fazer, o primeiro a aparecer e dizer que eu fiz. (...) E o que acontece é que no mesmo dia, 8 de Março, tens 10 workshops a acontecer aqui na cidade, a falar sobre a mesma coisa. E todos eles estão vazios. Então a perspectiva de trabalho em rede é que a gente vai perder protagonismo. É que a gente vai articular algo em conjunto, vai dizer nós fizemos. E é mais impactante, visualiza mais. Porque tens as pessoas todas lá concentradas a escutar uma rede forte já bem preparada para falar sobre aquilo. E isso não acontece só nas datas comemorativas. Acontece mesmo em termos de actividades. Há vezes que tens várias organizações a falar de violência, a trabalhar na mesma região. É claro que os projectos têm fundos diferentes, mas há actividades que tu podes articular em conjunto. Como por exemplo campanhas, acções públicas, são coisas que a gente pode fazer juntos. Não tem que acontecer várias coisas no mesmo dia cá no país. Então o trabalho em rede é uma coisa nova que estamos a perspectivar agora, mas é algo que ainda tem muitas lacunas. Às vezes não se quer participar da mesma forma. Ou pensa-se que só a organização que teve a iniciativa é que tem que

comparticipar. Então enquanto não desconstruirmos estas coisas todas, não havemos de lograr sucesso ao nível de realmente criar um impacto naquilo que a gente quer fazer e também ter noção de que tipo de resultados nós vamos conseguir obter com isso que nós estamos a implementar. A primeira rede que foi criada foi a DSR, que até agora realiza debates em conjunto para ver mais ou menos o que cada organização está a fazer, produz-se materiais informativos em conjunto, onde tem lá o logotipo de todas as organizações, onde tem lá o que cada um está a fazer. (...) partilhamos os desafios em conjunto e isto ajuda, estimula as actividades. A gente vai se fortalecendo como organizações. Então eu acho que a DSR é um exemplo de sucesso sobre esta articulação (Entrevista a Fuva Muiambo)

No entanto, algumas interlocutoras mais velhas afirmam que houve, desde sempre, espaço para se negociar as agendas e a forma como os financiamentos são alocados. Isabel Casimiro, por exemplo, recorda a experiência do DEMEG como positiva nesse sentido, mas alerta para o facto de, hoje em dia, as lógicas de funcionamento serem diferentes e ser muito mais difícil haver uma coordenação em relação aos fundos e agendas:

Mas a gente aceita, porque é que nós aceitamos? (...) é um processo. Qual é que é o caminho? É deixar as coisas andar? Vamos deixar andar ou vamos...porque era o debate que tínhamos também. Ok, nós temos o privilégio de ter começado a discutir um determinado número de coisas. Também passamos pela nossa experiência e pela globalização desses estudos (...) eu acho que nós não somos obrigadas a aceitar essas estratégias que vêm de fora. Não somos, a gente pode resistir. Porque há organizações que resistem ou a gente negocia aquilo que vai fazer. Como nós tentámos negociar, por exemplo, quando nós criámos a WLSA. Éramos nós que decidíamos os temas que nós íamos tratar. Se calhar tivémos a sorte - e também fomos suficientemente fortes - para dizer não, aquilo que nos interessa é direito a alimentos, aquilo que nos interessa é sucessão e herança, aquilo que nos interessa é famílias em contexto de mudança. E durante aqueles primeiros anos, nós é que definimos o que nós queríamos. Então, se não é importante casamento prematuro, a gente não tem que aceitar. O problema é que isto também é tudo um grande negócio. E todas nós entramos nesses negócios. Agora, a gente não pode fugir das globalizações, parece-me. Nós vivemos num mundo globalizado. Eu acho que nem tudo o que vem de fora é mau. Vamos lá ver. Se vem um fundo que nos pode ajudar em alguma coisa, porque é que eu não vou usar esse fundo e negociar bem como é que eu vou usar? Porque no fundo, de onde é que vem esse dinheiro? Muitas vezes esse dinheiro vem de alguma coisa que me retiraram daqui. Porque é que eu não posso usar isso? Eu não sou tão clínica, tão limpa, em relação a essas coisas. Será que a gente vai ter capacidade para fazer isso, por enquanto? Qual é o meu problema? Não sei, eu não estou a ver um problema de eu usar dinheiro se eu souber negociar as condições em que eu vou usar esse dinheiro. Algumas [organizações] têm [essa capacidade de negociar]. (...) Era isso que a gente queria que o FM fizesse e o FM não faz, infelizmente. Porque a gente queria que fosse isso, que a gente pudesse negociar ali assim, mas não estamos a conseguir. É verdade que a rede não significa que tu vais interferir, mas pelo menos debater e aparecer o FM quando as discussões são mais complicadas. Mas não, cada um...porque é isso que se pretende, dividir. Dá-se dinheiro aqui, não se dá ali. E isso vai criando desentendimentos também entre as organizações (Entrevista a Isabel Casimiro).

Analisando a relação entre ONGs e agências financiadoras, Isabel Casimiro (2014) questiona, na sua dissertação de mestrado, a existência de uma relação unilateral entre as duas, uma vez que os financiamentos também dependem da existência das organizações, através das quais as agências financiadoras podem realizar os seus objectivos de promoção do

desenvolvimento. Ou seja, para a pesquisadora existe uma possibilidade de negociação permanente, mas ela depende do tipo de agências financiadoras e das características das organizações envolvidas.

A origem dos financiamentos é outra das razões que leva algumas interlocutoras, principalmente as mais jovens, a insistirem na necessidade de se pensar em alternativas para a sustentação das organizações, uma vez que

(...) o interesse desses financiadores é simplesmente escoar dinheiro, fazer dinheiro com o assunto e dizer que estamos a trabalhar nessa área, apresentar resultados, números, fotografias, um documentário e acabou. (...) Não estão comprometidos com a causa. É uma máquina de dar dinheiro (Entrevista a Marilú Mapengo).

Unaiti Costa é da mesma opinião, acrescentando que, exactamente por isso, as organizações deveriam investir mais numa articulação para a elaboração de agendas conjuntas, algo que fortaleceria o trabalho que vem sendo feito e as colocaria em melhor situação de negociação com os doadores:

Outra coisa que temos que estar muito conscientes é quando nós achamos que esse dinheiro estão-nos a fazer um favor. Eles têm agendas deles e darem-nos dinheiro é uma forma de justificar a sua presença aqui. Nós todas sabemos disso. Que não estão a fazer caridade a ninguém e nem estão a ajudar ninguém. (...) então imagina lá se todas as organizações que trabalham em Maputo sobre questões de género e direitos das mulheres decidissem articular entre elas e decidissem que nós todo o dinheiro que entrar aqui vai ser nos nossos termos, tu achas que eles iam deixar de financiar? Se eles querem estar aqui! Eles têm que justificar a sua presença aqui para levarem os nossos recursos daqui. E vêm com essa que são *aid* e meia volta estão a sacar os recursos que eles precisam para viver o *lifestyle* que eles vivem lá em cima. Percebes? (...) e se todas elas articularem o seu *modus operandi*, eles iriam ter que reinventar. (...) o contexto é nosso, nós conhecemos melhor o nosso contexto do que eles, sabemos o que funciona e o que não funciona. Então para mim o problema é que nós pensamos muito individualmente. Cada organização no seu cantinho e essa dinâmica de competição favorece (Entrevista a Unaiti Costa).

Mas a questão da imposição ou não de agendas que vem de fora não é consensual entre as interlocutoras. Se, para umas, a imposição é um entrave a uma maior autonomia, para outros o facto de as agendas não serem construídas internamente não é um problema. Para Amade Sucá, Director Executivo da *ActionAid* Moçambique e activista pelos direitos humanos, não existe uma agenda genuinamente moçambicana, uma vez que

Nós somos produto do meio onde nós estamos e somos produto das influências internas e externas. Moçambique não é uma ilha que vive no planeta Júpiter. Moçambique vive no planeta Terra e faz fronteira com o Malawi, com a Zâmbia, Zimbabwe (...) não tem como tu trancas as fronteiras quer físicas, quer do conhecimento intelectual e científico e cada vez que alguém falar, perguntar se essa

ideia é de Moçambique. O que é ideia de Moçambique? Quer dizer, o conhecimento que se constrói, ele é produto e é resultado dessas interligações horizontais e verticais, desde Nova Iorque até China até Rio Grande do Sul até seja lá onde for. Então a nossa agenda de luta não tem que ser genuinamente moçambicana. A nossa agenda de luta, ela tem que ser conduzida para responder aquilo que são as preocupações objectivas das mulheres. (...) não interessa de onde vem, desde que esse contributo ajude, desde que essa sugestão, esse *imput* ajude a construir uma agenda que permita que as lutas, que a visão, que a abordagem, ela se traduza numa melhor qualidade de vida das mulheres. Então essa agenda se chama agenda moçambicana de luta (Entrevista a Amade Sucá).

Shaísta de Araújo corrobora esta ideia, lembrando que Moçambique não é somente um receptor de políticas e de agendas, mas que participa activamente de vários espaços internacionais onde essas ferramentas são construídas:

(...) no que se refere a assuntos de direitos das mulheres, naquilo que são os grandes eventos internacionais, eventos que determinam, que são de recolha de subsídios, esta sociedade civil participa. Estou a falar de eventos como o CSW, o AWIID [Association for Women's Rights in Development], o SDG [Sustainable Development Goals]. Então sim, eu vejo espaços de participação (...) nós estamos lá, damos contributos, não nos é ausente essa informação (Entrevista a Shaísta de Araújo).

Ela acrescenta ainda que o facto de as agendas serem impostas, não significa que não haja similaridade de temas, dando o exemplo de como o tema dos casamentos prematuros entrou nas agendas das organizações:

(...) ainda que existam situações em que uma associação tem que cumprir o que é exigido pelo doador, um pouco isso, eu acho que cada vez mais há tendência de haver uma similaridade dos assuntos, né? E que, de certa forma, as agendas nacionais também vão se guiar um pouco pelas agendas internacionais, né? Vice-versa não sei. Mas por exemplo, a questão dos casamentos prematuros, é uma questão que foi muito influenciada...quer dizer, já era um problema para nós, mas ganhou mais ímpeto e mais força com todo o debate internacional, com a pesquisa que mostrou que Moçambique está nos países em que mais existem. Daí depois conduziu-se toda uma agenda e há muitas organizações a trabalharem hoje sobre a questão dos casamentos prematuros. Então nem sempre é porque essa agenda é imposta que esses assuntos de facto não interessam às associações (...) (Entrevista a Shaísta de Araújo)

O trabalho em rede tem sido percebido como uma das possíveis estratégias para ultrapassar os constrangimentos relatados, assim como para fortalecer as organizações e as pautas existentes, como Fuva mencionou anteriormente. Para Maria José Arthur, o trabalho em rede

(...) vai possibilitar essa cooperação, eu acho. (...) o trabalho em rede é muito importante. Primeiro, porque nos pode proteger e evita que haja uma organização que se destaque e que se torne um alvo a abater. Não estou a falar em sentido físico, mas pronto (risos). Não estou a ser dramática, estou só a dizer que podem criar obstáculos. E segundo, porque a gente pode exactamente encontrar pontos de cooperação e maximizar esforços. (...) Eu penso que essa tem que ser a melhor maneira, porque a

rede também se faz sobretudo como um espaço de troca de informação e essa troca de informação vai criando consensos, vai criando ideias comuns, né? (...) nos últimos anos tem sido completamente diferente, as organizações têm garantido de facto uma participação. Como se comessem a perceber a importância, porque começa a dar frutos, começamos a avançar, a fazer coisas e isto tem motivado as pessoas (Entrevista a Maria José Arthur).

Para a pesquisadora da WLSA, há duas experiências de rede muito positivas actualmente, uma das quais foi mencionada por Fuva Muiambo:

Nós, por exemplo, estamos em várias redes, mas há duas principais. Uma é a DSR e a outra é a CECAP [Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros]. (...) Através da DSR e da CECAP a gente tem tido experiências óptimas. (...) E tem se feito eventos e temos conseguido avançar coisas que nós não conseguiríamos de maneira nenhuma isolados. (...) (...) A DSR é composta por organizações nacionais e internacionais. Mas tem que ser ONGs, não temos Estado, não temos nada. E depois a nossa grande preocupação ao criar a rede foi evitar redes hierárquicas, sabes? Isso é o básico. Então a gente fez um regulamento que garante a rotatividade das coordenações, em que a rede em si não tem personalidade jurídica, não pode fazer *fundraising*, a não ser para membros. Então isto também foi uma aprendizagem. Como é que a gente gere uma rede que não tem um chefe? Que tem uma coordenação que gira? Mas está a funcionar. (...) É interessante até porque inclusivamente pode imprimir dinâmicas diferentes e aprendemos outras coisas (Entrevista a Maria José Arthur).

A primeira experiência em rede que se teve e que conseguiu articular - mesmo com todas as dificuldades - as organizações de mulheres e avançar pautas durante alguns anos, como descrito em relação ao processo das reformas legais, foi a do FM. Depois de passar, há cerca de 9 anos, por algumas transformações na sua estrutura e estatutos¹⁴⁴, o FM suscita, hoje, alguns questionamentos em relação às suas capacidades de se articular como rede. Para Rosalina Nhachote, no entanto

Eu acho que o FM conseguiu uma coisa que muitos outros fóruns não conseguiram fazer, que é congregar mais de 80 e tal organizações dentro de um fórum, né? E por essa via, elas conseguem seja capacitar as organizações de base e outras, que fazem parte dos membros do FM. (...) Então essa forma de organização é boa, porque as organizações acabam se conhecendo e criam parcerias e diálogos entre as organizações de base e as organizações de nível intermédio e outras e às vezes, muitas das informações que são demandadas por um nível de *lobby*, são informações que vêm ou que nos são dadas por organizações de base, que trabalham mais no terreno. Então é uma cadeia de coisas que se complementam (Entrevista a Rosalina Nhachote).

Para Fuva Muiambo, o FM tem, sobretudo, o papel de criar movimento através do fortalecimento das organizações comunitárias de base:

¹⁴⁴ Na sua tese de doutorado, Kátia Taela, interlocutora desta pesquisa, analisa em profundidade as transformações internas pelas quais o FM passou, inclusive uma mudança importante na sua identidade institucional. Falei sobre esta mudança no capítulo 4, mas para mais detalhes ver Taela (2017).

O FM tem como membros organizações de base comunitária, a nível do país todo. Há anos atrás, o papel era muito técnico, de assistência. Mas eu estou a gostar porque, nos últimos anos, tem um papel de criar movimento, que é um papel muito desafiador para qualquer instituição. Criar movimento social. Agora tu vês que essas OCBs [Organizações Comunitárias de Base] são um movimento, vestem a roupa, por exemplo, da MMM, actuam como um movimento de mulheres e não como OCBs, tecnicamente, no trabalho no campo. (...) Eles também são uma rede, todos são um e fazem algo acontecer, advogam, vestem uma camisola. Agora tu vês muitas organizações como a NAFEZA [Núcleo das Associações Femininas da Zambézia], que são organizações que de certa forma antes tinham um papel muito técnico, mas agora têm um papel também de advocacia muito forte. Não só a nível local, mas também expõem-se. Muitas mulheres da NAFEZA são mulheres da MMM, já estão nos comités. Essa dinâmica também ajuda, né, torna as coisas um pouco mais...de se movimentarem para a mudança. O desafio, agora, é um desafio de tu incutires uma perspectiva de movimento numa instituição (Entrevista a Fuva Muiambo).

No entanto, algumas interlocutoras deixaram de identificar o FM como rede, em parte por causa das mudanças por que a organização passou, olhando para ele como mais uma organização de mulheres, com a sua agenda própria. É o caso de Maria José Arthur, para quem o FM

(...) funciona mais como organização ela própria, do que como rede. Seria uma rede, mas não é. É uma organização. Que tem também a sua própria agenda e etc. É diferente, por isso é que não estou tanto a considerar como rede, embora na teoria seja (Entrevista a Maria José Arthur).

Para Karina Tamele, que trabalhou no FM na área de participação política das mulheres e que é hoje Coordenadora de Integração de Género na Saúde da MULEIDE, o FM deveria ser um veículo de divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelas várias organizações a ele ligados. No entanto, acaba não o conseguindo fazer:

(...) organizações como o FM também, se em algum momento como rede conseguem ter relatórios que conseguem imprimir, que nos relatórios conseguem colocar o que cada organização fez, que muitas das vezes é um desafio conseguir informação das outras organizações, podem conseguir levar o nome de Moçambique lá fora e estão, sim, a fazer um trabalho mais integrado. Porque acaba sendo a mesma coisa. Porque eu sinto que, aquilo que é o FM, Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento - não criticando - mas essa coordenação às vezes é muito difícil de conseguir. Então o FM acaba sendo olhado como uma organização e não como uma rede que coordena (Entrevista a Karina Tamele)

Pelas dificuldades e entraves identificados por algumas interlocutoras em relação ao funcionamento actual das organizações de mulheres, tem havido uma tentativa de pensar e criar formas de actuação que não envolvam a dependência ou a necessidade de financiamentos, lógica pela qual a maior parte das organizações se regem. Para Marilú Mapengo

Ainda temos esse empecilho, a ideia de que precisamos de dinheiro para fazer coisas, que é uma forma de reconhecimento porque aquela instituição francesa conseguiu ver em nós um potencial e nos deu algum dinheiro para nós irmos implementar projecto. Então acho que falta muito essa noção de autonomia e de coisas assim. Mas acho que é um processo. (...) há vezes em que se calhar não é tão prejudicial assim ou pode trazer algumas vantagens, entrarmos numa de financiamento. Mas o que é prioridade? (...) Eu acho que é possível, mas é difícil. É difícil porque a questão da institucionalização não está somente ligada...é uma cultura, uma forma de pensar e agir que está embutida em nós. (...), mas eu acho que é possível sim. Que é possível fazer um movimento que não esteja atrelado a financiamentos e coisas assim. É necessário um esforço, é necessário experimentar, é necessário testar e avançar. Vai dar errado, vamos ver que não funciona, vamos fazer isto e aquilo. Mas é possível (Entrevista a Marilú Mapengo).

Pensar em formas alternativas de actuação que não dependam de financiamento é, também, para Rosalina Nhachote, um dos caminhos a seguir, uma vez que

Se os doadores amanhã fecham as portas e dizem que não vão dar mais dinheiro, significa que nós vamos morrer como movimento? Eu acho que não, eu acho que nós vamos nos reinventar. Os momentos de crise servem para isso também. Por isso este é o momento ideal para este tipo de reflexões. (...) mas temos que começar a desconstruir essas coisas (...) Já estamos tão habituados a receber em dólares e a ganhar muito dinheiro, como é que começamos a construir uma nova camada, um novo grupo? E eu acho que as organizações de base têm aí esse papel. Têm esse papel de começar a perceber que não é o dinheiro que vai fazer as coisas acontecerem, é a vontade das pessoas, a disponibilidade das pessoas e é a nossa contribuição. (...) Tudo isso vai começar-nos a fazer perceber que nós não precisamos de tanto dinheiro para actuar, só de algum para demandas muito específicas (Entrevista a Rosalina Nhachote).

Outra questão que está relacionada com a lógica de institucionalização e profissionalização das organizações diz respeito à identidade de quem nelas trabalha. Esta preocupação foi levantada por Marilú Mapengo, para quem a falta de identificação com o trabalho está directamente ligada à forma como as organizações foram surgindo, de forma imposta e não orgânica. Isto leva a que se criem, no interior do campo em análise, duas categorias de identificação às quais algumas interlocutoras lançam mão. A primeira, de *activista dos direitos humanos*, está ligada àquelas pessoas que trabalham pela causa, para quem o seu trabalho é mais do que um salário, é uma forma de ser e estar no mundo. A segunda, de *funcionária de ONG*, é entendida como uma categoria de acusação e é atribuída normalmente a quem vê as questões de género como um mero trabalho, da porta de casa para fora, não interiorizando nenhuma mudança dentro de si. Fuva Muiambo ilustra bem estas duas categorias, ao explicar que

(...) nem todo mundo que está nas organizações necessariamente tem uma causa. Deveria ser assim, mas infelizmente não é assim. As pessoas hoje em dia são contratadas pelo seu *expertise*, pelos seus currículos bonitos, por terem estudado numa boa escola. (...) então a gente acaba tendo muita gente a trabalhar connosco, mas que não é deste campo. E quanto tu já queres criar uma abordagem de movimento, tens esse entrave. Essas pessoas não estão conectadas a isso, mas são as pessoas que têm que fazer as coisas acontecerem. Como é que fazes? Então isso tem atrasado muito. (...) me faz espécie a abordagem de mero trabalho, porque eu acho que até um pedreiro quando faz com amor, quando faz erguer uma casa para uma família viver, não é um mero trabalho. Eu acho que a gente tem que pôr amor nas coisas que faz. Não é porque teu chefe mandou, é teu trabalho. Tu queres crescer, tu queres que as pessoas vejam que tu trabalhas bem, então faz as coisas. Mas de certa forma, quando comesças a olhar para essa perspectiva de movimento e não tens as causas contigo, dificilmente tu notas a importância. (...) Tu pensas que movimento é uma desordem, mas não é. Então é preciso ainda a gente incutir em todos que, para fortalecer isto, a gente precisa de entrar (Entrevista a Fuva Muiambo).

Para Withney Sabino, há no seio das organizações pessoas que são autênticas “caixas de ressonância”, que apenas decoram uma série de frases de efeito:

Infelizmente, nós estamos a ter muitos homens e muitas mulheres, que não são feministas, mas a trabalhar com essas causas. Eu digo infelizmente porque é também uma questão de percepção. Eu conheço homens e conheço mulheres que trabalham nestas ONGs como se estivessem a trabalhar numa padaria. (...) como um emprego qualquer. (...) e temos estado a sentir que muita gente é uma caixa de ressonância. Muitos desses activistas são uma caixa de ressonância. Têm um conjunto de falas decoradas que lhes confere alguma legitimidade nos nossos espaços, mas não passa disso (Entrevista a Withney Sabino).

Para a activista isto é, em parte, resultado do facto da existência de recursos disponíveis transformar a criação de ONGs em negócio:

Sabes, essa história de imposição de agenda internacional porque eles querem que nós façamos as coisas como é nos países deles e não sei quê, não é muito verdade. Essas agências internacionais têm a sua dose de culpa. Mas a maior parcela, Catarina, é nossa. Em relação a estas descontextualizações ou a esses desenquadramentos. É uma coisa muito mais nossa. Porquê? Porque quando eu vou criar uma associação, é mentira se eu disser que eu crio essa associação a querer resolver problemas das mulheres, porque eu estou preocupada porque mulheres estão a morrer. Mentira! Isso é pura mentira. 1% é que pensa assim. E o que acontece é que - e mesmo a filosofia de empreendedorismo aqui, o que o governo difunde, o que essas associações difundem - é que tu tens que transformar os desafios em oportunidades. Tens que resolver os problemas das pessoas e ganhar alguma coisa com isso. (...) são um negócio, sem sombra são um negócio. (...) tu não vais te dedicar ao activismo se tu tens fome. Então tu queres comer, isso tem que ser a tua vida. E tudo à parte, o que está a pagar bem não é o Estado, não é o dar aulas, é o trabalho nessas organizações. Essas organizações pagam super bem. (...) agora, se ao longo disso tu te vais transformar numa feminista de verdade, é muita sorte. (...) e todo aquele teu empoderamento é uma capa que não existe, é um activismo vazio. É um activismo da casa para fora (...) (Entrevista a Withney Sabino).

Isto leva a que algumas pessoas assumam identidades diferentes dentro e fora das organizações, como descreve Unaiti Costa:

(...) mesmo no nosso movimento, eu já fiquei chocada com várias falas dessas. Que nós entramos para uma reunião, o discurso é um. Estamos lá fora, as mesmas pessoas que estavam a fazer o discurso dentro da sala, estão numa conversa totalmente incoerente. Qual é essa cena? Então, género fica trabalho. Então tu vias que, em determinados casos, *gender is work*. (...) mas para mim não terminou no escritório porque não é trabalho, é como eu vejo o mundo. É a lente que eu uso para ver o mundo e ela vai comigo em todos os lugares. Então não é uma coisa que eu quando chego no escritório eu visto, quando saio do escritório eu deixo. É uma coisa que eu carrego (Entrevista a Unaiti Costa).

Para a activista, esta questão é resultado da dificuldade existente em trabalhar com questões de género:

Quando comesas a trabalhar essas questões, não numa perspectiva de trabalho mas de crença, particularmente quando trabalhas em instituições - sejam governamentais ou não governamentais -, tu te esbarras com alguns obstáculos. Começas a questionar até que ponto queremos mesmo avançar nisto ou é só para dar um *check* no quadrado ou é só para avançar até um ponto, mas não avançar muito. As pessoas que são responsáveis pelas questões de género nas instituições têm uma profissão ingrata. Porque é um trabalho que não é como finanças, não é como outro, que estão lá os procedimentos e todo mundo é obrigado a seguir. Depende de quem está na liderança, se apetece puxar ou não. Então é um constante exercício de convencer as pessoas, ainda que tenha políticas. A Política de Género é uma das poucas políticas que as pessoas não têm dificuldade em não seguir. Mas das financeiras todo mundo vai porque são exigidos. No final do dia, se tu funcionaste fora das normas, tem consequências. Mas nas questões de género, se não fizeste, ainda que tenha uma política, vamos fazer próximo ano. Temos outras prioridades. Então é super cansativo porque tu te perguntas até que ponto existe um compromisso institucional. (...) E muitas vezes queremos avançar agendas lá fora, quando dentro das próprias instituições, esquece. Então às vezes tens que lidar com politiquices dentro, tens que lidar com politiquices lá onde ela foi feita, lá do outro continente...é cansativo. E às vezes tu tens que te submeter a coisas que tu estás completamente contra. E estás totalmente contra com uma base, não porque te apeteceu estar contra. Mas porque não tens o poder de decisão (Entrevista a Unaiti Costa).

No entanto, Kátia Taela alerta para o perigo desta separação, alegando que o mais importante não são as vias pelas quais certas pessoas entraram no campo ou como elas se identificam, mas sim em como essa aproximação ao trabalho com questões de género vai aos poucos mudando as suas visões e identidade:

Uma coisa muito interessante que eu discuto um pouco na tese é como - e olhando para o perfil das feministas - nós surgimos no feminismo, cada uma de nós. Como nós encontramos o feminismo. Isso é um aspecto. Mas outro é também a mudança de linguagem. A Graça Machel hoje é referida como activista social. Então, o pessoal da ONG, são profissionais, gestores de programa, directores de programa, de ONGs, eles assumem-se (...) Esse dizer, esse acto de dizer eu sou activista, eu vejo duas coisas. Eu vejo uma coisa que é lidar com essa crítica de que o pessoal de ONGs é

privilegiado, é alienado, que de facto não sai às ruas quando há manifestações (...) é um certo resguardo em relação a esse discurso. Mas, por outro lado, eu também acho que há genuinamente...as pessoas estão a mudar e são expostas, bebem de várias influências. Então, de facto, se percebem como activistas. No sentido de...entre o constrangimento de obedecer a estas normas e de me pronunciar, eu vou escolher essa identidade, vou adoptar essa identidade de activista e vou me pronunciar. (...) que a pessoa já percebeu que, para ela, aquilo já não é mais um trabalho, é uma coisa que ela vive no dia a dia, é a sua bandeira, a sua causa. Então também há isso (Entrevista a Kátia Taela).

Para Kátia, esta distinção entre quem é activista de verdade e quem está apenas a cumprir o seu trabalho é também contraditória quando se analisa a realidade do campo em análise. Para a pesquisadora e interlocutora desta pesquisa, a tendência em enquadrar a profissionalização como algo negativo ou como uma despolitização não leva em conta o facto de que este foi o principal caminho para a entrada de várias mulheres no campo e descoberta do feminismo (TAECLA, 2017; ALVAREZ, 2009). Kátia faz um desafio:

(...) mostra-me uma que tenha encontrado o feminismo fora do ambiente de trabalho. Eu não conheço. Então eu penso que essas divisões, isso são discussões infrutíferas, de verdade. (...) Há isso da pessoa procurar e ver até que ponto as tuas acções condizem com o teu discurso. É isso. Mas por outro lado, também, tem muito essa coisa de julgar o outro, essa coisa prescritiva. E às vezes são falsas expectativas. Eu nos últimos anos, Catarina, aprendi a aceitar as contradições. As contradições, elas são parte da vida. Nós somos seres contraditórios. Nós todos os dias lidamos com uma série de contradições. Claro, isso não justifica...e essa ideia de processo, nós estamos em processo. De lidar, resolver, visibilizar, contradições que enfrentamos. Isso é um aspecto. O outro aspecto é que, de facto, tornou-se uma indústria. Como várias áreas se tornaram uma indústria. Sim. O trabalho na área de género apanhou disso, sofre com isso. Mas agora também há muita gente que chegou a posições, pensando que isto é mais um emprego, e que mudou, que aprendeu a conhecer-se, a ler a realidade à sua volta de outra forma e que se transformou e que transformou pessoas à sua volta (Entrevista a Kátia Taela).

Para Shaísta, as pessoas não têm que necessariamente se definir como feministas para lutarem pelos direitos das mulheres, uma vez que este é apenas um conceito. A prática, essa sim, é importante:

Essa separação, tipo aquela é feminista, aquela é defensora, é *just gender equality*, aquela é *gender professional*, faz aquilo pelo trabalho, é a profissão dela...eu acho que isso é problemático. É problemático porque esse encaixotamento, essa rotulação é super perigosa e eu acredito que países que estão muito para a *frentex* no âmbito destas discussões se calhar passaram por isso. E eu não acho, honestamente, que as pessoas se devam definir como feministas para defender a agenda das mulheres. Não acho. Mas eu sinto que, agora que eu estou mais do outro lado, que eu não estou mais no sistema, eu sinto que há essa visão. A forma como a gente olha para as pessoas que estão nas organizações, as pessoas que têm o poder de decisão, principalmente, ou as pessoas que são figuras públicas, principalmente. Se essa pessoa faz parte da nossa agenda ou não. Se não está connosco, parece estar contra nós. Mas eu vejo uma maravilha na pluralidade que a gente pode dar a este assunto. (...) É bem recebida por algumas e não é por outras. Mas se calhar até é bom, né? Bom, o movimento de

mulheres não tem que ser todo uniforme. A gente tem que ter essas diferenças e tudo o mais. Mas eu sempre, pessoalmente, tenho muito cuidado com isso. (...) se não tivermos cuidado, esse discurso fica separatista. (...) então eu acho que é um debate que temos que ter, se calhar, e se calhar esse debate pode ser intergeracional ou não. (...) Nós precisamos de criar mais espaços para engajamento de novas pessoas, de novas associações. A gente acaba se conhecendo, é um círculo, né? E a entrada para este círculo é muito individual. É alguém nova que está a trabalhar na MULEIDE ou no FM e então ela cresce assim, cresce muito de pessoas novas que trabalham dentro dessas organizações. (...) a ideia de termos novas pessoas a discutirem o assunto, algumas que se identificam com o feminismo, outras não. Mas eu vejo, por exemplo, o nascimento de várias associações que falam sobre a importância da valorização da mulher, essas outras coisas, sem necessariamente se identificarem com o feminismo. Se calhar algum dia, daqui a uma geração, essas diferentes mulheres poderão fazer parte do movimento feminista de Moçambique. Se calhar não. E se não, quais são as fraquezas? São questões para pensar (Entrevista a Shaísta de Araújo).

Isto mostra como algumas organizações de mulheres em Moçambique, mesmo amarradas a compromissos, agendas e dependentes de financiamentos, têm sido essenciais na construção e circulação dos discursos que constituem o campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, mesmo que estes não sejam totalmente consensuais e que estejam continua e constantemente a ser contestados e ressignificados. Com as suas sedes e gabinetes, orçamentos, áreas específicas de actuação, produção de material temático para distribuir, serviços administrativos, equipa de pesquisa e divulgação, elas actuam como nós articuladores do campo, ajudando a enredar diferentes actores, individuais e colectivos, e articulá-los discursivamente (ALVAREZ, 1999; 2009; 2014; TAELA, 2017; GOMES, 2018).

O material que a WLSA produz, por exemplo, é amplamente distribuído e circula não só pelas organizações de mulheres, como também entre alunos universitários e secundários. Algumas das interlocutoras mais novas afirmam ter tido contacto com o feminismo através da leitura dos artigos produzidos pela organização, quando estavam na universidade. Para além disso, é um material usado no trabalho de *lobby* e advocacia, assim como em actividades educacionais e de conscientização.

Em parte produto das reflexões que as interlocutoras mais jovens têm feito em relação ao funcionamento das organizações de mulheres, tem havido entre a geração mais jovem um cada vez maior interesse em actuar noutros espaços menos institucionalizados, assim como em pensar novas formas de actuação. Isto tem resultado numa lenta, mas evidente expansão e diversificação do campo, apesar das organizações de mulheres continuarem a ser os seus actores mais visíveis e fortes. As redes sociais, os *blogs*, a cena cultural e artística, o ativismo (arte e activismo) e a criação de movimentos de mulheres jovens são alguns dos espaços para onde se tem expandido e diversificado este campo. No entanto, e paradoxalmente, estes novos espaços

surgem num contexto político e social muito difícil, sentindo-se um certo retraimento na actuação de alguns destes actores, questões que analisarei no capítulo que se segue.

Capítulo 4

“Comecei a ter vocabulário para nomear a minha experiência”: a intervenção contra o uso de maxi-saias, jovens feminismos e novos espaços de actuação

Fragmento: o sangue ferve, vou fazer o quê?¹⁴⁵

Lembro-me que foi a pior situação pela qual passei como formadora, mas a verdade é que era 11 anos mais nova e inexperiente. Parte do meu trabalho como Técnica de Género da Rede Salesiana de Formação Profissional (RSFP) era administrar um módulo de género, como tema transversal, a professores do ensino técnico-profissional. Uma das actividades da formação consistia em pedir aos professores que, em grupo, discutissem como agir em relação a uma série de situações que pudessem surgir no seu dia a dia como educadores. Uma delas era decidir o que fazer se tivessem conhecimento de um colega que assediava as alunas e exigia sexo em troca de notas. Ingenuamente, convenci-me de que os professores rechaçariam tal comportamento, decidindo denunciar o colega à direcção da escola. No entanto, o oposto aconteceu e o que começou como um debate entre diferentes grupos de professores depressa se converteu em gritaria e eu rapidamente perdi o controle da situação. Os professores (na sua grande maioria homens) afirmaram que jamais denunciariam um colega, pois ele poderia perder o emprego, e que as alunas são as culpadas deste tipo de situação, uma vez que não se dão ao respeito e vão para a escola com roupas curtas e justas. Que eles são homens e que o sangue ferve, por isso não se poderiam responsabilizar por assediar ou ter relações sexuais com alunas, ainda para mais porque quando chamavam os encarregados de educação, apareciam mães com roupa mais inadequada ainda, segundo eles. Este tipo de pensamento não é incomum. Culpar as mulheres pelo assédio que sofrem é recorrente um pouco por todo o mundo. No caso de Moçambique, esta questão se estende a vários níveis, sendo exemplo disso o facto de várias instituições públicas, inclusive universidades, impedirem as mulheres de entrarem nos edifícios vestidas com roupa ajustada ao corpo, roupa curta acima do joelho, sem mangas, decotes grandes, roupa transparente e brilhante, *jeans* rasgadas, entre outras

¹⁴⁵ Este fragmento é um retalho das memórias das interlocutoras que estiveram na intervenção e das que acompanharam o acto de perto, assim como de uma série de comunicados e textos de opinião divulgados no site da WLSA Moçambique, nomeadamente *As Irregularidades no Processo de Expulsão de Eva Anadón Moreno* (TRINDADE, 2016), *Nós Todas Somos Eva* (FÓRUM MULHER, 2016), *A Precariedade da Situação das Mulheres em Moçambique* (ARTHUR, 2017), *O Activismo Pelos Direitos Humanos Sob Ataque?* (WLSA MOÇAMBIQUE, 2016a), *As Maxi-Saias - do Resgate da Decência à Feminização da Indecência das Escolas* (VELEMO, 2016) e *Quem Tem Medo dos Direitos das Crianças?* (WLSA MOÇAMBIQUE, 2016b).

peças consideradas inadequadas¹⁴⁶. Eu própria já fui impedida de entrar em vários edifícios do governo, como ministérios e direcções nacionais, porque estava com um vestido sem mangas. A minha mãe, enquanto deputada da Assembleia da República, foi impedida de entrar pela mesma razão e, mesmo uma colega lhe oferecendo uma *echarpe* para cobrir os ombros, recusou-se a usá-la. Durante uma entrevista realizada no edifício do CEA/UEM, uma das minhas interlocutoras, Withney Sabino, que havia saído para atender uma chamada, foi impedida pelo segurança do edifício de voltar ao gabinete onde estávamos por estar com uma blusa de alças (ela havia entrado de casaco). Os exemplos são infinitos e as razões pouco variam¹⁴⁷. Por tudo isto, não foi surpresa quando, em 2016, foi divulgado na imprensa que uma das maiores escolas secundárias de Maputo - além de outras escolas da cidade - havia instituído a obrigatoriedade do uso das maxi-saias para as alunas, de modo a evitar os assédios¹⁴⁸. Este episódio despoletou uma onda de protestos entre algumas organizações¹⁴⁹ que,

¹⁴⁶ Esta regra estende-se também aos homens, onde no caso de algumas universidades não podem usar calções, regatas, calças de cintura baixa, chinelos, tranças ou *dreads* no cabelo, brincos, entre outros.

¹⁴⁷ Há alguns anos, uma campanha publicitária de uma grande fundação em Moçambique, vinculou o uso de *jeans* justas e de cintura baixa (vulgarmente conhecidas como *tchuna baby*) à propagação do HIV/SIDA. A mensagem passada era a de que os homens compravam esta peça de vestuário - oriunda do Brasil - para oferecer a jovens e adolescentes em troca de favores sexuais. Na dita publicidade, constavam frases como “Quem te dá um ‘*tchuna baby*’ também te dá o HIV” e “Com o ‘*tchuna baby*’ também podes ser portadora do HIV”. A ligação do vestuário à propagação do HIV/SIDA tem sido, ao longo dos anos, duramente rechaçada pelas organizações de mulheres, como pode ser visto num comunicado de imprensa de 2006, do FM, intitulado Não é Controlando o Vestuário das Mulheres que se Pode Travar a Epidemia do SIDA (FÓRUM MULHER, 2006).

¹⁴⁸ A origem da decisão do uso obrigatório das maxi-saias foi alvo de algumas divergências, uma vez que as informações fornecidas pelas interlocutoras e pelos artigos consultados não coincidiam. Os documentos disponíveis no site da WLSA Moçambique referem-se a uma notícia que saiu no Jornal Notícias, assim como a uma reportagem do canal de televisão local Miramar, sobre a suposta obrigatoriedade do uso das maxi-saias em algumas escolas secundárias de Maputo. Já algumas interlocutoras se referem a um despacho vindo do Ministério da Educação e a uma fala do Ministro, para quem as escolas não seriam lugares para desfiles de moda. Fuva Muimambo lembra que “(...) foi uma medida introduzida por algumas escolas, nem foi primeiramente pelo Ministério da Educação. Depois o Ministério da Educação apropriou-se, disse que as meninas tinham de usar maxi-saias porque as saias curtas eram um factor que influenciava necessariamente a violência pública no geral, mas também a violência sexual”. Withney Sabino conta que foi elaborado um regulamento pela Direcção Nacional de Educação, mas que este “(...) foi feito, com cláusulas para homens também. Como atenuante. E foi-se atenuando até desaparecer. Foi-se alterando o regulamento até ele desaparecer.” Em relação à intervenção por parte das organizações, ela esclarece que “(...) a informação que se difundiu, foi de má percepção por parte das organizações, das associações, que correram para reivindicar uma coisa que não conheciam. Porque, no fim do dia, não se disponibilizou o regulamento. Porque só publicaram. E só publicaram aquela cláusula e depois acabou ficando “ah, isso até é bom para as meninas porque aí as suas pernas não queimam com o sol” e aquilo foi o regulamento de uma escola, que é a Francisco Manyanga. E como se não fosse suficiente, foi resultado de uma reunião de pais e encarregados de educação, que assim quiseram porque não têm dinheiro para comprar uniforme todos os anos e as raparigas naquela fase crescem muito e a saia vai ficando curta. Então, se a saia for maxi, epá, dá para usar eternamente (...) começou-se a difundir que o regulamento não veio do ministro nem do ministério e nem da direcção, mas da escola, em decorrência da reunião de pais e que foi uma má divulgação da mídia e as associações, mal informadas que são e estúpidas e ingénuas e muito precipitadas, correram para fazer manifestação sem terem informação e conhecimento de causa.

¹⁴⁹ Para além do FM, as outras organizações que se juntaram ao protesto foram a WLSA Moçambique, a MMM, a Pathfinder International, a Rede de Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSR), a Levanta-te Mulher e

sob coordenação do FM, programaram uma intervenção de rua¹⁵⁰, nas imediações da dita escola, consistindo na leitura pública de um comunicado de imprensa¹⁵¹, assim como na apresentação de uma peça teatral. Esta intervenção foi divulgada através do próprio comunicado e por meio de um cartaz que circulou entre activistas, nas redes sociais (*e-mail, Facebook e Whatsapp*). O tema da peça, que foi concebida por um colectivo de meninas do ensino secundário, centrava-se nos problemas que enfrentam no dia a dia¹⁵², nomeadamente o aumento da violência nas escolas, assim como nas normas que pretendem controlar o seu vestuário, colocando nelas a culpa pelas agressões sexuais que sofrem de professores e colegas. No dia marcado para a intervenção, um grupo de jovens reuniu-se na sede da WLSA Moçambique para a confecção de cartazes a serem apresentados no acto, que diziam coisas como “Eu não me visto para ti”, “Minha saia não me faz mais santa nem mais puta”, “Minha saia não é um convite”, “Toma o controlo do teu pénis”, “E as mini-saias dos bebés e das idosas violadas?”, “Governo: quando vai dar um basta às violações sexuais?” e “A tua falta de controlo não é da minha conta”. Terezinha da Silva lembra que *“eu, a Conceição [Osório] e a Ana [Loforte], não tínhamos gostado dos dizeres dos cartazes. Eram um bocado insultuosos. (...) A falar sobre pénis, assim, sabes? Epá, essas palavras...mas elas estavam todas aí. Mas isso não era razão para fazerem o que fizeram, né? (...) acharam que a sociedade civil não devia contestar um decreto ministerial. Para marcar o seu autoritarismo, a polícia. Para assustar, para dizer "vocês vão ficar caladas agora". É mais para isso. (...)”*. Os cartazes em questão não chegaram a ser exibidos, assim como a intervenção a acontecer e nem o comunicado a ser lido, uma vez que à hora marcada, já a Polícia da República de Moçambique (PRM) se

Siga o Seu Caminho (LEMUSICA/Chimoio), a ASCHA, o MOVFEMME e o Fórum Nacional de Rádios Comunitárias (FORCOM).

¹⁵⁰ Precisei ter algum cuidado com a forma como caracterizo este episódio, que em vários meios de comunicação e redes sociais ficou conhecido como uma marcha ou manifestação. No entanto, algumas interlocutoras corrigiram-me várias vezes, esclarecendo que *“não era marcha, eu sempre costume dizer que não era marcha. Enquanto as pessoas não perceberem que não era marcha, era apenas uma manifestação cultural, quer dizer, uma acção afirmativa usando a arte. Uma acção afirmativa no sentido de repudiar uma atitude que achávamos que era contra os direitos humanos das mulheres e das raparigas* (Entrevista a Dalila Macuacua). Neste sentido, uso o termo acto, acção, intervenção ou acontecimento para me referir ao ocorrido.

¹⁵¹ Este comunicado de imprensa referia vários exemplos de violação dos direitos das mulheres e raparigas na educação (TRINDADE, 2016).

¹⁵² O comunicado de imprensa elaborado pelo FM e assinado por uma série de organizações fazia menção a exemplos de violação dos direitos das mulheres e raparigas na educação, nomeadamente o Despacho nº 39, que obriga as estudantes grávidas a serem transferidas para o curso nocturno, os castigos corporais impostos às meninas por alguns professores, o aumento do assédio sexual, a passagem de adolescentes de ambos os sexos para as classes nocturnas alegadamente por falta de vagas, com a consequente desistência escolar, e o controlo do vestuário das raparigas (WLSA MOÇAMBIQUE, 2016b).

encontrava no local. Estavam ali reunidas principalmente raparigas, alunas de escolas primárias e secundárias, assim como representantes do MOVFEMME, da ASCHA e de outras organizações de mulheres. Estavam presentes, também, algumas mulheres estrangeiras, nomeadamente brasileiras integrantes do grupo Loucas de Pedra Lilás e a espanhola Eva Anadón Moreno, funcionária do Secretariado Internacional da MMM, sediado em Moçambique. Assim que os cartazes foram retirados do carro por uma activista e amontoados na calçada, foram imediatamente confiscados pela polícia, que alegou falta de permissão¹⁵³ e informou que estes deveriam ser recuperados na esquadra da polícia. Após questionarem esta acção brusca, as activistas decidiram continuar com o combinado mesmo sem os cartazes, que não eram um item essencial. Logo os policiais insistiram em saber quem eram as organizadoras da acção e, insatisfeitos com a resposta de que se tratava de uma acção organizada colectivamente por organizações e pessoas, agarraram bruscamente as activistas brancas que ali se encontravam e arrastaram-nas, ignorando completamente os protestos das restantes activistas negras e mistas que estavam juntas. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, um grupo de jovens afastou-se um pouco e começou a entoar uma série de canções, nomeadamente *“quando as mulheres se unirem, o patriarcado vai cair/quando as meninas se unirem, o machismo vai cair/quando as mulheres se unirem, a violência vai cair/vai cair, vai cair, vai cair”* - frases repetidas por jovens da ASCHA em dois eventos que assisti, a Semana da Mulher e o Fórum Distrital de Género, claramente por influência da MMM. Foi o que bastou para que os policiais se enervassem e corressem até aos carros para buscarem as suas armas, o que por sua vez assustou as raparigas que correram desesperada e descontroladamente em todas as direcções, inclusive para o meio da estrada. Nessa altura, algumas activistas mais velhas enfrentaram a polícia, questionando a sua atitude e chamando a atenção para o perigo das raparigas serem atropeladas, ao mesmo tempo em que filmavam e tiravam fotos da acção da polícia. Estes rapidamente detiveram e algemaram cinco das activistas que mais os questionavam, apreendendo celulares e máquinas de fotografia. Quando as levavam para a esquadra, chegaram ao local tanques da Força de Intervenção Rápida (FIR), assim como cães de polícia. Os relatos mostram que houve, por parte da imprensa e da polícia, um interesse e insistência em mostrar a presença de activistas

¹⁵³ A intervenção não foi previamente comunicada às autoridades civis e policiais, porque as organizadoras entenderam que se tratava de uma actividade pequena, realizada na calçada, sem interromper a normal circulação de pessoas e viaturas.

brancas, como forma de tornar aquela acção suspeita. Várias activistas relataram que, também na esquadra, a polícia insistiu para que se considerassem as activistas brancas e estrangeiras as líderes da acção, o que foi veementemente negado repetidamente. Depois de mais de seis horas, as cinco activistas detidas acabaram por ser soltas sem, no entanto, se ter aberto nenhum auto, tendo elas apenas apresentado os seus documentos e deixado os seus endereços antes de saírem. Apenas uma das activistas, a espanhola Eva, foi importunada nos dias que se seguiram, tendo sido vigiada por pessoas não identificadas e não fardadas. Doze dias depois, num processo entendido pelas organizações e activistas envolvidas na acção como altamente irregular¹⁵⁴, Eva acabou sendo deportada do país, alegadamente porque *“se envolveu activa, aberta e publicamente numa manifestação ilegal, promovida por algumas organizações da sociedade civil, alegadamente em protesto contra a obrigatoriedade de uso, nas escolas primárias e secundárias, de saias cujo cumprimento deve ultrapassar os joelhos (...) com dizeres ofensivos aos bons costumes da República de Moçambique”* (FÓRUM MULHER, 2016), sendo impedida de voltar ao país por um período de dez anos.

Segui o desenrolar deste acontecimento, à distância, com bastante surpresa e apreensão. A verdade é que, desde 2013, Moçambique vive num contexto de muita tensão política e militar¹⁵⁵, a qual vinha acompanhando através das redes sociais. Para além disso, nos últimos 15 anos, o partido Frelimo e o governo no poder - que muitas vezes se confundem - têm vindo a praticar uma política de criminalização daqueles que criticam ou se opõem às políticas e posições do partido, chamando-os de “apóstolos da desgraça” e acusando-os de estarem alinhados com doadores internacionais que buscam minar a soberania nacional, impondo as suas próprias agendas (CASIMIRO e TRINDADE, 2019).

São vários os exemplos de académicos, economistas, juízes, advogados, jornalistas e procuradores que sofreram ameaças, processos, tentativas de assassinato e sequestros por serem publicamente críticos ao governo e partido no poder em relação a questões de corrupção, assim

¹⁵⁴ Sobre as irregularidades no processo de expulsão de Eva Anadón, ver TRINDADE (2016).

¹⁵⁵ As tensões entre a RENAMO e o governo no poder nunca deixaram de existir, mesmo após os Acordos de Paz em, 1992. As sucessivas irregularidades nas eleições, uma lei eleitoral desajustada e a difícil integração dos ex-guerrilheiros da RENAMO no exército nacional foram os principais pontos que aumentaram estas tensões. Isto levou a que, em 2013, se iniciassem uma série de confrontos entre a polícia e homens da RENAMO, dando início a um novo conflito armado. Nesse mesmo ano, a RENAMO recusou-se a aprovar a Lei Eleitoral e não participou nas eleições autárquicas. Nas eleições gerais de 2014, a RENAMO perdeu e acusou a Frelimo de fraude, levando o país de volta a um palco de guerra. Mais detalhes sobre o conflito armado podem ser consultados em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-guerra-civil-com-pausas-de-paz/g-41262564>.

como a decisões governamentais no que diz respeito a questões políticas e económicas. Entre 2015 e 2016, um advogado, um juiz e um procurador foram, inclusive, assassinados a tiros pelas suas posições críticas¹⁵⁶.

As organizações de mulheres e feministas não têm ficado de fora destes ataques. Nos últimos anos, estas têm tentado combater os crescentes esforços para controlar o corpo das mulheres e a sua forma de vestir. Em várias ocasiões, como algumas descritas em notas de rodapé acima, o FM, juntamente com outras organizações de mulheres, assumiu posições e emitiu declarações expressando o seu descontentamento com essas acções. Graça Samo, então Directora Executiva do FM, uma das pessoas mais vocais e públicas dentro do campo em análise, foi uma das primeiras activistas feministas a falar abertamente sobre a perseguição de que foi alvo. Numa publicação na sua página pessoal do *Facebook*, Graça relatou ter recebido um telefonema de alguém próximo, incumbido de a alertar para o facto de estar a falar demais. Que ela poderia criticar, mas com limites. Que, ao contrário do que ela pensava, o FM era sim uma organização partidária, porque na sua composição havia membros do partido Frelimo. Não querendo se estender por questões pessoais e privadas, terminou a postagem declarando que não aceitava a ameaça, não seria silenciada e continuaria a denunciar este tipo de atitude (CASIMIRO E TRINDADE, 2019).

O campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género tem se multiplicado, diversificado e ganhado força e visibilidade - a vários níveis e em áreas urbanas e rurais - principalmente através da articulação com organizações feministas locais, regionais e internacionais. Ao mesmo tempo, o activismo e a visibilidade de raparigas e jovens mulheres que actuam em organizações de mulheres e feministas deram origem a várias formas de controle e/ou repressão por parte das estruturas governamentais e do partido no poder. Acções como a narrada no fragmento que abre este capítulo são um exemplo das maneiras pelas quais o governo tem tentado controlar as acções das activistas e das organizações. Um dos aspectos mais poderosos da repressão estatal ao activismo feminista e de género tem sido o enquadramento do feminismo como uma intromissão estrangeira. Mais uma vez, o relato que abre este capítulo é disso exemplo, uma vez que Eva era estrangeira, foi acusada de ser a organizadora da intervenção e expulsa do país. O Estado tem identificado as alianças entre organizações locais, regionais e internacionais de mulheres e feministas como um problema para a manutenção da ordem. Estas alianças estão, de facto, a fortalecer as capacidades das

¹⁵⁶ Para mais detalhes sobre estes casos, ver CASIMIRO e TRINDADE (2019).

organizações e das activistas de modo a desafiar as estruturas de poder. No entanto, os ataques sofridos têm, ao mesmo tempo, forçado a momentos de retraimento e reflexão.

Um dos aspectos que mais me surpreendeu no acompanhamento - através do *Facebook* - do processo de prisão e expulsão da activista Eva Anadón, foram as postagens e comentários de teor racista, xenófobo e misógino, dirigidos não só a ela mas também às outras activistas feministas que se envolveram na intervenção. Para além disso, foi elogiada a intervenção da polícia e o uso excessivo da força, assim como aplaudida a medida de cobrir as raparigas na escola, de forma a esconder a malícia dos seus corpos. Questionou-se o porquê de uma estrangeira estar envolvida em assuntos que não lhe dizem respeito, assim como o feminismo, essa prática que vem do estrangeiro e que não tem nada a ver com a cultura local¹⁵⁷.

Esta questão é levantada no comunicado lançado pelo FM em resposta à expulsão de Eva Anadón, intitulado Nós Todas Somos Eva, onde se questiona a acção da polícia e dos meios de comunicação, assim como se enfatiza o facto de se tratar de uma mulher branca e estrangeira - a “mão estranha” que busca destruir o país, instalando a desordem e o caos - alvo fácil para servir de exemplo às outras feministas que contestam as acções do governo (FÓRUM MULHER, 2016).

Quando cheguei a campo, em Março de 2017, um ano após a expulsão de Eva Anadón, este ainda era um assunto bastante presente e doloroso. Foi-me relatado, múltiplas vezes, que ele fragilizou e provocou um retraimento no interior do campo, mas ao mesmo tempo, conduziu a um processo de reflexão sobre a identidade e as formas de actuação das jovens feministas. Mesmo tendo lido todos os artigos que saíram na altura, assim como acompanhado, através do *Facebook*, tudo o que foi sendo postado sobre o caso, ainda me custava entender como uma aparentemente simples intervenção tinha chegado àquele ponto. Nunca tinha acontecido algo assim e, quando partilhei com a minha mãe, Isabel, essa inquietação, ela justificou através da descrição da situação que se começou a viver de há uns anos para cá:

A partir de 2013 as posições começam a extremar-se, dentro do FM. Quer dizer, dentro do FM e entre o FM e o partido Frelimo, a OMM e o Estado, etc. Porque, de facto, este Estado tem muita dificuldade em aceitar a diversidade de opiniões, de organizações, etc. (...) porque este é um governo que de facto, fala de democracia mas não vive essa democracia e não aceita posições diferentes, se nós formos a ver. Se tu

¹⁵⁷ Tem havido, ao longo dos anos, outros exemplos de ataques pessoais - principalmente nos meios de comunicação e nas redes sociais - a activistas que se identificam como feministas. Um dos primeiros exemplos mediáticos aconteceu quando algumas organizações e activistas feministas, entre elas o FM, se revoltaram e lançaram um comunicado de imprensa contra a campanha publicitária de uma grande marca de cerveja nacional que usou a imagem do corpo de uma mulher como uma garrafa de cerveja. Choveram ataques contra elas nas redes sociais, principalmente o *Facebook*, chamando-as de mal-amadas, divorciadas e toda uma série de insultos pessoais.

criticas aquilo que está a acontecer, se tu criticas a corrupção, se tu criticas os problemas em relação aos direitos humanos, tu estás a afectar um governo que não consegue aceitar a diferença. E quando a gente falava antes, diziam que nós éramos os apóstolos da desgraça. E hoje, de alguma maneira, tu sentes isso. Aquilo que aconteceu o ano passado, com aquelas cinco mulheres que foram presas, é muito grave. Muito grave aquilo que aconteceu! Nós estamos num novo governo, um governo que estava a falar de dialogar (...) a verdade é que a gente faz aquela manifestação e as pessoas não gostaram. O governo. (...) porque eles não aceitam a pluralidade de opiniões. Porque se tu dizes que não estás de acordo com qualquer coisa, é como se tu estivesses a favor dos outros e tu não estás a favor dos outros. Tu estás a criticar, o que não significa que tu sejas a favor da RENAMO. E é isso que esta gente não consegue entender. Tu estás a criticar um, mas isso não significa que tu sejas a favor da RENAMO. Esse é um dos grandes problemas que nós estamos a enfrentar aqui. Temos muita dificuldade em reconhecer isso. (...) a verdade é que a gente sente um afastamento da OMM, na medida em que o FM ou outras organizações como a WLSA defendem as suas posições como independentes. Aquilo que eu sinto é que nós ainda temos um caminho longo a percorrer, para que se aceite um Estado de direito, para que se aceite a despartidarização a todos os níveis. (...) e nós sentimos isso no que diz respeito às organizações de mulheres. Têm que ser apartidárias. Portanto, isso são coisas que a gente sente permanentemente (Entrevista a Isabel Casimiro).

Withney Sabino esteve presente numa parte da intervenção contra as maxi-saias. Jovem feminista, membro do MOVFEMME e da Organização da Juventude Moçambicana (OJM), liga juvenil do partido Frelimo, ela contou que a intervenção da polícia foi muito bem pensada e com um alvo em mente, uma presa fácil, a estrangeira que serviria para dar uma lição à sociedade civil. Uma sociedade civil que, segundo ela, é entendida como sendo constituída por ONGs internacionais que vêm destruir os valores locais, dividir para reinar e que apoiam a oposição.

Outra justificativa trazida por algumas interlocutoras como forma de compreender o que aconteceu - e que foi referida por Isabel Casimiro na fala acima - diz respeito a uma incapacidade das pessoas, em geral, questionarem as acções do governo. Isto leva a que toda e qualquer tentativa de contestação seja mal interpretada, como um ataque ao governo. Fuva Muiambo, membro do MOVFEMME, do Graal Moçambique e licenciada em Relações Internacionais, analisa a situação que se viveu como sendo uma consequência das pessoas não terem sido ensinadas a questionar, o que impede que se desenvolva uma consciência de acção, de transformação social. É necessário, então, criar um processo de consciencialização, papel que, no seu entender, as ONGs têm vindo a desempenhar.

Há ainda um outro aspecto que diz respeito ao facto da maior parte das jovens feministas que participaram na acção, assim como as suas respectivas organizações ou movimentos, não serem conhecidas fora do universo das organizações de mulheres. Este desconhecimento, aliado ao contexto político na época criou, na opinião de Shaísta de Araújo, as condições perfeitas para que a acção fosse percebida como uma ameaça à ordem. Para além disso, Shaísta acredita

que o acontecido mostrou a importância de se criarem ou fortalecerem os laços existentes entre as organizações de mulheres e feministas e o Estado. Mais do que isso, mostrou a importância dos laços entre as gerações anteriores, mais experientes e mais conhecidas, e as mais novas, que começam agora a sua caminhada.

A partir deste episódio, que marcou e reprimiu de forma traumática as actividades públicas de grande parte das organizações e movimentos, o presente capítulo tem como objectivo descrever e analisar o surgimento, nos últimos 10 anos, de grupos e organizações formados essencialmente por mulheres jovens que se definem como feministas e que vêm reivindicando visibilidade e legitimidade como sujeito político colectivo (ZANETTI, 2011; SORJ E GOMES, 2014; CARMO, 2018), ou seja, como jovens feministas. Estes grupos, que trazem novas formas de actuação, surgem de diferentes frentes e que usam uma série de novos recursos, como por exemplo as redes sociais e o ativismo (arte+ativismo), contribuíram para uma multiplicação do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género e para um *sidestreaming*¹⁵⁸ das ideias e práticas feministas (ALVAREZ, 2014). Organizações e movimentos como a Associação Sócio-Cultural Horizonte Azul (ASCHA) e o Movimento das Jovens Feministas de Moçambique (MOVFEMME) em muito contribuíram para este processo e o seu surgimento e actuação servem para ilustrá-lo e analisar uma série de questões a ele ligadas, nomeadamente as lutas desta nova geração por espaço, protagonismo e legitimidade, as suas reivindicações, formas de actuar e principais problemáticas/pautas e a relação com as gerações mais velhas. Aqui, as descobertas e experiências pessoais das interlocutoras com o feminismo, a forma como este entrou no vocabulário e na identidade de algumas organizações, assim como as reações negativas a ele relacionadas são centrais. Para além disso, busco analisar a participação dos homens neste campo, através do surgimento recente de organizações e redes voltadas especificamente a temas como as masculinidades e como as mulheres de diferentes gerações analisam esta participação. Questões centrais neste período actual, nomeadamente a influência do Brasil - através da Marcha Mundial de Mulheres - no vocabulário e práticas de ativismo, assim como as relações e articulações entre todos estes actores individuais e colectivos actualmente (organizações, movimentos, governo, entre outros) serão tratadas também neste capítulo, através das experiências das interlocutoras e da minha circulação pelos diferentes espaços que compõem o campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género.

¹⁵⁸ Por *sidestreaming*, Sonia Alvarez se refere ao “(...) fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas” (ALVAREZ, 2014:17).

4.1 “As boas meninas e as feministas”¹⁵⁹: a recusa do feminismo como prática local

O discurso que Samora Machel proferiu aquando da criação da OMM ficou, como indiquei no capítulo 1, no imaginário de muitos moçambicanos e moçambicanas, em grande parte pelo posicionamento da FRELIMO em relação à importância da emancipação das mulheres e à sua participação na luta armada e na reconstrução do país. No entanto, uma pequena parte do discurso, desconhecida pela maioria, é tida como uma das razões pelas quais o feminismo foi e continua a ser mal interpretado em Moçambique. Isabel Casimiro explica que

Apesar da FRELIMO ter tido uma posição tão revolucionária, para o seu tempo, em relação à participação das mulheres na luta, a verdade é que em 1973, quando é criada a OMM, Samora Machel ataca veementemente o movimento feminista. Que era o ataque na altura. Quer dizer, parece que é decalcado, cuspidor e escarrado daquilo que se passava com os partidos comunistas a nível internacional. (...) Então no nosso caso, o presidente Samora Machel falava que libertar a mulher é libertar o país e que não se pode libertar o país sem que a mulher esteja liberta, que essa libertação é concomitante, a libertação da mulher não pode aguardar pela libertação do país. Apesar disso, Samora Machel criticou veementemente o movimento feminista como um movimento de mulheres lésbicas, descontentes, solteiras e etc. Como esse discurso é O discurso em relação à emancipação da mulher e mais do que conhecido, então ninguém falava de feminismo, as pessoas tinham medo. E o que é engraçado é que o título¹⁶⁰ do discurso é que atraiu feministas de todo o mundo para virem para cá. Acho que elas não leram muito bem depois essa crítica de Samora contra o feminismo. O que até se pode entender. Havia imensas. A Signe Arnfred, que trabalhou na OMM. Que é bastante crítica em relação à OMM, em relação aos feminismos, em relação a muita coisa. É porque elas conheciam o discurso, mas chegam aqui e vêem que há uma prática completamente diferente (Entrevista a Isabel Casimiro).

No discurso em questão, Machel não chega a ser explícito na sua crítica, mas o comunicado oficial da 1ª Conferência da Mulher Moçambicana, publicado em 1973 n’A Voz da Revolução, órgão oficial da FRELIMO, faz referência aos chamados “*movimentos de libertação de mulheres que proliferam hoje nos países capitalistas*”. Estes estariam a desvirtuar a definição dos alvos, uma vez que as mulheres dirigem o seu combate contra os homens, acusando-os do estado de opressão e exploração em que se encontram (A VOZ DA REVOLUÇÃO, 1973:6). Machel enfatiza no discurso que

¹⁵⁹ Este é o título de um texto de opinião escrito por Maria José Arthur para o Boletim Outras Vozes, da WLSA Moçambique. Nele, Maria José reflecte sobre a dificuldade de ser feminista e sobre as conotações negativas que são vinculadas ao conceito. Para mais detalhes, ver ARTHUR (2005).

¹⁶⁰ A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo (Machel, 1979).

(...) a contradição antagónica não é entre o homem e a mulher, mas sim entre a mulher e a ordem social, entre todos os explorados, mulheres e homens, e a ordem social. É esta situação de explorada que explica a sua ausência de todas as tarefas de concepção e decisão no seio da sociedade, que a exclui da elaboração das concepções que organizam a vida económica, social, cultural e política, mesmo quando os seus interesses estão directamente afectados (MACHEL, 1979:25).

De forma implícita, o então presidente da FRELIMO critica mais à frente o movimento de mulheres ocidental, afirmando que este mais confunde as mulheres do que realmente as ajuda:

(...) na nossa época presenciamos, sobretudo no mundo capitalista, uma ofensiva ideológica que, sob a camuflagem de luta de libertação da mulher, pretende transformar em antagónica a contradição com o homem, dividindo assim homens e mulheres - explorados - para impedir que combatam a sociedade exploradora. Na realidade, para além da demagogia que encobre a sua natureza real, esta ofensiva ideológica é uma ofensiva da sociedade capitalista para confundir as mulheres, desviar a sua atenção do alvo verdadeiro (MACHEL, 1979:26).

O que está por trás deste discurso, e que continua a estar ligado ao que se entende hoje como feminismo no contexto moçambicano, é a ideia de que se trata de um movimento contra os homens, que coloca mulheres e homens uns contra os outros. O argumento de que a dificuldade em aceitar o feminismo e as ideias que circulam à volta do conceito está, em parte, ligado ao discurso de Samora, é partilhado por algumas interlocutoras. Conceição Osório, por exemplo, explica que a conotação negativa que se atribui ao feminismo dificultou a identificação de mais mulheres com ele. Para além disso, e como mencionei anteriormente, o facto das primeiras mulheres a declararem-se feministas serem brancas ou mistas enfatizou a ideia de que o feminismo é algo que vem de fora:

(...) Dizer-se feminista é colocar-se ao lado daquelas mulheres que queimam os *sutiens*, que andam todas porcas, sujas, são contra os homens, etc etc. E era a visão que o Samora tinha. Mesmo a nível regional, eu lembro-me...quem falou em feminismo a primeira vez foi a WLSA Moçambique. Quando falou em feminismo, nós fomos olhadas...eu lembro de olharem para mim e para a Ximena [Andrade] com uma cara, como quem diz, estas gajas são lésbicas de certeza. E elas declaravam-se não feministas. Só muito mais tarde - e para nós foi uma vitória grande - é que elas se declararam como feministas. Isso é interessante. (...) O termo foi...os homens utilizam - e a sociedade - mas os homens que comandam as hierarquias emprestaram ao feminismo uma roupagem de anti-masculino e não de anti-machismo. E não de pró-direitos. Mas também nós somos responsáveis por isso, porque muitas vezes trabalhamos com o feminismo numa visão reactiva e não proactiva e é mau isso (Entrevista a Conceição Osório).

Isabel Casimiro, da mesma geração que Conceição Osório, também lembra que, quando se começou a trabalhar com questões de género, quase nenhuma mulher se identificava como feminista, pelo medo do que a ele estava ligado:

Eu lembro-me de um debate que foi promovido com o apoio da Signe Arnfred, na anterior sede da WLSA (...) estávamos várias, estava a Leontina dos Muchangos, a Eulália [Temba]...e uma das questões que ela colocava era se somos feministas ou não, se é preciso a gente designar-se como tal ou não interessa, o que interessa é a prática. E eu lembro-me de muitas de nós dizermos que não, não é só um problema da gente se considerar, se assumir. É uma questão de a prática também estar condicente com essa assumpção. Mas lembro-me da Leontina dizer que não, eu não posso dizer que sou feminista. Porque eu acho que ela tinha medo de o dizer, não sei se na altura o marido era ministro. É que ser-se feminista era ser anti-homem, era ser-se considerada uma lésbica, era ser considerada uma mulher triste, sem homem, que não rapava os pêlos, desgraçada, quase que às tantas era uma puta também. E isso era como se fosse também uma afronta à Frelimo. Como as coisas passam! Hoje até a Graça Machel diz que é feminista, né? (Entrevista a Isabel Casimiro)

Conceição Osório toca num ponto importante que foi mencionado por outras interlocutoras, que é a forma como se introduz e trabalha o conceito de feminismo. Para além de ser conotado como académico e por isso distante - pesa ainda o facto das primeiras a assumirem-se feministas terem vindo da academia -, é ainda visto como sendo algo distante da realidade moçambicana. Muitas das interlocutoras que se identificam hoje como feministas, só o fizeram depois de terem passado por uma série de formações que as “despertaram”. É o caso de Dalila Macuacua, Coordenadora da ASCHA, para quem o feminismo

(...) tem esta componente do patriarcado, de que tudo é bom quando é para o homem. E todo o mundo está relacionado com o homem e se você desafia é porque o teu homem não te suporta, porque tu não estás lá com ele, percebes? Ou porque ele não te trata bem. (...) nessa época pregava-se muito que as feministas eram essas mal-amadas e que elas eram destruidoras de lar, principalmente porque as feministas eram aquelas que vinham da academia, já tinham conhecimento, não é? Já sabiam reivindicar as suas posições. Então, para separar o grupo que fazia parte das massas e este grupo que passou pela academia, que se formou, que teve interacção com outros espaços, diziam isso (...) Porque mesmo nós quando nos auto-afirmámos tínhamos receio, mas quando eu tive já o despertar com a Solange [Rocha] e depois trouxe a questão do feminismo de igualdade, de oportunidades de direito, vi que não quero que ninguém me tire o que é meu, não quero que ninguém me pise (Entrevista a Dalila Macuacua).

O facto de mais mulheres, sobretudo jovens, se identificarem como feministas está, em parte, ligado a um exercício de desconstrução das ideias a ele vinculadas, principalmente a ideia de que é algo que vem de fora, estrangeiro, nada tendo a ver com a realidade africana ou moçambicana. Marilú Mapengo, por exemplo, atribui essas ideias ao facto de o conceito estar vinculado ao trabalho das ONGs:

Eu acho que, por exemplo, essa ideia de acharmos que o feminismo vem de fora, é importado e não sei quê, está muito ligado com a forma como as ONGs chegaram e se impuseram. Como todo esse discurso sobre feminismo surgiu, ou de género surgiu, mas é quase consensual que atitudes feministas, que pensamentos feministas, comportamentos feministas existiram e existem em todas as partes do mundo. Que é

simplesmente esse sentimento de indignação perante alguma injustiça que te cabe e acção para mudar isso, seja da forma mais subtil ou mais frontal. Para mim é óbvio que existia feminismo, que existe em todas as partes do mundo. Agora, claro que o nome ou o termo feminismo foi conceptualizado num contexto ocidental e foi desenvolvido num contexto ocidental, numa academia e tal. Então nos chega dessa forma, mas para mim é algo que serve. Que serve no sentido de que encaixa no tipo de atitudes que a gente está a falar e fazer. Poderia se chamar qualquer outra coisa, cebola, batata, o conteúdo desse termo é transversal a tudo o que é cultura. (...) então, na discussão entre feminismo ser um discurso ocidental, etc, para mim é claramente que na forma como é aplicado aqui em Moçambique, por causa da questão das agendas e das ONGs, tem um discurso muito ocidental, tem um discurso muito neo-colonial. Mas isso não significa que toda essa vontade de mudança seja uma coisa importada. Não. A forma de implementação desses projectos ou de buscar soluções sobre esses assuntos pode ser importada, e é, mas a vontade de mudar determinadas situações, o desconforto, a indignação, não é. Então acho que há uma necessidade de se localizar, de se experimentar até, formas locais de se partir para a mudança. Ainda é tudo muito teórico, mas há essa necessidade de localizar estratégias para impulsionar empoderamento, mas a partir de perspectivas locais. (...) (Entrevista a Marilú Mapengo)

Esta ideia de enfatizar as atitudes, comportamentos e práticas que compõem aquilo que se entende como feminismo é partilhada por Kátia Taela, para quem também é preciso ter em conta que, muitas vezes o que se rechaça é o meio pelo qual ele é transmitido, mais do que o seu significado:

(...) sempre que eu faço um esforço de explicar às pessoas o que é que significa ser feminista sem usar a palavra feminista, elas entendem. E depois se eu digo que é por isso que eu me identifico como feminista, porque o termo feminista na minha cabeça, na minha concepção, ele engloba todas estas coisas (...) às vezes isso é um rechaçar não ao feminismo, mas àquelas pessoas que elas identificam e que se auto-identificam como feministas. Às vezes não é o feminismo que está a ser negado, é de certa forma o veículo que está a dizer que vamos assumir-nos como feministas (Entrevista a Kátia Taela).

Para Unaiti Costa, é muito importante, como referiram algumas interlocutoras anteriormente, reflectir sobre o que significa este conceito no contexto em que nos encontramos, fazer um exercício de formação, reflexão e interiorização. Assim como outras interlocutoras enfatizaram várias vezes ao longo das entrevistas, conceitos como feminismo, género ou movimento foram sendo acriticamente apropriados sem que as organizações e as activistas passassem por processos de reflexão sobre o que eles significam a nível interno, individual ou organizacional. Unaiti nota, no entanto, o quão conveniente é, para algumas partes contrárias à ideia do feminismo, reforçar a ideia de que este vem de fora, quando estão em causa a perda de poder e de privilégios por parte, sobretudo, dos homens:

(...) é muito conveniente usar determinados *tags* que nos beneficiam. Então se eu quero resistir a alguma coisa, eu vou à procura da interpretação negativa dessa coisa. Se eu quero resistir ao feminismo, ainda que eu perceba o que é que o feminismo

significa e o que é que o feminismo pretende, se eu acho que vou perder o meu poder e vou perder os meus privilégios por causa do feminismo, eu vou buscar feministas como aquelas que queimaram os *sutiens*, como as lésbicas, as sapatonas, as divorciadas, infelizes, miseráveis, etc. Quando num espectro de feministas, encontras de tudo. Como no espectro de não feministas, encontras igualmente de tudo. Casadas, não casadas, divorciadas, lésbicas e etc. Então o que acontece é que, muito convenientemente, muitas das vezes se usa esse tipo de perspectiva de que as feministas são todas contra os homens, contra a família, são as lésbicas, são todas mal casadas e as mal-humoradas e etc. Ou seja, não têm mais nada a fazer na vida do que tornar os outros miseráveis. Então essa é uma perspectiva tão largamente conhecida que, *a priori*, as pessoas resistem. Mas, por outro lado, eu também acho que poucas são as organizações que usam processos apropriados para reflectir, questionar, desafiar e - não diria requalificar - trazer de volta o que é que o feminismo significa para nós. É como tudo. Tu tens diferentes tipos de feminismo. Vamos assumir que existem diferentes tipos de feminismo. Mas não rejeitar o feminismo em si e tentar descobrir o que o feminismo significa para nós. E como trabalhamos no sentido de desafiar essas relações desiguais de poder. E eu acho que, muitas das vezes, o que acontece nas organizações e no governo é que há apropriação de determinados termos sem necessariamente trabalhá-los para que as pessoas percebam o que é que significam e como isso vai impactar na nossa vida, primeiro. Porque ser feminista é uma questão política. É individual. Tu não podes ser feminista no trabalho, quando tu própria não tens as condições. Percebes? Não vai funcionar. Eu sou feminista no meu trabalho, fora do meu trabalho. Então o que acontece é que, muitas das vezes, pegamos em terminologias sem descascá-las e depois dentro do mesmo grupo existem diferentes percepções do que isso significa e quais são as implicações. (...) então tem todas estas ramificações de como é que nós percebemos, que muitas das vezes tu tens que questionar a tua zona de conforto (Entrevista a Unaiti Costa).

A necessidade de conhecer, reflectir e desafiar o conceito e o que ele significa é também partilhada por Shaísta de Araújo, para quem é muito importante pesquisar, ler e aprender sobre o feminismo, como forma de combater as ideias que se foram enraizando sobre ele:

Se tu não estás em espaços de discussão sobre o conceito ou se tu não fazes uma carreira académica ou um curso que te possibilita ler várias textos em que tens essa definição do conceito via academia ou não sendo no espaço académico, se tu na tua participação dos movimentos de rua, dos movimentos de mulheres, etc, tu não tens a oportunidade de passar por uma formação ou por um momento que te permite perceber que existem vários feminismos, até tu te identificares com um ou não, né? Então tu não tens outra chance. (...) muitas das pessoas que falam sobre o conceito, eu duvido que 50% delas tenha escrito no *Google* o que é feminismo. Ninguém! As pessoas partem do princípio que já sabem que são as mal amadas, que são não sei quê...então há uma ignorância muito grande. (...) Precisamos descobrir novas formas de socializar e fazer um marketing melhor sobre o conceito (Entrevista a Shaísta de Araújo).

Parte desta resistência está, assim, não só ligada a uma ideia de que o feminismo não representa a realidade social e cultural de Moçambique, sendo algo que vem de fora, mas também a um receio, principalmente por parte dos homens, de perda de privilégios. Maria José Arthur enfatiza esta questão, ao afirmar que

É claramente medo, não é? É uma reação de defesa. O problema é que muitas das vezes a gente quando está a falar de igualdade de direitos, a igualdade de direitos vai

atingir directamente os homens e os privilégios que têm. E são tão grandes que estão a engolir os nossos direitos. Portanto, é verdade que os homens perdem alguma coisa, mas não perdem direito, perdem privilégios. E é aí que toda a desqualificação do feminismo faz sentido. Porque cada vez que a gente fala que quer defender isto, quer igualdade, etc, é feminista. E ao dizer feminista, acabou. Quantas vezes estou farta de ver mulheres dizerem "eu até concordo com a igualdade de direitos, mas eu não sou feminista". Pronto, ok. Depois outra justificação que dizem "eu até concordo com as reivindicações, mas é a maneira". Portanto, essa é outra coisa que as pessoas usam muito. Então como é que é ser feminista? (Entrevista a Maria José Arthur)

Mas não é só em Moçambique que o termo feminismo é mal visto ou interpretado. Um pouco por todo o continente africano, o termo carrega na sua bagagem o ser visto como um constructo ocidental e estrangeiro. Isto faz com que, como foi dito anteriormente, a maior parte das mulheres que trabalham com questões de género não se definam como feministas, mas sim como activistas de género¹⁶¹, mesmo partilhando as mesmas visões e objectivos com as que se identificam como tal (TRIPP ET AL, 2009). Esta visão tem, no entanto, vindo a mudar rapidamente, principalmente entre a *Geração das Jovens Feministas*, uma vez que o feminismo está a ser redefinido através de articulações e diálogos a nível local, regional e transnacional entre organizações, activistas e movimentos feministas globais e africanos que não são mais identificados como primeiramente ocidentais.

A ideia de que o feminismo é uma construção ocidental e de que não faz parte da cultura africana tem sido contestada por algumas académicas feministas africanas. Numa entrevista sobre feminismo em África, Amina Mama reflecte sobre esta questão. A académica feminista nigeriana defende - a partir da existência de registos históricos - que as “mulheres brancas” sempre procuraram, no continente africano, por alternativas à sua própria subordinação, desde os primórdios da Antropologia. Neste sentido, continua a académica, as mulheres africanas sempre fizeram parte das primeiras conceptualizações do chamado feminismo ocidental, mesmo não sendo reconhecidas como tal. Ela enfatiza ainda que as mulheres africanas sempre definiram e realizaram as suas próprias lutas, remontando o feminismo africano a um passado coletivo, embora grande parte da história ainda não tenha sido pesquisada e contada (SALO E MAMA, 2001).

Mama faz ainda uma interessante reflexão em relação à tentativa de encontrar conceitos que melhor se adequem ao contexto africano, dando exemplos de conceitos como *womanism*, cunhado por Alice Walker, *Stiwanism*, de Omolara Ogundipe-Leslie e *Motherism*, de Catherine Achonulu. Para a pesquisadora, mudar a terminologia não resolve o problema da dominação global, por isso mantém o conceito original, insistindo que a sua própria realidade informe a

¹⁶¹ Género sendo entendido assim como uma ferramenta analítica, um descritor de organizações e um substituto para o termo feminismo (TRIPP ET AL, 2009).

sua aplicação do termo. As palavras sempre podem ser apropriadas, explica a pesquisadora, mas isso não foge ao problema principal, nomeadamente a dominação branca da política global e o poder relativo das “mulheres brancas” do norte em definir. Devem ser as próprias mulheres africanas, conclui a pesquisadora, a definirem os seus próprios termos (SALO E MAMA, 2001).

Amina Mama faz ainda uma última observação que penso ser relevante para a análise do feminismo em contexto africano. Para ela, o feminismo branco nunca foi suficientemente forte para ser "o inimigo", argumentando que, desde que o feminismo foi submetido pela primeira vez ao escrutínio anti-racista, muitas feministas ocidentais não apenas ouviram as críticas de feministas africanas e de outras chamadas feministas do terceiro mundo, como também reconsideraram os seus paradigmas simplistas anteriores e elaboraram teorias mais complexas (SALO E MAMA, 2001).

A análise de Amina Mama é importante para entender o que as feministas jovens exemplificam como práticas feministas de resistência. Ao longo das entrevistas, algumas delas identificaram as mulheres que participaram na luta armada e os seus actos anti-sistema como a génese de uma prática feminista em Moçambique. Isto chamou-me a atenção pelo facto das mulheres enquadradas na *Geração das Mamas*, ligadas ao DF e à OMM, serem as que se encontram mais afastadas da conotação ou identificação com o feminismo - deixando claro em várias ocasiões as suas posições e afastamento de organizações como o FM, que se passaram a identificar como tal.

Rosalina Nhachote, pertencente à *Geração das Intermediárias*, por exemplo, referindo-se ao papel das mulheres antes da independência, afirma que

Já sim, já havia feminismo. Elas não sabiam. É por isso que eu te digo que era um feminismo popular, que era...dependendo de uma situação, havia uma reacção. A queima de sementes como uma forma de protesto, por exemplo, no tempo colonial, como um episódio específico que marcou [a história das mulheres em Moçambique]. E outras histórias de sabotagens, de resistências e discursos ocultos que existiam contra o sistema, mas também de mulheres que viviam num tempo e elas já estavam à frente do seu tempo (entrevista a Rosalina Nhachote).

Para Dalila Macuacua, o facto desta primeira geração ter rompido com uma série de barreiras no que diz respeito à entrada em espaços tradicionalmente masculinos, faz delas feministas, mesmo que não se vejam como tal. No entanto, lamenta que o que as motivou anteriormente, não seja forte o suficiente para as mobilizar - ou influenciar as mais jovens - hoje:

Elas podem até não se perceber como feministas, mas acredito que elas são. Porque elas tiveram que romper. Para sair de casa. Acredito que elas tiveram que romper e aquele espaço não era delas. E elas sentiram na pele. (...) É claro que depois há esse comodismo de não querer ver, nas outras mulheres e meninas, o reflexo...passar aquilo que foi a experiência delas. Porque é que elas, por exemplo, deixaram o conforto de casa, os pais, e foram se juntar à luta de libertação? Porque elas poderiam ter ficado, tantas outras ficaram em casa. Mas elas saíram. O que é que lhes incomodou? E porque é que aquilo que as incomodou ontem não pode incomodar as outras hoje? (...) Porque acredito que elas também, na época, lutavam pela liberdade e pelos direitos humanos, direito da independência. Então para mim elas são feministas, elas são históricas. Temos até as mais pré-históricas, quando falamos daquelas que cozeram as sementes, que não falamos muito delas, mas já mostravam essa resistência. É pena, porque nós não escrevemos muito sobre as histórias de luta das mulheres, mas seria interessante. (...) Mas elas acabaram ficando anônimas naquela luta toda, não se visibilizou esta luta, este conhecimento delas. É pena, quem sabe um dia a gente ainda escreve (Entrevista a Dalila Macuacua).

Para outras interlocutoras, no entanto, a prática desta primeira geração não é entendida como feminista. Bayano Valy, da Rede HOPEM, e um dos poucos homens que participou da pesquisa, refuta a ideia de que o DF e a OMM trouxeram o feminismo ou que a sua prática possa ser enquadrada como agência feminista. Para além disso, e corroborando o que Isabel Casimiro analisou numa fala acima, ao contrário do que se pode pensar, os discursos de Samora e a visão que se tinha sobre a emancipação da mulher eram, no mínimo, problemáticas:

Há um movimento muito tradicional que é um movimento que vem da OMM. Quer dizer, falamos da OMM como organização da mulher moçambicana, mas no entanto é uma organização filiada a um partido político. É bom que isso fique claro, que é filiada a um partido político. Daí que não possa comportar o grosso das sensibilidades de todas as mulheres. Há quem diga que a OMM antes, através do DF, por aí, teríamos uma vaga de feminismo em Moçambique. Quer dizer, isso é muito discutível. Aquelas mulheres que faziam parte do DF e posteriormente da própria OMM, elas estavam enquadradas dentro de um quadro que continuava a perpetuar ainda o patriarcado. É verdade que elas foram à guerra, mas quase tudo que fizeram foi no sentido de...não digo de ajudar esses homens, mas olha, elas até carregavam o material...não sei até que ponto elas tiveram envolvidas no combate. Até que ponto elas desafiaram os estereótipos de género na altura. Acho que era uma organização que tinha muito mais a ver com disciplinar o lado feminino, mas no entanto continuando a manter o homem no poder. As histórias que algumas delas contam, por exemplo, sobre o presidente Samora Machel, o papel que ele teve no estabelecimento do DF, são histórias horripilantes no sentido de que elas olham para o papel do Samora como se ele tivesse sido um pró-feminista ou um feminista. Enquanto que, quanto mais histórias saem, nós apercebemo-nos que não. Continuava com aquele papel paternal, ele é o patriarca da organização, por aí. E não é por acaso que, quando surge o FM, eu acho que o FM surge exactamente para desafiar essa lógica de que o feminismo tinha sido implantado em Moçambique. Quer dizer, que era um feminismo mais de famílias, como é que as famílias tinham que estar estruturadas. (...) Era esse o pensamento, a emancipação da mulher é vista nesse sentido. Companhia inseparável do homem engajado contra a velha não sei quê...as canções todas, os hinos que foram compostos naquela altura também mostram a subalternidade da mulher em relação ao homem, de alguma forma. Então quando entra o FM, como eu dizia, acho que entra justamente para questionar essa emancipação de que tanto se falava e traz já o feminismo. Sofreram e continuam a sofrer, as companheiras do FM. Muitas críticas, são umas frustradas, são umas divorciadas...quer dizer, há uma série de epítetos que a sociedade atribui a essas

mulheres que estão aí a lutar pedra a pedra para irem derrubando o patriarcado (Entrevista a Bayano Valy).

A atribuição - por parte de algumas feministas jovens - de uma prática feminista às mulheres da primeira geração está ligada, em parte, à forma como as primeiras definem o que é o feminismo e como chegaram até ele. Mesmo que a maior parte das mulheres e homens envolvidos no campo em análise não se identifiquem como feministas, a verdade é que há um movimento crescente, entre a geração mais jovem, de identificação com a causa. Aqui, a universidade, as organizações de mulheres e o cada vez maior acesso a redes sociais e a um diálogo com o feminismo transnacional desempenham um papel central na construção das identidades feministas das interlocutoras desta pesquisa. De seguida, analiso a prática feminista como experiência pessoal, a partir das trajectórias de algumas interlocutoras.

4.2 “*Aqueles para mim foram, assim, os segundos e os minutos do despertar*”: feminismo como experiência e identidade pessoal

Todas as interlocutoras da pesquisa se identificam como feministas. Os (poucos) homens, como pró-feministas ou aliados da causa. Das gerações mais velhas às mais novas, todas se identificam como tal. No entanto, se tivesse realizado esta pesquisa há cerca de 10 anos, a probabilidade de tal acontecer seria pequena. Ao longo do trabalho de campo - e tendo em conta que havia saído de Moçambique há cerca de 5 anos - surpreendi-me com a quantidade de jovens com quem me cruzei, nos diversos eventos e espaços por onde circulei, que se identificam como feministas. Tendo em conta as ideias e conotações ligadas ao feminismo no contexto moçambicano, o assumir-se feminista vem impregnado de desafios, como muitas interlocutoras me relataram. Por esta razão, tornou-se importante compreender de que forma e através de que meios elas chegaram ao feminismo.

Um dos momentos que mais me chamou a atenção em relação a esta questão aconteceu durante o 2º Fórum Distrital de Género, Cultura, Segurança Urbana e Políticas Públicas Para Raparigas e Mulheres Jovens¹⁶², um evento idealizado e realizado em 2017 pela ASCHA e com

¹⁶² O surgimento deste Fórum remonta a 2016, quando raparigas e mulheres jovens, activistas de direitos humanos e várias organizações - Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC), Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC) e a Muva, por exemplo - se uniram com o objectivo de criar um espaço permanente para discussão e construção de uma agenda de advocacia para raparigas e mulheres jovens nos municípios, uma construção coletiva que envolve todos, desde a concepção da ideia até à execução dos fóruns municipais e distritais. A ASCHA, o FM, o Programa Diálogo, a MMM, a WLSA Moçambique e a Associação Kutenga conceberam e realizaram o 1º Fórum Municipal de Género, Cultura, Segurança Urbana e Políticas Públicas para raparigas e mulheres jovens na cidade de Maputo durante esse ano. Em 2017, outras organizações da sociedade civil, agências das Nações Unidas (ONU MULHERES) e a Embaixada do Canadá, aderiram a esta

a parceria e apoio de algumas organizações, entre as quais o FM. Pude observar uma série de interlocutoras minhas, de todas as gerações, circulando e participando do evento, como palestrantes ou mediadoras. A maior parte do público era composta por alunos de escolas secundárias, identificados através dos seus uniformes de blusa branca e calças e saias azuis escuras. Havia também vários representantes de direcções de escolas, do governo, líderes comunitários e chefes de bairro, representantes da Organização Nacional de Professores (ONP), além de mulheres mais velhas, vestindo capulanas amarradas na cintura e na cabeça, que mais tarde soube pertencerem à OMM.

Os temas abordados giravam à volta, sobretudo, da insegurança nos espaços públicos e como esta restringe o movimento de jovens raparigas, principalmente as que residem nas zonas peri-urbanas da cidade. Durante o debate, que contou com a participação do público, e depois de uma jovem da ASCHA ter contado a sua experiência e desafios como jovem da zona peri-urbana, uma menina com não mais de 12 anos pediu para falar. Segurando o microfone e falando com confiança, a menina, que se identificou como feminista, relatou uma série de problemas em relação à insegurança nos bairros. O seu depoimento marcou-me bastante e arrancou muitas palmas da plateia. Após o encerramento do painel, vi várias interlocutoras a felicitá-la, abraçá-la e a dizer-lhe o quão orgulhosas estavam dela. Soube depois que ela pertence à ASCHA, associação composta sobretudo por crianças, adolescentes e jovens adultos, homens e mulheres. Ao longo das entrevistas, várias interlocutoras que estiveram presentes no evento, falaram sobre a menina como um exemplo da actuação e força do jovem feminismo. Mas o que levou aquela menina de 12 anos a identificar-se como feminista? O que ela entendia como sendo o feminismo? Através de que meios ela chegou àquela identificação? Estas foram algumas das questões que extrapolaram aquele evento e que me guiaram ao longo das entrevistas, sobretudo em relação às jovens feministas.

As interlocutoras pertencentes à *Geração de Beijing* foram as primeiras a identificar-se como feministas, como mencionei anteriormente. A sua entrada no feminismo veio da aproximação à academia, da qual todas fizeram e fazem ainda parte, assim como das leituras de grandes nomes do feminismo ocidental e africano - como Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Gloria Steinem, Joan Scott, Henrietta Moore, Marjorie Mbilinyi¹⁶³, Sarah Longwe¹⁶⁴,

agenda, organizando o 1º Fórum Distrital e o 2º Fórum Municipal, ambos em Maputo (CASIMIRO E TRINDADE, 2019). O Fórum foi criado, assim, para ser um evento onde várias instituições, governamentais e não governamentais, debatem entre si uma série de questões, para juntos desenharem estratégias para o enfrentamento da violência sexista ou de género.

¹⁶³ Académica feminista e activista de género nascida nos Estados Unidos da América e radicada na Tanzânia.

¹⁶⁴ Activista feminista radical e consultora na área de género e desenvolvimento da Zâmbia, foi presidente da FEMNET (African Women's Development and Communications Network).

entre outras - às quais tiveram acesso na adolescência e/ou na universidade, das pesquisas em que se envolveram, da sua actuação junto a organizações de mulheres e feministas locais, regionais e internacionais e a uma maior circulação pelo mundo.

Já as pertencentes à *Geração das Intermediárias* tiveram a sua aproximação ao feminismo, sobretudo, a partir e através da sua actuação em organizações de mulheres e feministas. Outra entrada foi a universidade, influenciadas pelas pertencentes à *Geração de Beijing*, de quem foram alunas e/ou assistentes de pesquisa. Kátia Taela, antropóloga e pesquisadora, lembra que as disciplinas de género ministradas por Conceição Osório na graduação em Antropologia, na Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS/UEM)¹⁶⁵, a ajudaram a compreender e a nomear a sua experiência familiar. Filha de uma hospedeira de bordo que passava mais tempo fora do que dentro de casa, e cujo padrasto fazia os trabalhos domésticos e de cuidado com ela e com os irmãos, Kátia começou a entender nas aulas o porquê das pessoas se surpreenderem com os seus arranjos familiares. As aulas de género e a relação com Conceição Osório, de quem foi depois assistente de pesquisa, foram muito importantes e decisivas na sua escolha de estudar género.

A trajectória que percorreu como pesquisadora e consultora de género, guiou-a na sua identificação com o feminismo, mas este não foi um caminho fácil. Muito pelo contrário, identificar-se como feminista tirou-a da sua zona de conforto e trouxe-lhe muita dor e sofrimento. No entanto, Kátia afirma que essas dores e perdas foram importantes para o seu crescimento:

Ser feminista significa dizer eu não aceito esse lugar que vocês querem pôr a mulher, eu não aceito esse lugar que vocês me querem pôr, eu não me identifico com esse lugar. Eu quero vivências de várias mulheres, que elas tenham visibilidade. (...) Ser mulher é questionar os discursos estabelecidos em relação ao que é ser mulher e ao que é ser homem e o que é que é uma relação entre mulheres e entre homens e mulheres. Para mim, ser feminista é...mas aí é que está, é que por outro lado...de verdade, eu acho que eu perdi mais do que ganhei sendo feminista. É que ser feminista também vem com muita dor, ser-se feminista também vem com muita incompreensão e com muita solidão. Eu perdi relações, porque há certas coisas que eu não aceito. Eu perdi parte de mim, parte daquele conforto que ser norma nos concede. Eu perdi isso, porque ser norma é muito confortável. Fazer como todos fazem é muito confortável. Então eu perdi isso. Essas perdas foram importantes para esse crescimento, mas elas

¹⁶⁵ Segundo Conceição Osório, a UFICS surgiu de uma ideia de “(...) se criar uma unidade onde se pudesse produzir uma geração de gente que pensava no país. E eu estive na criação da UFICS. E foi muito bonito. Portanto, foi bem depois dos acordos de paz [1992], e havia essa ideia de que tudo era possível de fazer. E nós tentámos fazer tudo isso. Tudo era possível e fazer tudo. (...) Era uma Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais. A diferença está nisso, formação e investigação. Em nenhum lado se fazia investigação. (...) Inicialmente era um bacharelato. Introduzimos o bacharelato (3 anos) e depois mais dois anos para a licenciatura. E só ia para a licenciatura quem tivesse média superior a 14.” Em 2003, a Universidade decidiu unir a UFICS e a Faculdade de Letras (FL), criando assim a Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS).

não tiram o sofrimento. Hoje, pelas escolhas que eu fiz, eu procuro ser coerente. (...) Eu não preciso dizer que eu sou feminista, eu *sou* feminista (Entrevista a Kátia Taela).

Shaísta de Araújo relata uma trajectória semelhante em relação à sua chegada ao feminismo. Licenciada em História pela UEM, foi durante um módulo de género e feminismo ministrado por Isabel Casimiro que ela ouviu falar pela primeira vez sobre o feminismo. Foi onde descobriu, assim como Kátia, que muitas das suas vivências e da sua família, além de terem um nome, podiam ser estudadas e analisadas na academia. Ela relembra um momento em particular, onde “despertou” para as questões de género e para o feminismo, o que a inspirou a enveredar por essa área de estudos e de trabalho:

(...) falávamos sobre violência e discutíamos na turma e, como sempre, os rapazes na aula "ah não, as mulheres essas coisas de igualdade..." e eu só me lembro de no meio da turma gritar bem alto "mas quem é que nunca viu o seu pai bater na sua mãe? como é que vocês não acreditam nisso?" e foi assim muito natural, tipo estou a argumentar. Mas naquele exacto momento eu percebi que o que eu vivi na minha família não era o comum que as famílias viviam. E naquele exacto momento eu disse, ok, isso...eu não duvidei, eu julguei honestamente até àquela minha idade (...) que ok, aquilo não era o comum de todas as famílias moçambicanas. Ainda que algumas, a maior parte se calhar vivem, mas não era, porque eu vi pelas caras dos meus colegas que alguns ficaram admirados e outros sim, isso é verdade, inclusive homens. (...) então aquele para mim foi, assim, os segundos e os minutos do despertar. Onde eu tomei consciência que isso é um problema porque eu estava a ouvir que afinal, falar de violência está na academia, na universidade, tu podes falar sobre violência, que existem estudiosas sobre o assunto, que existem estudiosas que falam sobre o poder feminino, que falam que mulheres têm direito. Então foi um pouco isso, como o encontrar de um espaço, de uma menina que tinha sonhos de ser doutora e que afinal, aquelas coisas que lhe inquietavam, aquelas injustiças que diariamente ou que marcaram a sua infância e adolescência, aquilo se estudava numa universidade. Então aquela raiva, aquela coisa que existia dentro de mim, passou a ter um nome, eu disse eu sou feminista! (Entrevista a Shaísta de Araújo)

Todas as interlocutoras, tanto as desta geração como as mais novas, relatam uma inquietação que as acompanhou durante parte das suas trajectórias, um desconforto em relação às normas e costumes que se lhes impunham como mulheres e que contrastavam com as suas atitudes, reprimidas pelos familiares, passando algumas por momentos cruciais, como os relatados anteriormente. Inquietação essa para a qual encontraram respostas quando descobriram o feminismo. Nzira de Deus, actual Directora Executiva do FM, lembra que em criança era muito reprimida por não gostar de seguir padrões e gostar mais de brincadeiras masculinas, sendo chamada de maria-rapaz. Católica praticante, não se conformava com o facto de não poder ser acólita, algo reservado só aos meninos. Foi só quando entrou para o FM, inicialmente como Oficial de Advocacia, que se sentiu acolhida, que encontrou um espaço onde pessoas pensavam como ela e relatavam ter passado por experiências de vida semelhantes às suas. Um lugar onde, como ela mesma diz, pudesse fazer a sua revolta.

Rosalina Nhachote relata o mesmo tipo de identificação em relação ao espaço do FM, um lugar onde pôde finalmente ser ela mesma e reflectir sobre questões específicas da sua geração. A sua prática feminista surgiu, como ela explica, de uma série de questionamentos:

No final, eu acho que o meu feminismo é um feminismo popular. Que nasce do meu questionamento, ele não tem nenhuma base. Ele não é fundamentado em teorias, ele começa porque eu não concordo, porque é isso, porque é aquilo. Porque é que eu tenho que sentar onde estão aqueles todos senhores, quando eu quero beber uma cerveja? Então, esse questionamento (...) e quando eu encontrei mulheres jovens eu disse uau! Poxa eu não estou perdida, estou no lugar certo (Entrevista a Rosalina Nhachote).

Esse lugar da inquietação, dos questionamentos e da auto-construção foi o que levou Dalila Macuacua a ressignificar a relação com o seu nome, que durante grande parte da sua adolescência rejeitou, pelas conotações a ele atribuídas. Foi só depois de se identificar como feminista que passou a sentir orgulho de ser uma Dalila:

Estás a ver o meu nome? Dalila. Eu todos os dias quando me apresentava como Dalila era "ah, aquela do Sansão, aquela que traiu o Sansão". Estás a ver? Eu tinha que dizer "não, não sou aquela do Sansão". Hoje eu digo que sim, sou. Acho que ela foi diferente. Não sei se foi aquilo que aconteceu, mas hoje eu sou. Sou tantas outras mulheres que se firmaram. Sou. (...) Mas aquilo era um desafio. (...) Mas hoje eu tenho orgulho desse nome, porque se eu não fui construída para ser aquela que assume aquilo que todo mundo diz que é certo, que tem que ser assim, e se assim me acham diferente, seja. Mas eu sei que não sou diferente, eu faço as coisas que eu quero fazer, eu me respeito. Eu me respeito do jeito que eu sou, o resto que se dane. Hoje assumo, Dalila com muito orgulho. Venham com esses estereótipos, esses preconceitos, essas piadas...já não tenho problemas. (...) Mas hoje não. Se ela fez, é porque ele aprontou. A violência é estrutural, alguma coisa lá aconteceu. Então, foi a única forma que ela arranhou para se defender (Entrevista a Dalila Macuacua).

Para Dalila, assim como para Kátia, o assumir-se feminista trouxe consigo um desconforto em não mais ser norma, em ter que lidar com as consequências de se posicionar e ser diferente daquilo que se espera que uma mulher seja. Consequências que estão ainda muito atreladas à imagem que se tem sobre o feminismo e o ser feminista. Como Dalila observa, ser feminista “é ser o diabo”, é pensar diferente e ser constantemente bombardeada pelas pessoas que afirmam que, ao assumir essa identidade, ela corre o risco de assustar os homens e ficar sozinha.

Ser feminista é, para estas mulheres, um processo. Um processo de desconstrução, construção e reconstrução. É estar constantemente a desafiar as normas, tradições e costumes impostos sobre o que é ser mulher e qual o seu lugar. É questionar-se sobre as suas acções e viver em constante desconforto. Nenhuma delas se sente ou se vê como uma feminista acabada, mas sim em construção. É assim que Graça Samo se vê, como uma feminista em processo. Para ela, é também importante desafiar o feminismo que se construiu como sendo um conceito

específico, uma forma única de ser feminista, de maneira a que outras mulheres se sintam à vontade e livres para dizer

(...) sabe, eu não sou nem o que tu defines, nem aquilo que o sistema define, eu sou outra coisa. Ou eu não sou, ponto final. Então acho que é isso, ser feminista é um pouco isso. Eu me considero parte desse ser e dessa luta, constantemente em contradição (Entrevista a Graça Samo).

Graça expressa algo que tem feito parte das reflexões das feministas moçambicanas, principalmente as mais jovens, e que foi mencionado por Unaiti Costa, que é o uso de uma série de conceitos - como movimento, feminismo, género, entre outros, - que não partem de uma discussão e de uma análise de contexto endógena. Para algumas interlocutoras, isto cria um processo de *copy paste* que retira força política às reivindicações e às acções locais. Para estas mulheres, tem sido cada vez mais importante desenvolver conhecimentos e práticas “*a partir dos próprios termos, parciais e não universais, utilizando-se quase sempre de versões da história do feminismo que escapam às narrativas hegemónicas*” (SILVA, 2017). Para Graça, assim como para muitas das feministas que entrevistei, o feminismo em Moçambique constrói-se “*a partir dos diálogos. Nós somos das fogueiras, fazer rodas para falar, debater, então não tem ninguém que constrói conceitos por nós, nem a academia nos constrói os conceitos*”, sendo importante “*estar com abertura suficiente para descolonizar as nossas mentes sobre os conceitos todos que nós já temos construído até aqui*” (SAMO, 2017).

A contradição é, também para Unaiti Costa, uma das componentes de se ser feminista, de estar constantemente entre avanços e retrocessos. Para ela, ser feminista é ter, sobretudo, consciência de que os questionamentos causam desconforto e que é preciso lidar com eles. Um desconforto que parte não só de questionamentos internos, mas também externos, e que passa pelo combate a estereótipos em relação às mulheres africanas:

Epá (risos), ser feminista no meu contexto, não vou te mentir, é *tough*. É *tough* a diferentes níveis, não é só aqui mas também fora. Porque existem muitos estereótipos com relação à mulher africana e esse estereótipo não é só aqui. Aqui é a cultura, é justificado na cultura. Mas lá fora existe um estereótipo. (...) Quando eu estava na Holanda e disse que não queria ter filhos todo mundo ficou chocado. Mas ficou chocado porque eu sou uma mulher africana, se fosse uma europeia *it's ok* (...). Não é isso que se espera de uma mulher negra africana. Então é *tough* e é a todos os níveis. (...) é cansativo. Não é fácil ser feminista não só aqui no meu contexto, porque no meu contexto é muito fácil também eles dizerem ah lá vem ela. És percebida como a confusa, como aquela que é contra os homens...ou seja, para te *dismiss* colocam várias camadas. E isso é a todos os níveis. Da família, das amizades, no serviço. É como se seres feminista ou seres tu - porque ser feminista és tu, é o que tu acreditas, é uma forma de perceber e de estar no mundo - fosse inconveniente. Tens que estar toda a hora a provar que aquela Unaiti é a mesma (Entrevista a Unaiti Costa).

E nesse constante processo, em que a inquietação e o desconforto são uma constante, o lugar do cuidado se torna central. Um lugar de descontração e de brincadeira, um lugar leve, sem horários e sem agenda, de sentar e conversar sem interrupções. Encontrar este lugar é, para Graça Samo, um desafio, pois as mulheres vivem muito para fora, dedicando-se a muitas coisas, num lugar de reprodução e nem sempre tendo tempo de se encontrar e reflectir sobre os desafios que enfrentam como mulheres, de descobrir formas de se reinventarem.

É esse lugar que as jovens feministas têm tentado encontrar para si. Na *Geração das Jovens Feministas*, a entrada no feminismo se dá de várias maneiras, que não apenas a universidade ou as organizações de mulheres. Mais ligadas aos meios digitais e às redes sociais, mas ainda muito influenciadas pelas relações com gerações anteriores a elas, estas jovens se utilizam de *blogs*, *Facebook*, *Whatsapp* e do *ativismo* (arte+ativismo) para fazerem a sua militância feminista. A internet tem passado, assim, a ser mais um lugar de activismo, um novo espaço de reflexão e uma extensão do campo em análise. As jovens feministas se utilizam das redes sociais para agir e reagir a uma série de situações de violação dos direitos das mulheres, mobilizar para acções públicas, debates, palestras, entre outras actividades, difundir informação e recrutar novas jovens (CARMO, 2018; GOMES, 2016).

Aqui, o feminismo brasileiro - entendido como um modelo ideal de feminismo e actuação para grande parte destas jovens¹⁶⁶ - joga um importante papel, principalmente na reprodução e partilha de conteúdo de páginas feministas, entendidas como didácticas e de linguagem clara e simples. A influência do feminismo brasileiro se estende para além das redes sociais e pode ser encontrado nas novas formas de actuação e ferramentas destas jovens, como as batucadas, as oficinas de confecção de cartazes e objectos de batuque (participei numa destas), entre outras. Surpreendeu-me bastante o uso de alguns termos que nunca tinha ouvido naquele contexto - como o de “companheira”, usado com frequência entre as jovens para se referirem umas às outras -, assim como de *slogans* (“em marcha até que todas sejamos livres”), músicas (“companheira me ajuda”) e jargões, os quais só havia ouvido no Brasil.

O meu estranhamento com o uso - que me pareceu acrítico - destes termos, fez um pouco mais de sentido numa situação específica que vivi em campo. Em Julho de 2017, e já bem próxima das actividades e das lideranças do MOVFEMME, estas convidaram-me a moderar um debate sobre sororidade. Estranhei bastante o tema, pois sabia que era um conceito praticamente desconhecido entre a maior parte das jovens. Mesmo assim, aceitei o desafio com bastantes reticências e preparei-me lendo textos que encontrei rapidamente na internet. Como

¹⁶⁶ Este entendimento está também ligado, segundo algumas das minhas interlocutoras, à percepção de que é um feminismo forte, coeso, activo e reactivo, para além da questão da língua que facilita a circulação de textos e ideias.

imaginei, a maior parte das participantes não sabia o que era sororidade e eu me vi “numa tremenda saia justa”, numa sala semi-cheia de gente silenciosa a olhar para mim, enquanto tentava puxar um debate, que obviamente não foi dos mais frutuosos.

Durante uma entrevista com Kátia Taela, partilhei este episódio com ela, que havia defendido há pouco o seu doutoramento sobre a relação sul-sul entre o Brasil e Moçambique. Compreendendo, por um lado, a ideia por trás desta “mímica” ou “*copy paste*”, traduzidas num desejo pelo colectivo, algo entendido como forte no Brasil, Kátia sublinhou um importante ponto de reflexão:

Se nós estamos a fazer mímica quando estamos aqui, quando a gente vai o que é que a gente leva? Levamos aquilo que trouxemos de lá? O que é que vai? O que é que volta? (...) Eu acho que nós estamos a perder oportunidades de construir coisas de uma forma diferente (Entrevista a Kátia Taela).¹⁶⁷

Denise Milice é activista desde criança. Conheci-a aos 16 anos, quando trabalhava na MULEIDE e participámos juntas numa formação. Com menos de 20 anos já tinha participado mais de uma vez no CSW, fazia parte da rede de formadores do FM e estava ligada ao Graal Moçambique. Hoje com 25 anos e médica, ainda participa de algumas acções do FM, da MMM e do MOVFEMME. No entanto, é no *blog* A Jovem Feminista¹⁶⁸, assim como no *Facebook*, onde mais pratica o seu activismo, escrevendo textos que questionam a subordinação das mulheres a uma série de costumes e tradições, que falam sobre ser feminista, além de usar o seu corpo para uma série de ensaios fotográficos que expressam o poder feminino. A ideia do *blog* surgiu, em parte, de uma necessidade de exteriorizar os seus dilemas sobre ser mulher, sobre combater a violência, sobre as desigualdades, sobre o feminismo, sobre envolver os homens nesta luta, entre outros temas que a inquietam. Surgiu, também, da necessidade de contribuir de alguma forma para o activismo feminista, uma vez que não tem tempo para participar nas actividades das organizações feministas. Assim, começou a publicar textos no *Facebook* e, incentivada por amigos e familiares, decidiu criar o *blog*. Os seus textos são inspirados nas vivências e conversas junto a outras mulheres, assim como nas suas leituras de Chimamanda Ngozi Adichie, Simone de Beauvoir, romances, artigos, o *blog* de uma outra jovem feminista, Eliana Nzualo, e alguns textos de *Mamana Wa Vatsongwana* (pseudónimo de Rosalina Nhachote).

¹⁶⁷ Kátia aprofunda esta questão na sua tese, onde analisa as relações sul-sul entre funcionários (moçambicanos e brasileiros) que trabalham em organizações de desenvolvimento - nomeadamente nas áreas de género e HIV/SIDA, em Moçambique, mostrando como a igualdade e a diferença operam nestas relações. Para mais detalhes sobre os resultados desta pesquisa, ver Taela (2017).

¹⁶⁸ <https://denymilicefeminista.wordpress.com/>

Para Denise, ser feminista é, assim como as outras referem, um processo. Processo que a levou a desfazer-se das ideias que tinha do que era ser feminista - mal-amada, extremista, anti-homem - e a compreender que a neutralidade não é uma opção:

Eu achava que eu poderia defender os direitos das mulheres e das raparigas, mas de uma forma pacífica. De uma forma - eu não sei se é neutra, mas - sem ferir. Quando nós, quando estamos numa guerra, vamo-nos magoar sim, vamos sair feridas. (...) Não acredito que traga desordem, mas também é verdade que cada pessoa percebe da sua maneira e também é verdade que nós temos frentes ou grupos de pessoas que são extremistas. Que são, por exemplo, anti-homem, que não querem saber dos homens para nada. Então eu temia por aí. Mas depois eu comecei a perceber que não, que isto que eu estava a pensar não tinha nada a ver. Que eu tinha que superar o meu medo e não temer os rótulos. (...) O mais importante é eu ter a certeza de que a luta que eu estou a fazer tem razão de ser (Entrevista a Denise Milice).

Eliana Nzualo, referenciada por Denise como uma das suas inspirações, é outra das jovens feministas que possui um *blog*. Definindo-se como uma contadora de histórias, Eliana é a única das interlocutoras que não tem qualquer vínculo ou relação com as organizações de mulheres e feministas aqui analisadas, assim como a universidade. Apaixonada pela escrita desde muito jovem e tendo passado por várias plataformas digitais, no *blog* Escreve Eliana, Escreve¹⁶⁹ (inspirado no blog Escreva Lola Escreva), ela reflecte sobre vários assuntos, entre os quais o feminismo, a sexualidade da mulher e o auto-conhecimento, a negritude, o ser mulher africana, faz resenhas de livros e de filmes - sobretudo de escritoras africanas -, reage a notícias ligadas ao quotidiano do país e do mundo, entre outros. Assim como Denise, Eliana também tinha uma ideia muito negativa do feminismo, como sendo agressivo e anti-homem. No entanto, durante a graduação em Portugal, por se encontrar sozinha e pela forma como era percebida e entendida no meio onde estava, começou um processo de construção. Ela conta que

(...) nesse momento eu percebi que o feminismo é uma coisa normal, é uma coisa que na verdade muitas mulheres podem dizer que não são, mas são. Até sem saberem. Tem muito a ver com a prática. E há mulheres que se dizem feministas e talvez não sejam. Mas também não existe uma guardiã do feminismo, alguém que diga que isto é feminismo e isto não é. Acho que ainda é um *work in progress*. Sempre encaro isso como estar a melhorar e a descobrir novas coisas, novas questões (Entrevista a Eliana Nzualo).

Para Eliana, um dos maiores conflitos é viver o feminismo como uma mulher africana, tentando honrar as tradições e a cultura, por um lado, e desafiando as normas impostas e querendo ser “essa mulher moderna”, por outro:

¹⁶⁹ <https://escreveelianaescreve.com/>

Eu acho que outro conflito - que eu acho que já não é tão grande para mim pessoalmente - é a questão de viver o feminismo sendo uma mulher africana e querendo, fazendo um esforço para honrar as tradições e a cultura. Na verdade, eu acho que isso é um desafio para qualquer mulher. Feminista ou não. (...) Tu queres ser essa mulher moderna, tu queres ser isso, mas ao mesmo tempo tu queres ser aceite como uma mulher africana e não ter vergonha de amarrar capulana e encarar esse personagem. Mas se não é esse personagem, se não é algo natural, se não és tu, então depois há ali algo que não cai bem. Então eu acho que esse é um conflito muito forte. Onde é que começa e termina a tal tradição e a tradição é ou não é machista? (Entrevista a Eliana Nzualo)

Uma outra dimensão que apareceu nas reflexões das jovens feministas e que tem surgido cada vez mais nos debates é a questão da identidade africana e da estética corporal, principalmente os cabelos. Em parte por influência das discussões brasileiras que as jovens acompanham, através das redes sociais, e da aproximação a organizações feministas transnacionais, como a MMM - cujo Secretariado Internacional está sediado em Moçambique -, esta questão está directamente ligada a questões raciais e à construção de uma identidade feminista africana. Para Fuva Muiambo, esse feminismo africano está ligado

(...) a essa questão da nossa identidade, gostarmos da nossa carapinha. As meninas aqui agora já está na moda ter o cabelo crespo, já está na moda fazermos as nossas tranças tradicionais, já está na moda gostarmos da nossa cor, de sermos negras, já está na moda gostarmos da nossa capulana. (...) o que eu digo que pode ser um feminismo africano é uma questão de autenticidade, identitária - de tu considerares que, como mulher africana, tens a tua auto-estima com aquilo que tu tens. Então é um tipo. Não agrega todos os tipos de feminismo, mas é um tipo, é uma inovação (Entrevista a Fuva Muiambo).

Para Marilú Mapengo, licenciada em Sociologia pela UEM e funcionária do Secretariado Internacional da MMM, os questionamentos em relação a uma identidade feminista são indissociáveis de uma discussão sobre raça, uma vez que ser feminista é se perceber como um ser humano com as mesmas capacidades que qualquer outro ser humano, não só no sentido de em relação ou comparação ao homem, mas também à figura da mulher ou do homem branco:

Feminista por isso. Por olhar para a minha história e a partir dela, primeiro realmente buscar uma versão que me seja mais próxima. Que seja realmente parte de uma voz que eu me enquadre, que eu me reveja e a partir dela, construir uma narrativa que seja mais justa. (...) Então fui me percebendo feminista e a princípio foi sempre uma discussão entre homens e mulheres. E foi afunilando e crescendo e passando para essa questão de raça. E a questão de raça para mim começa fora da universidade, que foi quando simplesmente eu estava cansada de trançar mechas e decidi parar. Mas eu não sabia que isso era um problema. (...) quando eu saio à rua é que eu começo a perceber que isso é um problema. Então comecei a querer saber porquê. (...) as pessoas paravam-me na rua, diziam para eu pentear, que menina não podia ficar assim. (...) Que eu era muito afro. O que é isso? Ser muito afro? (...) Então, sim, feminista por tudo isso. (...) agora, como é que eu comecei a integrar essa ideia de feminismo e essa discussão de raça...bom... (...) eu acho que quando nós estamos a falar sobre feminismo, essencialmente nós estamos a falar sobre pertencer ao mundo de forma

igual, ser percebido de forma igual, ter as mesmas oportunidades de direitos, etc. (...) então, incluir a questão de raça é a partir da percepção de que, por causa da minha raça, eu não tinha essa legitimidade de ser e estar com a forma como o meu cabelo nasce da minha cabeça ou de sentir que tenho algum privilégio em relação às meninas mais escuras (Entrevista a Marilú Mapengo).

“Eles não são salvadores, fazem parte do problema”: a participação dos homens na luta das mulheres

Uma das principais mudanças que aconteceram nos últimos anos no campo, para além de uma maior identificação com o feminismo, não só a nível individual como também organizacional, foi o surgimento de organizações e redes voltadas para os homens e a desconstrução das masculinidades nocivas. Em parte influenciadas pelas agendas globais - por exemplo, a campanha de solidariedade *HeForShe*, da ONU Mulheres, ou a aliança global *MenEngage* - que impulsionaram uma disponibilidade de fundos para a realização de actividades neste sentido -, existem actualmente em Moçambique duas organizações cujo grupo-alvo são os rapazes e homens, nomeadamente a Rede Homens Pela Mudança (HOPEM)¹⁷⁰ e o Instituto *Fanelo Ya Mina*¹⁷¹.

Os homens sempre participaram, a vários níveis e de diversas formas, na luta das mulheres por direitos iguais, sendo entendidos como aliados da causa. Tripp et al (2009) apontam, aliás, como uma das principais características dos movimentos de mulheres africanos contemporâneos, o trabalho com os homens e a inclusão destes nas lutas das mulheres, no sentido de apoiarem as suas causas. Principalmente entre as primeiras gerações, esta participação sempre foi entendida como positiva e necessária. No entanto, por causa do relativamente recente interesse, a nível global, pelas questões de desconstrução das masculinidades, têm surgido algumas reflexões sobre o papel dos homens no interior do campo, principalmente entre a geração mais jovem.

Marilú Mapengo, que desenvolveu a sua monografia sobre a participação masculina no movimento feminista e trabalhou um tempo na *Fanelo Ya Mina*, surpreendeu-se com o facto de ser possível falar em homens feministas e existir um tipo de masculinidades que não só “*aquela coisa feia*”. Para ela, a participação dos homens deve ser pensada não em termos de “*estamos*

¹⁷⁰ A Rede HOPEM, que se define como um movimento que trabalha em prol de masculinidades saudáveis e não violentas ou opressoras, tem a sua origem num grupo de homens que se começaram a reunir, em 2009, na sede do FM para discutir sobre masculinidades e como envolver os homens na luta das mulheres. A sua institucionalização, ou seja, a sua passagem de movimento para uma rede composta por 25 organizações e activistas da sociedade civil, veio das demandas que foram tendo. Como movimento, tornava-se difícil realizar uma série de demandas, devido à falta de espaço e logística.

¹⁷¹ Criada em 2009, a *Fanelo Ya Mina* trabalha ao lado de homens e rapazes como agentes de mudança, como estratégia de promoção da igualdade de género e avanço de mulheres e raparigas em todas as esferas da sociedade.

a ajudar as mulheres” ou “estamos a fazer em benefício das mulheres”, mas sim em como essa participação os beneficia. No entanto, referindo-se às organizações que trabalham sobre masculinidades e tendo como base os resultados da sua pesquisa, Marilú apercebeu-se de que

(...) havia um desfasamento entre o teórico e o prático. Que o teórico estava muito bem construído, mas a nível prático ainda havia um certo problema. Contradições, né? (...) isso tudo também surge muito num contexto em que te financiam para tu seres um homem feminista. Claramente que também te financiam para tu seres uma mulher feminista, mas se calhar uma mulher, por ser a vítima primária desse sistema todo, encontra muito mais rapidamente razões para lutar contra, para se organizar e lutar, do que um homem. E é problemático porque isso pode ser um pouco forçado e criar uma série de constrangimentos mesmo dentro do próprio movimento, pela forma como nós percebemos esse grupo, enfim. Não que eu necessariamente desacredite de todos eles ou alguma coisa assim (...) claro, se há dinheiro para financiar isso vai surgir, mas até que ponto esses homens tiveram realmente tempo para questionar isso, para realmente mudar de atitude? Perante a forma como eles percebem o que é ser homem, o que é ser mulher? Então tudo isso cria certos problemas. (...) É preciso que haja sinceridade. (...) é um processo de construção de uma nova identidade. (...) e depois há essa coisa de haver um certo benefício a nível social em ter homens que agora dão a cara pela causa, que falam do assunto (Entrevista a Marilú Mapengo).

A desconfiança e os questionamentos em relação às reais intenções de alguns homens que se definem como feministas e que estão juntos na causa, é algo com que Bayano Valy, da área de advocacia e pesquisa da Rede HOPEM, lida com frequência na sua actuação como homem feminista. Ele relata que

(...) há questionamentos que nos são colocados, tipo vens fazer o quê aqui? E pronto, um indivíduo aprende que nem todas olham para o homem como estando em transformação, como um aliado, mas alguém que vem porque quer perpetuar a sua posição de supremacia dentro do movimento. Quer dizer, percebo que há algumas que olham para nós com alguma suspeita. E com toda a razão, né? Vamos lá convir, são milénios e milénios de opressão e que até pode parecer que é uma coisa natural. Quando não é. (...) É um processo e uma das coisas que eu aprendo é que irmos para dentro de nós é sempre um percurso muito difícil, por isso é que muitos de nós não querem olhar para dentro de si. (...) Há homens que são pró-feministas ou até que se identificam como feministas. Eu acho que tem que ser um trabalho muito forte dos próprios homens, para convencerem essas outras feministas que não estamos aqui porque queremos, estamos aqui porque acreditamos que o feminismo está ligado à humanidade, a tudo o que é de bom dentro de nós como seres humanos. Então cabe a nós, homens, continuarmos a trabalhar para mostrar. E há ainda muita coisa por fazer, mesmo entre nós (Entrevista a Bayano Valy).

Para todas as jovens que entrevistei, a participação dos homens é algo benéfico, importante e necessário, uma vez que o questionamento das relações de género passa por trabalhar igualmente com homens e mulheres. Mesmo que haja oportunismo, elas defendem a importância dos homens se reconhecerem como parte do problema e depois desconstruírem as percepções e as práticas com que foram socializados, construindo assim novas abordagens. O

que foi constantemente colocado em questão são os métodos ou as formas usadas por estas organizações para alcançar os seus objectivos. A Rede HOPEM, por exemplo, tem um programa intitulado Homens Na Cozinha, que tem como objectivo uma maior participação destes em actividades domésticas, de forma a desafiar os papéis tradicionais de género. No entanto, para Unaiti Costa, este tipo de actividade é problemática pelo facto de se estar a trabalhar só com homens, da mesma maneira que, durante muitos anos, os movimentos de mulheres trabalharam só com mulheres, sendo que estas avançaram e os homens não. Para ela

É o mesmo que a HOPEM está a fazer, a cena é a mesma. Está a pegar nuns homens que estão a avançar e as mulheres não estão a avançar, então cria choques. E como eles estão na condição de privilégios, é muito mais confortável para eles deixarem de cozinhar, ou seja, lá que habilidades estão a aprender do que ter que passar pelo esforço de ter que convencer a mulher do porquê. Então eu acho que esse é o desafio. (...) eles têm umas iniciativas super interessantes, porém não estás a trabalhar relações de poder. Ao final do dia, eu posso ir cozinhar mas quem manda sou eu. Estás a ver? (...) é muito fácil teres habilidades que só vais aplicar quando estás solteiro e quando casares largas tudo. (...) eu acredito que estão a desafiar papéis de género, sim, que homens estão a ir para espaços que não estavam antes. Mas relações de poder, até que ponto vais me provar o que muda? (Entrevista a Unaiti Costa)

Essa parece ser a principal questão colocada pelas jovens, em relação à actual participação dos homens e às abordagens usadas. O que realmente muda? São mudanças cosméticas ou conscientes e internalizadas?

4.3 “*Eu às vezes preferia, sei lá, defender os elefantes*”: feminismo como identidade institucional

No item anterior, mostrei como, apesar da identificação com o feminismo ser relativamente recente no contexto moçambicano, existem cada vez mais mulheres que se definem como feministas e que vêm reflectindo sobre a sua prática, o seu significado e os desafios que enfrentam. O mesmo processo vem acontecendo em relação às organizações de mulheres de maior destaque no campo, tanto as primeiras como algumas que surgiram nos últimos dez anos. A WLSA Moçambique foi, como referi anteriormente, não só a primeira organização a falar sobre feminismo, como também a assumir-se como tal. O mesmo aconteceu com as mulheres que dela fazem parte.

Uma das organizações que se assume hoje como feminista é o Fórum Mulher. Mas essa identificação não foi fácil, levou o seu tempo e implicou reestruturações internas à rede e a uma mudança nos seus estatutos, passando a identificar-se como uma organização da sociedade civil feminista. Algumas das razões que dificultaram este processo foram a resistência ao uso da

palavra “feminista” no trabalho da rede - por ser percebida como radical em comparação com o termo género -, e o facto da maior parte dos seus membros se identificarem como defensores dos direitos humanos das mulheres e não como feministas.

A contratação de Solange Rocha, feminista, pesquisadora e consultora independente brasileira, para fazer uma avaliação do plano estratégico e desenvolver um novo, foi essencial para esta mudança. Graça Samo, então Directora Executiva do FM, lembra que

(...) em 2008, quando a gente estava a fazer a avaliação, surge uma reflexão. Foi nessa altura que conhecemos Solange e ela perguntava: “Qual é o vosso projeto político? Que tipo de organização vocês são?” “Ah! Somos uma organização que luta pela igualdade de género”. Mas era uma cantiga que não dava muito aqui. (...) também com a ajuda da Solange, fomos aprendendo a ter que iniciar e fortalecer processo de construção de nosso projeto político, do reforço de nosso projeto político: O que significa trabalhar direito das mulheres? O que significa essa igualdade de género? O que é feminismo? O Fórum Mulher era uma organização que não se aceitava como organização feminista. Ela se dizia organização que trabalha género, mas que género é esse? (SOARES e MUTZENBERG, 2019:200;203)

Apesar do FM ter tido, desde sempre, relações com organizações regionais e internacionais, a mudança na sua identidade contribuiu para um maior engajamento com movimentos feministas transnacionais. A entrada de Graça Samo, então Directora Executiva do FM¹⁷², como representante do continente africano no Comité Internacional da MMM, em 2011, e a posterior escolha de Moçambique para sediar o Secretariado Internacional da MMM em 2013, sob coordenação também de Graça Samo¹⁷³, impulsionaram ainda mais o estreitamento destas relações, assim como deram maior visibilidade à prática feminista em Moçambique.

“Essa pensa como eu”: o MOVFEMME e o debate entre movimento e associação

Raparigas e rapazes, jovens no geral, sempre estiveram envolvidos em várias acções no interior do campo em análise, mas nunca de forma organizada e se identificando como jovens que têm uma pauta e querem discutir questões específicas do seu contexto. A sua participação sempre esteve atrelada às organizações de mulheres, como sujeitos passivos e sem se envolverem no desenho e elaboração de pautas e actividades. Isso começou a mudar, em parte, a partir da criação do MOVFEMME, em 2009.

¹⁷² O FM faz parte da MMM desde 1998, como coordenação nacional.

¹⁷³ Graça Samo acumulou o cargo de Directora Executiva do FM (o qual assumiu em 2004) e de Coordenadora do Secretariado Internacional da MMM (a partir de 2014) por um ano, estando no segundo cargo até hoje.

Nzira de Deus conta que, quando entrou no FM como Oficial de Advocacia - recém-casada e com cerca de 27 anos -, sentiu falta de um espaço onde pudesse discutir uma série de questões e angústias próprias da sua idade (a maternidade, as relações com o marido, o seu papel na família, o descobrir-se feminista e os questionamentos que daí surgem, entre outros), numa linguagem e ambiente próprios. Esse sentimento estava também ligado ao facto de, no colectivo maior, se sentir apagada, não encontrando muitas oportunidades, por parte de algumas mulheres mais velhas - suas superiores nas organizações -, que a viam a ela e a outras jovens como “*as assistentes, sempre as meninas que nunca tinham espaço para protagonismo. Protagonismo no sentido de reconhecer que tem uma agenda e tem um espaço a valorizar*”.

Logo se apercebeu da existência de outras jovens, funcionárias de organizações de mulheres e outras ONGs, que sentiam o mesmo tipo de frustração e desejo, outras “*malucas*” que pensavam como ela. Assim se criou, em 2009, o Movimento das Jovens Feministas de Moçambique, inicialmente um “*grupo de amiguinhas frustradas com as dinâmicas da vida*”, que passou a encontrar-se frequentemente para discutir entre si questões relacionadas com o descobrirem-se feministas, “*como uma geração distinta das Graças, malta Isabel e companhia*”. Para além das conversas, liam e debatiam uma série de textos sobre género e feminismo, enriquecendo os seus vocabulários com uma série de conceitos. O grupo foi fundado por pouco mais de 10 mulheres, das quais 4 fizeram parte desta pesquisa (Nzira de Deus, Shaísta de Araújo, Unaiti Costa e Rosalina Nhachote). Todas elas são identificadas hoje como pertencendo à *Geração das Intermediárias*. Sobre a construção do MOVFEMME como um movimento, Nzira conta que

(...) fomos percebendo que nós tínhamos que fazer a luta também para encontrarmos o nosso espaço. Que continuamos fazendo isso, né? E abraçamos vários outros projectos, ao mesmo tempo que lutamos para construir esse movimento, mas porque também temos as nossas próprias lutas pessoais e isso está misturado, se amarra. As necessidades básicas de ter que cuidar dos filhos, de pensar na sua vida própria e como é que tu dás o tempo ao movimento, como é que tu constróis essa solidariedade dentro do movimento, como mulher feminista que tu és. Enfim, no fundo, acaba-se montando aí um entrelaçado, mas que estar juntas é sempre muito melhor do que estar sozinha, que a nossa voz tem mais peso quando somos muitas a falar do que quando...nós nos identificamos umas com as outras e há aspectos comuns mais do que aspectos divergentes. Estão sempre a aparecer aspectos divergentes, fomos percebendo isso mais tarde, que cada uma tinha a sua agenda que se calhar acabava sobrepondo a luta comum, tinha acções pessoais e às vezes acabava emperrando a construção, emperrou muito...(...) o desafio depois foi tomar acção. E depois também perceber que a caminhada, podemos querer as mesmas coisas, mas os ritmos não são iguais. (...) e de compreender que há diferentes formas de agir no movimento, mas que a acção é importante. Isso tem sido talvez o maior desafio que temos encontrado, neste momento. De como é que nós fincamos um movimento mais coeso, mais sólido (Entrevista a Nzira de Deus).

Depois de passar por um processo de abertura a novos membros e de crescimento, o MOVFEMME é actualmente liderado por jovens feministas. A indisponibilidade da maior parte das fundadoras para se dedicarem integralmente às actividades e às demandas que foram crescendo ao longo dos anos - porque estavam e estão dispersas nas suas próprias agendas - fez com que fossem abrindo espaço e buscando mais jovens para levarem as actividades adiante. Eram estas jovens - algumas das quais interlocutoras da pesquisa - que dinamizavam as fogueiras feministas e as rodas de conversa nas quais participei durante o trabalho de campo. Foi através delas, aliás, que conheci melhor o MOVFEMME e as actividades que desenvolve.

Em 2016, a oportunidade de implementar um projecto sobre violência contra a mulher e rapariga nos espaços públicos - financiado pela Embaixada da França - levou a que tivessem que ser hospedadas pela WLSA Moçambique, por não terem estrutura de organização. Esta questão visibilizou alguns dilemas no interior do grupo e criou um processo difícil e conflituoso de reflexão, nomeadamente o registo ou não do MOVFEMME. Isto causou o que Rosalina Nhachote definiu como um “nó de estrangulamento” no interior do Movimento. Para algumas fundadoras, era importante o registo, de forma a ganhar visibilidade e reconhecimento. Para outras, não ter uma estrutura fixa e limitante, dificultaria “serem pegas”, caso acontecesse alguma “confusão”.

Este era o debate na altura em que fiz campo e a maior parte das minhas interlocutoras, tanto as fundadoras como as mais jovens, que lideravam as actividades, eram contra este registo. No entanto, para Nzira, este era um “falso problema”, na medida em que

Eu não creio que a formalização ou não fosse o problema. O ponto de discórdia foi vamos deixar de gastar energias com isso, vamos focar naquilo que de facto é importante que é a construção de agenda e realizar acções. Isto surgiu e acabou criando um problema para nós. Acabou nos dividindo, o que é muito mau. Me silencieei, disse que não ia entrar nesse debate porque nunca foi o assunto para mim, me pus à parte. Me chateei por acaso com algumas de nós companheiras por termos deixado levar nessa discussão em vez de priorizar...e por acaso quem me percebeu na altura, até hoje temos avançado juntas e muito forte é a Unaiti e a Shaista, que continuamos muito unidas, amarradas. Porque compreenderam muito bem, nós não estávamos focadas nisso. Se é para registar, é para salvaguarda do nome do movimento, porque já estavam a haver outras iniciativas com o nosso nome. (...) Então às vezes é preciso tu carimbares as tuas coisas, sob o risco dos outros virem levar e ir embora. Então a marca MOVFEMME, na perspectiva de nós que percebemos, foi de salvaguardar o que nós começamos, antes dos outros virem e levar. E largamos esse assunto (Entrevista a Nzira de Deus).

Para Shaísta de Araújo, actual coordenadora do MOVFEMME, o registo ou formalização do grupo não impedia que este continuasse a identificar-se e a actuar como movimento. Já para Rosalina Nhachote, a legalização retiraria a essência do Movimento e impediria que se

afirmassem junto aos doadores, como uma forma de trabalhar com grupos de pressão que não fossem organizações. Marilú Mapengo, jovem feminista que se juntou ao grupo entre 2012 e 2013 e que se afastou em 2016 - em parte devido à “institucionalização” do grupo -, atribui estes dilemas ao facto das suas fundadoras serem integrantes de ONGs, o que o “atou” às agendas das ONGs. Para a jovem feminista, o MOVFEMME nunca foi tão autónomo ou independente como se propunha, em parte talvez por nunca ter passado por um processo de reflexão sobre o que significa um movimento e qual o seu papel como tal, apesar de assim se identificarem.

O resultado deste processo - que mobilizou profundas reflexões entre as fundadoras e as lideranças actuais sobre a sua identidade -, foi o registo do MOVFEMME. Rosalina explica que

(...) sempre que nós fôssemos solicitar um financiamento ou um patrocínio ou alguma parceria, éramos confrontadas com a dimensão do registo. Que isso de movimento era uma coisa muito estranha, as ONGs e outros organismos internacionais não podiam financiar se nós não tivéssemos estrutura de organização. Aí nós partimos para o registo. Então ficou, assumimos em assembleia que existiria um MOVFEMME associação de jovens feministas, mas também existiria um movimento. Uma coisa não sobrepunha a outra (Entrevista a Rosalina Nhachote).

Um outro aspecto que impulsionou a decisão pelo registo do MOVFEMME foi o seu envolvimento na acção contra as maxi-saias e a consequente expulsão da activista Eva Anadón. Como analisei no início deste capítulo, este foi um episódio que fragilizou e enfraqueceu o campo como um todo, mas sobretudo o MOVFEMME, pois foi quem circulou um poster de chamada para a acção e que esteve em coordenação junto às outras organizações que participaram. Nzira e Shaísta contam que elas e as outras fundadoras foram pesquisadas, para se saber de quem se tratava, e enfrentaram graves problemas no registo do grupo, que levou muito tempo a concretizar-se. O registo foi, assim, uma forma de se apresentarem formalmente, além de ganharem legitimidade e reconhecimento para seguirem com as suas actividades.

Hoje, o MOVFEMME tem como pautas a promoção dos direitos das mulheres jovens e raparigas; ser um espaço para discussão e reflexão dos problemas enfrentados pelas jovens e raparigas (através das fogueiras feministas, das rodas de conversa e dos debates) e consciencializar a sociedade e demandar a criação de legislação que reconheça os actos de violência, exclusão, discriminação contra a mulher jovem e rapariga como uma violação aos direitos humanos. Conta com cerca de 300 jovens, vinculadas ou não a outros movimentos ou organizações de mulheres, tem um foco na cidade da Beira, no centro do país, e está articulado com várias organizações e movimentos no país, como por exemplo o FM, a MMM, a ASCHA,

o Graal - Movimento de Mulheres Cristãs, a WLSA Moçambique (que o continua a hospedar) e a Rede HOPEM (GASPARETTO, 2019).

Sobre a a trajectória do Movimento, Shaísta revela que

(...) ainda temos muito espaço por explorar. Nós vínhamos numa certa velocidade e estamos num momento de reestruturar. É um pouco isso. Isso está na nossa agenda e pretendemos ver um pouco...e acima de tudo, estamos numa fase de alargar, de colaborar com outros grupos e integrar um pouco mais. O MOVFEMME não é da Shaísta, da Nzira, não é da Unaiti, não é da Rosalina, não é dessas pessoas. Queremos que a coisa seja, que a coisa flua, mas que os conceitos, que a filosofia estejam lá, por mais dinâmica que seja. Que não se perca. (...) o que se pretende, na prática, é que seja um movimento. Que seja uma coisa crescente. Se calhar, se formos a ver...os exemplos de movimento, de rede que nós temos em Moçambique, tendem sempre a cair num protótipo de associação. Então ou tu segues uma coisa ou tu segues outra. Era um pouco o debate. Mas eu acho que estamos numa fase de nos desafiarmos um pouco a isso (Entrevista a Shaísta de Araújo).

“Nem sabíamos que o que nós estávamos a fazer era militância, indignação”: a ASCHA e o desafio às normas sociais impostas

O início do meu trabalho de campo aconteceu três dias depois de chegar a Maputo, participando na Semana da Mulher, um evento em comemoração ao 8 de Março e ao 7 de Abril - Dia da Mulher Moçambicana -, composto por uma série de actividades (conferências, exposições fotográficas, projecção de filmes e documentários, debates, apresentações de actividades culturais, etc). A sala onde aconteciam as conferências estava abarrotada de crianças e adolescentes trajando o uniforme escolar. Nunca havia visto tantas crianças e adolescentes a participarem neste tipo de actividades, pelo menos na minha época não me lembro de tal ter acontecido. Durante o evento - e ao estilo da menina de 12 anos que mencionei anteriormente - várias jovens e meninas participaram nos debates, fazendo perguntas ou comentários, além de puxarem cânticos feministas que me eram familiares - como o famoso “se as mulheres se unirem, o machismo vai cair”. Descobri, pela minha mãe que participava no evento, que a maior parte daquelas jovens pertenciam à ASCHA, que até àquele momento não conhecia.

Criada em 2005, a ASCHA começou como uma iniciativa de Dalila Macuacua e amigos e vizinhos residentes no bairro de KaMaxaquene, em Maputo, com vista a apoiar uma série de crianças - na sua maioria órfãos - na área da educação, sendo esse o seu principal alicerce até hoje. Para além de procurarem matricular a maior parte das crianças nas escolas - buscando parcerias com escolas primárias e com a Direcção Distrital de Educação -, envolviam-nas em actividades recreativas e culturais, como desenho, canto, poesia, teatro, trabalhos manuais, entre outros. O assumir uma identidade feminista de igualdade que milita em prol dos direitos humanos das mulheres jovens, raparigas e crianças deu-se com a aproximação ao FM, onde

passaram por uma série de formações que Dalila chama de “despertar”, sobre questões de género e feminismo. Nestas formações de “despertar”, questionavam-se quais seriam as melhores formas de trazer raparigas e mulheres jovens para os espaços de tomada de decisão, como é que elas tomam a dianteira nos assuntos que lhes dizem respeito e como fazer com que elas próprias possam falar dos seus problemas e buscar soluções (GASPARETTO, 2019).

Dalila lembra que um dos marcos da associação foi a participação das raparigas na Marcha de Solidariedade dos Povos da SADC, em 2012, e que depois disso, foram-se firmando cada vez mais como uma associação feminista:

(...) elas é que prepararam a marcha, conduziram a marcha, aquilo foi um espectáculo. Acho que foi uma das marchas que o FM fez que tinha um grupo de raparigas à frente, elas mesmas a conduzir, a puxar. Então este foi um dos marcos, e depois disso elas não pararam, continuaram a participar através do programa da Maira [Domingos]¹⁷⁴ também, de direitos sexuais e reprodutivos. Algumas começaram a sair para fora do país e elas iam se autoafirmando. Depois tiveram uma reflexão sobre o que era feminismo, na época, com a Isabel [Casimiro], acho que na época em que era para nos candidatarmos para hospedar a MMM. (...) Isso foi-nos apaixonando e quando foi o encontro da MMM, no Brasil, eu vi aquela pujança, aquela militância e eu fiquei cada vez mais apaixonada. E fui percebendo mais, porque falou-se da trajectória do feminismo, as ondas do feminismo. Porque antes quando falavam de feminismo a gente ficava toda...porque é aquela conotação de que feministas odeiam homens, porque são radicais e sei lá o quê. Então eu percebi mais sobre o feminismo, sobre as ondas, sobre direitos humanos e fui interagindo com as outras companheiras do Brasil e buscando mais (Entrevista a Dalila Macuacua).

Desde 2015, a ASCHA trabalha com os programas de educação (matrículas e acompanhamento); género, direitos sexuais e reprodutivos e violência baseada no género no contexto da juventude; HIV/SIDA; empoderamento económico e desenvolvimento institucional. Em todos eles, há a tentativa de trazer as lentes de género, trazer oportunidades para meninos e meninas, mas mais para meninas, porque é o grupo mais vulnerável e que sofre mais desigualdades. Género é, segundo Dalila, *“a nossa maneira de ser e estar, a nível da ASCHA”*.

A ASCHA tem uma maneira particular e marcante de desenvolver as suas actividades, que vão desde a arte, o teatro, a poesia e os trabalhos manuais - como formas de intervenção social -, até aos debates, reflexões e formações, colocando as meninas a falar, partilhando os seus conhecimentos, práticas e percepções e partindo do seu quotidiano para ir construindo novas abordagens. Dalila explica que não gosta de organizar palestras, pois *“acreditamos que as pessoas têm conhecimento, independentemente da idade.”* Através da arte e cultura, entendidas

¹⁷⁴ Coordenadora do Programa de Direitos Sexuais e Reprodutivos do Fórum Mulher. Maira entrou em licença-maternidade sem que tivéssemos tido a oportunidade de concluir a nossa entrevista.

como instrumentos de auto-organização e estratégia de enfrentamento, as meninas e jovens da ASCHA vêm desafiando as normas sociais que lhes são impostas. Um exemplo concreto deste desafiar são as suas apresentações de *xigubo*, uma dança tradicional guerreira considerada masculina. Nestas apresentações - que causam sempre espanto e admiração entre os presentes, pude perceber -, as *meninas da ASCHA* dançam dentro da sua feminilidade, executando os passos da mesma forma que os homens o fazem. Assim, esta é uma actividade de afirmação, ligada a uma questão de direitos, de igualdade, mostrando que, havendo oportunidade de estarem em determinados espaços, as jovens podem fazer e fazer bem, como enfatiza Dalila.

Uma das suas maiores preocupações é a criação de espaços seguros de cidadania e liderança feminina, lugares de auto-organização, de formação, de informação, de solidariedade, de amor, de empatia, onde as raparigas e mulheres jovens se sentem livres, à vontade para estar, participar e expressar os seus sentimentos, sem medo de sofrer qualquer tipo de discriminação, opressão e violência baseada no género dentro e fora das escolas e dos bairros (GASPARETTO, 2019). Isto está ligado, como referi anteriormente, a uma pauta maior - dentro do feminismo jovem - que é a segurança nos espaços públicos, principalmente nos bairros periféricos, onde as infraestruturas são mais precárias e onde violações sexuais, assédios e feminicídios são cada vez mais frequentes.

4.4 “Alguém tem que ficar com as lutas”: as relações intergeracionais e a transmissão de um legado

A primeira fogueira feminista - uma das principais actividades do MOVFEMME - em que participei aconteceu na sede da Lambda, Associação Moçambicana para Defesa das Minorias Sexuais. Quando recebi o cartaz do evento, via *Whatsapp*, não imaginei que fosse haver uma fogueira de verdade. Achava que era apenas um encontro entre jovens para falar sobre uma série de assuntos que nos dizem respeito, invocando a fogueira como símbolo de uma roda de conversa. No entanto, quando cheguei ao local, vi uma série de jovens à espera de outras que estavam atrasadas porque haviam ido comprar lenha. O evento só começou depois de a lenha ter sido acesa e todas as jovens estarem sentadas à volta da fogueira. O evento contou com mais jovens do que imaginei - muitas mulheres e alguns homens - e discutimos vários assuntos, entre os quais a necessidade de espaços seguros, a prostituição, o assédio sexual, entre outros. Foi dada a cada uma de nós uma folha em branco para que escrevêssemos o que gostaríamos de queimar na fogueira, acção que achei extremamente libertadora.

Quando comentei com Nzira de Deus, durante uma entrevista na sede do FM, que poderíamos ter começado sem a fogueira em si, para não atrasar, ela explicou-me que esta tem uma grande importância para o grupo, importância essa que remete às tradições africanas:

(...) porque a fogueira é simbólica. Começou assim do nada (...) de vamos tentar aproximar a velha geração da jovem (...) no sentido de estas deixarem um legado, ensinamento, nós podermos dar continuidade com as lutas, porque alguém tem que ficar com as lutas, então vamos fazer essa caminhada. Mas não deixar o tradicional. Que em África há símbolos africanos e resgatar a nossa cultura. Que os ensinamentos dos mais velhos aos mais jovens passam-se num espaço de fogueira, no fim do dia, que é o *karingana*¹⁷⁵. Então chamei *karingana* à fogueira feminista. (...) E a ideia é que esta fogueira seja de facto uma *big* fogueira, sabes? Que tenha um momento de cultura e o simbólico que é do queimar. Que eu dizia que o queimar é tudo o que nós não queremos e o fogo leva. E a fogueira também tem o símbolo das bruxas, né? Que é o momento da noite onde as bruxas evocavam e não sei o quê, faziam aquelas coisas todas da dança e não sei o quê. Então tem muito símbolo ali à volta daquela fogueira e eu tentei colocar isso. (...) E é ali onde dizíamos: fogueira não entra homem. Porque a gente quer falar da nossa “xota”, da nossa vagina, o que é que o homem está a fazer ali? Não pode. É um espaço de partilha, cumplicidade (Entrevista a Nzira de Deus).

As fogueiras feministas foram instituídas em 2011, depois de uma primeira que contou apenas com as integrantes do MOVFEMME e as feministas *seniors*. Como Nzira relatou, foi uma oportunidade de aproximar as várias gerações e partilhar ensinamentos, histórias, trajectórias, uma forma de transmitir o legado das lutas. Rosalina Nhachote conta que, nessa primeira fogueira, falou-se sobre o feminismo e o que ele representa, sobre aquele ser um espaço seguro para falar abertamente sobre a vida de cada uma sem que nada saísse dali, sobre as regras de participação e sobre o facto de aquele ser um espaço de luta. Um dos momentos mais simbólicos, ela conta, foi o da queima das opressões onde, para além de escreverem num papel tudo aquilo que é prejudicial e queimá-lo na fogueira, queimaram-se também *sutiens*, em alusão a um mito fundador do feminismo.

Depois desse primeiro encontro, as fogueiras passaram a ser abertas ao público, mulheres em princípio, mas por reclamações de alguns homens que queriam participar, em alguns momentos eles estão presentes. Para Fuva Muiambo - que na altura do trabalho de campo estava como uma das principais dinamizadoras das actividades do MOVFEMME -, as fogueiras são espaços “*onde as mulheres partilhavam sonhos e lutas dentro, ou melhor, no âmbito do feminismo*”, mesmo muitas não se definindo ou sequer sabendo o que ele representa. Para ela, mesmo as jovens não conhecendo ou se identificando com o feminismo, “*conhecem quais são as lutas das mulheres, têm noção de que lutas as mulheres têm, que situações ou desafios as*

¹⁷⁵ *Karingana wa karingana* é uma expressão usada pelos rongas, do sul de Moçambique, a fim de iniciar uma história. O mesmo que “era uma vez”.

mulheres enfrentam no seu dia a dia. Para Rosalina, o espaço da fogueira feminista representa, assim, uma oportunidade de formação feminista das jovens participantes, um lugar de confrontar e esclarecer diferentes ideias, de partilha de questionamentos. É um espaço de transmissão do feminismo e das suas lutas, uma vez que as suas idealizadoras foram percebendo que, se ficassem só entre si, não atingiriam nenhum outro grupo.

Esta transmissão não se dá, no entanto, das mais velhas para as mais novas. Cada geração, independentemente das suas integrantes se identificarem ou não com o feminismo, aprende com as anteriores as agendas, as dinâmicas, as ferramentas e os significados das lutas por uma maior igualdade, contribuindo também com os seus conhecimentos, experiências, olhares e formas de actuação. Isto pressupõe, assim, uma sobreposição e não uma sucessão de experiências no campo. Isto significa que as gerações convivem num mesmo “*tempo cronológico, mas vivenciam tempos interiores, elaborando de formas diferentes essas influências*” (GONÇALVES, 2016:349).

Esta transmissão não acontece, no entanto, sem que haja conflitos, desentendimentos, relações de poder ou lutas por legitimidade. Apesar de não se limitarem a eles, estes conflitos são mais visíveis no interior das organizações de mulheres, ou seja, em espaços institucionais, como procurei mostrar através da origem do MOVFEMME (CARMO, 2018). As suas fundadoras eram jovens que buscavam oportunidades, voz e legitimidade nestes ambientes, mas esbarravam nas mais velhas, na maioria das vezes suas chefes. Maria José Arthur, da *Geração de Beijing*, admite que existem relações de poder entre a sua geração e as mais novas, mas explica que este não é um poder sobre, mas sim uma questão de mais experiência e bagagem:

Tem poder envolvido, tem. Eu tenho 58 anos, tenho uma carreira, tenho um outro salário, tenho outros contactos, não é? Mas portanto, que não vem de uma posição de poder. Vem da minha carreira, não é, é normal que eu tenha mais contactos, mais não sei quê, que por exemplo uma jovem que está a começar. Então acho que é preciso contextualizar a questão das relações de poder. É verdade que há poder, mas não é um poder sobre. É um poder que vem, pronto, de maiores relações (Entrevista a Maria José Arthur).

Para Withney Sabino, *jovem feminista*, assim como para muitas outras jovens com quem conversei, o que existe na verdade não são relações de poder em si, mas uma super-protecção das mais velhas em relação às mais jovens, que muitas das vezes resultam limitantes:

(...) é muito de conservar as mais novas dos embates que há pela frente, sabes? E de preservar as organizações no seu carácter genuíno. Então, uma espécie de super protecção. E acontece e aconteceu com muitas mulheres jovens de querer experimentar, de querer ir lá, de querer dar a cara, de ter essa protecção e não necessariamente como protecção. Isso é muito discutido também. Nós podemos

assumir o controle, nós podemos fazer as coisas (...) Há uma relação que as jovens consideram de super protecção às vezes, e que é muito normal. Sabes, porque há também muito carinho envolvido entre umas e outras, estás a ver? Então isto torna a coisa assim, uau, uma relação bem, sei lá, nem sei adjectivar essa relação, estás a ver? Ya, nem sequer sei adjectivar. Porque há coisas que elas passaram que elas acham injusto que nós passemos, porque elas passaram. Tipo os dedos da sociedade a apontarem, não sei quê, as pressões sociais todas à volta de qualquer mulher que se identifique como feminista (Entrevista a Withney Sabino).

Os conflitos estão ligados, também, às diferentes formas de actuação de cada geração, sendo as mais velhas entendidas como ponderadas, enquanto que as mais jovens são apressadas e irreverentes, o que acaba causando choques entre elas:

(...) também há muito de querer usar meios novos, de querer usar formas novas de fazer as coisas, de se apresentar, de ser e de estar como feminista, de lidar com outras jovens e, em alguns casos, há muita receptividade, mas há sempre um espanto. Uau, vocês já estão a fazer isso? Que é o uso de redes sociais, de não sei quê. E sobre essas coisas nem há muita comunicação, tanto até que às vezes choca. Tipo, a sério que há esse grupo? Epá, vocês! A sério que há aquele? E como é que vocês fazem isso? Vocês já estão a envolver-se nesse nível de luta? Porque há luta. É uma luta. E às vezes muitas jovens não sabem que é luta ou não estão preparadas para o nível de luta e o que as mais velhas tentam é preparar, é dizer para irem com calma, com cuidado. E algumas percebem como querer guardá-las no armário. Então vai tendo repercussões muito diferentes, né? (Entrevista a Withney Sabino).

Entendo que estes conflitos não devam ser, no entanto, indesejáveis ou evitáveis. Pelo contrário, eles possibilitam a criação de um espaço de trocas, de renovação do olhar, de reformulações e revisões. Eles dinamizam as relações e articulações entre as diferentes gerações e possibilitam a continuidade das lutas das mulheres, sendo elementos constitutivos do campo em análise (GONÇALVES E PINTO, 2011; ALVAREZ, 2014).

Ao mesmo tempo em que demandam visibilidade, voz, diálogo, legitimidade, pautas próprias e poder de representação e intervenção em relação às suas próprias experiências, saberes e práticas, as gerações mais novas também valorizam as experiências e o passado daquelas que consideram como sendo suas professoras, mentoras, *seniors*, somando o seu legado à sua caminhada (GONÇALVEZ ET AL, 2013). Para Withney Sabino, estas mulheres *“tiveram um papel muito importante na vida de todas nós. Não só na área de formação, mas também na construção de novas identidades, de maneiras de ser e estar diferentes”*.

Mesmo em relação à *Geração das Mamas*, de quem as mais jovens se sentem afastadas por razões ideológicas, existe um profundo respeito por aquilo que elas representam, uma valorização daquele que foi o seu papel para a história política das mulheres em Moçambique. Para algumas, este afastamento não se deu apenas por parte desta primeira geração, mas também por negligência das mais jovens, que não souberam manter os laços ou

construir a ponte. Dalila Macuacua expressa bem este sentimento, quando afirma que “*nós deixamos elas de lado. Achamos que elas são guardiãs da cultura, mas são coisas que elas reproduzem do que elas ouvem naquele espaço em que elas frequentam [o partido]*”. Para outras, ao mesmo tempo em que reconhecem que têm uma certa resistência em relação a estas mulheres - por fazerem parte de um partido político e tudo o que isso representa -, sentem que não há espaço para elas ou para uma aproximação, pois “*estar naquele espaço significa aceitar as paredes que o sistema impõe*” (Entrevista a Shaísta de Araújo). Este é um sentimento semelhante ao que Unaiti Costa expressou, no final do fragmento do capítulo 1, em relação a estas mulheres mais velhas. Apesar de todo o respeito que sentem por elas, muitas das mais jovens sentem que elas representam uma “parede”, impedindo uma melhor relação pelas posturas que assumem.

Fazer parte de um campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género é se dar conta de que ele não tem início e nem termina no momento em que nele entramos ou que ele termina em nós. Fazer parte deste campo é somar-se ao que já existe, tanto o que veio antes de nós, como o que está à nossa frente (GONÇALVES ET AL, 2013). Nas palavras de Whitney Sabino:

Nós somos as sementes que elas [*Geração de Beijing*] deixaram na sala de aula, para florir fora dela, estás a ver? Então eu conheço uma boa turma de feministas, incluindo-me, que têm um percurso assim, que têm a semente. E o que fez a semente germinar foi que as feministas anteriores, pela sua postura, prepararam o campo. (...) e foram muito de explicar a causa, explicar de que é que se trata, explicar as relações sociais, explicar as desigualdades, explicar como é que isto começa ou de onde, se é que tem um início, onde é que pode ter um fim, quais são os contornos, estás a ver? Até as pessoas se identificarem (Entrevista a Whitney Sabino).

Considerações Finais

Procurei, nesta pesquisa, compreender a formação e a actualização de um campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique, campo esse cuja génese atribuo à participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), a partir da qual este se foi consolidando. O foco nas trajectórias de mulheres e homens que assumem e/ou assumiram ao longo do tempo diferentes posições neste campo, permitiu-me perceber a existência de diferentes gerações convivendo ao mesmo tempo, mantendo relações de cooperação e disputa.

A partir daqueles que considero serem os seus principais marcos históricos - a participação das mulheres na LALN, a Conferência de Beijing, a aprovação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher e a acção de rua contra as maxi-saias - mostrei como este campo foi-se ampliando, diversificando e multiplicando. A LALN contribuiu para transformar a mulher em sujeito político, através da criação das primeiras organizações de mulheres, nomeadamente a LIFEMO, o DF e a OMM. Este papel foi-se consolidando ao longo das transformações políticas, económicas e sociais pelas quais o país passou, ampliando também o campo em análise.

A partir de finais dos anos 1980, e já sob um novo regime económico e político, iniciam-se no CEA/UEM as primeiras pesquisas sobre mulher e género, que se intensificam com a criação do Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), o primeiro no país. Ao mesmo tempo, e em grande parte com o apoio deste núcleo, surgem as primeiras organizações não-governamentais e associações especificamente ligadas aos direitos das mulheres, autónomas em relação ao Estado e que, em parte impulsionadas pela participação na Conferência de Beijing, se multiplicam ao longo dos anos 1990 e 2000, tornando-se os principais actores no campo analisado.

Articuladas entre e si e com outros actores individuais e colectivos - governo, universidade, activistas, meios de comunicação, organizações regionais, internacionais e supranacionais, etc - estas organizações se mobilizaram, a partir de finais dos anos 1990, e se envolveram nos processos de reformas legais, conseguindo passar uma série de legislação directamente ligada aos direitos e estatutos das mulheres, e culminando com a aprovação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, em 2009.

A opção por trabalhar com estes marcos históricos teve como objectivo mostrar como este é um campo dinâmico, sempre em mudança, em movimento. Como ele é continuamente reconfigurado por uma mistura de estímulos internos e externos, que por sua vez vão alterando

o seu centro gravitacional. Que, enfim, actores (individuais e colectivos), discursos, práticas e formas organizacionais se mantêm ou são mais politicamente visíveis num dado contexto social e político, logo, necessariamente variam.

Este campo é, em grande parte, dinamizado pelas diferentes gerações que nele circulam, se articulando entre si tanto através de relações de cooperação quanto de conflito. Como categoria émica, geração me permitiu compreender a complexidade da constituição deste campo e teve, neste sentido, grande centralidade na análise que desenvolvi, não pretendendo fixar de forma rígida as fronteiras entre os grupos, mas levando em conta os limites constantemente borrados dessas demarcações que vão se movendo de forma flexível e relacional.

Um dos principais desafios que encontrei, ao longo da escrita, foi a ausência de mais estudos sobre a actualidade do campo em análise, principalmente de pesquisadoras e pesquisadores moçambicanos. Depois da dissertação de mestrado de Isabel Casimiro (1999), que analisou o surgimento de organizações e movimentos de mulheres entre as décadas de 1970-1990, pouco se produziu em relação a este tema, pelo menos no que diz respeito à passagem do tempo e ao surgimento de novos actores, individuais e colectivos, que vêm transformando o campo. Destaco, no entanto, a tese de doutorado de Kátia Taela (2017), também interlocutora desta pesquisa, que analisou a relação sul-sul entre Moçambique e o Brasil através de uma etnografia das interacções entre trabalhadores da área de desenvolvimento dos dois países, nos campos de HIV/SIDA e género. Ela analisa em profundidade as interacções entre activistas e organizações, assim como a influência do Brasil no feminismo moçambicano, o que em muito iluminou esta pesquisa.

Três outros trabalhos, de pesquisadoras brasileiras, contribuíram na construção desta tese. O primeiro, de Flávia Palha (2016), analisou a actuação de algumas feministas moçambicanas - algumas das quais interlocutoras desta pesquisa -, destacando principalmente as suas visões acerca do feminismo, como o constroem como ferramenta, as suas lutas e questões. O segundo, de Diogivânia da Silva (2017), procurou compreender e analisar as narrativas de militâncias negras com feministas africanas no contexto moçambicano, e feministas negras, no contexto recifense, nos seus respectivos processos de subjectivação política. O terceiro, de Vera Gasparetto (2019) - com quem quase me cruzei em campo -, procurou analisar como se organizam os movimentos de mulheres e feministas em Moçambique e compreender as suas principais agendas e lutas políticas por direitos, a partir de algumas organizações membro do Fórum Mulher. Para além de espaços e pessoas em comum, dialogo com as três pesquisas no sentido de analisar a actualidade do campo em análise.

Assumindo as limitações da presente pesquisa, assim como a falta de profundidade em relação a algumas questões, vislumbro alguns caminhos ou desdobramentos para futuras pesquisas. Em primeiro lugar, penso ser importante sair da cidade de Maputo e explorar as redes, movimentos e organizações que se têm criado nos últimos anos, mesmo estas estando articuladas com as organizações pesquisadas. Outra questão importante para aprofundar é o surgimento de novas formas de activismo feminino e feminista, nomeadamente os relacionados à arte e às redes sociais, que vêm proliferando e sobre os quais apenas vislumbrei o potencial, durante o trabalho de campo. A presente pesquisa centrou-se mais nas relações e articulações internas ao campo. No entanto, é facto que as interlocutoras, assim como as organizações pesquisadas, têm uma ampla circulação regional e internacional. Será interessante seguir esta circulação, principalmente o que vai e volta destas interações, algo que, em parte, Kátia Taela (2017) explorou na sua tese.

Mostrei como uma das principais reflexões que vem acompanhando as interlocutoras da pesquisa, principalmente as mais jovens, diz respeito à forma como certos conceitos foram sendo incorporados e apropriados acriticamente, não partindo de uma discussão e de uma análise de contexto endógena. Diante disso, uma das minhas maiores preocupações, ao longo do texto, foi suspender qualquer definição à priori de conceitos centrais como movimento, género e feminismo, de modo a não engessá-los e abrindo espaço para que as reflexões das interlocutoras - muitas vezes contrastantes e discordantes entre si - se destacassem.

Estes consensos e dissensos em relação não só aos conceitos que circulam pelo campo, mas também a questões de identidade (quem somos), pautas (o que queremos), caminhos (para onde vamos) e métodos (como fazemos), são parte do que constitui o campo e lhe dá vida, o faz mover. E nesse mover, algumas conquistas aconteceram após a conclusão do trabalho de campo, que merecem ser destacadas.

Em Dezembro de 2018, o Despacho 39 - que decretava a transferência compulsiva das raparigas grávidas na escola para o curso nocturno, - foi revogado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. Em Julho de 2019, a IX Sessão Ordinária da Assembleia da República, aprovou a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (promulgada em Novembro do mesmo ano) - um dos temas de maior mobilização na altura em que fiz campo - e a Revisão do Livro V do Código Civil – Direito das Sucessões que prevê que, em caso de morte de um dos cônjuges numa relação de união de facto, a outra parte seja herdeira de parte da herança com base na lei.

Estas conquistas, e tantas outras mobilizações actuais, reforçam a ideia de um campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em acção, dinâmico, em movimento.

Em alguns períodos mais activo, noutros menos, mas em movimento (no sentido mais literal do termo). A existência ou não de um movimento, os questionamentos e debates àcerca de se o que existe pode ou não ser enquadrado como tal, as reflexões àcerca das definições dos conceitos, são parte do que constitui este campo, o que o articula e mantém vivo. O que observei e experienciei em campo, que se entrelaça com a minha análise das experiências e trajectórias que mulheres e homens partilharam comigo, vai directamente ao encontro do que Amade Sucá descreve como sendo essa **coisa** com vida:

(...) quando eu fecho os olhos e falo de movimento, o que eu vejo é uma massa de pessoas que se juntam, que discutem, que falam, que concordam, que discordam, mas é um conjunto de pessoas que estão juntas. Não no sentido de juntas fisicamente. E vejo movimento também como algo com vida, algo dinâmico, não estático, algo que hoje ele está assim, amanhã cresce e tem esta forma, depois de amanhã tem outro formato. Então, é um ser com vida. E isso tu caracterizas a partir de três dimensões: primeiro, uma visão clara e comum dos ideais que se pretendem construir. Eu olho para Moçambique e eu vejo um conjunto de mulheres que têm uma visão clara de que sociedade se pretende construir. Podemos não conseguir construir essa sociedade, mas as mulheres estão claras de que sociedade querem. Uma sociedade igualitária, uma sociedade onde as mulheres não levam porrada, uma sociedade onde as mulheres falam, uma sociedade onde as mulheres andam de dia e noite e não são assaltadas, não são violentadas, uma sociedade onde as mulheres exercem a sua profissão sem medo nenhum, onde elas crescem profissionalmente pelo mérito e não pelo facto delas serem mulheres e terem atributos físicos. Então são esses ideais que elas querem. E isso é do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico. É esta visão transmitida nas várias línguas, nas várias manifestações culturais, mas é esta visão, esta sociedade que se pretende construir. Segundo é a militância. Para além de ter esta visão, é a vontade de ver as coisas acontecer. Então tu vais desde a comunidade até à assembleia da república, tu vais encontrar pequenas acções, médias acções, grandes acções que estão a acontecer. São as palestras, são as formações, são as petições...há uma vida, há uma multiplicidade de acções e de actividades que estão a acontecer a todos os níveis. Então este animal chamado movimento de mulheres tem vida e as coisas estão a acontecer. Num extremo mais dinâmico, noutro menos, mais forte, mais calado, mas tem vida esta coisa. E terceiro, é a vontade de lutar. A cada dia, encontra-se neste processo todo de alcançar os ideais, entraves inúmeros. Desde práticas, comportamentos, legislação, repressão, ameaças, mas a vontade está lá. Prendem hoje uma mulher, vai-se ficar um bocadinho com medo, mas depois volta-se. Expulsa-se uma mulher, mas depois continua-se. Então a vontade de lutar, eu vejo que está lá. Ela não morre perante as adversidades que se encontra. (...) Nós poderíamos, com tantas adversidades, retroceder e as mulheres dizerem que é melhor ficarmos, porque a lei, porque a polícia, porque não sei quê, é melhor não lutarmos pelos direitos das mulheres. Mas não! A luta está aí, então ela continua. Então estas três determinantes para mim caracterizam claramente a existência do movimento de mulheres (Entrevista a Amade Sucá).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Irene. Sobre a Proposta de Lei de Família. *Boletim Outras Vozes*, Maputo, nº 1, out. 2002

ALVAREZ, Sonia. Advocating feminism: The Latin American Feminist NGO 'Boom', *International Feminist Journal of Politics*, 1:2, pp.181-209, 1999

ALVAREZ, Sonia E. Beyond NGO-ization? Reflections from Latin America. *Development*, 52 (2), pp. 175-184, 2009.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu* (43), janeiro-junho, pp 13-56, 2014.

AMPOFO, Akosua Adomako. One Who has Truth – She has Strength. The Feminist Activist Inside and Outside the Academy in Ghana. In: ARNFRED, Signe e AMPOFO, Akosua Adomako (edits). *African Feminist Politics of Knowledge. Tensions, Challenges, Possibilities*. Nordiska AfrikaInstitutet, pp. 28-51, 2009

ANDRADE, Ximena e CASIMIRO, Isabel. Construindo uma teoria de género em Moçambique. *Estudos Moçambicanos* (11/12), pp. 93-110, 1992

ANDRADE, Ximena et al. O direito a alimentos e as mulheres em Moçambique: Estudos de caso. Maputo, WLSA Moçambique, 1993

ANDRADE, Ximena et al. Herança e sucessão em Moçambique. Maputo, WLSA Moçambique, 1996

ANDRADE, Ximena et al. Famílias em contextos de mudança. Maputo, WLSA Moçambique, 1997

ANDRADE, Ximena e CASIMIRO, Isabel. Investigação sobre Mulher e Género no Centro de Estudos Africanos. *Estudos Moçambicanos* (21), pp. 7-27, 2005.

ANDRADE, Ximena e CASIMIRO, Isabel. A Identidade do Feminismo Crítico em Moçambique: Situando a Nossa Experiência como Mulheres, Académicas e Activistas. *Centro de Estudos Africanos*, 2007.

ARNFRED, Signe. Women in Mozambique: Gender Struggle and Gender Politics. In: Arnfred, Signe. *Sexuality and Gender Politics in Mozambique. Rethinking Gender in Africa*. Boydell & Brewer, James Currey, pp. 23-38, 1987

ARNFRED, Signe. Conceptions of gender in colonial and post-colonial discourses: the case of Mozambique. In: CODESRIA. *Gender Activism and Studies in Africa*. Dakar: Gender Series Volume 3. 2004, p. 108-128

ARNFRED, Signe e AMPOFO, Akosua Adomako (edits). *African Feminist Politics of Knowledge. Tensions, Challenges, Possibilities*. Nordiska AfrikaInstitutet, 232p., 2009

ARNFRED, Signe. Sexuality and Gender Politics in Mozambique. Rethinking Gender in Africa. Boydell & Brewer, James Currey, 2011, 328p

ARNFRED, Signe. Frelimo Gender Politics at the Time of Samora. In: Samora Machel na História. Memória, Educação, Cultura Popular - Fortaleza, Maputo, Mozambique, 2016

ARTHUR, Maria José e OSÓRIO, Conceição. A situação legal das mulheres em Moçambique e as reformas actualmente em curso. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº1, out. 2002

ARTHUR, Maria José; MEJIA, Margarita. Reconstruindo vidas. Mulheres sobreviventes de violência doméstica. Maputo, WLSA Moçambique, 2006a

ARTHUR, Maria José; MEJIA, Margarita. Coragem e impunidade. Denúncia e tratamento da violência doméstica contra as mulheres em Moçambique. Maputo, WLSA Moçambique, 2006

ARTHUR, Maria José; SILVA, Teresa Cruz e; SITO, Yolanda e MUSSA, Edson. Lei da Família (1). Antecedentes e contextos da sua aprovação. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº35-36, ago-nov 2011

ARTHUR, Maria José; SILVA, Teresa Cruz e; SITO, Yolanda e MUSSA, Edson. Lei da Família (2). Disseminação da Lei da Família e lógicas da sua apropriação por parte das instituições do Estado. O caso dos Serviços de Registo Civil. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº37, fev. 2012

ARTHUR, Maria José; CRUZ E SILVA, Tereza; SITO, Yolanda; MUSSA, Edson. A Lei da Família e a igualdade de direitos. Balanço da sua aplicação. Maputo, WLSA Moçambique, 2013

ARTHUR, Maria José. Lei de Família, activistas e a cidadania das mulheres. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº1, out. 2002

ARTHUR, Maria José. Violência contra as mulheres: entre o relativismo cultural e a lei. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº2, fev. 2003

ARTHUR, Maria José. Mitos sobre violência doméstica e a proposta de lei. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº9, nov. 2004

ARTHUR, Maria José. As boas meninas e as feministas. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº12, ago., 2005

ARTHUR, Maria José. A propósito da discussão da proposta de lei contra a violência doméstica: de que vale ter um grande número de mulheres no parlamento?. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº22, fev. 2008

ARTHUR, Maria José. A precariedade da situação das mulheres em Moçambique. WLSA Moçambique, Maputo, 3 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/a-precariedade-da-situacao-das-mulheres-em-mocambique/>> Acesso em: 16 nov. 2019.

A Voz da Revolução, Órgão oficial da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), 1973.

BADEN, Sally. Post-conflict Mozambique: Women's special situation, Population Issues and Gender Perspectives: to be integrated into skills training and employment promotion. Report N°44, Bridge Development-Gender, 155p., 1997

BEHIND THE LINES. Direcção de Margaret Dickinson. Reino Unido: S.P. Films e Dateline Productions Ltd, 1971 (53 min.)

BONATE, Liazzat. Muslim Memories of the Liberation War in Cabo Delgado. *Kronos* 39, 2013, pp. 230-256

CARMO, Iris Nery do. O rolê feminista: autonomia, horizontalidade e produção de sujeito no campo feminista contemporâneo. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CASIMIRO, Isabel. *Transformação nas Relações Homem/Mulher em Moçambique, 1960-74*. 1986. Tese de Licenciatura (Licenciatura em História) - Departamento de História da Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

CASIMIRO, Isabel. *Identidades e Representações das Mulheres em África*. Estudos Moçambicanos (17), pp. 35-93, 1999.

CASIMIRO, Isabel. *Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora*. In: Antonio Sopa. (Org.). Samora Homem do Povo. Maputo: Maguezo Editores, v. 1, pp. 99-107, 2001.

CASIMIRO, Isabel. *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004, pp. 297

CASIMIRO, Isabel. Samora Machel e as relações de género. Estudos Moçambicanos (21), pp. 55-84, 2005

CASIMIRO, Isabel. *Mulher, Pesquisa, Acção e Mudança*. In: Cruz e Silva, Teresa, Coelho, João Paulo Borges, Souto, Amélia Neves de (orgs.). Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África. Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas. CODESRIA, pp. 211-226, 2012

CASIMIRO, Isabel. Paz na Terra, Guerra em Casa. Recife: Editora UFPE, Série Brasil&África, Coleção Pesquisas 1, 2014, pp. 376

CASIMIRO, Isabel. *Movimentos Sociais e Movimentos de Mulheres em Moçambique*. In: Casimiro, Isabel e Cruz e Silva, Teresa (Org.). A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento? Experiências de Países Africanos Falantes de Língua Oficial Portuguesa. 1ed. Maputo: CODESRIA, v. 1, pp. 51-66, 2015.

CASIMIRO, Isabel. Criminalization of feminist activists and social movements in Mozambique. Spotlight - online magazine, Viena, 39/2016. Disponível em: <<http://www.vidc.org/en/spotlight-online-magazine/spotlight-392016/criminalization-of-feminist-activists-and-social-movements-in-mozambique/>>. Acesso em: 16 de nov. De 2019.

CASIMIRO, Isabel. Dimensão política e intencionalidade emancipatória da investigação-acção participativa. In: Feijó, João (coord.). Metodologias de Investigação em Ciências Sociais. Experiências de Pesquisa em Contextos Moçambicanos. Escolar Editora: Maputo, pp. 273-297, 2017.

CHIVANGUE, Andes Adriano. Mukhero em Moçambique: Análise das Lógicas e Práticas do Comércio Informal. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional), Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

COELHO, João Paulo Borges. Politics and Contemporary History in Mozambique. A Set of Epistemological Notes. Kronos 39, pp. 20-31, 2013

COELHO, João Paulo Borges. Abrir a fábula: Questões da política do passado em Moçambique. Revista Crítica de Ciências Sociais, 106, pp. 153-166, 2015

CORRÊA, Mariza. *Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal* in Dossiê: Feminismos em Questão, Questões do Feminismo. Cadernos Pagu (16), pp. 13-30, 2001.

CUNHA, Teresa. *Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-Colonialismos, Moçambique e Timor-Leste*. Edições Almedina, Coimbra, 2014

DA SILVA, Terezinha. Violência Doméstica: factos e discursos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e TRINDADE, João Carlos (orgs.). Conflito e Transformação Social. Uma paisagem das justiças em Moçambique, Volume 2. Coimbra: Edições Afrontamento, pp. 143-164

DA SILVA, Terezinha; ANDRADE, Ximena; MAXIMIANO, Lúcia; LEVI, Benvinda; ARTHUR, Maria José. Por que é que a poligamia é inaceitável na Lei de Família, à luz dos direitos humanos. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº4, ago. 2003

DARCH, Colin. Transversalidade no Centro de Estudos Africanos em Moçambique, 1976-1986: a construção de uma nova visão nas ciências sociais. Rev. Antropol. (São Paulo, online), v. 60, nº 3, USP, pp. 112-133, 2017.

DISNEY, Jennifer Leigh. *Women's Activism and Feminist Agency in Mozambique and Nicaragua*. Temple University Press, Philadelphia, 2008.

FACCHINI, Regina. "Sopa de letrinhas?". Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

FEDERICI, Silvia. O ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Elefante Editora, 388p., 2019

FERNANDES, Carlos. Intelectuais orgânicos e legitimação do Estado no Moçambique pós-independência: o caso do Centro de Estudos Africanos (1975-1985). *Afro-Ásia*, 48, pp. 1144, 2013.

FIRST, Ruth (coord.). O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane. Centro de Estudos Africanos, 1998

FÓRUM MULHER. Comunicado: Não é controlando o vestuário das mulheres que se pode travar a epidemia do SIDA. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº14, fev. 2006

FÓRUM MULHER. Comunicado: Nós todas somos Eva. WLSA Moçambique, Maputo, 31 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/comunicado-do-forum-mulher/>> Acesso em: 16 nov. 2019.

FÓRUM MULHER. Comunicado: Mulheres e raparigas dão um Basta com a violação dos seus direitos nas escolas. WLSA Moçambique, Maputo, 18 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/contra-a-violacao-dos-direitos-das-raparigas-nas-escolas/>> Acesso em: 16 nov. 2019.

FUCHS, Elisa. *Moçambique marcou-nos para a vida*. Grupo de Mulheres Internacionalistas (1980-1984). Retratos e depoimentos.

GAIDZANWA, Rudo B. Gender analysis in the Field of Education: A Zimbabwean Example. In: Imam, Ayesha, Mama, Amina, Sow, Fatou (eds). *Engendering African Social Sciences*. Dakar: CODESRIA, 484 p., 1997

GASPARETTO, Vera. *Corredor de Saberes: Vavasati Vatinhenha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

GASPERINI, Lavínia. Moçambique: educação e desenvolvimento rural. Edizioni Lavoro/Iscos 8, *Colecção do Instituto dos sindicatos para a cooperação com os países em vias de desenvolvimento*, 1989.

GEFFRAYS, Christian. Nem pai nem mãe. Crítica do parentesco: o caso macua. Editora Caminho, 181 p, 2000

GOMES, Carla de Castro. Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia, com concentração em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Eliana e PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos Pagu* (36), janeiro-junho, pp. 25-46, 2011

GONÇALVES, Eliana, FREITAS, Fátima Regina Almeida de e OLIVEIRA, Elismênia Aparecida. Das idades transitórias: as “jovens” no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas. *Revista Feminismos*, Vol. 1, nº 3, set-dez, 30p., 2013

GONÇALVES, Eliane. Renovar, inovar, rejuvenescer: processos de transmissão, formação e permanência no feminismo brasileiro entre 1980-2010. *Revista Brasileira de Sociologia*, Vol. 04, Nº 07 (Jan. Jun), pp. 341-370, 2016

GUERRILLA GRANNIES - HOW TO LIVE IN THIS WORLD?. Direcção de Ike Bertels. Holanda e Bélgica: IDFA & Film Fund Present, 2012 (80 min.)

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. "Estudos de gênero no Brasil", in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, pp. 183-221.

ISAACMAN, Barbara; ISAACMAN, Allen. The Role of Women in The Liberation of Mozambique. *Ufahamu: A Journal of African Studies*, 13 (2-3), 1984, pp. 128-185

ISRAEL, Paolo. A Losening Grip. The Liberation Script in Mozambican History. *Kronos* 39, 2013, pp. 10-19

KATTO, Jonna. *Beautiful Mozambique. Haptics of belonging in the life narratives of female war veterans*. 2017. Tese (Doutorado em African Studies) - Department of World Cultures (African Studies), Faculty of Arts, University of Helsinki, Helsinki

KRUKS, Sonia. Some Reflections on the Struggle for Women's Emancipation. *Frontiers: A Journal of Women Studies*, Vol. 7, No. 2, University of Nebraska Press, 1983, pp. 32-41

LEWIS, Desiree. Discursive Challenges for African Feminisms. In: ARNFRED, Signe e AMPOFO, Akosua Adomako (edits). *African Feminist Politics of Knowledge. Tensions, Challenges, Possibilities*. Nordiska AfrikaInstitutet, pp. 205-221, 2009

LOFORTE, Ana. Os movimentos sociais e a violência contra a mulher em Moçambique: marcos de um percurso. *Boletim Outras Vozes*, Maputo, nº27, jun. 2009

MACHEL, Josina. The Mozambican Woman in the Revolution. Panfleto, s.d.

MACHEL, Samora. *A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo*. In: MACHEL, Samora; KOLLONTAI, Alexandra; POSADAS, J.; LAFARGUE, P.; KAPO, Vito et al. *A libertação da mulher*, São Paulo: Global Editora, pp. 11-36, 1979

MAGALHÃES, Juliana de Paiva. *Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português (Sul de Moçambique, XX)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

MAMA, Amina (ed.). *Setting an Agenda for Gender and Women's Studies in Nigeria*. Zaria: Tamaza Publishing Company, 1996

MAMA, Amina Challenging Subjects: Gender and Power in African Contexts: Plenary Address, NordicAfrica Institute Conference: 'Beyond Identity: Rethinking Power in Africa', Upsala, October 4-7th 2001. *African Sociological Review/Revue Africaine de Sociologie*, Vol. 5, Nº 2, pp. 63-73, 2001

MAMA, Amina. The Challenges of Feminism: Gender, Ethics and Responsible Academic Freedom in African Universities. *Journal of Higher Education in Africa/Revue de l'enseignement supérieur en Afrique*, Vol. 9, Nº 1-2, pp. 1-23, 2011a

MAMA, Amina. What does it mean to do feminist research in African contexts?. Feminist Review Conference Proceedings, pp. 4-20, 2011b

MCFADDEN, Patricia. The Challenges and Prospects for the African Women's Movement in the 21st Century. *Women in Action*, issue 1, 1997

MEENA, Ruth. (ed.). Gender in Southern Africa: Conceptual and Theoretical Issues. Harare: SAPES Books, 201p., 1992

MEJIA, Margarita; OSÓRIO, Conceição; ARTHUR, Maria José. Não sofrer caladas. Violência Contra Mulheres e Crianças: denúncia e gestão de conflitos. Maputo, WLSA Moçambique, 2004

MONTEIRO, Ana Cristina. Não reconhecimento da União de Facto: uma forma de discriminação contra as mulheres. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº20, ago 2007

MONTEIRO, Ana Piedade Armindo. Transições e prevenção: o caso do HIV/SIDA. In: ROCHA, Solange; VIEIRA, Ana Cristina de Souza e FILHO, Evandro Alvez Barbosa (orgs.). HIV AIDS e as teias do capitalismo, patriarcado e racismo. África do Sul, Brasil e Moçambique. Recife: Editora UFPE, pp. 323-347, 2016

NEGRÃO, José. Sistemas Costumeiros da terra. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e TRINDADE, João Carlos (orgs.). Conflito e Transformação Social. Uma paisagem das justiças em Moçambique, Volume 1. Coimbra: Edições Afrontamento, pp. 229-255, 2003

OSÓRIO, Conceição; ANDRADE, Ximena; TEMBA, Eulália; CRISTIANO JOSÉ, André; LEVI, Benvinda. Poder e Violência. Homicídio e femicídio em Moçambique. Maputo, WLSA Moçambique, 2002

OSÓRIO, Conceição e MACUÁCUA, Ernesto. Os ritos de iniciação no contexto actual. WLSA Moçambique, 2013.

OSÓRIO, Conceição e SILVA, Teresa Cruz. Entre a denúncia e o silêncio – Análise da aplicação da Lei contra a Violência Doméstica (2009-2015). WLSA Moçambique, 2016.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. The Invention of Women. Making an African Sense of Western Gender Discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press, 256 p., 1997

OYEWÙMÍ, Oyèrónké (Edit.). African Gender Studies. A Reader. Nova Iorque: Palgrave Mcmillan, 433p., 2005

OYEWÙMÍ, Oyèrónké (Edit.). Gender Epistemologies in Africa. Gendering Traditions, Spaces, Social Institutions, and Identities. Nova Iorque: Palgrave Mcmillan, 244p., 2011

LOPES, Flávia. Grafando a trajetória recente do feminismo em Moçambique (2014-2016). 2016, Dissertação (Mestre em Ciências Sociais), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia

NHANTUMBO, Sonia e MENESES, Maria Paula. Inventário das Actividades com Abordagem de Género em Cursos Realizados na UEM nos Últimos 25 anos. Estudos Moçambicanos (21), pp. 105-129, 2005.

PEREIRA, Charmaine. Reflections of a Feminist Scholar-Activist in Nigeria. In: ARNFRED, Signe e AMPOFO, Akosua Adomako (edits). African Feminist Politics of Knowledge. Tensions, Challenges, Possibilities. Nordiska AfrikaInstitutet, pp. 83-110, 2009.

PEREIRA, Charmaine. Promover uma agenda feminista para a mudança, um ponto de vista da Nigéria. Série Diálogo Feminista, #2, Nov, pp. 1-5, 2016

PINHO, Osmundo. O “Destinho das Mulheres e de sua Carne”: regulação de gênero e o Estado em Moçambique. In: Dossiê Corpos, trajetórias e valores: perspectivas de gênero, famílias e reprodução social em contextos africanos. Cadernos Pagu (45), julho-dezembro, pp. 157-179, 2015.

PISCITELLI, Adriana. As viagens das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e ativismos locais. In: Moraes, Maria Lygia Quartim de (Org.). Gênero nas fronteiras do sul. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, pp. 143-163, 2005

SALO, Elaine, MAMA, Amina. Talking about feminism in Africa. Agenda: Empowering Women for Gender Equity, Nº 50, African Feminisms One, pp. 58-63, 2001

SANTANA, Jacimara Souza. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985) in *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, Nº 4, dez. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa e TRINDADE, João Carlos (orgs.). Conflito e Transformação Social. Uma paisagem das justiças em Moçambique, Volume 2. Coimbra: Edições Afrontamento, 1239p., 2003

SARTI, Cynthia Andersen. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória* in Revista Estudos Feministas, 12(2):264, Florianópolis, maio-agosto/2004.

Seminário A Mulher na Reconstrução Nacional de Moçambique, 17-21 Março, Relatório Final, 1986

SHELDON, Kathleen. *Pounders of Grain. A History of Women, Work and Politics in Mozambique*. Portsmouth, N.H.: Heinemann, 311p., 2002

SILVA, Diogivânia Maria da. *Lá e Cá - Narrativas sobre militâncias negras e feministas em seus respectivos processos de subjetivação: Recife e Maputo*. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife

SIMIÃO, Daniel Schroeter. *Representando Corpo e Violência. A Invenção da “violência doméstica” em Timor Leste*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Volume 21, Número 61, Junho, pp. 133-224, 2006.

SITOE, Yolanda. POLIGAMIA: tudo em nome da “tradição”. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº26, mar. 2009

SOARES, Eliane Veras e MUTZENBERG, REMO. Literatura, pensamento social e movimento de mulheres: um mosaico moçambicano. Recife: Editora UFPE, Série Brasil&África, Coleção Pesquisas 5, 214p., 2019

SORJ, Bila e GOMES, Carla. *Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil*. Revista Sociedade e Estado, Volume 29, Número 2, Maio/Agosto, pp. 433-447, 2014.

TAELA, Kátia. *Identity and Agency in South-South Relations: Brazilian Development Workers and Mozambique*. 2017. Tese (Doctor of Philosophy in Development Studies), Institute of Development Studies, University of Sussex, Reino Unido.

TRINDADE, João Carlos. As irregularidades no processo de expulsão de Eva Anadón Moreno. WLSA Moçambique, Maputo, 1 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/as-irregularidades-no-processo-de-expulsao-de-eva-anadon-moreno/>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

TRINDADE, João Carlos. *A formação jurídica e judiciária na experiência de Moçambique*. Comunicação apresentada na Conferência e Seminário Formativo sobre Organização e Gestão da Justiça Criminal - Reforço das Capacidades e da Integridade do Sistema Judicial e do Sistema de Investigação Criminal, Díli, Timor Leste, 6-9 de Março, mimeo, 2018.

TRIPP, Aili Mari. *Regional Networking as Transnational Feminism: African Experiences*. Feminist Africa Issue 4.: Women Mobilised, 2005.

TRIPP, Aili Mari, CASIMIRO, Isabel, KWESIGA, J., MUNGWA, A. (Orgs). *African Women's Movements: Changing Political Landscapes*. 1.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 280pp, 2009.

URDANG, Stéphanie. *And Still They Dance: Women, War and the Struggle for Change in Mozambique*. London, Earthcan, 1989.

VELEMO, Maria Feliciano. As Maxi-Saias – do Resgate da Decência à Feminização da Indecência nas Escolas. WLSA Moçambique, 30 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/as-maxi-saias-do-resgate-da-decencia-a-feminizacao-da-indecencia-nas-escolas/>> Acesso em: 16 nov. 2019

VIEITEZ, M^a Soledad. *Revolution, Reform and Persistent Gender Inequality in Mozambique*. 2000. Tese (Doutorado), University of California, Santa Barbara, California

WEST, Harry. Girls with Guns: Narrating the Experience of War of Frelimo's "Female Detachment". *Anthropological Quarterly*, Vol. 73, Nº 4, Youth and the Social Imagination in Africa, Part 2 (Out), pp. 180-194, 2002

WLSA MOÇAMBIQUE e FÓRUM MULHER. Lei de Família: falemos de igualdade e justiça. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº3, mai. 2003

WLSA MOÇAMBIQUE. Proposta de lei contra a violência doméstica: ponto de situação. Boletim Outras Vozes, Maputo, nº24-25, fev. 2009

WLSA MOÇAMBIQUE. Comunicado: O activismo pelos direitos humanos sob ataque?. WLSA Moçambique, Maputo, 15 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/organizacoes-da-sociedade-civil-emitem-comunicado/>> Acesso em: 16 nov. 2019.

WLSA MOÇAMBIQUE. Quem tem medo dos direitos das crianças?. WLSA Moçambique, Maputo, 2016. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/medo-das-criancas/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

ZANETTI, Julia Paiva. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. Cadernos Pagu (36), jan-jun, pp.47-75, 2011

ZIMBA, Benigna (Org.). A Mulher Moçambicana na Luta de Libertação Nacional. Memórias do Destacamento Feminino. Volume I. Centro de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional (CPHLLN), Ministério dos Combatentes. Organização da Mulher Moçambicana, Maputo, 2012.

ANEXO I

Dados das Entrevistas

Nº	NOME	IDADE	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	DATA DA ENTREVISTA	TRAJECTÓRIA ACADÉMICA/PROFISSIONAL	CARGO ACTUAL
1	Conceição Osório	70 anos	Maputo, capital	Casada	2	17.04.17 03.07.17	- Licenciada em História pela Universidade do Porto; - Pós-graduada em Ciências Pedagógicas pela Universidade do Porto; - Mestre em História pela Universidade do Porto; - Mestre em Sociologia pela Universidade Paris VII; - Lecionou História na escola secundária; - Coordenadora de uma comissão de apoio pedagógico ao ensino secundário, do Ministério da Educação (1975-1981); - Docente da UEM (até 2008), na Faculdade de Economia, na antiga FACOTRAV e na Faculdade de Letras e Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS); - Pesquisadora associada da WLSA/NEM	Coordenadora de pesquisa na WLSA
2	Fuva Muiambo	26 anos	Maputo, capital	Casada	Está grávida	03.05.17 30.06.17 11.08.17	- Licenciada em Relações Internacionais e Diplomacia pelo ISRI; - Mestranda em Relações Internacionais e Desenvolvimento pelo ISRI; - Foi activista da Visão Mundial, ONG internacional; - Activista do Graal, Movimento Internacional de Mulheres de base cristã; - Activista da Marcha Mundial de Mulheres - Membro e ex-coordenadora do MOVFEMME; - Trabalhou na Fundação MASC, na área de monitoria e avaliação de projectos; - Trabalhou no projecto Prevenção Activa e Comunicação para Todos (PACTO), na área de HIV/SIDA; - Pesquisadora/estagiária da WLSA; - Gestora do projecto do MOVFEMME junto a bairros periféricos e escolas;	Oficial de Programas da área de Direitos Sexuais e Reprodutivos da Rede HOPEM
3	Isabel Casimiro	62 anos	Iapala, província de Nampula	Casada	2	04.05.17 09.06.17 14.06.17	- Bacharel em História pela UEM; - Licenciada em História pela UEM; - Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra;	Docente da Faculdade de Letras e Ciências Sociais e na Faculdade de

							- Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra; - Fundadora do NEM/CEA/UEM; - Co-fundadora da WLSA regional (Research Project); - Co-fundadora e primeira coordenadora da WLSA Moçambique (research and education trust); - Membro fundador do Fórum Mulher; - Membro da OMM; - Membro do Partido FRELIMO; - Deputada da Assembleia da República pelo Partido FRELIMO (1995-1999); - Presidente do Fórum Mulher (1993-2001 e 2006-2015); - Directora do CEA/UEM (1992-1995)	Educação da UEM e pesquisadora do CEA/UEM
4	Terezinha da Silva	70 anos	Beira, província de Sofala	Divorciada	Não tem	06.05.17 24.06.17 07.07.17	- Licenciada em Serviço Social; - Mestre em Social Policy and Planing (Estados Unidos da América); - Funcionária, durante 38 anos, do Ministério da Saúde, Departamento de Acção Social e depois do Ministério da Acção Social; - Foi Directora Provincial de Saúde; - Foi membro da OMM - Foi pesquisadora associada da WLSA/NEM; - Foi directora da UFICS/UEM; - Foi assessora do director do Centro de Formação Jurídico e Judiciário (CFJJ) na área técnico-administrativa e formadora de módulos de género nos cursos judiciários; - Foi presidente do Fórum Mulher;	Coordenadora Nacional da WLSA Moçambique
5	Marilú Mapengo	26 anos	Quelimane, província da Zambézia	Solteira	Não tem	04.06.17 11.06.17	- Licenciada em Sociologia pela UEM; - Pós-graduada em Estudos de Género (Islândia); - Mestranda em Direitos Humanos (Maputo); - Trabalhou na ONG Fanelo Ya Mina; - É membro e ex-coordenadora do MOVFEMME;	Trabalha na parte da comunicação do Secretariado Internacional da MMM (Maputo)
6	Unaiti Costa	40 anos	Maputo, capital	Solteira	Não tem	05.06.17 13.06.17 04.07.17	- Licenciada em Direito pela UEM; - Especializada em Direitos Humanos pela PUC/SP; - Mestre em Estudos de Desenvolvimento, com especialização em questões de género e direitos das mulheres (Holanda); - Trabalhou no Ministério do Interior; - Estagiou na organização Artemis (Brasil); - Trabalhou na MULEIDE, prestando assistência jurídica a mulheres vítimas de violência;	É consultora independente na área de género

							- Trabalhou na OXFAM como <i>gender advisor</i>; - Fundadora do MOVFEMME;	
7	Shaísta de Araújo	34 anos	Maputo, capital	Solteira	Não tem	19.06.17 23.08.17	- Licenciada em História pela UEM; - Formada em género pela WLSA Moçambique; - Trabalhou na ONU Mulheres como técnica administrativa; - Pós-graduada em Estudos de Género (Islândia); - Fundadora do MOVFEMME; - Trabalhou no programa Diálogo, Diálogo Local para a Boa Governação; - Trabalhou na Fundação MASC	Pesquisadora do Projecto MuvaTech, focado no empoderamento económico da rapariga através das tecnologias
8	Ana Loforte	64 anos	Inhambane, província de Inhambane	Casada	2	Por escrito	- Bacharel em História pela UEM; - Licenciada em História pela UEM; - Especialização em Antropologia (Universidade Paris VIII); - Doutorada em Antropologia Social pelo ISCTE Lisboa; - Foi chefe do Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM; - Foi Directora Adjunta para a área de investigação e extensão da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM; - Docente aposentada da UEM; - Colaborou/foi consultora com/da a OMM em diversos projectos; - Foi consultora da OMS para a saúde materno-infantil; - Foi Assessora Técnica do FNUAP junto do Ministério da Mulher e Acção Social, afecta à Direcção Nacional da Mulher; - Investigadora associada da WLSA/NEM; - Foi presidente da Mesa da Assembleia Geral da WLSA Moçambique; - Foi membro do board da WLSA Moçambique; - É membro da rede de formadores do FM;	Coordenadora para a área de formação da WLSA Moçambique
9	Maria José Arthur	59 anos	Quelimane, província da Zambézia	Casada	2	03.07.17 03.08.17 24.08.17	- Bacharel em História pela UEM; - Licenciada em Sociologia, com menção em Antropologia (Universidade Paris VIII); - Mestre em Sociologia (Universidade Paris VIII); - Lecionou História no ensino secundário; - Lecionou História no ensino pré-universitário; - Docente em História na Faculdade de Educação da UEM; - Docente da Faculdade de Letras, Ciências Sociais e Medicina da UEM; - Trabalhou no Ministério de Educação;	Coordenadora da área de Comunicação, Lobby e Advocacia da WLSA Moçambique

							- Foi Directora do Núcleo e do Departamento de Investigação do Projecto Arquivos do Património Cultural (ARPAC), Instituto de Investigação Sócio-Cultural, do Ministério da Cultura; - Foi consultora do Ministério da Saúde na área de HIV/SIDA; - Foi docente da UFICS/UEM; - Pesquisadora associada da WLSA/NEM; - Colaborou com a OMM; - Coordenadora Nacional da WLSA Moçambique (até 2006);	
10	Graça Samo	49 anos	Cocoene, província de Inhambane	Casada	2	04.07.17 18.07.17 31.08.17	- Formada em Técnica de Secretariado, Escola Comercial de Maputo; - Formada em Técnicas de Secretariado, Instituto Comercial de Maputo; - Graduada em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília; - Secretária e, posteriormente Administradora Nacional na Concern Worldwide (1992 a 1999); - Estagiária na World Wide Fund for Nature (WWF), Brasília; - Trabalhou na empresa John Slow, Brasil; - Directora Executiva do Fórum Mulher (2004-2014);	Coordenadora do Secretariado Internacional da MMM (Maputo)
11	Maira Domingos	36 anos	Beira, província de Sofala	Casada	1	05.07.17	- Licenciada em Geografia, Desenvolvimento Regional e Ambiente pela UEM; - Especializada em Direitos Humanos pela PUC/SP; - Estágio na Conectas Direitos Humanos, São Paulo; - Estágio no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, São Paulo; - Trabalhou no Instituto Nacional de Estatística (INE); - Fundadora do MOVFEMME;	Coordenadora do Programa de Direitos Sexuais e Reprodutivos do Fórum Mulher (entrevista não finalizada)
12	Withney Sabino	22 anos	Maputo, capital	Solteira	Não tem	06.07.17 18.07.17 31.07.17 16.08.17 17.08.17	- Graduanda em Ciência Política pela UEM - Foi chefe de assuntos sociais do Núcleo de Estudantes da FLCS/UEM; - Foi assistente de pesquisa do Centro de Coordenação dos Assuntos do Género (CECAGE) da UEM; - Trabalhou na Associação Moçambicana de Mulheres de Carreira Jurídica (AMMCJ); - É membro e militante do Partido Frelimo; - Foi activista da <i>Geração Biz</i>; - É membro da Organização da Juventude Moçambicana (OJM);	Chefe do Departamento de Género e do de Desenvolvimento Institucional do Conselho Nacional da Juventude (CNJ), dirigido pela OJM;

							- É secretária executiva da ADER (Associação para o Desenvolvimento e Empoderamento da Rapariga; - É activista do MOVFEMME;	
13	Amade Sucá	43 anos	Maputo, capital	Casado	3	21.07.17 16.08.17	- Licenciado em Relações Internacionais pelo ISRI, na vertente Economia Internacional, Maputo; - Mestre em Desenvolvimento Rural pela UEM, com especialização em governação democrática e participação inclusiva; - Trabalhou na Rádio Moçambique, participando em programas radiofónicos voltados para os jovens; - Trabalhou no secretariado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), cuja responsabilidade era a de produzir um magazine desportivo e cultural; - Trabalhou na Comissão Nacional de Eleições (CNE); - Trabalhou na Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM); - Trabalhou na União Nacional de Camponeses (UNAC); - Trabalhou na KEPA, organização finlandesa na área de comércio e agricultura;	Director Executivo da ActionAid Moçambique
14	Dalila Macuacua	40 anos	Maputo, capital	Solteira	Não tem	21.07.17 31.07.17 15.08.17	- Graduanda em Sociologia na Universidade Pedagógica de Moçambique; - Faz parte da Rede de Formadores do Fórum Mulher;	Coordenadora Geral da (ASCHA)
15	Nzira de Deus	37 anos	Nascida em Tete, província de Tete, mas criada em Maputo, capital	Divorciada	3	24.07.17	- Licenciada em Relações Internacionais e Diplomacia, pelo ISRI; - Trabalhou na organização Voluntary Services Overseas (VSO); - Foi Oficial de Advocacia no Fórum Mulher; - Foi Directora de Programas no Fórum Mulher; - Fundadora do MOVFEMME;	Directora Executiva do Fórum Mulher (entrevista não finalizada)
16	Kátia Taela	39 anos	Maputo, capital	Solteira	1	27.07.17 04.08.17 31.08.17	- Bacharel em Ciências Sociais pela UFICS/UEM; - Licenciada em Antropologia pela UFICS/UEM; - Mestre em Disaster Management and Sustainable Development pela Northumbria University; - Mestre em Gender and Development pelo Institute of Development Studies, Sussex University;	Consultora independente nas áreas de género, HIV/SIDA e saúde sexual e reprodutiva

							- Doutora em Gender and Development pelo Institute of Development Studies, Sussex University; - Foi monitora de Conceição Osório em algumas disciplinas na UFICS/UEM; - Foi assistente de pesquisa na WLSA Moçambique; - Foi coordenadora de HIV e Género para o Programa sobre Feminização em HIV da ONUSIDA; - Pesquisadora do Institute of Development Studies, Sussex University;	
17	Karina Tamele	33 anos	Maputo, capital	Casada	2	30.07.17 08.08.17 21.08.17	- Bacharel em Ciências Sociais pela UEM; - Licenciada em Sociologia pela UEM; - Pós-Graduada em Prevenção à Violência na Wits University, África do Sul; - Mestranda em Sociologia Rural e Desenvolvimento, UEM (trancado); - Trabalhou na Fundação MASC; - Trabalhou no Fórum Mulher na área de participação política das mulheres;	Coordenadora de Integração de Género na Saúde (área comunitária) na MULEIDE
18	Eliana Nzualo	26 anos	Lisboa, Portugal	Solteira	Não tem	11.07.17 02.08.17	- Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa; - Trabalhou na Population Service International Moçambique (PSI) área de comunicação e mudança de comportamentos (story teller);	Project Manager na On Spot, agência de publicidade e autora do blog <i>Escreve, Eliana, Escreve</i>
19	Bayano Valy	Anos 70	Maputo, capital	-	-	02.08.17 23.08.17	- Trabalhou como jornalista; - Trabalhou na FDC num projecto de tráfico de crianças; - Trabalhou na SARDC, Southern African Research and Documentation Centre, na unidade de género (área programática); - Trabalhou na Gender Links;	Responsável pela área de Advocacia da Rede HOPEM
20	Rosalina Nhachote	40 anos	Maputo, capital	Solteira	1	09.08.17 10.08.17	- Licenciada em História pela UEM; - Especialização em Cinema e Audiovisual no Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura; - Mestranda em Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; - Foi formadora na área de direitos sexuais e reprodutivos na WLSA, por 2 anos; - Fez parte do Parlamento Juvenil, na bancada de Mulher, Género e Assuntos Sociais;	Docente de História da Arte no ISARC, Instituto Superior de Artes e Cultura

							- Criou a Frente Feminina do Parlamento Juvenil; - Fundadora do MOVFEMME;	
21	Denise Milice	25 anos	Maputo, capital	Solteira	Não tem	14.08.17 22.08.17	- Licenciada em Medicina Geral pela UEM; - Activista do Graal, Movimento Internacional de Mulheres Cristãs; - Activista da MULEIDE; - Faz parte da rede de formadores do Fórum Mulher;	Pesquisadora no Instituto Nacional de Saúde e autora do blog <i>A Jovem Feminista</i>
22	Diogo Milagre	50 anos	Xai-Xai, província de Gaza	Viúvo	-	18.08.17	- Curso técnico de Contabilidade na Escola Comercial de Maputo; - Curso de formação de professores na Faculdade de Educação da UEM, na área de Português e História; - Licenciado em Gestão; - Licenciado em Psicologia; - Licenciado em Direito; - Mestre em Development Economics, Inglaterra; - Mestre em Business Administration; - Foi docente da Universidade Pedagógica; - Foi docente da Faculdade de Veterinária, UEM, lecionando a disciplina de Sociologia Rural e Extensão; - Foi formador e director do Centro de Formação Agrária; - Primeiro Vice-Presidente do Fórum Mulher por quase 5 mandatos;	Director do Programa de HIV da Pathfinder International (entrevista não finalizada)
23	Ida Alvarinho	60 anos	Pemba, província de Cabo Delgado	Casada	3	24.08.17	- Licenciada em Matemática pela UEM; - Docente da UEM; - Deu aulas de matemática, física e desenho no liceu; - Trabalhou numa agência de viagens; - Deu aulas de formação de professores; - Fundadora do Graal, movimento internacional de mulheres cristãs, em Moçambique;	Representante do PIREP;